

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Anna Clara Ferreira Mattos

SOB OS OLHOS DAS MULHERES: GÊNERO E O PLANEJAMENTO URBANO NO  
HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte

2024

Anna Clara Ferreira Mattos

SOB OS OLHOS DAS MULHERES: GÊNERO E O PLANEJAMENTO URBANO NO  
HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade de monografia ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil

Belo Horizonte  
2024

M444s

Mattos, Anna Clara Ferreira.

Sob os olhos das mulheres: gênero e o planejamento urbano no hipercentro de Belo horizonte / Anna Clara Ferreira Mattos. – Belo Horizonte, 2024.

212 f. ; il.

Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, 2024.

Orientadora: Flávia de Paula Duque Brasil.

Bibliografia: f. 177-189

1. Planejamento urbano - Belo Horizonte (MG). 2. Mulher – Condições sociais. 3. Feminismo. I. Brasil, Flávia de Paula Duque. II. Título.

CDU 711:396(815.11)

Anna Clara Ferreira Mattos

Sob os olhos das mulheres: gênero e o planejamento urbano no hipercentro de Belo Horizonte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

**Aprovada na Banca Examinadora**



\_\_\_\_\_  
Professora Orientadora Flávia de Paula Duque Brasil – Fundação João Pinheiro / FJP



\_\_\_\_\_  
Professora Avaliadora Letícia Godinho de Souza – Fundação João Pinheiro / FJP



\_\_\_\_\_  
Professor Avaliador Ricardo Carneiro – Fundação João Pinheiro / FJP

Belo Horizonte, 28 de novembro de 2024

## **AGRADECIMENTOS**

O processo de aprender, conhecer e pesquisar passa por diálogos, colaborações e criação de vínculos que evidenciam a impossibilidade de um conhecimento individual, encerrado no autor como se este não se relacionasse constantemente com o universo social ao seu redor. Ao demonstrar meu agradecimento aos que contribuíram para esta pesquisa, portanto, reconheço que ela não é fruto apenas de um esforço pessoal, mas também das oportunidades de diálogo, escuta e intervenções das pessoas com quem troquei durante toda a trajetória de elaboração da monografia.

À minha orientadora, professora Flávia Brasil, agradeço pelas inúmeras horas dedicadas ao apoio fundamental para guiar meus passos no decorrer do trabalho. Dos livros emprestados, das reuniões e conversas, dos conselhos e correções, levo aprendizados que sem dúvidas me acompanharão por toda a minha trajetória acadêmica. Agradeço também à Fundação João Pinheiro e aos professores com quem tive a oportunidade de conhecer um pouco mais da Administração Pública. Em especial, a professora Letícia Godinho e o professor Ricardo Carneiro, que se dispuseram a contribuir para o trabalho na composição da banca de avaliação, bem como os professores Bruno Lazzarotti e Bruno Magalhães, que me orientaram ao longo dos quatro anos de graduação.

Agradeço às mulheres que colaboraram com a pesquisa, que se disponibilizaram e dedicaram seu tempo para as entrevistas, acreditando na minha proposta. Seria impossível realizar uma pesquisa sobre as mulheres no hipercentro de Belo Horizonte sem os diálogos enriquecedores proporcionados por elas, mostrando perspectivas únicas incorporadas ao trabalho. Meu agradecimento também é direcionado aos servidores da Prefeitura de Belo Horizonte que contribuíram para o acesso a materiais fundamentais para a pesquisa.

Por fim, agradeço à minha família, meus pais, Leonardo e Livia, e meus irmãos, Alice e Francisco, por todo o seu apoio fundamental para a conclusão deste trabalho e da graduação. Muito além disso, meu agradecimento é também pelo esforço dos meus pais para me oferecerem todas as oportunidades educacionais. Agradeço também ao meu namorado, Gabriel Gribel, que esteve sempre ao meu lado, compartilhando cada experiência, linha e ideia.

Uma cidade é imperativo  
a um tempo humano e desumano.  
Palácios presídios  
asfalto cavernas  
elevados e subterrâneos  
teia de virtudes e crimes.  
Uma cidade é sinfonia  
com ásperas dissonâncias.  
É um ser total de osso e carne,  
tem nervos, músculos e sangue:  
o sangue de seus habitantes  
os nervos de seus habitantes  
a própria força e fraqueza.

(Henriqueta Lisboa)

## RESUMO

O hipercentro de Belo Horizonte é palco de apropriações, intervenções e transformações desde a fundação da cidade no final do século XIX. Passando por momentos de adensamento do trânsito de pessoas e do comércio na primeira metade do século XX até um esvaziamento e deterioração na segunda metade, a importância da região no cenário municipal permanece até o período atual. No âmbito do planejamento urbano, foram realizadas diversas intervenções no sentido de revitalização deste espaço nas últimas décadas, sendo que o foco deste trabalho recaís sobre a mais recente, o Programa de Requalificação do Centro de Belo Horizonte “Centro de Todo Mundo”. Mais especificamente, a investigação tem como objetivo analisar os enquadramentos interpretativos (ou *frames*) dos instrumentos de planejamento que tratam do hipercentro da cidade em comparação às perspectivas de lideranças femininas e/ou representantes de grupos ou movimentos atuantes neste espaço. Nesse sentido, o trabalho desdobra-se em duas frentes: a análise crítica dos *frames* (*critical frame analysis*) incorporados pela política pública, fundamentando-se na análise documental de projetos, atas e textos de publicidade institucional; e o estudo dos *frames* de movimentos e organizações de mulheres, viabilizado pela realização de entrevistas semiestruturadas com representantes. Vale destacar que o trabalho toma como base a epistemologia feminista, considerando a impossibilidade de um conhecimento neutro. Enfim, os resultados apontam para um apagamento das mulheres no planejamento urbano proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte para o hipercentro, na medida em que, além de não explicitar ou demonstrar esforços para combater a desigualdade de gênero, os problemas e as linhas de ação defendidas pelos movimentos não são incorporados pela política.

Palavras-chave: Belo Horizonte; gênero; planejamento urbano; enquadramento interpretativo; movimentos sociais; feminismo.

## **ABSTRACT**

The downtown area of Belo Horizonte has been a place of appropriation, intervention, and transformation since the city's foundation in the late 19th century. From periods of increase of the flow of people and commerce during the first half of the 20th century to a phase of decline and deterioration in the second half, the region's significance in the municipal landscape remains to this day. In terms of urban planning, various interventions aimed at revitalizing this space have been carried out in recent decades, with this research focusing on the most recent initiative: the "Centro de Todo Mundo" (Everyone's Center) Program for the Requalification of Downtown Belo Horizonte. More specifically, this investigation aims to analyze the frames of the planning instruments addressing the city's downtown in comparison to the perspectives of female leaders and/or representatives of groups or movements active in the area. In this sense, the task unfolds in two main directions: the critical frame analysis of public policy, grounded in the documentary analysis of projects, meeting minutes, and institutional advertising texts; and the study of the frames of women's movements and organizations, conducted through semi-structured interviews with their representatives. It is important to note that the study is based on feminist epistemology, which considers the impossibility of neutral knowledge. Ultimately, the findings indicate a marginalization of women in the urban planning proposed by the Belo Horizonte City Hall for the downtown area, as, in addition to not explicitly addressing or demonstrating efforts to combat gender inequality, the issues and action lines advocated by the movements are not incorporated into the policy.

Keywords: Belo Horizonte; gender; urban planning; frame; social movements; feminism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa dos “pedaços” do hipercentro de Belo Horizonte destacados por movimentos e organizações de mulheres.....	100
Figura 2 - Percurso dos atos do Dia Internacional da Mulher do 8M Unificado e do 8M Popular (2024).....	108
Figura 3 - Ocupações destacadas na região central de Belo Horizonte.....	115
Figura 4 - Locais destacados pelas representantes LGBTQIA+ no hipercentro de Belo Horizonte.....	120
Figura 5 - Local da Feira de Artesanato da Afonso Pena (Feira Hippie).....	127
Figura 6 - Rua Guaicurus (Belo Horizonte).....	130
Figura 7 - Síntese da dinâmica urbana diurna.....	140
Figura 8 - Síntese da dinâmica urbana noturna.....	140
Figura 9 - Linha do tempo do planejamento urbano no hipercentro de Belo Horizonte.....	142
Figura 10 - Perímetro contemplado pelo Programa de Requalificação do Hipercentro.....	143

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de operacionalização do conceito de enquadramentos interpretativos nas ciências sociais.....	45
Quadro 2 - Recursos metodológicos e finalidades para a pesquisa.....	60
Quadro 3 - Perfil das entrevistadas.....	62
Quadro 4 - Levantamentos para análise documental.....	65
Quadro 5 – Modelo para codificação das entrevistas e análise dos frames.....	67
Quadro 6 – Modelo da primeira etapa de codificação dos documentos.....	67
Quadro 7 – Modelo da segunda etapa de codificação dos documentos.....	68
Quadro 8 - Modelo de análise da incorporação dos enquadramentos interpretativos das mulheres nos instrumentos de política e de planejamento em relação ao gênero.....	69
Quadro 9 - Tipologia das abordagens de planejamento urbano.....	82
Quadro 10 - Resultado da análise comparativa dos problemas enquadrados pelos movimentos e organizações de mulheres aos incorporados pelo programa “Centro de Todo Mundo”.....	163
Quadro 11 - Resultado da análise comparativa das linhas de ação propostas pelos movimentos e organizações de mulheres às incorporados pelo programa “Centro de Todo Mundo”.....	166
Quadro 12 - Resultado da análise comparativa dos espaços do hipercentro de Belo Horizonte destacados pelos movimentos e organizações de mulheres aos contemplados pelo programa “Centro de Todo Mundo”.....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
<b>Abrasel/MG</b>	Associação de Comerciantes do Hipercentro e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
<b>Aprosmig</b>	Associação das Prostitutas de Minas Gerais
<b>BHBUS</b>	Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo de Belo Horizonte
<b>BHTrans</b>	Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
<b>BNH</b>	Banco Nacional da Habitação
<b>CBO</b>	Classificação Brasileira de Ocupações
<b>CDL-BH</b>	Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte
<b>CECF</b>	Conselho Estadual da Condição Feminina
<b>CELLOS</b>	Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais
<b>Centros Pop</b>	Cidades de Referência da População de Rua
<b>CIAMP</b>	Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua
<b>CMH</b>	Conselho Municipal de Habitação
<b>Cohab-MG</b>	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
<b>CONAM</b>	Confederação Nacional das Associações de Moradores
<b>CRJ</b>	Centro de Referência da Juventude
<b>CRLGBT</b>	Centro de Referência LGBT
<b>EFLAC</b>	Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe
<b>EMEI</b>	Escolas Municipais de Educação Infantil
<b>FAMOBH</b>	Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
<b>Fecomércio/MG</b>	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais
<b>FMC</b>	Fundação Municipal de Cultura
<b>GCMBH</b>	Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MLB</b>	Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas
<b>MMM</b>	Marcha Mundial das Mulheres
<b>MMOB</b>	Movimento de Mulheres Olga Benário
<b>MNLM</b>	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
<b>MNRU</b>	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

<b>ONG</b>	Organizações Não Governamentais
<b>OSC</b>	Organização da Sociedade Civil
<b>PACE</b>	Projeto da Área Central
<b>PBH</b>	Prefeitura de Belo Horizonte
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PCD</b>	Pessoas com Deficiência
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PSTU</b>	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>RMBH</b>	Região Metropolitana de Belo Horizonte
<b>Serfhau</b>	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
<b>SMASAC</b>	Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania
<b>SMMA</b>	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
<b>SMPU</b>	Secretaria Municipal de Política Urbana
<b>SPM</b>	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>Sufis</b>	Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros
<b>Sumob</b>	Superintendência de Mobilidade Urbana
<b>TCLE</b>	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
<b>TMR</b>	Teoria de Mobilização de Recursos
<b>TNMS</b>	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
<b>TPP</b>	Teoria do Processo Político
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UNMP</b>	União Nacional por Moradia Popular
<b>UP</b>	Unidade Popular
<b>Urbel</b>	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2. ESTUDOS FEMINISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: TRAZENDO O GÊNERO AO CENTRO DO DEBATE</b> .....	<b>19</b>
2.1. Gênero, sexo e sexualidade: conceitos em movimento.....	19
2.2. Mulheridades e feminismos: abordagens interseccionais nos estudos de gênero....	27
2.3. Do global ao local: a trajetória do movimento feminista até Belo Horizonte.....	31
2.4. Mulheres e políticas públicas: agenda e participação.....	37
<b>3. ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS: CONCEITOS E APLICAÇÕES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS</b> .....	<b>42</b>
3.1. Enquadramento interpretativo: um conceito sobre movimentos sociais.....	47
3.2. Enquadramento interpretativo: um conceito sobre políticas públicas.....	53
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	<b>58</b>
<b>5. PLANEJAMENTO URBANO: DA CIDADE “NEUTRA” À CIDADE PLURAL</b> .....	<b>70</b>
5.1. Urbanismo e planejamento urbano: breve retomada histórica.....	74
5.2. Direito à cidade: uma perspectiva crítica do planejamento urbano.....	84
5.3. Espaço, gênero e planejamento urbano: o direito das mulheres à cidade.....	89
5.4. O planejamento urbano no Brasil: breve contextualização sobre sua trajetória.....	93
<b>6. UM HORIZONTE FEMINISTA: O HIPERCENTRO DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES</b> .....	<b>99</b>
6.1. Movimentos feministas e o 8 de março.....	100
6.2. Ocupações urbanas.....	112
6.3. Movimentos de mulheres LBT+.....	119
6.4. Comerciantes e artesãs.....	126
6.5. Trabalhadoras sexuais e prostitutas.....	130
<b>7. CIDADE SEM GÊNERO OU GÊNERO SEM CIDADE: O APAGAMENTO DAS MULHERES NO PLANEJAMENTO URBANO</b> .....	<b>136</b>
7.1. De Aarão Reis ao “Centro de Todo Mundo”: o planejamento urbano dentro das linhas da Avenida do Contorno.....	136
7.2. “Centro de Todo Mundo”? O programa de uma perspectiva crítica.....	142
7.2.1. Marcas e ausências de gênero.....	144
7.2.2. Enquadramentos interpretativos na narrativa do programa “Centro de Todo Mundo”.....	151
7.3. Divergências e convergências entre as narrativas das mulheres e as da política pública.....	162
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>172</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>177</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA</b> .....	<b>190</b>
<b>APÊNDICE B - QUADRO DE RESULTADOS DA ANÁLISE DOS FRAMES DE MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES QUE ATUAM NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE</b> .....	<b>191</b>
<b>APÊNDICE C - QUADRO DE RESULTADO DA PRIMEIRA ETAPA DE ANÁLISE DOS FRAMES INCORPORADOS PELO PROGRAMA “CENTRO DE TODO MUNDO”</b> .....	<b>198</b>
<b>APÊNDICE D - QUADRO DE RESULTADO DA SEGUNDA ETAPA DE ANÁLISE DOS FRAMES INCORPORADOS PELO PROGRAMA “CENTRO DE TODO MUNDO”</b> .....	<b>207</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O planejamento urbano pode parecer à primeira vista para o gestor público um assunto a ser tratado entre cálculos e projetos arquitetônicos meramente técnicos, tema restrito aos urbanistas, arquitetos e geógrafos. Um olhar crítico e atento facilmente descarta essa tese: o planejamento urbano passa por questões socioeconômicas complexas, relações sociais, disputas e estruturas de poder que podem ser reforçadas, combatidas, influenciadas ou silenciadas pela política adotada pela administração. O espaço reflete a dimensão socioeconômica e impacta sobre ela de forma dinâmica, na medida em que as relações sociais se projetam nele de formas particulares de acordo com o tempo e a localidade (MASSEY, 1994). Essa projeção ocorre tanto na lógica da estrutura econômica, que rege a forma hegemônica de organização das cidades (HARVEY, 2012), quanto na lógica das relações de gênero - para além de outros diversos elementos que também variam no tempo e no espaço (MASSEY, 1994).

Do ponto de vista de gênero, a cidade deve ser entendida não apenas como um espaço neutro e instrumental para as atividades cotidianas, na medida em que nela se manifestam as relações de gênero e de sexualidade, tendo em vista que é espaço de moradia, passagem, trabalho, lazer e luta das mulheres; mas não somente, é espaço de opressão, de disputa e de violência de gênero. Cabe ao administrador público a aproximação ao cotidiano e à diversidade de formas de experimentar a vida na cidade - considerando as desigualdades sociais, processos de exclusão, injustiças, relações de poder e disputas desenvolvidas nesse contexto - para transformar o olhar para o planejamento urbano de uma visão supostamente “técnica” ou “neutra”, que mascara essas relações, em direção uma perspectiva humanizada, que não apenas enxerga a população, mas também está junto a ela a partir da sensibilização e do diálogo.

Em torno de tal aproximação este trabalho buscou desenvolver-se, especialmente sobre o hipercentro de Belo Horizonte, chegando pela rodoviária - onde o sexismo se materializa na experiência de um transporte feito para homens -, passando pela rua dos Guaicurus - onde mulheres trans e cis estão vulneráveis, desprotegidas de direitos básicos, em meio à prostituição -, subindo de volta em direção à Praça Sete - todo 8 de março tomada pelo grito de insubmissão do movimento feminista - e, desde lá, pelas próximas quadras da Afonso Pena,

caminhando pela exposição do trabalho artesanal das mulheres mineiras aos domingos na Feira Hippie. É esse um dos infinitos caminhos possíveis para observar as relações de gênero e a experiência das mulheres no coração de Belo Horizonte.

Sob esse viés está o tema escolhido para a pesquisa, a relação entre gênero e planejamento urbano materializada no espaço do hipercentro de Belo Horizonte. A abordagem escolhida reflete o anseio por humanizar a administração pública, aproximá-la da vivência do cidadão, por meio de sua inserção pelo ponto de vista das mulheres – em sua pluralidade - sobre a questão, não dos gestores. Por suposto, serão analisados os documentos que embasam o planejamento urbano, no intuito de servir de parâmetro para a identificação do possível viés de gênero incorporado ou não por essa política em relação às postulações das mulheres, representadas por organizações e movimentos sociais. Em síntese, no lugar de pensar sob o ponto de vista da gestão, da burocracia impessoal e fria, mas trazer o olhar do administrador a outra direção: partindo da sociedade e da rua à política e às abstrações, não o contrário.

Nesse sentido, ao falar sobre gênero e planejamento urbano, é necessário voltar um passo e reconhecer que as políticas públicas são propostas, desenhadas e implementadas por sujeitos parciais que imprimem nelas suas concepções sobre gênero e sexualidade, de modo que podem produzir, reproduzir ou combater as desigualdades de gênero (LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2013). Como observa Fischer (2003 *apud* DOMBOS et al., 2012), as políticas públicas são baseadas em enquadramentos interpretativos que oferecem estruturas de crenças e percepções, organizando e dando significado às questões abordadas na política. As políticas, portanto, são organizadas a partir de significados compartilhados incorporados em sua formulação, enquadrando a realidade a partir de um ângulo específico. Com isso, quando uma política desenvolvida em um contexto patriarcal pressupõe um público homogêneo e não incorpora questões de gênero, ela o faz sob um enquadramento específico.

Com raiz no mesmo conceito, a noção de enquadramento interpretativo também é utilizada para compreender os significados compartilhados por organizações e movimentos sociais (BENFORD; SNOW, 2000), incluídos movimentos feministas. Os enquadramentos produzidos por esses movimentos demarcam injustiças e desigualdades sociais e atribuem responsabilidade por essas condições a outros atores (GOHN, 1997). Dessa forma, as mulheres também

organizam e esquematizam sua forma de interpretar a realidade de modo coletivo. Os movimentos e organizações nos oferecem uma oportunidade de observar como as mulheres percebem a cidade, como identificam seus problemas e o que propõem para solucioná-los.

A partir desse conceito é possível confrontar os enquadramentos interpretativos de movimentos e organizações compostas por mulheres aos enquadramentos que se apresentam nas políticas públicas e em seus marcos. No caso específico do hipercentro de Belo Horizonte, recorte espacial escolhido para o trabalho, há presença e atuação de várias organizações e movimentos de mulheres, de grupos como comerciantes, artesãs, trabalhadoras sexuais, coletivos feministas e ocupações, sendo uma área relevante para a compreensão da articulação de organizações e movimentos de mulheres. Ao mesmo tempo, é um espaço que recebe algum destaque no planejamento urbano da capital mineira, com planos e ações específicas.

Desse modo, o tema escolhido para o trabalho foi a relação entre gênero e planejamento urbano, encampando o possível silenciamento de gênero nesse âmbito. De forma mais específica, proponho uma análise crítica dos enquadramentos interpretativos incorporados à política urbana para o hipercentro de Belo Horizonte sob uma perspectiva de gênero. Para isso, foram analisados os enquadramentos interpretativos que sustentam instrumentos de planejamento urbano vigentes durante a pesquisa que tratam sobre o hipercentro de Belo Horizonte, com foco especificamente sobre o Programa de Requalificação do Centro “Centro de Todo Mundo”, sob uma perspectiva de gênero fundamentada nos enquadramentos interpretativos de organizações ou movimentos sociais protagonizados por mulheres atuantes no espaço recortado.

Da definição do tema, foi proposta a seguinte questão: quais são os contrastes e as convergências entre a experiência das mulheres no espaço estudado e os instrumentos de planejamento urbano produzidos pelo Estado? A questão se desenvolveu em duas frentes que se confrontaram na comparação proposta pelo trabalho. A primeira é a experiência das mulheres no centro de Belo Horizonte, captada por meio da visão de lideranças de mulheres que se apropriam desse espaço, como trabalhadoras do comércio, trabalhadoras sexuais, lideranças de ocupações e lideranças de movimentos feministas. A segunda é a política pública em si, ou seja, como o planejamento urbano da prefeitura aborda ou silencia o

gênero em seus instrumentos. Dessa forma, o problema de pesquisa está justamente na compreensão sobre os encontros e desencontros entre a visão das mulheres e a da política pública.

Pesquisar sobre a perspectiva das mulheres na cidade significa investigar a subversão dos lugares de gênero: escutar as mulheres sobre a ocupação das ruas, do espaço público, da cidade, entendendo-as como sujeitos com direito à cidade. Esse, todavia, não é o sentido tomado pela política urbana de forma convencional, a regra é a pressuposição de um cidadão universal, que - no contexto de uma administração pública em que a maior parte das decisões são tomadas por homens - é idealizada pela experiência masculina, branca e cis (SARAIVA, 2017; CASIMIRO, 2017; PASSOS, 2018). Apesar de que há mais de quatro décadas seja discutida a incorporação do gênero a todas as etapas do planejamento urbano, poucas mudanças efetivas ocorreram, e as mulheres seguem enfrentando as violências de uma cidade feita por homens para homens. Em Belo Horizonte, Passos (2018) denuncia um apagamento das questões de gênero e sexualidade na política urbana para o hipercentro, de modo que permanece atual a discussão nesse contexto. A relevância do presente estudo, portanto, está em discutir e viabilizar uma perspectiva feminista para a elaboração de instrumentos de planejamento urbano e políticas públicas que considerem a realidade das mulheres. Compreender a distância entre aquilo que é proposto pela prefeitura e aquilo que é vivenciado pelas mulheres na cidade é um primeiro passo em direção à incorporação da equidade de gênero às políticas públicas municipais. Além disso, trazer luz às possíveis lacunas da política urbana em relação às mulheres é relevante para orientar as reivindicações da população nesse sentido.

Em relação à literatura, a pesquisa se justifica pela falta de trabalhos que analisem especificamente a questão de gênero no hipercentro de Belo Horizonte. Ao utilizar as palavras “centro”, “hipercentro”, “mulheres”, “gênero” e “Belo Horizonte” na ferramenta de pesquisa do Portal Scielo<sup>1</sup>, não há nenhum resultado relacionado a planejamento urbano, políticas públicas ou áreas relacionadas, mas apenas trabalhos da área da saúde. Partindo disso, o trabalho propõe uma discussão necessária sobre gênero e planejamento urbano no hipercentro de Belo Horizonte, atual na medida em que estão em curso suas ações.

---

<sup>1</sup> O Portal Scielo (Scientific Electronic Library Online) é um repositório eletrônico de revistas científicas brasileiras selecionados por meio de critérios estabelecidos.

De forma mais ampla, a maior parte dos trabalhos encontrados sobre gênero, espaço e planejamento urbano localizam-se nas áreas da geografia, da arquitetura e urbanismo e semelhantes, evidenciando a lacuna de trabalhos no campo de públicas sobre esse tema. Com isso, a pesquisa foi uma oportunidade de fortalecer as investigações sobre direito das mulheres à cidade e planejamento urbano feminista no campo de públicas, para além da arquitetura e urbanismo, em que o tema é mais fortemente abordado. Além disso, a pesquisa buscou criar um diálogo entre a literatura do urbanismo e da geografia, que trabalham com conceitos de espaço, direito à cidade e planejamento urbano, e conceitos desenvolvidos nas ciências sociais, por meio da análise de enquadramentos interpretativos. A análise, portanto, contribui para a literatura ao mobilizar conceitos de campos distintos em uma abordagem que os aproxima, permitindo uma articulação entre os estudos sobre espaço urbano e a discussão da administração pública.

Orientada nesse sentido, o objetivo central da pesquisa consistiu em analisar os enquadramentos interpretativos dos instrumentos de planejamento urbano de Belo Horizonte que tratam do hipercentro da cidade em comparação às perspectivas de lideranças femininas e representantes de grupos ou movimentos atuantes no espaço estudado. Tal objetivo desdobra-se no levantamento e na sistematização de documentos de políticas públicas que ditam sobre programas, projetos e ações que intervenham no hipercentro de Belo Horizonte, seguida da análise das ações do Programa de Requalificação do Centro “Centro de Todo Mundo” sob a perspectiva de gênero, identificando aspectos de gênero nos documentos de políticas públicas levantados. Em adição, buscou-se escutar e sistematizar as percepções de lideranças femininas atuantes no centro de Belo Horizonte sobre espaço urbano, planejamento e políticas públicas, comparando os enquadramentos interpretativos das lideranças entrevistadas sobre o centro da cidade aos das políticas públicas. Outro objetivo específico da pesquisa foi estabelecer um diálogo entre conceitos da arquitetura e da geografia relacionados ao espaço, ao urbanismo e ao direito à cidade e a análise de políticas públicas pela entrada da Administração Pública.

Para concretizar os objetivos propostos, foi mobilizada a metodologia de análise crítica de enquadramentos interpretativos, que propõe a identificação dos *frames* incorporados às políticas públicas, nesse caso com foco na questão de gênero (VERLOO; LOMBARDO, 2007; DOMBOS et al., 2012; MARCONDES, 2019;

GUARANHA, 2021). Nesse sentido, foi realizado levantamento documental e sistematização de textos de publicidade institucional do programa “Centro de Todo Mundo”, além de atas de audiências públicas e legislações complementares. Não se esgotando em tal abordagem, o trabalho também se desenvolveu no sentido da análise dos enquadramentos interpretativos compartilhados por grupos de mulheres no que diz respeito à mobilização neste espaço, fundamentando-se na literatura de movimentos sociais (BENFORD; SNOW, 2000; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). A coleta das informações necessárias para tal se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com representantes de movimentos, coletivos e organizações de mulheres que atuam no centro de Belo Horizonte. Por fim, foram contrastados os resultados das duas análises.

Posto o contexto, o presente trabalho está organizado, para além desta introdução, em um capítulo que revisa a bibliografia de gênero e políticas públicas, partindo de uma discussão mais abstrata sobre os conceitos de gênero, sexo e sexualidade, passando pelas discussões de interseccionalidade, e seguindo para uma dimensão prática, tanto pela entrada da atuação do movimento feminista, quanto da institucionalidade e das políticas para mulheres. Em seguida, o conceito de enquadramentos interpretativos e suas aplicações nas ciências sociais são revisitados no sentido de fundamentar na literatura a abordagem metodológica escolhida para a investigação, de modo que o capítulo é seguido pela metodologia empregada. Como um último esforço de síntese do marco teórico e de contextualização mais abrangente, o quinto capítulo apresenta um breve histórico do planejamento urbano, desde seu surgimento até suas implicações práticas no Brasil. Por fim, os resultados estão apresentados nos capítulos 6 e 7, sendo que o primeiro aborda os enquadramentos interpretativos compartilhados por movimentos e organizações de mulheres, e o segundo aborda criticamente os *frames* incorporados pelo programa “Centro de Todo Mundo”.

## **2. ESTUDOS FEMINISTAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: TRAZENDO O GÊNERO AO CENTRO DO DEBATE**

O referencial teórico utilizado para desenvolver uma pesquisa que busca um olhar feminista voltado à experiência das mulheres na cidade não poderia partir de outro ponto: a revisão sobre os estudos feministas. Neste capítulo, foram introduzidos debates relevantes para a compreensão das bases teóricas sobre que está construída a investigação do ponto de vista de gênero. A relevância deste capítulo está no esclarecimento sobre os conceitos e as lentes teóricas desenvolvidas no campo dos estudos feministas que foram empregados na análise aqui proposta, considerando que o próprio campo é composto por visões diversas e plurais, afinal as mulheres não representam um grupo homogêneo ou coeso.

A organização do capítulo segue a lógica de partir dos temas mais abstratos em direção aos mais concretos. A primeira seção abarca uma breve revisão sobre o conceito de gênero, partindo das teorias que sustentaram as primeiras formulações do pensamento feminista até as discussões mais atuais sobre gênero, sexo e sexualidade. Ainda em uma discussão teórica, mesmo que sempre orientada pela experiência real de mulheres, a seção seguinte apresenta a interseccionalidade como uma ferramenta fundamental para as investigações feministas. Saindo da teoria feminista para a prática, a terceira seção resgata a história dos movimentos feministas no Brasil, contextualizados em uma dinâmica global mais ampla e desdobrados espacialmente na dinâmica local em Belo Horizonte. Finalmente, a última seção deste capítulo compreende as principais referências e marcos históricos para a política pública de igualdade de gênero, incluindo tanto a discussão sobre a implementação de políticas voltadas às mulheres, quanto a questão da participação feminina nos processos de políticas públicas.

### **2.1. Gênero, sexo e sexualidade: conceitos em movimento**

A definição do que é ser mulher, sobre as formas como se manifestam e se constituem gênero, sexo e sexualidade nas sociedades humanas, é objeto de discussões abertas há décadas no campo de estudos feministas, na psicologia, nas ciências sociais e em qualquer área que olhe para as relações humanas, afinal a forma binária como estão ordenadas hegemonicamente as interações afetam cada forma de existência individual e coletiva. O conceito de gênero retoma uma

concepção do aspecto cultural que define a segregação entre papéis, atividades e características masculinas e femininas anterior à introdução dessa palavra à literatura feminista, em oposição à perspectiva dominante até então, que atribui essas categorias a atributos naturais ou essenciais. Como apresento ao longo do trabalho, esses conceitos são fundamentais para estudar a forma como se dá a experiência das mulheres na cidade, na medida em que, conforme mostra Doreen Massey (1994) as relações de sexo, gênero e sexualidade são refletidas e refletem o espaço.

Partindo da história do feminismo - ainda que ela seja contada desde uma perspectiva do Norte global que a princípio deixava de lado as especificidades da experiência das mulheres em variados contextos -, as formulações que se opõem à ideia de naturalidade das diferentes posições ocupadas por homens e mulheres na sociedade surgiram após a Revolução Francesa, a partir da defesa da extensão dos direitos conquistados para os homens às mulheres. Autoras como Olympe de Gouges ([1791] 2021) e Mary Wollstonecraft ([1792] 2016) defendiam pela primeira vez a libertação da mulher, ao argumentarem que não há uma superioridade intelectual ou moral masculina como essência:

[...] continuo insistindo que não só a virtude, como também o *conhecimento* dos dois sexos deveria ser o mesmo em natureza, se não em grau, e que as mulheres, consideradas não apenas criaturas morais, como também racionais, deveriam se esforçar para adquirir virtudes humanas (ou perfeições) mediante os *mesmos* meios que os homens, em vez de serem educadas como uma espécie de criatura imaginária *pela metade* - uma das extravagantes quimeras de Rousseau (WOLLSTONECRAFT, [1792] 2016, p. 62)

Saltando para a década de 1930 - conforme narra Adriana Piscitelli (2009) - quando o movimento chamado de feminismo à época se voltava à conquista de direitos políticos e igualdade legal para as mulheres, desenvolvia-se no campo das ciências sociais a noção de papéis sociais (MEAD, [1935] 2000). O objeto central dessa discussão são os fatores que influenciam o comportamento humano, encontrando os papéis sociais como explicação para as diferentes posições ocupadas de acordo com categorias como gênero e idade. Esses papéis são categorizados e reconhecidos coletivamente, formando uma concepção cultural sobre qual papel deve ser desempenhado por cada indivíduo em uma sociedade, o que pode variar de acordo com o tempo e o espaço. A noção de papéis sociais

desenvolveu-se ainda na linha da explicação da reprodução cultural dessas características a partir do processo de socialização, de modo que desde o nascimento são atribuídos tratamentos diferenciados às crianças de acordo com o sexo. As personalidades desviantes, nessa perspectiva, seriam resultantes de “falhas” do processo de socialização.

A antropóloga Margaret Mead ([1935] 2000), na mesma linha, buscou demonstrar como diferentes culturas lidam com a diferenciação sexual, evidenciando que as noções de masculinidade e feminilidade variam de acordo com a cultura. Com isso, a autora estadunidense contestou a noção dominante nos Estados Unidos e na Europa à época de que as mulheres seriam mais afetivas em função da maternidade e que os homens seriam mais agressivos como um atributo natural e universal (PISCITELLI, 2009). O reconhecimento de que os papéis assumidos a partir da diferenciação sexual variam em diferentes sociedades é fundamental não apenas para compreender esse fenômeno como cultural, mas também para apontar as limitações de um viés sobre a questão das mulheres que parte de uma lógica universalizante vinda de mulheres brancas da Europa e dos Estados Unidos. Evidentemente esses papéis foram transportados para grande parte do mundo - principalmente para o contexto brasileiro, recorte deste trabalho - a partir da dominação colonial, mas isso não significa que seu desenvolvimento foi homogêneo em todas as partes do mundo, na medida em que, conforme os trabalhos de Mead ([1935] 2000), os atributos de masculinidade e feminilidade são variáveis.

Contudo, ao descrever as formulações sobre o papel ocupado pelas mulheres nesse período, Piscitelli (2009) deixa escapar a importante contribuição de autoras marxistas para o tema. Donna Haraway (2004), em um esforço de trazer luz à trajetória do conceito de gênero, mostra como a partir das formulações de August Bebel ([1910] 2022) feministas marxistas europeias, como Alexandra Kollontai ([1872-1952] 2021) e Clara Zetkin ([1889-1924] 2024), contribuíram para a compreensão da “questão das mulheres”. Nessa linha teórica, surgem formulações sobre os papéis assumidos por homens e mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas, sob o argumento de que eles não seriam naturais, mas definidos socialmente a partir da configuração econômica. Em 1909, Kollontai (2021) denunciou que não há nada de natural na forma como se constituem as famílias a partir do casamento monogâmico heterossexual, na medida em que é instituída a partir da ordem econômica vigente. Para defender que mudanças na organização

produtiva levariam a mudanças na forma como se relacionam os sexos, argumenta que “uma forma de relação social entre os homens, qualquer que seja, exige, para que seja sólida, a existência de causas econômicas que, a seu tempo, fazem nascer, precisamente, essa forma de relações sociais e não outra” (KOLLONTAI, 2021, p. 57).

Em uma discussão filosófica sobre a posição assumida pelas mulheres na sociedade, ultrapassando o debate da primeira metade do século XX, Simone de Beauvoir ([1949] 2016a; [1949] 2016b) desenvolveu o trabalho que, segundo Haraway (2004), é a raiz de todos os significados modernos de gênero. Os dois volumes da obra “O Segundo Sexo”, lançados em 1949, apresentam uma linha de argumentos para não deixar dúvidas sobre o caráter social do papel da mulher e, mais que isso, do desfavorecimento das mulheres dentro dessa lógica que nada tem de natural (PISCITELLI, 2009). Da filosofia existencialista, Beauvoir (2016b) transporta à diferenciação entre sexos a noção de que não há, de forma alguma, destino natural ou divino que determina o comportamento humano, na medida em que o ser é a partir da própria existência. Escreve, sob tal orientação, uma das frases mais citadas pelas feministas em todo o mundo:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro* (BEAUVOIR, 2016b, p.11)

Ultrapassando a teoria dos papéis sexuais de Margaret Mead (2000 apud PISCITELLI, 2009), Beauvoir (2016a; 2016b) não estava preocupada apenas em descrever a forma como se definem os papéis assumidos por cada sexo, mas em compreender o lugar da mulher nessa relação, em uma clara defesa do sexo feminino submetido à dominação dos homens. Sobre essa posição, afirma que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2016a, p. 13).

Apesar de reconhecer as contribuições da psicanálise e do marxismo para o debate sobre a mulher, Beauvoir (2016a) dirige críticas às duas linhas, evidenciando suas limitações para explicar a totalidade da existência das mulheres. Sobre as formulações que se fundamentam no materialismo dialético (mencionadas

acima) e na psicanálise, a autora aponta a impossibilidade de que apreendam a totalidade da existência. O que é agregado ao trabalho de Beauvoir (2016a) pelo freudismo é “o fato de o existente ser um corpo” (p. 90), de modo que “a maneira pela qual se sente como um corpo diante de outros corpos traduz concretamente sua situação existencial” (p. 90). Enquanto do marxismo a autora toma como verdadeiro que “as pretensões ontológicas do existente assumem uma forma concreta segundo as possibilidades materiais que se lhe oferecem, e em particular as que as técnicas lhe proporcionam” (BEAUVOIR, 2016a, p. 90). Tais agregações serão fundamentais também para a presente investigação, na medida em que tanto as manifestações sexuais, quanto as possibilidades materiais da existência se exprimem na forma como se organiza o espaço e nas interpretações das mulheres que o ocupam sobre tal.

Baseadas principalmente do trabalho de Beauvoir, as feministas da Segunda Onda<sup>2</sup>, a partir da década de 1960, utilizaram a categoria “mulher” como universal, entendendo que a subordinação feminina como forma de opressão ocorreria em todo lugar e sobre toda mulher (PISCITELLI, 2009). O conceito de patriarcado, que já era utilizado para definir a forma como as sociedades se organizam a partir da hierarquia familiar e do poder paterno, foi incorporado pelo discurso feminista como um fenômeno universal, muitas vezes ignorando que a realidade das mulheres é atravessada por fatores que ultrapassam a questão de gênero. Piscitelli (2009) define o patriarcado como “um sistema social no qual a diferença sexual serve como base de opressão e da subordinação da mulher pelo homem” (p. 15), ou seja, vai além da diferenciação de gêneros: é a expressão da hierarquia entre eles, a opressão de um sobre o outro. Nesse sentido, as feministas da segunda onda adotaram o lema “o pessoal é político”, entendendo que a opressão de gênero está presente na vida cotidiana das mulheres e deve ser combatida nesse contexto, por meio de uma transformação na cultura e nos costumes dentro do âmbito familiar, da educação e das relações, para além das mudanças institucionais e legais defendidas pelas sufragistas.

Por outro lado, a crítica a esse movimento centra-se na limitação da proposta de uma leitura universal para a opressão das mulheres. Piscitelli (2009)

---

<sup>2</sup> A segunda onda do feminismo – tema desenvolvido no tópico 2.3 - define o momento de manifestação política das mulheres e reivindicações por transformações culturais que se inicia na década de 1960, marcando também o início do desenvolvimento dos estudos de gênero (PEREZ; RICOLDI, 2023).

mostra como o patriarcado se tornou um conceito vazio, que pretende uma explicação universal para a subordinação de um sexo por outro, enquanto a realidade é muito mais complexa, atravessada por questões que ultrapassam a noção de gênero, como raça, classe, desigualdades regionais e religiosas. Essa perspectiva é apresentada à frente na discussão sobre interseccionalidade, a partir de movimentos e autoras que se opõem à lógica europeia branca que possui a pretensão de elaborar uma noção universal para o feminismo.

Enfim, no contexto da segunda onda do feminismo e da discussão sobre a desigualdade entre sexos como uma questão cultural, surge o conceito de gênero, inicialmente não no campo do feminismo especificamente, mas na psicanálise. O termo foi utilizado pela primeira vez pelo psicanalista estadunidense Robert Stoller (1965) no Congresso Psicanalítico Internacional de Estocolmo de 1963 (PISCITELLI, 2009; HARAWAY, 2004). Tratando sobre a identidade de gênero, Stoller (1965 *apud* PISCITELLI, 2009) buscou distinguir sexo e gênero, o primeiro associado à natureza e à biologia e o segundo relacionado aos aspectos culturais e sociais, de modo que haveria uma diferença sexual natural, contudo não seria ela que definiria a identidade de gênero, mas aprendizados culturais.

A difusão do conceito de gênero e incorporação ao debate feminista, no entanto, só ocorreu a partir da década de 1970, principalmente a partir do trabalho da antropóloga estadunidense Gayle Rubin (1975), com o ensaio “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo” de 1975 (PISCITELLI, 2009; HARAWAY, 2004). Rubin (1975) definia o sistema sexo/gênero como “o sistema de relações sociais que transformava a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e no qual são satisfeitas as necessidades sexuais específicas daí historicamente resultantes” (HARAWAY, 2004, p. 223), portanto são sistemas que podem ser transformados por meio da luta política. A autora também argumentou que a heterossexualidade compulsória possui um papel central na manutenção da opressão das mulheres pelos homens, na medida em que as relações se estabelecem de forma que são garantidos aos homens direitos absolutos sobre as mulheres. Essa posição é corroborada por autoras como Adrienne Rich (1980) e Monique Wittig (1981) (HARAWAY, 2004).

Dessa forma, é criado um tabu contra relacionamentos não heterossexuais e contra o desvio aos papéis de gênero, justificado pela divisão sexual do trabalho, na medida em que o casamento heterossexual seria considerado

dentro de uma norma patriarcal uma união necessária para que se cumpram as funções para a manutenção da sociedade, com o papel reprodutivo destinado à mulher e o produtivo ao homem, subordinando o primeiro ao segundo (FEDERICI, 2019; ENRÍQUEZ, 2015; HIRATA; KERGOAT, 2007). Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), sobre a divisão sexual do trabalho, postulam que se trata da “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (p. 599), modulado histórica e socialmente. Essa lógica se transporta também à forma como se organiza espacialmente a sociedade, na medida em que é aceito que a mulher, responsável pelas atividades reprodutivas, pertence à esfera doméstica, enquanto o espaço público é destinado aos homens.

Vale ressaltar que, como será exposto ao tratar especificamente sobre interseccionalidade, essa divisão não se manifesta de forma homogênea para todas as mulheres do mundo. Como argumenta Bell Hooks (2021), quando as mulheres brancas de classe média reivindicavam a participação no mercado de trabalho como forma de libertação, a classe trabalhadora já tinha uma composição considerável de mulheres, sua maioria em trabalhos desvalorizados, em condições precárias e sem garantias básicas.

Em sua leitura sobre gênero, Judith Butler ([1990] 2023) realiza uma crítica à própria definição da categoria mulher como sujeito do feminismo. Para a autora, a categoria “mulheres” é produzida pelas mesmas estruturas de poder a que se opõe o feminismo, de modo que a definição desse sujeito se dá de acordo com as exigências dessas estruturas, como uma formação discursiva própria de determinada forma de regulação jurídica e política. Argumenta também que o problema dessa categoria está na ficção de que “mulheres” seria uma categoria estável ou uma identidade comum,

[...] porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero se estabelece em interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (BUTLER, [1990] 2023, p. 21)

Assim, Butler ([1990] 2023) mostra que a pretensão de um sujeito estável e único do feminismo gera recusas à aceitação dele por mulheres diversas, defendendo, portanto, que “a identidade do sujeito feminista não deve ser o

fundamento da política feminista” (p. 25). Outro questionamento da autora se direciona à formulação da distinção de sexo e gênero como representativos do aspecto natural e cultural, respectivamente. Ela demonstra como o sexo é apenas concebido dentro da lógica de seu gênero, de modo que sua apreensão não é um elemento estático em seu binarismo anterior à cultura, como uma superfície neutra. Com isso, entende que a forma como os corpos se diferenciam sexualmente é significada na construção por oposição.

Nessa linha, o gênero se relaciona com sexo, prática sexual e desejo na medida em que ele só se torna inteligível a partir da coerência e da continuidade entre esses âmbitos. A partir desse argumento, Butler (2023) constrói uma noção de gênero como performaticamente produzido: “o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performaticamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” (p. 56).

Relacionando as noções de gênero e sexualidade aos conceitos de espaço e lugar, Doreen Massey (1994) argumenta que os espaços e os lugares ao mesmo tempo refletem as relações de gênero e têm efeitos sobre elas, reconhecendo que essas relações variam em diferentes culturas e no tempo:

Desde o significado simbólico de espaços/lugares e as mensagens claramente generificadas que eles transmitem, até a exclusão direta pela violência, espaços e lugares são não apenas generificados mas, ao sê-lo, refletem e afetam as formas em que o gênero é construído e entendido. A limitação da mobilidade da mulher, tanto em termos de identidade quanto de espaço, tem sido, em alguns contextos culturais, um meio crucial de subordinação. (MASSEY, 1994, p. 179, tradução nossa<sup>3</sup>)

Dessa forma, a compreensão da forma como as relações de gênero se dão no espaço da cidade e como elas são ou deixam de ser incorporadas ao planejamento urbano é fundamental para estudar a forma como se dão as múltiplas experiências generificadas no espaço. Contudo, é insuficiente uma leitura isolada sobre gênero em qualquer contexto: na realidade social não há categorização ou organização que cria limites entre as relações de poder e de opressão, elas se

---

<sup>3</sup> “From the symbolic meaning of spaces/places and the clearly gendered messages which they transmit, to straightforward exclusion by violence, spaces and places are not only themselves gendered but, in their being so, they both reflect and affect the ways in which gender is constructed and understood. The limitation of woman’s mobility, in terms both of identity and space, has been in some cultural contexts a crucial means of subordination.” (MASSEY, 1994, p. 179)

interligam, sobrepõem e dialogam, fazendo necessária uma leitura interseccional e afastada de pretensões universais, como é apresentado a seguir.

## **2.2. Mulheridades e feminismos: abordagens interseccionais nos estudos de gênero**

Das bases de autoras que se aprofundam na compreensão do gênero como categoria que estrutura grande parte das sociedades, surgem os questionamentos sobre as interseções e variações dessa estrutura na experiência individual e coletiva. Está evidente que o gênero não descreve categorias estáticas e que a compreensão sobre o que é ser mulher varia de acordo com o espaço e o tempo (MASSEY, 1994; PISCITELLI, 2009; HARAWAY, 2004). Mas não termina nas relações de gênero e suas variações temporais e espaciais a complexidade das desigualdades sociais e opressões que enfrentam as diversas mulheres ao redor do mundo: as desigualdades de raça, classe, etnia, cultura, religiosidade, sexualidade e muitas outras se sobrepõem, entrelaçam e interagem.

Como exposto, o movimento feminista em seu primeiro momento era organizado principalmente por mulheres brancas de classe média, com reivindicações que, mesmo que tivessem a pretensão de transmitir pautas universais das mulheres, não olhavam para a experiência de mulheres racializadas, trabalhadoras e que enfrentavam outras formas de opressão. Apesar do esforço de feministas socialistas para mostrar as relações entre gênero e classe, como Kollontai (2021) quando postula sobre a influência da ordem econômica vigente na forma como se estabelecem as relações de gênero, ficavam ainda de lado as análises que compreendessem raça e gênero dentro de um mesmo sistema de opressões (HARAWAY, 2004). O isolamento da análise e a pretensão de universalidade se manifestou na própria definição do que é ser mulher, entendendo o patriarcado como um sistema que atingia todas as mulheres causando experiências de opressão homogêneas (PISCITELLI, 2009).

A diferenciação entre mulheres brancas e não brancas, principalmente no caso de países colonizados em que a exploração de pessoas negras escravizadas foi a base da formação econômica, está na própria origem da modernidade, na forma como se estabeleceram as relações econômicas e sociais sustentadas pelo racismo. No caso dos Estados Unidos, de forma semelhante ao Brasil, conforme

Donna Haraway (2004), a mulher negra não era entendida como mulher tal que a branca, mas como fêmea, desumanizada e sexualizada. A mulher negra não era propriedade do homem por parentesco, mas uma propriedade alienável, de forma que “feministas brancas notáveis eram casadas com homens brancos, enquanto as feministas negras eram propriedade dos homens brancos” (HARAWAY, 2004, p. 241). Dessa forma, o racismo e o sexismo interagem, criando desigualdades ainda mais marcantes e complexas. Nas palavras de Sueli Carneiro (2019, p. 260), “o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes”.

No Brasil, Lélia Gonzalez (2019) mostra como as relações sociais permanecem moldadas pelo desenvolvimento da sociedade sobre as bases da escravidão, de modo que as mulheres negras são vistas em alguns momentos como objeto de desejo e sexualizadas e, no cotidiano, discriminadas e vistas apenas como “domésticas”. O carnaval expressa esse momento, em que a cultura negra é exaltada, os corpos de mulheres negras são sexualizados e é reafirmado o mito da democracia racial, enquanto no cotidiano as mulheres negras precisam enfrentar o racismo, “segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isso porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática” (GONZALEZ, 2019, p. 233).

De forma crítica ao discurso hegemônico dentro do movimento feminista na segunda metade do século XX, principalmente a partir da mobilização de mulheres negras e trabalhadoras, começam a ganhar voz experiências diferentes daquelas colocadas como centrais até então (COLLINS, CHEPP, 2013). Patrícia Hill Collins e Valerie Chepp (2013) mostram como nos EUA, por exemplo, enquanto as mulheres brancas estavam lutando pelo direito ao aborto, mulheres negras enfrentavam ainda questões muito mais graves em relação aos seus direitos reprodutivos, como procedimentos forçados de esterilização e a violência contra seus filhos. Essa diferença entre a luta por direitos reprodutivos de mulheres brancas e a de mulheres negras tem origem também no sistema escravagista: as mulheres brancas buscam a propriedade de si e o direito de decidir sobre o próprio corpo - como o direito ao aborto e a métodos contraceptivos -, enquanto as mulheres negras precisam se preocupar com o direito e a liberdade de seus filhos.

Outra pauta levantada pelas mulheres negras é a questão do trabalho, evidenciando que a experiência das mulheres brancas de classe média não representa o universal. Desde o ensaio de Virginia Woolf ([1929] 2019) sobre a independência econômica da mulher até a grande repercussão da “Mística Feminina” (BETTY FRIEDAN, [1963] 2021), as feministas brancas de classe média denunciavam o aprisionamento das mulheres aos lares e a dominação masculina por meio da dependência econômica, argumentando que a inserção no mercado de trabalho seria o caminho para a igualdade e a independência. No entanto, ignoravam elas que grande parte das mulheres já fazia parte da força de trabalho, principalmente mulheres pobres e não brancas, de forma que o problema que enfrentavam não era a falta de acesso ao trabalho, mas as condições precárias, a discriminação e as baixas remunerações impostas a elas. Sobre isso, Bell Hooks (2021) deixa claro que não é o trabalho em si mesmo que liberta a mulher, de modo que a discussão deve ser sobre qual tipo de trabalho é libertador.

Dentro do movimento feminista brasileiro, Sueli Carneiro (2019) aponta pautas que eram deixadas à margem pela visão hegemônica das mulheres brancas e foram tomadas como bandeiras pelos movimentos de mulheres negras. Dentre elas, destacam-se a inserção desigual no mercado de trabalho entre brancas e negras; a hegemonia da branquitude que afeta a sexualidade, a afetividade e a autoestima de mulheres não brancas; e a representação estereotipada nos meios de comunicação. No âmbito da saúde, além dos direitos reprodutivos, Carneiro (2019) aponta para a bioética e as práticas eugenistas que surgem com projetos relacionados à genética. Enfim, observa-se como, na prática, as demandas das mulheres não brancas vão muito além daquelas propostas como universais pelo movimento feminista.

De modo semelhante, Patrícia Hill Collins e Valerie Chepp (2013) abordam a interseccionalidade como uma ferramenta de estudo da multidimensionalidade da experiência humana, definindo-a como:

conjunto de ideias e práticas que sustentam que gênero, raça, classe, sexualidade, idade, etnia, capacidade e fenômenos semelhantes não podem ser entendidos analiticamente de forma isolada uns dos outros; em vez disso, essas formulações sinalizam uma constelação de relações de poder que produzem realidades materiais desiguais e experiências sociais distintas para indivíduos e

grupos posicionados dentro delas (COLLINS; CHEPP, 2013, p. 58-59; tradução nossa<sup>4</sup>)

A experiência individual e coletiva nas intersecções de raça, gênero, classe e sexualidade, segundo as autoras, é moldada por padrões de privilégios e desvantagens. Nessa linha, Collins e Chepp (2013) argumentam que podem ser experimentados simultaneamente, por determinado indivíduo ou grupo, privilégios e desvantagens, e que os diferentes posicionamentos na matriz de dominações impactam não apenas a realidade material e a experiência, mas a própria forma de apreensão e interpretação<sup>5</sup>.

Especialmente para este trabalho, que focaliza as experiências das mulheres, a análise interseccional é fundamental, na medida em que essas experiências não são reguladas apenas por relações de gênero, mas por uma complexidade de estruturas de dominação que envolvem classe, raça e outras categorias que se combinam criando diversas posições. Mais que isso, experiências comuns são interpretadas, enfrentadas e respondidas de formas distintas por diferentes mulheres, de forma coletiva ou individual, na medida em que sua posição social é marcada por diferentes fatores. Desse modo, o diálogo com a questão racial e econômica passa pela forma como esses fatores influenciam a experiência na cidade, considerando que a própria ocupação do espaço é moldada por essas relações:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (...) No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de

---

<sup>4</sup> “assemblage of ideas and practices that maintain that gender, race, class, sexuality, age, ethnicity, ability, and similar phenomena cannot be analytically understood in isolation from one another; instead, these constructs signal an intersecting constellation of power relationships that produce unequal material realities and distinctive social experiences for individuals and groups positioned within them” (COLLINS; CHEPP, 2013, p. 58-59)

<sup>5</sup> A interpretação e a organização da experiência na sociedade, no sentido da compreensão de problemas públicos e soluções para eles, é o foco central deste trabalho, que foi desdobrado no capítulo seguinte a partir do conceito de *frames* ou enquadramentos interpretativos.

higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar (GONZALEZ, 2019, p. 234)

No hipercentro da capital mineira, onde passam, vivem, estudam, trabalham e se organizam mulheres diversas, é fundamental compreender a impossibilidade de universalizar a experiência dessas mulheres, com um olhar atento às desigualdades raciais e econômicas, em diálogo com gênero, sexo e sexualidade. Ainda devem ser reconhecidas as ausências, a falta de acesso e a exclusão: para além da relação com o espaço, o isolamento e a segregação. A partir de uma abordagem interseccional que conecta a teoria à prática, fundamentada no reconhecimento e no empoderamento de grupos com experiências distintas, podem ser desenhados caminhos em direção a um planejamento urbano orientado pela justiça social.

### **2.3. Do global ao local: a trajetória do movimento feminista até Belo Horizonte**

Contextualizando a trajetória do debate sobre as pautas de gênero à luta histórica das mulheres, apresento uma breve retomada do movimento feminista brasileiro, partindo do cenário global que o contextualiza até as práticas localizadas em Belo Horizonte. Compreender o desenvolvimento da luta e organização das mulheres permite um olhar mais atento às dinâmicas atuais de interpretação, organização e construção de movimentos, coletivos e grupos de mulheres e sua orientação no entorno de pautas comuns.

Ampliando as lentes para um cenário global, a gênese do movimento feminista, entendida como a primeira onda do feminismo, se deu nas lutas pelo sufrágio iniciadas na Europa e nos Estados Unidos no fim do século XIX e início do XX, protagonizadas principalmente por mulheres de classe média. Não se limitando a tal, os movimentos desse período reivindicavam a extensão dos direitos conquistados pelos homens nas revoluções liberais às mulheres, garantindo a elas autonomia legal. Em um olhar crítico à categorização clássica das ondas do feminismo, Olívia Perez e Ariene Ricoldi (2023) mostram que esses processos não se desenvolveram de forma homogênea em todos os países, além de que a luta feminista não se inicia necessariamente nesse período, na medida em que a igualdade entre homens e mulheres é uma pauta em toda a trajetória política das mulheres.

A segunda onda do feminismo, por sua vez, apresenta uma perspectiva sobre as desigualdades de gênero que ultrapassam a conquista de direitos no sentido legal, questionando a desigualdade entre homens e mulheres na dimensão cultural. Conforme Perez e Ricoldi (2023), esse movimento nasceu por volta da década de 1960, associado às lutas políticas por direitos civis e à contracultura. Em adição, como já mencionado, neste momento se iniciou o desenvolvimento do campo dos estudos feministas, associando a luta prática das mulheres às formulações teóricas sobre gênero. A potencialidade do movimento feminista em todo o mundo nesse período é descrita por Federici (2019):

Em meados dos anos 1970, os movimentos feministas haviam se transformado em uma força social poderosa, que desafiava não só as relações desiguais de gênero, mas também toda a estrutura social “patriarcal”, exigindo uma mudança social radical. Além disso, os movimentos se disseminaram por meio de grupos, iniciativas ou organizações que emergiam em todas as partes do mundo. (FEDERICI, 2019, p. 239)

Ainda no contexto global, o desenvolvimento da terceira onda do feminismo ocorreu sob o viés da interseccionalidade, principalmente nos EUA, de modo que os conceitos de gênero, sexualidade e interseccionalidade ultrapassavam as barreiras da academia, sendo pautados pelos movimentos sociais. Segundo Ilze Zirbel (2021), “ao invés de pensar o que ocorria nos grupos de mulheres (feministas ou não) do final do século XX como uma terceira onda do feminismo, podemos pensar esse fenômeno como formativo da terceira onda, que surge uma ou duas décadas depois na forma de grandes mobilizações transnacionais”. Sobre esse contexto, Federici (2019) argumenta que a ONU assumiu protagonismo no debate sobre a promoção dos direitos das mulheres nas décadas de 1980 e 1990, limitando o potencial revolucionário do movimento feminista e assegurando a adaptação de seu discurso aos interesses do capital internacional.

Passando ao contexto nacional, as primeiras defesas explícitas aos direitos das mulheres no Brasil ocorreram no início do século XIX, mais especificamente relacionadas ao direito à educação para meninas. Retomando o período das primeiras reivindicações, em que as primeiras pensadoras feministas começaram a questionar a subjugação das mulheres aos homens, foi publicada em 1832 a obra considerada por Duarte (2020) fundante do feminismo brasileiro: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de Nísia Floresta. Com inspiração

na “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, de Mary Wollstonecraft (2016), Nísia Floresta assimilou as ideias de pensadoras europeias incorporando sua experiência própria em uma defesa do direito à educação e ao trabalho para meninas e mulheres. No mesmo período surgiram os primeiros jornais dirigidos por mulheres, como o “Jornal das Senhoras” em 1852 e “O Belo Sexo” em 1862 (DUARTE, 2020). Esse primeiro momento é descrito por Constância Lima Duarte (2020) como a primeira de quatro fases do movimento feminista brasileiro.

O segundo momento se iniciou por volta da década de 1870, com foco principal na ampliação do acesso à educação pelas mulheres e um início das movimentações para a conquista do direito ao voto. A partir desse período, se multiplicaram mais rapidamente os periódicos de feição feminista, não apenas no Rio de Janeiro, mas por todo o país. Dois nomes de destaque no período são a jornalista Francisca Senhorinha, fundadora do jornal “O Sexo Feminino”, e Josefina Álvares de Azevedo, defensora da emancipação feminina que apresentou pela primeira vez a peça “O Voto Feminino” em 1878, que posteriormente foi publicada em livro (DUARTE, 2020).

A partir da década de 1920 o movimento feminista no Brasil se tornou mais organizado e incisivo na luta pelo sufrágio, apesar de não ter se limitado à pauta, tratando também da inclusão no mercado de trabalho e do acesso ao ensino superior. Destacaram-se mulheres como Bertha Lutz, que fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e é reconhecida como importante militante pela participação política das mulheres, e Maria Lacerda de Moura, defensora do amor livre, da educação sexual e opositora à moral vigente. Se por um lado grande parte do movimento feminista atuava no sentido de pressionar o Estado e a mídia em busca da conquista de direitos pela via institucional, exigindo a alteração da legislação e a criação de políticas para as mulheres; por outro, havia movimentos revolucionários que defendiam a emancipação das mulheres por meio da superação da forma de organização social estabelecida (DUARTE, 2020). Pela via institucional, o movimento feminista conquistou o direito ao voto primeiro em 1927 no Rio Grande do Norte e em todo o Brasil em 1932.

O quarto momento é delimitado por Duarte (2020) como o período da década de 1970 até a de 1990, quando o movimento feminista passou a lutar por uma transformação social que ultrapassa as conquistas institucionais, promovendo uma revolução sexual. Em um contexto global, estava ocorrendo o fenômeno da

segunda onda do feminismo, com pautas sintetizadas na frase “o pessoal é político”, que buscava evidenciar o caráter político das experiências pessoais das mulheres, criando uma identificação comum na luta feminista. A autora destaca o reconhecimento internacional do movimento feminista quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declara o 8 de março como Dia Internacional da Mulher e a institucionalização dos estudos feministas nas universidades a partir de grupos de trabalho e núcleos de estudo. No Brasil, esse momento foi marcado pela resistência à ditadura e a participação política na redemocratização. A incorporação das reivindicações das mulheres na Constituição Federal de 1988 foi uma das principais conquistas do movimento feminista nesse processo.

De modo complementar ao trabalho de Duarte (2020), que apresenta um olhar mais ampliado sobre a história do feminismo no Brasil, Sonia Alvarez (2014) focaliza o período do feminismo contemporâneo a partir da década de 1970 por meio da categorização em três momentos distintos: centramento, *mainstreaming* e *sidestreaming*. No primeiro momento, segundo a autora, o feminismo predomina em uma configuração singular, marcado por coletivos que se organizavam de forma autônoma seguindo a lógica da segunda onda, na maioria dos casos sem um olhar crítico para a questão racial. Apesar desse padrão hegemônico, Alvarez (2014) mostra que já havia uma heterogeneidade no campo feminista: as mulheres negras começavam a criar organizações próprias, além de que as mulheres militavam dentro de sindicatos, partidos, movimentos e organizações não vistas como propriamente feministas.

Carneiro (2019) evidencia que o feminismo promovido por mulheres brancas de classe média na década de 1970 com pretensões universalizantes não era suficiente para encarar as opressões sofridas pelas mulheres negras na sociedade brasileira.

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. (CARNEIRO, 2019, p. 261)

A partir dessa percepção crítica sobre o feminismo surgem organizações de mulheres negras na década de 1980, no sentido de reconhecer as diferenças

intragênero, os privilégios das mulheres brancas e a necessidade de políticas específicas para as mulheres negras. Segundo Mônica Silva, Carla Bronzo e Flávia Brasil (2024), o feminismo negro tensiona o campo feminista, na medida em que as mulheres negras reivindicavam voz e espaço para as questões enfrentadas na interseção entre gênero e raça. As autoras mostram ainda que esse diálogo foi fortalecido a partir de encontros feministas que abriram espaço para que mulheres negras colocassem suas pautas em debate, como III Encontro Feminista Latino-americano, em 1985.

A visibilidade dos feminismos plurais e da diversidade de mulheres que compõem o campo feminista foi uma das principais marcas do segundo momento do feminismo contemporâneo. Segundo Alvarez (2014), aquelas que formavam as “outras” do feminismo no primeiro momento, passaram então a se organizar como “outros feminismos”. Em um contexto global, esse período foi marcado pelo *mainstreaming* do gênero, de modo que os discursos feministas (muitas vezes distorcidos e amenizados) passaram a ser incorporados por partidos políticos, governos e organizações internacionais. No lugar dos coletivos autônomos - que não deixaram de ser uma forma de organização, ainda que menos expressiva -, surgiram Organizações Não Governamentais (ONG) especializadas, que se relacionavam com o Estado e se institucionalizavam, entrelaçando atores e articulando o movimento.

O terceiro momento do feminismo na América Latina, para Alvarez (2014), se inicia com o fortalecimento dos movimentos e oposição ao neoliberalismo e com a ascensão da “maré rosa” no final da década de 1990. Nesse momento, a autora identifica um *sidestreaming*, a multiplicação de campos feministas paralelos e plurais, com movimentos que se identificam com diferentes vertentes e têm múltiplas interfaces. Na década de 2010, prevalece a horizontalidade nos movimentos e protestos e o enfraquecimento das formas de organização mais institucionalizadas vistas no período anterior, o que se deve tanto à descrença na institucionalização como meio para resolução, quanto à falta de recursos materiais. Deve-se destacar ainda o papel das redes sociais para o feminismo no período como estratégia de articulação e mobilização.

Em Minas Gerais, e mais especificamente em Belo Horizonte, o movimento feminista teve e tem grande expressão no contexto nacional e latino-americano. Em 1980 a cidade foi palco de uma importante manifestação

contra a violência de gênero, que abriu caminhos para a conquista de direitos para as mulheres:

Os assassinatos de Heloísa Ballesteros e Maria Regina Souza Rocha pelos maridos foram o estopim para uma mobilização de mulheres mineiras que reverberou nacionalmente. Cerca de 400 mulheres se reuniram nas escadarias da Igreja São José, em Belo Horizonte, no dia 18 de agosto de 1980, para protestar contra a violência de gênero. O ato teve repercussão na imprensa local e nacional (PÉRET *et al.*, 2022, p. 142)

Em 2016, foi realizada em Belo Horizonte a primeira ocupação feminista da América Latina, a Casa Tina Martins, que acolhe mulheres vítimas de violência. Inicialmente foi ocupado o antigo prédio da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelo Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) com apoio do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB) e posteriormente foi transferida para uma casa no bairro Funcionários. A ocupação se constituiu como referência para o movimento em outras cidades do país, sendo reconhecida internacionalmente pelo movimento feminista (MATTOS *et al.*, 2023).

Outros marcos importantes para a luta das mulheres em Belo Horizonte são o Dia Internacional da Mulher e a Caminhada Lésbica de Belo Horizonte. No 8 de março, data central na mobilização da luta feminista em todo o mundo, são realizadas duas manifestações principais na cidade: o 8M Unificado e o 8M Popular. Em 2024, seguindo uma tendência dos anos anteriores, os atos das duas organizações ocorreram em unidade em grande parte do trajeto, sendo que o segundo foi incorporado ao primeiro na Praça Raul Soares, local de concentração, e seguiram juntos para o Viaduto Santa Tereza, passando pela Praça Sete, local mais simbólico do ato (MATTOS *et al.*, 2024).

O que há de comum em todos esses grandes marcos do movimento feminista em Belo Horizonte, além do horizonte da equidade de gênero, é o lugar: o hipercentro da cidade. O antigo prédio da Escola de Engenharia, a Igreja São José, a Praça Raul Soares e a Praça Sete, todos estão próximos no espaço do hipercentro, um local de efervescência do feminismo em Belo Horizonte, ao mesmo tempo marcado por contradições, violências e violações de direitos. É evidente que o movimento feminista em Belo Horizonte se organiza em vários territórios, por meios e em formas distintas, mas o que evidencia o histórico da luta das mulheres na cidade é que o centro é um espaço fundamental para elas.

## 2.4. Mulheres e políticas públicas: agenda e participação

A transformação do viés de gênero das políticas públicas sempre foi uma pauta central para o movimento feminista, ainda que as reivindicações sejam muito mais diversas e que ultrapassem a esfera institucional. Se houve transformações nas políticas para equidade de gênero no âmbito institucional, isso não ocorreu por concessão dos governantes, mas pela luta constante do movimento feminista por direitos. Com isso, este tópico aborda gênero e políticas públicas, considerando a incidência dos movimentos sociais na institucionalidade.

Desde as primeiras contestações das mulheres sobre o direito à educação, ainda no século XIX, até a pressão de movimentos feministas à inclusão de questões caras às mulheres na Constituição Federal de 1988, é denunciado o viés masculino sob que são concebidas as políticas públicas. Na perspectiva de Lombardo, Meier e Verloo (2013),

A formulação de políticas é um processo contínuo de planejamento, execução e avaliação de intervenções dos Estados, em diferentes níveis de governo, incluindo o estabelecimento de instituições, para definir as regras que orientam a sociedade. Como resultado dessas intervenções ou tentativas, as desigualdades existentes em todos os domínios são afetadas em sua natureza ou grau. Como tal, a formulação de políticas pode (re)produzir desigualdades de gênero ou neutralizá-las, por meio de um diagnóstico reativo ou de uma prescrição proativa (p. 679, tradução nossa<sup>6</sup>)

O que as autoras argumentam é que os processos organizacionais, políticos e burocráticos são marcados por gênero, de modo que a lógica masculina é reproduzida como se fosse neutra. As próprias instituições, os parlamentares e os governantes estão envoltos em um contexto de desigualdade de gênero, em que predomina uma visão que submete as mulheres aos interesses dos homens. Desse modo, a política pública é orientada por objetivos que traduzem disputas de interesses (FARAH, 2004), o que envolve as relações de poder pautadas em gênero, classe e raça que predominam na sociedade.

---

<sup>6</sup> “Policy-making is an ongoing process of planning, executing, and evaluating interventions by states, at different levels of government, including the establishment of institutions, to define the rules steering society. As a result of these interventions or attempts at it, existing inequalities across all domains are affected in their nature or degree. As such, policy making can (re)produce gender+ inequality or counteract it, through a reactive diagnosis or a proactive prescription” (LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2013, p. 679)

A incorporação da questão de gênero às políticas públicas ocorreu à medida que o movimento feminista pressionava o Estado por mudanças e se organizava em torno da pauta de democratização e de melhores condições de vida, a partir da década de 1970 (FARAH, 2004). Durante a redemocratização no Brasil, a mobilização de diferentes segmentos da sociedade passou a pressionar por espaços de participação e inclusão de grupos excluídos como beneficiários das políticas públicas. De acordo com Farah (2004), nesse contexto as mulheres se constituem como sujeito político, assumindo papel central tanto na luta dos trabalhadores e pela democracia, quanto em temas específicos relacionados à desigualdade de gênero.

De acordo com Heilborn, Araújo e Barreto (2010) A implementação das primeiras políticas com enfoque de gênero ocorreu na década de 1980, sendo a primeira conquista o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) em 1983, seguido pela criação do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) em São Paulo em 1984 e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, mesmo ano em que ocorreu o Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC). Em 1985 também foi lançado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, vinculado ao Ministério da Justiça. Organizadas por meio do Conselho na campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, em 1987 elas apresentaram a Carta das Mulheres Brasileiras ao Congresso Constituinte, com propostas que foram incorporadas à Constituição Federal em 1988 (FARAH, 2004).

Com o ganho de força da agenda neoliberal no fim do século, surge uma tensão entre os valores da democratização e da inclusão de novos atores e o valor da eficiência e da limitação ao gasto, de modo que enquanto alguns movimentos resistiam às políticas do Estado, outros buscavam ocupar os espaços institucionais no sentido de promover a igualdade de gênero. No contexto internacional, a questão das mulheres foi levantada em conferências como a ECO 92, a Conferência sobre População e Desenvolvimento em 1994 e a IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim em 1995, de modo que as desigualdades de gênero ganharam destaque no debate sobre política e desenvolvimento (FARAH, 2004), ainda que sob um viés limitante sobre a potencialidade que ganhou o movimento feminista nas décadas anteriores (FEDERICI, 2019). A partir dessas conferências, foi levantado o problema da feminização da pobreza e a necessidade de que as políticas públicas de combate à pobreza tenham foco nas mulheres. Uma crítica a essa abordagem, no entanto, considera as desigualdades intragênero, de modo que há grandes desigualdades

entre mulheres de diferentes grupos sociais que devem ser consideradas nas políticas públicas, considerando as vulnerabilidades específicas de mulheres negras, chefes de família e outros grupos.

Farah (2004) enumera pautas centrais relacionadas à agenda das políticas de gênero na virada do milênio, destacando políticas de enfrentamento à violência, como a criação de casas abrigo e medidas repressivas e preventivas, a implementação efetiva do PAISM, políticas para meninas e adolescentes, o combate à pobreza e a geração de emprego e renda, a educação, no sentido da eliminação de discriminação e também da expansão da rede de creches e pré-escolas, a promoção de direitos trabalhistas e equidade no serviço público, políticas de infraestrutura urbana e, como um fio condutor, a transversalidade de gênero nas políticas públicas como um todo, que propõe que toda ação do Estado seja sensível à questão de gênero. Nesse contexto, as pressões para inclusão das mulheres tanto como beneficiárias quanto como participantes das políticas públicas vinham não apenas de uma agenda internacional, mas também da atuação local, de modo que a autora reconhece que

A ampliação do papel dos governos subnacionais na formulação e implementação de políticas públicas nos últimos anos foi acompanhada pela inclusão de novos temas no campo de atuação dos governos estaduais e locais. Entre esses novos temas, inclui-se a questão de gênero. (FARAH, 2004, p. 65)

A partir do governo Lula, ocorreram importantes avanços nas políticas para mulheres, começando pela criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Além disso, foram realizadas quatro Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, em 2004, 2007, 2011 e 2015, sendo que das três primeiras resultaram os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres. Em 2006, após ampla mobilização do movimento feminista sobre a pauta da violência doméstica, foi criada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), um marco fundamental para a segurança e a garantia de direitos básicos às mulheres brasileiras. Mais recentemente, uma grande conquista das mulheres, principalmente mulheres negras, foi a PEC das domésticas (PEC nº 66/2012), articulada pela deputada Benedita da Silva e aprovada em 2013, garantindo direitos trabalhistas que antes não eram acessados por trabalhadoras domésticas, categoria formada majoritariamente por mulheres negras.

Além das conquistas de políticas públicas voltadas às mulheres, houve também conquistas no campo da participação e da representação em espaços de poder. Pontes e Damasceno (2017) destacam a eleição da primeira mulher à Presidência do Brasil, Dilma Rousseff, em 2010, e a determinação de cotas de 30% de candidaturas por sexo nas eleições a partir de 2009. Apesar desses avanços, a representatividade feminina em espaços de poder - tanto como servidoras públicas em cargos de tomada de decisão, quanto como representantes eleitas diretamente - ainda é muito baixa. Conforme mostram os dados do IBGE (2024), o Congresso Nacional é composto por apenas 14,81%, de forma que o Brasil ocupa a penúltima posição do G20 em participação feminina no parlamento nacional, enquanto países da América Latina, como a Argentina e o México, apresentam representação muito próxima à composição da população. Nos Cargos de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) do executivo federal, quanto mais alto o nível do cargo, menor é a representatividade feminina, conforme os dados do IPEA (2017). Os níveis variam de 1 a 6, sendo que no nível 1 a representatividade era muito próxima à composição da população em 2017, chegando a 52,89% de mulheres, contudo era muito baixa no nível mais alto, com apenas 16,67% de mulheres.

Além da baixa representatividade, a onda conservadora a partir de 2015 gerou ainda mais perdas para as mulheres brasileiras, começando pela composição dos ministros do governo Temer, que inicialmente não contava com nenhuma mulher. Desde a nomeação da Ministra Damare Alves, assumidamente oposta ao feminismo e à equidade de gênero, até o corte de recursos para políticas de creches e educação infantil e de combate à violência doméstica, os ataques aos direitos das mulheres foi constante durante o governo Bolsonaro, de modo que refletia na política o discurso machista com que foi eleito o ex-presidente (GÊNERO E NÚMERO, 2022).

Até mesmo em governos que aparentemente defendem a pauta das mulheres, as políticas para mulheres e a representatividade não parecem ser prioridade e os ataques ainda são constantes. Apesar do fortalecimento do Ministério das Mulheres após um período de retrocesso e conservadorismo, o governo Lula não cedeu à pressão do movimento feminista para a nomeação da primeira-ministra negra ao Supremo Tribunal Federal, nomeando um homem para o cargo. No Congresso Nacional, o conservadorismo e a extrema direita ainda dirigem ataques constantes aos direitos mais básicos das mulheres, como no caso mais

recente do PL do estupro (Projeto de Lei nº 1904/24), que gerou grande repercussão e indignação ao propor que a pena para mulheres que realizassem aborto no Brasil (inclusive em casos de estupro) fosse equiparada à do crime de homicídio, permitindo que a punição a uma mulher que abortou após ser vítima de um estupro seja maior que a do próprio estupro.

Este é o contexto das políticas para as mulheres no Brasil: avanços conquistados com muita luta, esforço e pressão, alerta constante para os ataques conservadores aos direitos garantidos e grande atraso no cenário mundial em relação a direitos básicos e representatividade.

### 3. ENQUADRAMENTOS INTERPRETATIVOS: CONCEITOS E APLICAÇÕES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Introduzida a perspectiva de gênero em que se inscreve o trabalho, a abordagem escolhida para a pesquisa considera a interpretação social da realidade e o enquadramento das desigualdades de gênero nas políticas de planejamento urbano em comparação às interpretações de mulheres organizadas. Para tal, o conceito central é o de enquadramentos interpretativos - *frames*, quadros ou molduras interpretativas. Desenvolvido inicialmente por Erving Goffman (1986), o conceito refere-se aos significados que permitem a interpretação da realidade social, remetendo ao modo como a experiência é interpretada por diferentes atores.

A noção de enquadramento foi proposta pela primeira vez por Gregory Bateson (2002), em 1954, por meio do artigo “*A theory of play and fantasy*” apresentado na ocasião do encontro da Associação Americana de Psiquiatria (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). O conceito foi utilizado por Bateson para compreender a presença de mensagens metacomunicativas na interação, ou seja, a troca de elementos que permitem a compreensão da relação estabelecida entre os indivíduos na situação da comunicação. Para compreender a existência dessas mensagens, Bateson (2002) observou o comportamento de animais<sup>7</sup>, percebendo como uma atividade “séria” pode ser usada de molde para uma versão de “brincadeira” da mesma atividade, de modo que os envolvidos conseguem interpretar o tipo de atividade que está acontecendo (GOFFMAN, 1986).

Goffman (1986), inspirado por essa proposição, parte do questionamento “Sob que circunstâncias nós pensamos que as coisas são reais?” (p. 2, tradução nossa)<sup>8</sup>, para investigar a forma como se organizam as experiências no cotidiano. Desenvolve, nessa linha, a seguinte definição:

Eu pressuponho que essas definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos - ao menos os sociais - e nosso envolvimento subjetivo neles; enquadramento é a palavra que eu uso para referir a tais elementos básicos que sou capaz de identificar. Essa é minha definição de enquadramento. Minha frase ‘análise de

---

<sup>7</sup> Como exemplo, apresenta a sequência interativa de dois macacos que interpretavam ações semelhantes às de combate, mas que evidentemente para ambos representavam uma brincadeira, de modo que o autor concluiu que “esse fenômeno, o da brincadeira, só poderia ocorrer se os organismos participantes fossem capazes de algum grau de metacomunicação” (BATESON, 2002, p. 89 apud MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 188).

<sup>8</sup> “Under what circumstances do we think things are real?” (GOFFMAN, 1986, p. 2)

enquadramentos' é um slogan para me referir ao exame, nesses termos, da organização da experiência. (GOFFMAN, 1986, p. 10-11, tradução nossa<sup>9</sup>)

Dessa forma, como mostram Marcelo Silva, Fernando Cotanda e Matheus Pereira (2017), “a análise de frames proposta por Goffman pretende ser uma ferramenta para ampliar a inteligibilidade sobre os processos de interação, significação e ação por parte de atores individuais ou coletivos em contextos determinados” (SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017, p. 146). Sendo assim, tal tipo de análise se refere à forma de interpretação e organização da experiência, não à estrutura social em si, apesar de Goffman reconhecer a relevância da análise da estrutura nas ciências sociais:

Não pretendo de forma alguma falar sobre as questões centrais da sociologia - organização social e estrutura social. Esses assuntos foram e podem continuar a ser muito bem estudados sem qualquer referência ao enquadramento. Não estou abordando a estrutura da vida social, mas sim a estrutura da experiência que os indivíduos têm em qualquer momento de sua vida social. Eu pessoalmente penso que a sociedade vem em primeiro lugar em todos os sentidos e que quaisquer envolvimento atuais do indivíduo vêm em segundo; este trabalho trata apenas de assuntos que vêm em segundo. (GOFFMAN, 1986, p. 13, tradução nossa<sup>10</sup>)

Tendo em vista essa ressalva do próprio autor, a utilização do conceito deve ser cuidadosa em relação ao que se pretende explicar: os enquadramentos interpretativos, ou a forma como indivíduos enquadram a realidade social, não explicam a forma como se organiza a estrutura da sociedade, mas na perspectiva enunciada eles são influenciados por essa estrutura. Com isso, a análise de enquadramentos não visa explorar as estruturas sociais que geram determinada situação, mas a forma como é interpretada a situação, ou mesmo a forma como uma situação é tomada como real.

---

<sup>9</sup> “I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which govern events—at least social ones—and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify. That is my definition of frame. My phrase “frame analysis” is a slogan to refer to the examination in these terms of the organization of experience.” (GOFFMAN, 1986, p. 10-11)

<sup>10</sup> “I make no claim whatsoever to be talking about the core matters of sociology — social organization and social structure. Those matters have been and can continue to be quite nicely studied without reference to frame at all. I am not addressing the structure of social life but the structure of experience individuals have at any moment of their social lives. I personally hold society to be first in every way and any individual's current involvements to be second; this report deals only with matters that are second.” (GOFFMAN, 1986, p. 13)

Goffman (1986) mostra que os enquadramentos podem ser sobrepostos em camadas, categorizando-os como primários, que correspondem às definições imediatas, codificações ou chaves (*keying*), que envolvem algum tipo de transformação dos significados primários, e fabricações, referentes ao esforço em produzir significados. Os enquadramentos primários são conceituados como “as definições comuns, imediatas, naturalizadas e compartilhadas em uma dada cultura sobre diferentes situações” (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p. 148). Ou seja, Goffman (1986) chama de enquadramento primário os esquemas de interpretação mobilizados pelo indivíduo em um evento particular de forma imediata, permitindo a atribuição de significado a algum elemento da cena. Sobre isso, Goffman (1986) conclui que “[...] cada enquadramento primário permite que seu usuário localize, perceba, identifique e rotule um número aparentemente infinito de ocorrências concretas definidas em seus termos” (p. 21, tradução nossa<sup>11</sup>).

Em um movimento mais complexo, nos termos de Goffman (1986), os enquadramentos podem ser sobrepostos e transformados, em um processo chamado pelo autor de *keying* (tonalização ou codificação). O autor define as codificações como o conjunto de convenções que permitem a transformação de uma atividade já significativa como um enquadramento primário em algo pautado nessa atividade, mas percebido pelos participantes de forma distinta. Caracteriza assim que “uma transformação sistemática está envolvida em materiais já significativos de acordo com um esquema de interpretação, e sem a qual a codificação não teria sentido” (GOFFMAN, 1986, p. 45, tradução nossa<sup>12</sup>).

Outro conceito introduzido pelo autor para tratar da forma reflexiva como se transformam os enquadramentos é o de fabricações (*fabrications*): “esforços intencionais de atores sociais para produção de definições de situações vistas como inapropriadas pelos próprios atores” (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p. 148). De modo semelhante à codificação, são necessários modelos baseados em enquadramentos primários para sustentar a fabricação. Silva, Cotanda e Pereira (2017), para diferenciar os três conceitos, utilizam o exemplo do protesto pelo direito de animais: os espectadores observam uma cena de pessoas pintadas de vermelho

---

<sup>11</sup> “[...] each primary framework allows its user to locate, perceive, identify, and label a seemingly infinite number of concrete occurrences defined in its terms” (GOFFMAN, 1986, p. 21)

<sup>12</sup> “A systematic transformation is involved across materials already meaningful in accordance with a schema of interpretation, and without which the keying would be meaningless” (GOFFMAN, 1986, p. 45)

deitadas em grandes bandejas de isopor. Para interpretar essa situação é necessário mobilizar um enquadramento primário - a compra de carnes embaladas no mercado - que se transforma em um protesto, assumindo outro significado, de modo que é possível interpretar o que está acontecendo. Esse seria o processo de codificação. A fabricação, por sua vez, é exemplificada pelos autores pela situação de ativistas que se infiltram em empresas para produzir vídeos que mostram a situação dos animais, denunciando a situação.

Em síntese, a contribuição de Erving Goffman (1986) para o conceito de enquadramentos interpretativos pode ser apresentada da seguinte forma, reforçando que não se trata de um enfoque explicativo sobre a estrutura da sociedade, mas da organização da experiência em situações concretas.

Como se nota, em Goffman, os *frames* não são estratégias simplesmente construídas por atores sociais para influenciar seus interlocutores. Trata-se de uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio do encontro de sujeitos em uma situação. Para o sociólogo, os atores não são completamente livres e independentes no engajamento interacional. Eles são configurados pela situação, que os precede embora eles atuem sobre ela. A microsociologia de Goffman não é uma apologia das agências individuais, mas o reconhecimento de que essas agências se conformam no interior de situações concretas e específicas, ao mesmo tempo em que as transformam. (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 190)

A partir das formulações de Goffman (1986), o conceito de enquadramentos interpretativos foi revisitado e incorporado a múltiplas áreas das ciências sociais. Ricardo Mendonça e Paula Simões (2012) apontam para a possibilidade de operacionalização do conceito para diferentes problemas de pesquisa e abordagens metodológicas, o que, por outro lado, pode levar à utilização do conceito com sentidos diversos e até mesmo conflitantes. Com o propósito de organizar tais abordagens, os autores apresentam três categorias de operacionalização do conceito de enquadramentos interpretativos: situação comunicativa, análise de conteúdo discursivo e *frame effects* (adoção estratégica de discursos), sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de operacionalização do conceito de enquadramentos interpretativos nas ciências sociais

Categoria	Descrição da operacionalização
-----------	--------------------------------

Situação comunicativa	Microanálises das interações sociais, operacionalizando os frames como elementos que conferem inteligibilidade às situações de interação.
Análise de conteúdo discursivo	Estudos de comunicação e política, compreendendo como os discursos estabelecem molduras de sentido.
Análise de efeito estratégico	Observação dos efeitos dos enquadramentos interpretativos mobilizados intencionalmente em discursos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Mendonça e Simões (2012)

A primeira categoria abrange os trabalhos que realizam microanálises das interações sociais, incluindo a obra do próprio Goffman (1986). Nessa linha, os enquadramentos são compreendidos como os elementos que dão inteligibilidade às situações sociais no contexto de interação entre atores permitindo a eles identificarem as situações, adequarem suas expectativas e orientarem suas ações (FRANÇA, 2009, p. 14 *apud* MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 192). Mendonça e Simões (2012) identificam uma aproximação entre o enquadramento e a noção de contexto nas pesquisas dessa categoria, na medida em que eles revelam traços do ambiente mais amplo da sociedade.

O segundo grupo de aplicações, a análise de conteúdo discursivo, estaria relacionado aos estudos de comunicação e política, no sentido de captar a forma como a realidade é enquadrada em enunciados e discursos de naturezas variadas (MENDONÇA; SIMÕES, 2012).

No cerne desse tipo de operacionalização reside uma preocupação em compreender o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas específicas. Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 193).

Dentre os estudos apresentados nessa linha, vale destacar o de Gamson (1992 *apud* MENDONÇA; SIMÕES, 2012), que cita três tipos de enquadramentos interpretativos mobilizados em disputas simbólicas sobre temas controversos: os frames de injustiça, relativos às indignações e denúncias de culpados, os de agência, que defendem a superação por meio da ação coletiva, e os de identidade, que buscam construir uma noção de coletividade. Esse tipo de abordagem se diferencia da abordagem goffmaniana de enquadramentos na medida em que tem o foco no próprio conteúdo do discurso, não no contexto pragmático da interação.

Aproxima-se, no entanto, na ideia de que os enquadramentos orientam a percepção da realidade e a ação dos sujeitos.

Por fim, os autores apresentam a categoria de análise de efeito estratégico, que se orienta para os efeitos dos enquadramentos mobilizados estrategicamente por atores, ou seja, a forma como estão organizados os enunciados busca influenciar ou influencia estrategicamente seus receptores. Contudo, os autores criticam essa linha por desconsiderar o enraizamento cultural dos enquadramentos, na medida em que o conceito proposto por Goffman não permite a compreensão dos frames como construções controladas por indivíduos isolados. Ao contrário, ele busca superar o individualismo metodológico estrito, indicando que “é preciso ter sempre em mente o pano de fundo sociocultural mais amplo que envolve a mobilização dos enquadramentos e as lutas políticas em torno de quadros” (MENDONÇA; SIMÕES, 2012, p. 197).

Este trabalho se insere na segunda linha, a partir da proposta de uma análise de conteúdo, tanto do discurso em torno da mobilização de movimentos e organizações, quanto dos enunciados de políticas públicas. Assim sendo, apresentam-se a seguir aprofundamentos nas duas linhas da análise de enquadramentos empregadas na pesquisa, com o objetivo de sintetizar as bases teóricas da metodologia aplicada.

### **3.1. Enquadramento interpretativo: um conceito sobre movimentos sociais**

A primeira abordagem relevante do conceito de *frames* para a pesquisa é a dos estudos sobre movimentos sociais. As teorias e análises nesse campo se desenvolveram de forma mais expressiva a partir da década de 1960, com foco nas mobilizações que ocorriam nos Estados Unidos e na Europa em torno de pautas como pacifismo, gênero, etnia e meio ambiente. Nesse período, o “termo ‘movimentos sociais’ foi cunhado para designar multidões bradando por mudanças pacíficas [...], desinteressadas do poder do Estado” (ALONSO, 2009, p. 49). Essa caracterização, contudo, não é suficiente para compreender as diversas formas de mobilização coletiva desenvolvidas após esse período, de modo que as teorias de movimentos sociais se desdobraram em múltiplas perspectivas sobre esses fenômenos. Em seu esforço de revisão, Mario Diani e Ivano Bison (2010) formularam o conceito de movimentos sociais como processos que envolvem redes

informais formadas entre atores que compartilham uma identidade coletiva em torno de um conflito. Para os autores, os movimentos sociais se diferenciam de outras formas de ação coletiva, como coalizões, campanhas voluntárias e ações organizacionais, a partir de três dimensões: a orientação ou não para o conflito com oponentes identificados, as trocas informais entre indivíduos e organizações engajadas e a identidade coletiva entre os membros da rede. Dessa forma, Diani e Bison (2010) defendem que

Um movimento social ocorre na medida em que vínculos de longo prazo e identidades compartilhadas se traduzem em redes sustentadas entre atores independentes – mais frequentemente organizações, embora, em princípio, não se possa descartar o papel de ativistas individuais – na busca de determinados objetivos (p. 243)

As teorias desenvolvidas sobre esse tema podem ser categorizadas, de acordo com Angela Alonso (2009), em três grandes grupos: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). De forma mais detalhada, Maria da Glória Gohn (2014) apresenta três paradigmas, que se desdobram em teorias dentre as quais estão as mencionadas por Alonso (2009). O primeiro é o paradigma norte-americano, em que estão inseridas a TME e a TPP, mas não se limitando a tais, visto que foram antecedidas por teorias clássicas sobre as ações coletivas. Por sua vez, a TNMS está inserida nos paradigmas europeus, como um dos paradigmas desse contexto, somado ao marxista. A autora ainda vai além, de modo que o terceiro paradigma que aborda é o latino-americano, abarcando os estudos sobre os movimentos sociais na América Latina a partir da década de 1970 (GOHN, 2014).

A TMR, no contexto do paradigma norte-americano da ação coletiva (GOHN, 2014), defendia que os movimentos sociais eram organizados de forma racional-estratégica, afastando a dimensão interpretativa (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017). O foco dessa linha não estava em apresentar os descontentamentos e os motivos para a mobilização, como os interesses de classe e as privações materiais, mas explicar o processo de mobilização em si. Dessa forma, sustentam que a decisão pela ação decorreria de um cálculo racional entre custos e benefícios, considerando também a viabilidade por meio de recursos materiais, humanos e de organização. Com influência da sociologia das organizações, os autores dessa linha formularam que gradualmente a racionalização

dos movimentos sociais implicaria um processo inevitável de burocratização, por meio da criação e incorporação de normas, hierarquia e divisão do trabalho. As críticas a essa teoria, conforme Alonso (2009), explicam sua baixa inserção nos estudos na América Latina e na Europa, visto que focam excessivamente no aspecto racional, deixando espaço meramente residual à cultura.

A Teoria do Processo Político, por outro lado, investiga o aspecto político da mobilização, abandonando as explicações focadas na realidade econômica, mas sem adotar uma explicação pautada no individualismo e na racionalidade como a anterior. Nessa linha, Tilly (1978) busca demonstrar como os processos de mobilização ocorrem a partir de estruturas de oportunidades políticas, que envolvem a abertura e a permeabilidade do ambiente político. Para além da estratégia, a TPP sugere que a solidariedade entre os membros do grupo, por meio do pertencimento e das redes interpessoais, é fundamental para a ação coletiva. De modo geral, a TPP se diferencia da TMR por enfatizar a estrutura política que permite as escolhas sobre a ação coletiva, não os recursos disponíveis para os indivíduos. A definição de movimento social, nessa linha, caracteriza-o no contexto da interação contenciosa entre um desafiante e um detentor de poder (ALONSO, 2009).

A terceira linha de estudos é a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, que, conforme Ângela Alonso (2009), tem como autores mais influentes Alain Touraine (1989)<sup>13</sup>, Jürgen Habermas (1984)<sup>14</sup> e Alberto Melucci (1980)<sup>15</sup>. Além de

---

<sup>13</sup> Conforme Touraine (1989 apud ALONSO, 2009), enquanto na sociedade industrial o conflito era promovido por meio do movimento operário tipicamente, a partir da década de 1960 ele deixa ter centralidade na infraestrutura da sociedade, no trabalho e na produção, passando a estar em toda parte, em dimensões simbólicas, na medida em que a dominação se torna cultural. Os novos movimentos sociais, portanto, seriam formados por grupos marginais em relação ao padrão sociocultural estabelecido, voltados não à conquista do Estado e à tomada do poder, mas às transformações culturais no âmbito da sociedade civil (ALONSO, 2009).

<sup>14</sup> Habermas (1984 apud ALONSO, 2009) mostra como o conflito capital-trabalho foi mediado pelo Estado ao longo do século XX, por meio da expansão de suas atribuições. Ao mesmo tempo que aumentaram as funções relacionadas à regulação da produção, o desenvolvimento das políticas sociais também foi acompanhado pela necessidade de crescimento de suas estruturas burocráticas e a normatização da vida privada. Dessa forma, a lógica sistêmica da economia e da política institucional se expandiu para a dimensão cultural, causando a expansão da monetarização e da burocratização para todas as formas de interação cultural (ALONSO, 2009). Os novos movimentos sociais surgiram nesse contexto, segundo essa linha, como “[...] formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos” (HABERMAS, 1981, p. 33 apud ALONSO, 2009, p. 62).

<sup>15</sup> Melucci (1980 apud ALONSO, 2009) desenvolve ainda estudos sobre a identidade coletiva, buscando compreender a forma como os indivíduos se engajam em uma ação coletiva. Nesse esforço, postula que “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 342 apud ALONSO, 2009, p. 65).

manter o enquadramento macrohistórico e a associação entre mudança social e formas de conflito, essa linha está preocupada especialmente com uma interpretação cultural dos movimentos sociais. A ideia central é que ao longo do século XX houve uma mudança na natureza do capitalismo, surgindo também novas pautas e atores coletivos. Segundo Melucci (1980 apud ALONSO, 2009), essa transformação está relacionada à extinção da distinção entre as esferas pública e privada, trazendo as relações interpessoais, sexuais e a identidade à situação de conflito. Dessa forma, a política defendida pelos novos movimentos sociais é, portanto, voltada à autonomia, às formas de autogestão e à afirmação da identidade e das diversas formas de vida, buscando novos modelos participatórios e “contrainstituições” em que seria possível a comunicação livre (ALONSO, 2009).

Mais tarde, na transição entre os séculos XX e XXI, a crítica ao terceiro grupo de abordagens dos movimentos sociais se direcionou ao fato de muitas delas não serem suficientes para a compreensão de contextos não europeus, em que as mudanças sociais descritas não ocorreram da mesma forma. Outra argumentação foi na linha de que os novos movimentos sociais não se mobilizam apenas em torno de pautas simbólicas, na medida em que as dimensões simbólica e material poderiam ser alvo de contestação simultaneamente (ALONSO, 2009).

Dentro do contexto mais amplo em que se inserem as transformações descritas no capítulo anterior para o movimento feminista (ALVAREZ, 2014), na virada para o século XXI houve mudanças de escala dos movimentos, trazendo ao centro novos problemas e questões. A profissionalização do ativismo, a ampliação da interação com o Estado para além do conflito e a associação entre movimentos e pautas são algumas das mudanças apresentadas por Alonso (2009).

A partir dessa transição, foram desenvolvidos no campo novos conceitos no sentido da compreensão cultural dos movimentos sociais, tais que não se enquadram precisamente nas três escolas teóricas classificadas pela autora. O conceito de enquadramentos interpretativos foi formulado nesse contexto, por meio de um olhar voltado à cultura da perspectiva cognitiva (ALONSO, 2009).

Os enquadramentos interpretativos são entendidos como significados compartilhados que permitem a mediação entre as oportunidades políticas e a ação coletiva, como descrevem McAdam, McCarthy e Zald (1999), criando o

---

Com isso, inova em relação à TPP ao reconhecer a mediação entre as oportunidades e constrangimentos à ação política por uma dimensão cognitiva dos agentes.

reconhecimento de que a ação é capaz de atuar sobre um problema reconhecido pelo grupo. Esse conceito foi reformulado a partir da teoria de Goffman (1986) e aplicado no estudo de processos contenciosos, sendo incorporado pela primeira vez pelo já mencionado William Gamson (1992), em um estudo que defende que a “contestação social só é possível na medida em que indivíduos desenvolvem e aplicam um enquadramento interpretativo alternativo àquele defendido pelas autoridades estabelecidas” (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p. 150).

Benford e Snow (2000) também contribuíram significativamente para a reformulação e incorporação do conceito de enquadramento interpretativo ao estudo de movimentos sociais, definindo-o como elemento fundamental para o engajamento de indivíduos nos movimentos. Os autores apontam que os enquadramentos que permitem a atribuição de significados compartilhados às situações enfrentadas pelos movimentos sociais e a mobilização coletiva em torno dessas questões são produzidos a partir do processo de *framing*, que

[...] denota um fenômeno ativo e processual que implica agência e controvérsia ao nível da construção da realidade. É ativo no sentido de que algo está sendo feito, e processual no sentido de um processo dinâmico e em evolução. Implica agência no sentido de que o que está evoluindo é o trabalho de organizações de movimentos sociais ou de ativistas de movimentos. E é controverso no sentido de que envolve a geração de enquadramentos interpretativos que não só diferem dos existentes, mas que também podem desafiá-los. Os produtos resultantes desta atividade de enquadramento são referidos como “enquadramentos de ação coletiva”. (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614, tradução nossa<sup>16</sup>)

Esses significados são construídos a partir de processos estratégicos, discursivos e contenciosos, inseridos “em um campo relacional de múltiplas interações, no qual os atores agem de forma tácita e estratégica” (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p. 153). Em uma primeira formulação, com foco na dimensão estratégica, Snow *et al.* (1986 *apud* SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017) apresentam estratégias empreendidas pelos movimentos sociais para o alinhamento de enquadramentos, destacando

---

<sup>16</sup> “This denotes an active, processual phenomenon that implies agency and contention at the level of reality construction. It is active in the sense that something is being done, and processual in the sense of a dynamic, evolving process. It entails agency in the sense that what is evolving is the work of social movement organizations or movement activists. And it is contentious in the sense that it involves the generation of interpretive frames that not only differ from existing ones but that may also challenge them. The resultant products of this framing activity are referred to as ‘collective action frames.’” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614)

“ligação de molduras” (*frame bridging*), quando há semelhança entre as interpretações do movimento e as interpretações socialmente estabelecidas, sendo necessária apenas a conexão entre estes elementos; “amplificação de molduras” (*frame amplification*) seria a estratégia adotada por movimentos que tem por intuito tornar saliente determinada categorização socialmente disponível que seja favorável ao movimento; “extensão de molduras” (*frame extention*) consiste no alargamento do argumento desenvolvido pelos ativistas em direção a temáticas caras a interpretações socialmente estabelecidas; finalmente, “transformação de molduras” (*frame transformation*) quando seu objetivo é eliminar determinados significados socialmente estabelecidos e substituí-los por novos entendimentos (SILVA, COTANDA, PEREIRA, 2017, p. 150-151)

A partir dessas formulações iniciais, Silva, Cotanda e Pereira (2017) identificam três dimensões do estudo dos enquadramentos interpretativos: as tarefas nucleares do enquadramento (*core framing tasks*), os processos de desenvolvimento e os resultados dos enquadramentos. Os processos de desenvolvimento dos enquadramentos interpretativos podem ser de três tipos, conforme Benford e Snow (2000), os processos estratégicos, que envolvem o planejamento ativo dos empreendedores de movimentos sociais, os processos discursivos, que acontecem de forma tácita no cotidiano, e os processos contenciosos, que ocorrem em contextos de conflito e interação. Os resultados, por sua vez, estão associados à ideia de ressonância, de modo que os estudos voltados a esse aspecto buscam analisar os fatores que afetam os resultados obtidos pelos enquadramentos.

Finalmente, é a primeira linha o principal interesse deste trabalho: as tarefas nucleares do enquadramento. Para esse recorte de estudo, são fundamentais três dimensões dos enquadramentos interpretativos definidas por Benford e Snow (2000): o enquadramento diagnóstico, o prognóstico e o motivacional. O enquadramento diagnóstico corresponde à identificação do problema e de seus responsáveis, apresentado na literatura também como enquadramento de injustiças. Dessa forma, uma situação é rotulada como injusta, são definidos culpados para ela e identificadas as vítimas que sofrem com o problema. Já o enquadramento prognóstico delimita as soluções propostas pelo movimento ao problema identificado, envolvendo articulação e estratégias para seguir com um plano de enfrentamento. O enquadramento motivacional, por sua vez, é o elemento que garante a aderência das pessoas ao movimento, ou seja, o reconhecimento dos indivíduos na ação coletiva.

Apesar das várias aplicações e reformulações do conceito de enquadramentos interpretativos, esta é uma noção central para a compreensão dos processos interpretativos dos movimentos sociais. Especificamente para o movimento feminista, o estudo dos enquadramentos interpretativos permite a identificação do viés de gênero em suas distintas abordagens, possibilitando a diferenciação, aproximação e análise entre movimentos. No presente estudo, o conceito foi mobilizado no sentido de viabilizar a comparação dos enquadramentos de movimentos sociais e outras organizações ao viés de gênero implícito em políticas públicas, tornando necessária, em mesmo grau, a revisão teórica da aplicação do conceito de enquadramentos no segundo campo, tarefa que se desdobra no tópico seguinte.

### **3.2. Enquadramento interpretativo: um conceito sobre políticas públicas**

Os estudos sobre políticas públicas surgiram com um olhar voltado ao desenvolvimento de conhecimento técnico para subsidiar a produção de políticas públicas e orientar a tomada de decisão (MARCONDES, 2019). Contudo, como apresentado no capítulo anterior, as políticas públicas têm objetivos orientados por relações de poder marcadas por desigualdades de raça, gênero, classe e outras, de modo que o processo de formulação não pode ser explicado por uma perspectiva limitada a aspectos técnicos e racionais. As dimensões cognitivas e discursivas das disputas de poder e interesses são fundamentais para a compreensão da forma como problemas públicos são identificados e enfrentados no setor público.

Para compreender esse processo, conforme narra Mariana Mazzini Marcondes (2019), várias linhas de investigação no campo de públicas passaram a se orientar em sentido diverso aos pressupostos positivistas. Em destaque, a virada argumentativa de Fischer e Forester (1993 apud MARCONDES, 2019) buscou “compreender o processo e análise de políticas públicas como essencialmente argumentativo, tomando a linguagem não como um instrumento neutro, mas como um sistema de significação que constitui e é constituído por relações de poder” (MARCONDES, 2019, p. 33). De modo semelhante, Muller (2000 apud GUARANHA, 2021) apresentou uma abordagem cognitiva das políticas públicas, argumentando que a formulação das políticas públicas ocorre sob matrizes cognitivas desenvolvidas em processos de interação.

Nesse contexto, o conceito de enquadramentos de Goffman (1986) foi ressignificado para sua adaptação à análise de políticas públicas, mais especificamente tratando do processo de formulação de políticas públicas (MARCONDES, 2019; GUARANHA, 2021; VERLOO; LOMBARDO, 2007). A formulação é um processo que compreende a definição da agenda, a partir do direcionamento da atenção a um problema, e a definição das alternativas, por meio do desenho de um possível plano de ação (CAPELLA, 2018). Desse modo, conforme nos mostra Ana Cláudia Capella (2018), a formulação é um processo pré-decisório, em que um problema público é identificado e são traçadas alternativas para enfrentá-lo, considerando que, além de escolhas prévias e fatores diversos, o “[...] curso de ação escolhido é influenciado por ideias, valores e pela disputa entre diferentes atores e grupos e se baseia em conhecimento técnico e em outras formas de saber” (FARAH, 2013 *apud* GUARANHA, 2021, p. 49).

Nesse processo, os enquadramentos interpretativos correspondem às narrativas envolvidas no diagnóstico de problemas públicos e no desenho de prognósticos, como mostra Olívia Guaranha (2021). Rein e Shön (1996), ao resgatarem o conceito de enquadramentos para a análise de políticas públicas, definem quatro abordagens possíveis desse conceito (complementares e compatíveis, apesar de distintas entre si). A primeira caracterizaria os *frames* como estruturas internas que permitem a integridade ou a estabilidade de determinada narrativa. Já o conceito original de Goffman (1986), como já posto, corresponderia aos limites que enquadram um fenômeno em seu contexto. A abordagem de Benford e Snow (2000), por sua vez, compreenderia os enquadramentos como esquemas interpretativos que organizam a experiência e orientam a ação individual ou coletiva. Finalmente, a abordagem proposta por Rein e Shön (1996) para a análise de políticas públicas inscreve-se em uma visão dos enquadramentos como narrativas genéricas de diagnóstico e prescrição que guiam a análise e a ação em situações práticas. Em síntese, os autores mostram que as abordagens convergem na medida em que

Todas essas imagens capturam características e funções importantes dos enquadramentos, embora diferentes. Todos eles se sustentam sobre uma ideia comum: existe uma base menos visível – uma “base pressuposta” – que se encontra por baixo da superfície mais visível

da linguagem ou do comportamento, determinando os seus limites e dando-lhe coerência. (REIN, SHÖN, 1996, p. 88, tradução nossa<sup>17</sup>)

Inscritos na quarta perspectiva, os autores distinguem duas categorias de *frames*, o enquadramento retórico (ou discursivo) e o enquadramento de ação. O primeiro, que possui maior relevância para a análise proposta neste trabalho, envolve a construção de coerência no discurso político, por meio de elementos de persuasão e justificativa. O segundo se refere aos padrões de ação adotados na política pública. O que os dois tipos de narrativas têm em comum é que são baseadas em diagnósticos e prognósticos.

Dessa forma, Rein e Shön (1996) propõem a análise crítica dos enquadramentos de políticas públicas, para além das análises econômico-rationais ou puramente políticas, que deixam de lado o aspecto cognitivo do processo de formulação. Essa abordagem busca identificar os enquadramentos que orientam o discurso reproduzido na política como formas de construir a coerência em sua justificativa ou argumentação. A proposta de um olhar crítico aos enquadramentos interpretativos pode ser desenvolvida, de acordo com os autores, tanto na linha de uma prática reflexiva sobre os *frames*, que envolve as posições assumidas pelos agentes na formulação (e na implementação, quando os processos de formulação ocorrem simultaneamente a ela), quanto na análise crítica dos enquadramentos da política em si, ou seja, no estudo da forma como são construídos os *frames* no interior dos discursos que orientam as políticas.

Mieke Verloo e Emanuela Lombardo (2007), ao desenvolverem uma pesquisa sobre políticas de equidade de gênero na Europa a partir da análise crítica de *frames*, definem os enquadramentos interpretativos das políticas como esquemas interpretativos originados na percepção discursiva dos significados empregados pelos atores e na percepção prática das rotinas e regras empregadas de forma convencional na formulação de políticas públicas. A abordagem da análise crítica de enquadramentos (*critical frame analysis*) empregada pelas autoras foi desenvolvida a partir das teorias de movimentos sociais, políticas públicas e teoria de gênero, colocando como conceito chave o enquadramento da política (*policy frame*). Esse conceito corresponde ao princípio organizativo que permite a assimilação de

---

<sup>17</sup> "These images all capture important features and functions of frames, albeit different ones. They all rest on a common insight: there is a less visible foundation--an "assumptional basis"--that lies beneath the more visible surface of language or behavior, determining its boundaries and giving it coherence." (REIN, SHÖN, 1996, p. 88)

informações fragmentadas como um problema, com soluções implícitas ou explícitas. Desse modo, elas postulam que

Os esforços da análise crítica de enquadramentos vão precisamente no sentido de expor os enquadramentos que operam nos textos de políticas públicas sobre igualdade de gênero, com o objetivo de evitar quaisquer inconsistências ao nível da formulação de políticas ou de facilitar debates políticos. (VERLOO; LOMBARDO, 2007, p. 32, tradução nossa<sup>18</sup>)

Retomando o conceito de Goffman (1986) para interpretar os enquadramentos interpretativos incorporados às políticas, com enfoque específico de gênero, deve-se recordar que a forma como o sujeito interpreta as situações é enquadrada por percepções enviesadas pelas estruturas sociais. Portanto, em uma sociedade patriarcal, o viés dominante assumido pelas políticas públicas é masculino (LOMBARDO, MEIER, VERLOO, 2013), na medida em que desde a concepção de uma situação como um problema público até a definição de uma solução em busca de uma situação ideal as percepções dos agentes envolvidos nesse processo são limitadas por molduras interpretativas enviesadas em relação ao gênero.

Nesse sentido, para construir uma metodologia capaz de analisar os enquadramentos interpretativos que potencialmente moldam o viés de gênero da política, Verloo e Lombardo (2007) apresentam algumas dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, é amplamente aplicado na literatura a categorização entre o aspecto diagnóstico e o prognóstico dos frames (REIN, SHÖN, 1996; BENFORD; SNOW, 2000; VERLOO; LOMBARDO, 2007), que se referem à definição de uma situação como problema e a proposição de cursos de ação para enfrentá-la, respectivamente. Para esses aspectos, são formulados papéis de protagonistas e antagonistas, ou seja, a definição dos responsáveis pelo problema, dos atores afetados por ele e dos agentes da transformação proposta. Outra dimensão importante são as vozes incluídas ou excluídas do debate político no processo de formulação, atribuindo importância aos atores que se expressam e têm seu discurso incorporado. A localização (em que esfera se localiza o problema) e os mecanismos (formas como o problema é criado e como pode ser resolvido) são também componentes relevantes para o enquadramento, além da coerência

---

<sup>18</sup> “The efforts of critical frame analysis go precisely in the direction of exposing the frames that operate in the policy texts on gender equality in order to avoid any inconsistencies at the level of policy formulation or to facilitate political debates” (VERLOO; LOMBARDO, 2007, p. 32).

(balanceamento) entre o diagnóstico e o prognóstico ao longo do texto da política. Por fim, especificamente para a aplicação da metodologia ao estudo da equidade de gênero, as autoras consideram a interseccionalidade uma dimensão fundamental dos enquadramentos interpretativos, na medida em que permite a identificação no discurso da representação de outras desigualdades estruturais, como raça, classe, idade e sexualidade.

Em síntese, a metodologia de análise crítica de enquadramentos interpretativos de políticas públicas, nos moldes apresentados por Verloo e Lombardo (2007), possui o potencial de capturar o viés da política, a forma como são retratados problemas e soluções na narrativa construída, principalmente em relação à desigualdade de gênero. De acordo com as autoras, essa abordagem permite a identificação de preconceitos conceituais, inconsistência e o próprio viés de gênero nas políticas públicas, além de dar visibilidade à exclusão de determinados atores no processo de formulação. Essa, portanto, em conjunto com a análise de enquadramentos de movimentos sociais, foi a base teórica escolhida para sustentar a análise proposta na metodologia deste estudo, que será aprofundada no capítulo seguinte.

É importante destacar que não foi uma pretensão do presente trabalho explicar o processo político que envolve a definição de problemas públicos e de soluções para resolvê-los, as disputas de poder e sua dinâmica estrutural na sociedade, observando que o conceito de enquadramentos interpretativos não é suficiente para tal. O que a lente escolhida permite é a investigação sobre o viés da política, a forma como estão enquadrados os problemas públicos e as soluções propostas para eles. Apesar de suas reformulações e incorporações a diferentes campos de estudo, reitera-se que o conceito de Goffman (1986) não se volta a explicar aspectos estruturais da sociedade - como é o caso dos que envolvem a formulação de políticas públicas -, mas a forma de interpretação da realidade em um contexto relacional. No caso da aplicação ao estudo de políticas públicas, o que proponho é um olhar para a interpretação da realidade, a forma como a realidade está enquadrada na política pública, com atenção ao viés de gênero do enquadramento.

#### 4. METODOLOGIA

A construção de uma metodologia para a pesquisa parte da delimitação da base epistemológica do trabalho, ou seja, da perspectiva escolhida para o conhecimento e a abordagem do planejamento urbano do hipercentro de Belo Horizonte. Nesse sentido, busquei adotar uma perspectiva epistemológica feminista e decolonial, partindo da noção de que a produção do conhecimento em si é enviesada e pode ser realizada de diferentes formas, sendo impossível a neutralidade.

A epistemologia feminista pauta-se na identificação da localização social do sujeito, que impacta a produção do conhecimento, com foco sobre o papel do gênero na produção científica e na transmissão do conhecimento (KETZER, 2021). Essa abordagem se opõe à noção do sujeito cartesiano descorporificado, propondo um sujeito do conhecimento situado no tempo e no espaço, que é marcado por questões físicas e sociais. O gênero insere-se nessa linha como um fator fundamental para produção científica, permitindo a identificação das práticas androcêntricas e a afirmação das não androcêntricas, de forma crítica à ideia de que seria possível um sujeito neutro ou universal. Patrícia Ketzer (2021) argumenta desde tal perspectiva:

Um olhar atento para o gênero como situação social pode nos permitir observar amplas maneiras pelas quais as pessoas conhecem ou pensam que conhecem, e podem ser influenciadas por seu próprio gênero, pelo gênero de outras pessoas ou por ideias sobre gênero (p. 6).

Mariana Tabuchi e Amélia Rossi (2023) vão ainda além ao propor uma epistemologia feminista decolonial, que reconhece que “o universalismo na produção teórica feminista não serve para interpretar e analisar a realidade das mulheres racializadas em territórios colonizados” (p. 10). Adotando essa linha epistemológica, o racismo, o colonialismo e o sexismo não podem ser compreendidos de forma segregada, ou como questões específicas de grupos identitários, na medida em que são as bases sobre que foi construída a modernidade e, como consequência, a epistemologia moderna, que reflete o contexto histórico e social em que foi desenvolvida. Nessa linha - de uma epistemologia crítica ao sujeito neutro que mascara o viés do conhecimento moderno - desenvolvi o trabalho aqui relatado.

Na própria revisão bibliográfica, ao mobilizar literatura produzida nos países do norte, busquei uma leitura crítica, considerando que o recorte do trabalho não se enquadra nesse contexto. Ademais, a escolha das autoras e dos autores que suportam o trabalho em sua dimensão teórica não foi aleatória, e sequer representa uma visão total ou universal da questão (afinal seria muito difícil esgotar o tema), mas uma escolha teórica por uma abordagem com ênfase em gênero por um olhar feminista. Isso não significa, certamente, que não foram abordados autores que não apresentam tal ênfase, mas foram lidos e incorporados de forma atenta ao gênero.

Definido o ponto de partida e baliza epistemológica da pesquisa, a metodologia recorreu a uma abordagem qualitativa, na investigação sobre os contornos da questão de gênero para os coletivos de mulheres que atuam no centro de Belo Horizonte e o planejamento urbano desta área, caracterizando uma pesquisa exploratória e descritiva, nos termos de Oliveira (2011), pela finalidade de desenhar um problema a partir de uma investigação com amostra reduzida e do desenvolvimento de ideias acerca da questão de pesquisa.

Mais especificamente, a estratégia metodológica se desdobrou em duas frentes: uma de levantamento e análise documental, para compreender os enquadramentos interpretativos da política de planejamento urbano para o hipercentro de Belo Horizonte, e outra de trabalho de campo, com entrevistas e observação direta assistemática, buscando captar os *frames* compartilhados por grupos, movimentos e organizações de mulheres que se apropriam deste espaço.

Apesar da limitação de tempo para o desenvolvimento da pesquisa, que não permitiu uma inserção mais aprofundada no campo, a metodologia adotada possui inspirações em abordagens participativas e pesquisa engajada, reconhecendo a necessidade de incorporar uma postura antropológica na pesquisa em administração, evocada por Maurício Serva e Pedro Jaime Júnior (1995). Essa reelaboração do conhecimento em administração, segundo os autores, possibilita a compreensão do fenômeno humano, incluindo processos simbólicos e de representação (SERVA; JÚNIOR, 1995). Como mostra Licia Valladares (2007), a observação participante é um processo longo, na medida em que a negociação da inserção no campo e a própria observação exigem uma continuidade por um longo período, o que dificulta a incorporação desta metodologia a um trabalho de conclusão de curso.

Contudo, foi possível a incorporação de outros princípios desse tipo de abordagem à investigação, como o reconhecimento da falta de controle sobre o contexto em que se insere o pesquisador no campo, a relevância da interação entre os sujeitos da pesquisa, o reconhecimento de informantes-chave como sujeitos que constroem também a pesquisa e a realização de diálogos informais para captar diferentes percepções (VALLADARES, 2007).

Por fim, um dos mais importantes elementos de metodologias engajadas é a preocupação com o retorno da pesquisa para os sujeitos envolvidos, noção que orientou a abordagem no campo desde as primeiras entrevistas. Nesse sentido, ao longo de todo o trabalho de campo, as pessoas mobilizadas foram convidadas a sugerir formas de retorno do trabalho desenvolvido aos movimentos e organizações que representam, fugindo de normas e formatos acadêmicos pouco acessíveis e se adaptando a cada contexto específico.

O Quadro 2 condensa os recursos metodológicos empregados relativos à coleta de dados e trabalho de campo (levantamento documental, entrevistas e observação direta), ao lado da perspectiva de análise do material obtido, explorados de forma mais detalhada a seguir.

Quadro 2 - Recursos metodológicos e finalidades para a pesquisa

<b>Recursos metodológicos</b>	<b>Perspectiva analítica</b>
Levantamento documental relativo às políticas públicas e planejamento da área central	Identificação, sistematização e análise dos enquadramentos interpretativos presentes no planejamento urbano.
Entrevistas semiestruturadas e levantamento de cartilhas, redes sociais e sites	Identificação, sistematização e análise dos enquadramentos interpretativos de movimentos e organizações de mulheres.
Observação direta assistemática	Identificação, sistematização e análise de aspectos complementares dos enquadramentos interpretativos de movimentos e organizações.

Fonte: Elaboração própria.

Na primeira vertente da pesquisa, a forma de levantamento do conteúdo para análise dos enquadramentos interpretativos de movimentos e organizações de mulheres que atuam no hipercentro da cidade foi principalmente a entrevista semiestruturada e a observação direta assistemática, de modo que o formato

sugerido para as entrevistas foi presencial. Inicialmente, foi definido um recorte de grupos relevantes para a questão de gênero nesse espaço, a partir da revisão bibliográfica e da identificação de eventos e espaços em que tem destaque a presença de mulheres. O recorte efetuado foi composto por organizações dos seguintes segmentos: ocupações urbanas; comerciantes e artesãs<sup>19</sup>; movimentos feministas; movimentos LBT+ (Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Mulheres Trans); trabalhadoras sexuais/prostitutas.

Para a seleção de lideranças e representantes convidadas para entrevista, foram identificadas, primeiramente, organizações que atuam no hipercentro a partir da revisão bibliográfica, como já posto, e de registros da participação e audiências da Câmara Municipal, das redes sociais e da indicação por participantes de movimentos contactadas por proximidade. Após o contato, as entrevistas foram realizadas em modelo semiestruturado, orientadas por um roteiro pré-estabelecido (Apêndice A). As perguntas propostas para a entrevista abordaram principalmente elementos que possibilitam a comparação com a análise dos documentos de políticas públicas, incluindo o questionamento sobre o diagnóstico dos movimentos e organizações sobre a desigualdade de gênero na cidade, suas propostas para mudar a situação e suas perspectivas sobre quais seriam os espaços e as políticas mais importantes para as mulheres.

Apesar da definição de um roteiro, a técnica de entrevista semiestruturada permite o desenvolvimento do diálogo em caminhos construídos pela interação estabelecida no momento. O desafio dessa abordagem está na tensão entre deixar a entrevistada explorar livremente o tema proposto e voltar a enquadrá-lo para evitar desvios do objetivo da pesquisa (BARBOT, 2015). Desse modo, é necessário reconhecer o papel da entrevistada na forma como o diálogo é conduzido, de modo que “o pesquisador deve empenhar-se em tornar o pesquisado ativo e a explorar progressivamente as perspectivas emergentes” (BARBOT, 2015, p. 104 -105).

A escolha por entrevistas preferencialmente presenciais se justifica tanto pela importância do espaço para o estudo proposto, quanto pela possibilidade de realização de observação direta assistemática nos locais da entrevista, por meio da coleta de informações sobre a organização dos movimentos e sua interação com o

---

<sup>19</sup> Em função da dificuldade de identificar lideranças de mulheres organizadas em torno de questões relacionadas ao trabalho e ao comércio no recorte espacial estudado, foi escolhido o recorte da Feira de Artesanato da Afonso Pena (Feira Hippie), que possui instância representativa eleita por todas as feirantes.

espaço de forma direta. A observação direta nesses contextos apoiou-se em registros em um caderno de campo. O Quadro 3 condensa o perfil das entrevistadas.

As entrevistas envolvem um processo de negociação com o entrevistado sobre o local e o tempo de entrevista, direcionando o contato inicial para que o pesquisador se torne convidado do entrevistado no espaço escolhido (BARBOT, 2015). A escolha por reuniões remotas com as entrevistadas 2, 3, 4, 5 e 6, no entanto, se deve à limitação de tempo, dificuldade de deslocamento das participantes e ausência de sede de algumas das organizações e movimentos, sendo empregados recursos da plataforma Google Meet.

Quadro 3 - Perfil das entrevistadas

<b>Entrevistada</b>	<b>Perfil</b>
Entrevistada 1	Coordenadora da Ocupação Carolina Maria de Jesus e integrante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
Entrevistada 2	Coordenadora nacional da Marcha Mundial das Mulheres e organizadora do 8M Popular
Entrevistada 3	Organizadora do 8M Unificado
Entrevistada 4	Participante do Movimento Autônomo Trans - BH (MovAT) e organizadora da Caminhada pelas Vidas T
Entrevistada 5	Membra da Comissão Paritária da Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte
Entrevistada 6	Liderança do Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (Cellos-MG)

Fonte: Elaboração própria.

As interações presenciais ocorreram tanto no contexto da primeira entrevista, que aconteceu na Ocupação Carolina Maria de Jesus, quanto em atividades de inserção no campo para além da realização de entrevistas formais – como a visita à Feira Hippie e conversas com feirantes nesse contexto e visitas ao espaço estudado para observar intervenções da Prefeitura. Além disso, a inserção no campo antecedeu a própria realização do trabalho, na medida em que minha participação na pesquisa “Cidade e Movimentos Sociais: uma análise das formas de

ação coletiva e seus desdobramentos nas políticas locais contemporâneas em Belo Horizonte<sup>20</sup> permitiu uma entrada no campo por meio da participação em eventos do Dia Internacional da Mulher e da interação com informantes-chave do movimento feminista na cidade.

Com o lastro no compromisso com parâmetros e princípios éticos de pesquisa, no contexto dos diálogos com as entrevistadas, inicialmente foram apresentados, em linguagem acessível, os objetivos do trabalho, abrindo espaço sobre para informações complementares e possíveis esclarecimentos, de modo a assegurar o processo de assentimento e consentimento livre e esclarecido, que se materializa na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Sublinha-se que o projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da FHEMIG em 04 de julho de 2024, registrado devidamente na Plataforma Brasil.

Por fim, as entrevistas foram transcritas utilizando a ferramenta do Microsoft Word e revisadas integralmente. Adicionalmente, foram consultadas outras fontes de informações e registros sobre os movimentos e organizações, como redes sociais, registros de participações em audiências públicas, sites e blogs, trabalhos acadêmicos e pesquisas anteriores. Esses levantamentos permitiram a identificação de outras atuações não contempladas pelo universo limitado da entrevista, além de suplementarem as ideias compartilhadas diretamente pelas participantes.

A única organização dentre as levantadas inicialmente que não contou com a realização de entrevista foi a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), apesar de ter sido realizado contato inicial com uma liderança, todavia a dificuldade de conciliação de agendas não permitiu que o encontro ocorresse. Para suprir as informações sobre o grupo, portanto, foram analisadas duas entrevistas oferecidas pela presidenta da Aprosmig, Cida Vieira, divulgadas no youtube (PODCAST DAS GERAIS, 2023; BHAZ, 2024), em que a maior parte das questões do roteiro são contempladas. Outra fonte de informações sobre as prostitutas da Guaicurus foi a pesquisa realizada pela PUC Minas em parceria com a Aprosmig, que contou com a participação de mais de 10% das mulheres que atuam na região e cujo relatório foi divulgado em 2024 (SAADALLAH, 2024).

---

<sup>20</sup> Pesquisa da Fapemig desenvolvida no âmbito da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, coordenada pelo Professor Ricardo Carneiro.

A segunda linha do trabalho é o levantamento e análise documental das políticas públicas que se voltam para o planejamento do hipercentro de Belo Horizonte. O corpo de documentos para essa etapa de foi composto pelos textos de publicidade institucional disponíveis no site da Prefeitura de Belo Horizonte sobre o Programa de Requalificação do Centro de BH “Centro de Todo Mundo”, o Projeto de Lei 551/2023, que institucionaliza as ações relativas à ocupação de prédios ociosos do plano, e, de modo complementar, os principais instrumentos de planejamento urbano da Prefeitura de Belo Horizonte, com foco no Plano Diretor, e outras políticas públicas que tenham foco em gênero, como Plano Municipal de Equidade de Gênero. Além desses documentos centrais, foram levantados os registros das audiências públicas realizadas na Câmara Municipal sobre o “Centro de Todo Mundo” e possíveis diagnósticos e materiais de elaboração do plano na Prefeitura.

As ações do Programa de Requalificação do Centro de BH estão organizadas em 10 eixos: cultura, turismo e lazer; mobilidade; requalificação urbana; mobiliário urbano; parques e arborização; manutenção e zeladoria; população em situação de rua; ocupação de prédios ociosos e subutilizados; segurança; inclusão produtiva. Esses eixos se desdobram em 103 ações divulgadas no portal da prefeitura, sendo 26 de cultura, turismo e lazer, 2 de inclusão produtiva, 3 de mobiliário urbano, 22 de mobilidade, 4 de ocupação de prédios ociosos e subutilizados, 2 de parques e arborização, 5 de população em situação de rua, 7 de requalificação urbana, 5 de segurança e 27 de zeladoria. Desse modo, o site do programa oferece como material para compor a análise documental da política pública uma postagem sobre cada uma das 103 ações.

Somando-se a esse material de pesquisa, foram identificados os registros de três audiências públicas que ocorreram na Câmara Municipal de Belo Horizonte para discutir as ações do programa, a primeira no dia 03 de abril de 2023 na Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, seguida por outra no dia 11 de abril de 2023 na Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor e, por último, a audiência da Comissão de Administração Pública, no dia 30 de agosto de 2023, ocasião em que a Subsecretária de Relações Intergovernamentais da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) apresentou um material técnico descrevendo as ações do programa divididas em três arquivos.

Em síntese, foram levantados como materiais relevantes para a análise documental da política de planejamento urbano da Prefeitura de Belo Horizonte no hipercentro da cidade, os cento e três textos de publicidade institucional divulgados na página do programa, as três atas de audiências públicas realizadas sobre o tema e as três apresentações de slides disponibilizadas pela representante da prefeitura na última audiência, conforme organiza o Quadro 4. De modo complementar, foram também consultados o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 11.181/19) e o Plano Municipal de Equidade de Gênero (Resolução Conselho Municipal dos Direitos da Mulher nº 03/2019).

Quadro 4 - Levantamentos para análise documental

<b>Tipo de documento</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Nº de documentos</b>
Textos de publicidade institucional de ações	Eixo de cultura, turismo e lazer	26
	Eixo de inclusão produtiva	2
	Eixo de mobiliário urbano	3
	Eixo de mobilidade	22
	Eixo de ocupação de prédios ociosos e subutilizados	4
	Eixo de parques e arborização	2
	Eixo de população em situação de rua	5
	Eixo de requalificação urbana	7
	Eixo de segurança	5
	Eixo de zeladoria	27
Atas de audiências públicas	Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana (03/04/2023)	1
	Comissão de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor (11/04/2023)	1
	Comissão de Administração Pública (30/08/2023)	1
Material de divulgação	Apresentações de slides divulgadas pela Subsecretária de Relações Intergovernamentais da PBH	3

Fonte: Elaboração própria.

Com o levantamento primário em mãos, tanto por aportes dos documentos de políticas públicas, quanto das entrevistas com representantes, a segunda etapa da metodologia foi a codificação das informações e conteúdos levantados a partir da metodologia de *Critical Frame Analysis*. A aplicação dessa metodologia no âmbito da presente pesquisa fundamenta-se em trabalhos que desenvolvem a análise de políticas públicas de igualdade de gênero (VERLOO; LOMBARDO, 2007; DOMBOS *et al.*, 2012; MARCONDES, 2019; GUARANHA, 2021) e, também, a partir da inspiração em trabalhos que mobilizam o conceito de enquadramentos interpretativos nos estudos de movimentos sociais (BENFORD; SNOW, 2000; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2017). A principal referência para a utilização dessa metodologia é o trabalho desenvolvido por Tamas Dombos *et al.* (2012), que buscou analisar do ponto de vista de gênero os enquadramentos interpretativos sobre que se apoiam as políticas públicas de igualdade de gênero na Europa, no *Quality in Gender+ Equality Policies (QUING) project*.

A etapa de codificação iniciou-se pelas entrevistas, na medida em que para a análise dos documentos de políticas públicas era fundamental ter em perspectiva as informações apresentadas pelas representantes das mulheres. Com as entrevistas transcritas e revisadas, foram identificados cinco aspectos dos enquadramentos interpretativos, de modo semelhante ao trabalho de Dombos *et al.* (2012), mas adicionando-se a dimensão espacial ao modelo analítico. Nessa linha, as dimensões analíticas são as seguintes: as vozes, uma descrição do perfil das participantes e das formas de interação com o Estado, a dimensão do diagnóstico dos enquadramentos, que descreve os problemas identificados e seus antagonistas e protagonistas, a dimensão do prognóstico, com as linhas de ações propostas e os responsáveis por elas, a interseccionalidade, que se refere ao reconhecimento das opressões entrelaçadas que afetam diferentes grupos de mulheres, e por fim os espaços mais relevantes para as mulheres no hipercentro de Belo Horizonte. O Quadro 5 apresenta o modelo analítico, desdobrando as dimensões em categorias analíticas, que constituíram a referência para codificação das entrevistas e análise dos *frames*.

Quadro 5 – Modelo para codificação das entrevistas e análise dos *frames*

Dimensão	Detalhamento
Vozes	Perfil do movimento
	Interação com o Estado
Diagnóstico	Problemas identificados
	Antagonistas
	Protagonistas
Prognóstico	Linhas de ação propostas
	Responsáveis
Interseccionalidade	Reconhecimento das opressões entrelaçadas que afetam diferentes grupos de mulheres
Espaços urbanos	Espaços identificados como relevantes para as mulheres no hipercentro

Fonte: Elaboração própria.

A segunda etapa da codificação voltou-se para os dados documentais de políticas públicas já levantados e organizados, tendo em vista a análise nos documentos examinados dos enquadramentos interpretativos especificamente sobre a questão de gênero. Nessa direção, para cada ação descrita nos documentos, buscou-se identificar se elas são inclusivas e explícitas à questão de gênero, se possuem abordagem interseccional, se estão comprometidas com a equidade de gênero e, ainda, se contemplam algum espaço mencionado pelas organizações e movimentos como relevantes para as mulheres. Para tanto, foram realizados filtros com palavras-chave relacionadas ao tema, como “gênero”, “sexo”, “sexualidade”, “mulher”, “prostituição”, “trabalhadoras sexuais”, “feminismo” e outras derivadas desses termos em cada documento, como uma forma de identificação inicial, seguida pela leitura dos documentos. Desta forma, organizou-se uma planilha que consolida os resultados obtidos para cada uma das cinco categorias iniciais de codificação, nos moldes indicados no Quadro 6.

Quadro 6 – Modelo da primeira etapa de codificação dos documentos

Categorias	Classificação
------------	---------------

Inclusão	É inclusiva às mulheres em sua diversidade	Não é inclusiva às mulheres em sua diversidade
Explicitude de gênero	Explicita a desigualdade de gênero	Não explicita a desigualdade de gênero
Interseccionalidade	Apresenta abordagem interseccional	Não apresenta abordagem interseccional
Compromisso com a equidade de gênero	Está orientada à equidade de gênero	Não está orientada à equidade de gênero
Espaço relevante para as mulheres	Contempla espaço relevante para as mulheres	Não contempla espaço relevante para as mulheres

Fonte: Elaboração própria.

O segundo momento da codificação dos textos consistiu na aplicação de categorias análogas às utilizadas na codificação das entrevistas a fim de permitir o cotejamento entre as duas linhas do estudo. Assim, foram identificadas as vozes, observando os responsáveis e a presença ou ausência de diálogo e participação da sociedade civil, o aspecto do diagnóstico do enquadramento da política, correspondente aos problemas identificados com seus antagonistas e protagonistas, o prognóstico, com as linhas de ação e seus responsáveis, a interseccionalidade e os espaços contemplados. O Quadro 7 condensa essa etapa.

Quadro 7 – Modelo da segunda etapa de codificação dos documentos

<b>Dimensão</b>	<b>Detalhamento</b>
Vozes	Responsáveis (se houver)
	Participação e diálogo com a sociedade
Diagnóstico	Problemas identificados
	Antagonistas
	Protagonistas
Prognóstico	Linhas de ação propostas
	Responsáveis
Interseccionalidade	Reconhecimento das opressões entrelaçadas que afetam diferentes grupos de mulheres
Espaços urbanos	Espaços contemplados pelas ações propostas

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em mãos as sistematizações dos documentos de políticas públicas e das respostas das lideranças das organizações e movimentos sociais, foram confrontadas as informações no sentido de encontrar convergências e distanciamentos entre elas. A análise comparativa partiu dos enquadramentos interpretativos das mulheres em direção à sua possível incorporação pela política pública, respondendo às seguintes questões, indicadas no Quadro 8:

Quadro 8 - Modelo de análise da incorporação dos enquadramentos interpretativos das mulheres nos instrumentos de política e de planejamento em relação ao gênero

<b>Eixos dos frames das mulheres</b>	<b>Questões analíticas para abordagem nos instrumentos</b>
Problemas apontados pelas mulheres	Para cada problema identificado, há enunciados na política urbana que busquem contemplá-los e enfrentá-los? Esses enunciados abordam gênero? Como eles abordam a questão de gênero?
Ações demandadas ou propostas pelas mulheres	Para cada ação proposta, há dispositivos correlatos na política urbana? Esses dispositivos abordam gênero? Como eles abordam a questão de gênero?
Espaços urbanos destacados pelas mulheres	Para cada espaço considerado importante para as mulheres, há enunciados ou propostas que contemplem esse espaço? Eles abordam gênero? Como elas abordam a questão de gênero?

Fonte: Elaboração própria.

A partir dessas sistematizações analíticas e com apoio na teoria, foi possível realizar uma síntese dos enquadramentos interpretativos incorporados às políticas e os dos movimentos e organizações compostas por mulheres. O resultado encontrado está nos encontros e os desencontros entre essas duas perspectivas, abordados nos capítulos 6 e 7.

## 5. PLANEJAMENTO URBANO: DA CIDADE “NEUTRA” À CIDADE PLURAL

Introduzida a metodologia do trabalho e as principais bases teóricas sobre que ele se assenta, o presente capítulo propõe uma revisão sucinta sobre o planejamento urbano, que se inscreve em um campo mais amplo das políticas urbanas e/ou políticas da cidade, aproximando-se do objeto da pesquisa. Após uma breve introdução sobre o conceito de planejamento urbano e suas diferenças e aproximações a conceitos como gestão urbana e urbanismo, o capítulo segue para uma breve retomada histórica do urbanismo e do planejamento urbano. O tópico seguinte se dedica à visão crítica sobre o planejamento urbano e o conceito de direito à cidade, desdobrado à questão de gênero em tópico específico sobre as relações entre espaço, gênero e direito à cidade. Para contextualizar a abordagem do planejamento urbano no escopo do trabalho, foram revisitados os principais marcos do planejamento urbano brasileiro, chegando, finalmente, ao capítulo que aborda o tema em Belo Horizonte.

A preocupação com a organização da cidade e a compreensão das dinâmicas urbanas surgiu a partir do século XIX por teóricos que observavam os efeitos do crescimento das aglomerações urbanas em função da revolução industrial. Nas palavras de Françoise Choay (1979), “a sociedade industrial é urbana. A cidade é seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais” (p. 1). A partir desse momento, a cidade passa a ser o lócus central das relações econômicas, de modo que o fenômeno urbano é crescente sobre qualquer outra manifestação socioeconômica territorial (ULTRAMARI, 2021). Nesse contexto, uma série de teóricos passa a refletir sobre a cidade, tanto desde um olhar descritivo sobre o fenômeno, no sentido de observar e ordenar os fatos, quanto de um olhar reflexivo de pensadores políticos inspirados por sentimentos humanitários, ainda que essas questões não fossem objetos centrais de investigação (CHOAY, 1979).

O surgimento formal do urbanismo se deu no fim do século XIX, tendo como marco a obra “Teoria Geral da Urbanização”, de Ildefonso Cerdá (1859)<sup>21</sup>, na linha de elaborar críticas e soluções ao espaço urbano, sendo a cidade um espaço a

---

<sup>21</sup> Cerdá (1859) usa o termo “urbe” para designar o assentamento humano e “urbanização” para a ação sobre este assentamento, surgindo a partir daí o termo “urbanismo” (ULTRAMARI, 2021).

ser criado, construído ou refeito (CHOAY, 1979; UTRAMARI, 2021). O urbanismo difere do momento anterior de críticas e proposições para a cidade industrial por ser desenvolvido por profissionais especializados que emergem nesse cenário, os arquitetos-urbanistas (CHOAY, 1979), enfatizando uma preocupação estética (que não se limita a tal) no processo de construção e reconstrução do espaço urbano (SOUZA, 2002). São os saberes da nascente engenharia sanitária que dão a base racional para as soluções formais, justificando o pretendido caráter de ciência desse primeiro urbanismo, conhecido, por isso, como higienista. Contudo, como argumenta Clovis Ultramari (2021), a definição de urbanismo - e suas diferenciações em relação ao planejamento urbano - não é possível se não localizada em um contexto histórico, na medida em que varia nas teorias e aplicações.

De forma mais ou menos próxima ao urbanismo, variando de acordo com tais contextos históricos, o planejamento urbano está relacionado a um campo mais abrangente, que envolve não apenas a figura do arquiteto-urbanista, mas um olhar preocupado com a totalidade da cidade (SOUZA, 2002), que evoca a multidisciplinaridade e multisetorialidade. As atividades de planejamento passam por alguns elementos que a caracterizam, conforme Souza (2002), como o pensamento orientado para o futuro, a escolha entre alternativas, a consideração de ganhos e perdas, a definição de possibilidades para diferentes cursos de ação e a preocupação com a resolução de conflitos de interesses que envolvem a produção do espaço urbano. Em outros termos, o planejamento urbano, no terreno das políticas urbanas, conforme Brugué e Gomá (1999), volta-se para a regulação e gestão do conflito social referido à divisão social e econômica do espaço urbano.

Dessa forma, o planejamento urbano, envolto em suas características próprias, está relacionado ao desenvolvimento do campo de estudos sobre a cidade e o fenômeno urbano. Retomando o processo que se inicia com os primeiros pensadores que olhavam para o crescimento da cidade industrial no século XIX, o urbanismo ganha espaço como uma ciência própria e, de forma mais abrangente, o planejamento urbano surge a partir principalmente do pós-1945 com uma visão mais alargada sobre a cidade:

O urbanismo, ou uma ciência do urbano, avança de uma posição marginal em outras ciências, como a sociologia, e mesmo de uma compreensão limitada de seu objeto para, processualmente, constituir uma ciência própria; a um tempo independente e agregadora de diferentes conhecimentos. Nessa ampliação de

preocupações, o conceito até então utilizado para o urbanismo, em seu sentido mais restrito, já não parece ser suficiente. Ambiciona-se algo maior, algo a planejar não apenas uma ação concreta, mas pontual, para uma abordagem alargada, de totalidade, tal qual se pretende no planejamento urbano e regional. (ULTRAMARI, 2021, p. 348-349).

Conforme Ultramari (2021), a diferença entre o urbanismo e o planejamento urbano está, de modo simplificado, na diferenciação entre fazer e planejar. Enquanto o urbanismo se preocupa a princípio com a intervenção física no espaço a partir de um projeto gráfico, o planejamento urbano se refere a um momento anterior, a formulação de um plano da cidade pretendida, compreendendo também o modo como as relações socioeconômicas se manifestam no espaço (ainda que o urbanismo possa se aproximar desse conceito a depender da abordagem).

De fato, as aproximações e distanciamentos entre as duas áreas são muito mais variáveis do que é capaz de apreender essa simplificação. Como mostra Marcelo Lopes de Souza (2002), ainda que não sejam sinônimos, convergindo em sua visão à diferenciação apresentada, é frequente que sejam utilizados como tal. Nesse sentido, Ultramari (2021) apresenta a hipótese de que o urbanismo, ou o desejo por mudar a cidade, se aproxima do planejamento urbano, mais preocupado com as relações socioeconômicas, ao se distanciar da arte e da arquitetura. O autor aponta para contextos que demonstram essa relação, como no Brasil na década de 1980, quando a expectativa por grandes transformações sociais para a resolução de problemas urbanos caracterizou um grande afastamento entre urbanismo e arquitetura. Por outro lado, nos Estados Unidos e na Europa no final dos anos 1980 houve uma grande aproximação com a arte e a arquitetura nos grandes projetos de requalificação de áreas centrais, descrita como uma renascença urbana.

No sentido de direcionar o olhar ao planejamento urbano de forma crítica, é relevante conhecer as teorias desenvolvidas a partir da década de 1970 que se posicionam criticamente sobre o tema, de acordo com Marcelo Lopes de Souza (2002). As críticas da esquerda têm dentre as obras fundamentais “A questão urbana”, de Manuel Castells (1983), “A justiça social e a cidade”, de David Harvey (1980), e “O direito à cidade”, de Henri Lefebvre (2008 [1968]), apresentando um esforço em historicizar a cidade, encará-la como um produto social. Nessa linha, os

autores denunciam o planejamento urbano “como um instrumento a serviço da manutenção do *status quo*” (SOUZA, 2002, p. 26).

Souza (2002), no entanto, questiona a exclusão apriorística da possibilidade de um planejamento orientado ao combate à injustiça social por críticos do planejamento urbano, considerando que Estado é uma condensação de relações de forças e que as sociedades capitalistas são contraditórias e não monolíticas. O que o autor propõe é uma passagem da crítica do planejamento urbano ao planejamento urbano crítico, apresentando o papel do planejador em respeitar e estimular a autonomia dos sujeitos envolvidos. Uma abordagem crítica, contudo, apresenta uma série de limitações e desafios. O primeiro é o equilíbrio na valorização das dimensões política e técnico-administrativa, somado ao exame ponderado dos instrumentos disponíveis à gestão e ao planejamento urbano. A crítica à racionalidade instrumental (aquela voltada à adequação dos meios aos fins preestabelecidos) e o desenvolvimento de uma racionalidade comunicativa são também desafios necessários para um planejamento urbano crítico. Outros desafios estão ainda na efetivação da participação popular, com uma análise profunda do conteúdo e do significado de seus termos e práticas, e a contextualização do planejamento urbano no conjunto da produção teórica das ciências sociais de forma mais ampla.

Tendo uma visão sobre o conceito de planejamento urbano, outro termo importante que se confunde com os já apresentados é o de gestão urbana. Conforme Ultramari (2021), a gestão ou administração urbana é concomitante tanto à atividade de planejamento quanto à de execução, fazendo-se ora planejamento, ora urbanismo. A partir da década de 1990, com o fortalecimento do neoliberalismo, houve um enfraquecimento do planejamento, sob um argumento de retirada da função de planejar do Estado, utilizando o termo gestão urbana no lugar (SOUZA, 2002). No entanto, tais termos são distintos e complementares, um não substitui o outro:

Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos e, por tabela, por se referirem a diferentes tipos de atividades. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito

de melhor tirar partido de prováveis benefícios. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas. (SOUZA, 2002, p. 46)

Dado o panorama das formulações sobre os conceitos de urbanismo, planejamento urbano e gestão urbana, é necessário retornar ao escopo da pesquisa desenvolvida: neste trabalho o foco recai sobre o planejamento urbano, mais especificamente sobre os instrumentos de planificação municipais que oferecem a visão institucional da prefeitura para o hipercentro de Belo Horizonte. Não se limitando à perspectiva do Estado, o interesse central da investigação está na perspectiva das mulheres em relação e em comparação ao planejamento, de modo que é importante também discutir os vieses em que se ancora o planejamento urbano, as proposições críticas e a incorporação do olhar feminista ao urbanismo e ao planejamento urbano, tópicos que se desenvolvem no corpo do capítulo.

### **5.1. Urbanismo e planejamento urbano: breve retomada histórica**

Para compreender os vieses que orientam e orientaram o planejamento urbano ao longo do tempo, bem como as teorias críticas a eles, proponho neste tópico uma brevíssima revisão da história do pensamento sobre a cidade. Conforme antecipado na introdução do capítulo, o interesse por estudar a cidade ou o fenômeno urbano surge no contexto da revolução industrial, quando grandes massas de trabalhadores se deslocaram do campo para as cidades e, com isso, surgem questões sociais nas cidades europeias que necessitavam soluções para gerar bem-estar aos habitantes (SARAIVA, 2017; ULTRAMARI, 2021; CHOAY, 1979).

Ainda no século XIX, começaram a ser desenvolvidos estudos sobre a cidade - mesmo que de forma marginal a um campo de investigação próprio -, englobados por Françoise Choay (1979) em um momento chamado de pré-urbanismo. Esses estudos envolvem tanto esforços descritivos sobre a urbanização, quanto esforços propositivos voltados à melhoria das condições de vida, no sentido de oposição à aparente desordem da cidade industrial.

Choay (1979) categoriza os pensadores pré-urbanistas em duas linhas principais: os progressistas e os culturalistas. Os progressistas - como Charles Fourier, Robert Owen e Pierre-Joseph Proudhon - tinham em comum um

pensamento orientado para o futuro, reconhecendo a revolução industrial como um acontecimento histórico chave na transformação da sociedade. As proposições dos representantes dessa linha para a cidade tinham em comum a elaboração de padrões de ordenamento e projeto racional do espaço urbano apoiados em outros princípios de organização da vida social, contrapondo o individualismo dominante às ideias de cooperação e solução coletiva das demandas cotidianas da vida urbana. Por outro lado, as críticas a tais modelos sugerem que seriam sistemas limitadores em função da rigidez espacial e repressivos, tanto em termos da regulação dos comportamentos, como da orientação subjacente visando ao rendimento máximo do trabalho.

O segundo modelo apresentado por Françoise Choay (1979) é denominado culturalista, em que se inserem pensadores como John Ruskin e William Morris. Tais autores demonstraram uma preocupação com a pressão desintegradora da industrialização, olhando para o agrupamento humano sob a lógica de uma comparação às cidades do passado. Contrapõem, assim, a cidade do passado, com sua organicidade e participação, à cidade industrial, marcada pela mecanização e pela indiferença. A ideia de progresso dá espaço à cultura, a partir da valorização da irregularidade, assimetria e especificidade das cidades, sem a adoção de modelos preestabelecidos.

Com destaque no desenvolvimento do pré-urbanismo, mas sem se enquadrar a nenhuma das categorias apresentadas, a autora considera Friedrich Engels (1872) um dos fundadores da sociologia urbana, ao denunciar o habitat insalubre do trabalhador nesse período. Junto a Karl Marx, desenvolve uma teoria crítica sobre a cidade industrial, compreendendo o modo como a estrutura de produção reflete sobre a organização do espaço urbano. A cidade, portanto, seria o lugar da história, uma expressão da ordem capitalista, a que se pretende ultrapassar. Propõem, nesse sentido, uma visão pragmática de que os contornos do futuro só aparecem à medida que se desenvolve a ação coletiva (CHOAY, 1979).

Em um momento seguinte, a partir da segunda metade do século XIX, o urbanismo passa a se desenvolver em um campo próprio, de modo que a cidade passa a ser um objeto central de estudos. A principal diferença em relação às formulações anteriores é a especialização dos profissionais que desenvolvem as teorias - os arquitetos (CHOAY, 1979) - e, em um primeiro momento, o urbanismo higienista, a tentativa de apoiar o projeto para a cidade em princípios

técnico-científicos e controle estético do conjunto. Na mesma lógica, a autora apresenta uma categorização similar ao período anterior: uma nova versão do modelo progressista e uma do modelo culturalista, além de outras abordagens que não se enquadram nessa divisão.

O desenvolvimento do urbanismo do ponto de vista culturalista ocorreu a partir das décadas de 1880 e 1890, notadamente na Alemanha e na Áustria, com princípios ideológicos inspirados em seu precursor. A valorização da dimensão cultural sobre a material, da totalidade (aglomeração) sobre as partes (indivíduos), e a oposição ao crescimento acelerado da metrópole industrial são ideias comuns dessa linha. Dentre seus principais teóricos, destacam-se Camillo Sitte, Ebenezer Howard e Raymond Unwin. Para Sitte (1928 [1889]), “a rua é um órgão fundamental, as formas diretoras não são mais as dos edifícios, mas as dos locais de passagem e de encontro, quer dizer, das ruas e das praças” (CHOAY, 1979, p. 28). Essa abordagem representa uma reação contra o isolamento da cidade moderna, recusando a subordinação aos princípios de simetria e padronização, de modo que o espaço deve ser imprevisível e diverso (CHOAY, 1979).

Por sua vez, tendo como antecedente o urbanismo higienista, a crítica modernista aos culturalistas acusa-os de ignorarem as mudanças nas formas de trabalho que geram as necessidades da cidade moderna:

Dessa vontade de recriar um passado morto, que é finalmente o motor ideológico do urbanismo culturalista, devem-se tirar duas consequências críticas. Num primeiro nível - metodológico e especulativo - a valorização inconsiderada do passado leva a uma reificação do tempo, que é tratado ao modo de um espaço e como se fosse reversível. Chega-se assim, por canais diferentes, ao mesmo resultado que no urbanismo progressista. Ao utopismo progressista opõe-se o utopismo nostálgico, e à religião do funcionalismo o culto dos valores ancestrais, cujos modos de funcionamento a história e a arqueologia desvendaram. (CHOAY, 1979, p. 29)

A nova versão progressista, inspirada pela valorização da modernidade e reconhecendo a industrialização como uma ruptura histórica radical, desenvolve-se a partir do início do século XX, com forte expressão da arquitetura racionalista no pós-1914, movimento que se afirmava em favor das formas puras e preconizava a exploração radical das fontes da técnica e da indústria. Os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) iniciados em 1928 e a Carta de Atenas (1933), representando um manifesto do urbanismo moderno, fortaleceram a

expressão desse movimento, ampliando a predominância da adoção de modelos filiados a essa linha (CHOAY, 1979).

Como mostra Saraiva (2017), essa abordagem busca uma “padronização da humanidade e de suas necessidades, surgindo assim o homem-tipo” (p. 4), de modo que o urbanismo progressista pretende tornar a cidade genérica para atender ao homem genérico. A Carta de Atenas, proposta sob o protagonismo de Le Corbusier (1933), apresenta a imagem de um homem-tipo, resumindo as necessidades humanas na cidade a: habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito. Assim, nega qualquer tipo de heterogeneidade e rejeita tudo que é momentâneo ou acidental, mantendo apenas o essencial e durável. De acordo com esse movimento, o papel do urbanismo no desenho da cidade seria o de “construir o quadro *a priori* de qualquer comportamento social possível” (CHOAY, 1979, p. 23).

Em síntese, o urbanismo progressista caracteriza-se pela valorização da eficiência e da estética, por meio, por exemplo, da especialização das áreas da cidade, separando-as funcionalmente e dando eficiência e racionalidade à vida cotidiana, em reflexo à cidade industrial como espaço de trabalho e produção, ou da ideia de abolição da rua, que representaria uma desordem circulatória. Nas palavras de Choay (1979):

[...] as aglomerações do urbanismo progressista são locais de limitação. Aqui ainda há uma palavra-chave: a eficácia. Este valor justifica a rígida determinação do quadro de vida. A inscrição, irremediavelmente fixada, de cada uma das atividades humanas em termos espaciais simboliza o papel reificador desse urbanismo de que se pode dar uma imagem mais impressionante do que fez o Le Corbusier: ‘Nada mais é contraditório... cada um bem alinhado em ordem e hierarquia ocupa seu lugar’. (p. 25)

De modo menos expressivo, um terceiro modelo ainda se desenvolveu nesse contexto, o urbanismo naturalista. Os urbanistas dessa corrente defendiam o contato com a natureza para o pleno desenvolvimento da pessoa, em oposição à alienação causada pela grande cidade industrial. Na prática, a expressão do modelo progressista foi muito superior ao culturalista e ao naturalista, sendo que o primeiro se expressou principalmente na Inglaterra e o segundo em formas suburbanas nos Estados Unidos. O urbanismo progressista, por sua vez, teve influência expressiva

em grandes realizações concretas, como a própria Brasília, um projeto fortemente ancorado em tais ideias (CHOAY, 1979).

Aos modelos que nasceram da necessidade de resposta aos problemas colocados no contexto de crescimento das cidades, surgiram críticas com novas proposições, chamadas por Françoise Choay (1979) de uma crítica de segundo grau: a tecnotopia e a antropólis (crítica humanista).

A tecnotopia descrita por Choay (1979) é um movimento de técnicos, arquitetos e engenheiros para imaginar a cidade a partir de novas técnicas de construção, com estruturas físicas complexas e inovadoras. Alguns elementos comuns das iniciativas propostas por profissionais dessa linha envolvem altas concentrações humanas, a exploração do subsolo, mar e atmosfera, a desnaturalização das condições de existência e a aparência plástica. Muitas vezes associada a ficções de visões para o futuro, a significação real dessa linha do urbanismo está no desenvolvimento de soluções para problemas relevantes, como um terreno de pesquisa contra hábitos e pensamentos ultrapassados. Dessa forma, apresenta uma atitude caracterizada pela autora como “tecnolatria”, ou seja, a cidade é encarada como um objeto técnico (CHOAY, 1979).

Do lado oposto, a crítica humanista propõe a reintegração do problema urbano a seu contexto global, envolvendo múltiplos campos de conhecimento, como a sociologia, o direito, a economia, a história e a psicologia. Uma das linhas desenvolvidas nessa lógica é a do urbanismo da continuidade, representado por Patrick Geddes (1915), Lewis Mumford (1938) e outros autores preocupados com a localização humana como enraizamento espaço-temporal, ou seja, com o contexto concreto da história. Os autores defendem a impossibilidade de uma cidade-tipo, criticando a alienação causada pelo modelo modernista ao buscar um tipo ideal de organização urbana. Segundo Choay (1979), as teorias desses autores representam “a ruptura com uma forma de pensamento, o método apriorístico dos modelos, no qual a realidade concreta é, segundo as tendências, reduzida seja a seu aspecto tecnológico, seja à tradição cultural” (p. 41).

Outra linha de pensamento desenvolvida no âmbito da crítica humanista foi a da higiene mental, que enfoca as ressonâncias da aglomeração urbana sobre o comportamento humano. Os autores dessa linha defendem que o desenvolvimento harmonioso da sociabilidade e da personalidade depende de um clima afetivo insubstituível. De forma análoga, o comportamento humano no contexto urbano

estaria ligado a um certo clima existencial que as formas propostas pelo urbanismo progressista seriam incapazes de assegurar. Seguindo o princípio da heterogeneidade arquitetural, funcional e demográfica do espaço urbano, autores como Leonard Duhl (1963) e Jane Jacobs (1961) “[...] sublinham o caráter traumatizante e diminuidor de uma planificação que coloca o habitante diante do fato consumado e leva a tratá-lo como verdadeiro objeto” (CHOAY, 1979, p. 45), colocando como urgentes os esforços em trazer os interessados ao modelamento da cidade. A crítica de Jane Jacobs (1961), mais especificamente, teve uma repercussão prática nos projetos de remodelamento dos centros de grandes cidades nos Estados Unidos.

A terceira linha da crítica humanista, conforme Choay (1979), volta-se à percepção humana sobre a cidade, com destaque para o autor Kevin Lynch (1960). A argumentação parte da ideia de que a percepção das pessoas que habitam a cidade é organizada por uma série de laços existenciais, práticos e afetivos para propor que o conhecimento para planejar a cidade deve partir do próprio habitante.

A proposta do planejamento feita a priori, objetivada, tratada como uma coisa (modelo), é aqui substituída por uma proposta a posteriori e que decorre do conhecimento do ponto de vista do habitante: o projeto deixa de ser objeto na medida em que, pela mediação da psicologia experimental e do questionário, o habitante torna-se, diante do planejador, um tipo de interlocutor. (CHOAY, 1979, p. 48)

A recorrência ao trabalho de Françoise Choay (1979) é fundamental para compreender a história do pensamento urbanístico - ainda que um ponto de vista mais atrelado à arquitetura do que ao planejamento urbano -, mas não apenas isso: é fundamental para compreender as bases teóricas e ideológicas que ainda sustentam ou influenciam o planejamento urbano, os projetos urbanísticos e as intervenções urbanas nas cidades contemporâneas. Contudo, pela temporalidade da obra e por sua ligação mais estreita ao campo de arquitetura e urbanismo, é necessário complementar a compreensão sobre os modelos e as inspirações do estudo sobre a cidade do ponto de vista do planejamento urbano e de desdobramentos mais atuais.

Para tal, recorre-se à obra de Marcelo Lopes de Souza (2002), que, do ponto de vista de um estudo crítico do planejamento urbano, propõe uma tipologia das abordagens contemporâneas mais expressivas desse campo, chegando a nove tipos. A categorização desenvolvida pelo autor parte de oito critérios: ideia-força

central; filiação estética; escopo; grau de interdisciplinaridade; permeabilidade em face à realidade; grau de abertura para com a participação popular; atitude em face do mercado; e referencial político-filosófico.

A ideia-força central refere-se ao objetivo perseguido pela modalidade de planejamento. Por sua vez, a filiação estética é uma característica que só aparece para as linhas mais associadas à arquitetura. Em relação ao escopo, Souza (2002) classifica algumas correntes como estritamente físico-territoriais, enquanto outras voltam-se a uma natureza social mais abrangente, em que a espacialidade é uma das dimensões. De modo distinto, a classificação em relação à interdisciplinaridade varia em uma escala que vai de muito pequena (correntes identificadas estritamente com a figura do arquiteto) a muito grande (chegando aos limites da transdisciplinaridade ou da adisciplinaridade). A permeabilidade em face da realidade também está organizada em uma escala, resumida pelo autor em três categorias: abordagem apriorística (propostas baseadas em modelos ideais); semi-apriorística (relativamente permeáveis à observação do real); e reconstrutivista (dialética entre a teoria e a empiria).

Em sequência, o grau de abertura para com a participação popular é organizado em uma escala de participação com oito categorias, sendo que as de menor abertura, consideradas situações de não participação, seriam a coerção e a manipulação; as formas de pseudoparticipação seriam a informação, a consulta e a cooptação; e, finalmente, a participação autêntica ocorreria por meio da parceria, da delegação de poder e, no maior nível de participação, da autogestão. As duas últimas categorias utilizadas na classificação de Souza (2002) são a atitude em face do mercado e o referencial político filosófico. A primeira compreende a postura de aceitação sem restrições (“mercadofilia”), o criticismo moderado (associado à ideia de controle) e o forte criticismo (crítico ao próprio capitalismo).

O planejamento físico-territorial clássico, o planejamento sistêmico e as perspectivas mercadófilas se aproximam na ideia-força central: a modernização da cidade. Essa ideia retoma as referências do urbanismo progressista (CHOAY, 1979), relacionadas à eficiência e à resolução dos problemas da cidade com uma orientação à produção. O primeiro, especificamente, tem o modernismo como sua filiação estética principal, trazendo conceitos de divisão funcional da cidade, preocupação com a simetria e os modelos ideais estabelecidos de forma apriorística.

De modo um pouco mais abrangente, o *New Urbanism* e o desenvolvimento urbano sustentável buscam a compatibilização entre a ideia de urbanização a outras questões, sendo os valores comunitários para o primeiro e a sustentabilidade física, energética e social para o segundo. Em comum, somando-se também a esse aspecto o planejamento colaborativo, estão localizados em um referencial político-filosófico identificado como liberalismo de esquerda e adotam um criticismo moderado em relação ao mercado.

Em sequência, Marcelo Lopes de Souza (2002) apresenta formas de planejamento urbano comprometidas com a justiça social, planejamento rawlsiano<sup>22</sup> e o planejamento urbano social-reformista. Ambos apresentam maior criticismo ao mercado, tendências mais à esquerda e um maior potencial de permeabilidade em face da realidade. De forma ainda mais crítica, por fim, há o planejamento urbano autonomista, comprometido com uma abordagem radicalmente reconstrutivista e com a participação.

Os tipos de planejamento urbano categorizados pelo autor estão organizados no Quadro 9 conforme as categorias propostas.

---

<sup>22</sup> O termo planejamento rawlsiano vem da teoria da justiça do filósofo John Rawls, de modo que esta linha prioriza as necessidades dos grupos sociais desprivilegiados no planejamento urbano, do ponto de vista ético da justiça social (SOUZA, 2002).

Quadro 9 - Tipologia das abordagens de planejamento urbano

Tipos de planejamento	Ideia-força central	Filiação estética	Escopo	Grau de interdisciplinaridade	Permeabilidade em face à realidade	Grau de abertura para com a participação popular	Atitude em face do mercado	Referencial político-filosófico
<b>Planejamento físico-territorial clássico</b>	Modernização da cidade.	Modernismo como referencial principal.	Estritamente físico-territorial.	Muito pequeno (urbanismo modernista) ou médio (outras).	Abordagem apriorística (urbanismo modernista) ou semi-apriorística (outras).	Formas de pseudoparticipação, não indo além da manipulação.	Criticismo moderado e de aspiração controle.	Welfare state keynesiano; Estado forte e intervencionista.
<b>Planejamento sistêmico</b>	Modernização da cidade.	Problema estético secundário.	Não estritamente físico-territorial.	Grande.	Tendência ao reconstrutivismo, porém por via positivista.	Pequena (abordagem tecnocrático-cientificista).	Criticismo moderado.	Estado forte e intervencionista.
<b>Perspectivas mercadófilas</b>	Modernização da cidade.	Problema estético secundário.	Não estritamente físico-territorial.	Médio.	Tende ao semi-apriorismo.	Pequena (no máximo pseudoparticipação).	Acriticismo.	Neoliberalismo.
<b>New Urbanism</b>	Compatibilização do crescimento e da modernização com valores comunitários.	Pós-modernismo.	Estritamente físico-territorial.	Pequeno.	Abordagem semi-apriorística.	Tendencialmente pequeno (pseudoparticipação).	Criticismo muito moderado.	Tendencialmente "liberalismo de esquerda".
<b>Desenvolvimento urbano sustentável e planejamento ecológico</b>	Modernização com sustentabilidade e ecológica das cidades.	O problema estético tende a ser desimportante.	Não estritamente físico-territorial.	Grande.	Variável (desde uma postura semi-apriorística até um enfoque mais científico).	Retórica de compromisso com a participação, porém pseudoparticipação na prática.	Criticismo moderado.	Liberalismo de esquerda ou social-democracia.

Tipos de planejamento	Ideia-força central	Filiação estética	Escopo	Grau de interdisciplinaridade	Permeabilidade em face à realidade	Grau de abertura para com a participação popular	Atitude em face do mercado	Referencial político-filosófico
<b>Planejamento comunicativo/ colaborativo</b>	Consenso entre grupos sociais distintos.	O problema estético tende a ser desimportante.	Não estritamente físico-territorial.	Grande.	Em princípio, grande (pode ir além do semi-apriorismo).	Teoricamente, grande, mas com risco de banalização ou esvaziamento.	Criticismo moderado.	Liberalismo de esquerda ou social-democracia.
<b>Planejamento rawlsiano</b>	Justiça social.	O problema estético tende a ser desimportante.	Não estritamente físico-territorial.	Grande.	Potencialmente grande.	Tendência à pseudoparticipação.	Criticismo moderado (há margem para divergências).	Espécie de Estado de bem-estar aprimorado.
<b>Planejamento e gestão urbanos social-reformistas</b>	Justiça social	O problema estético tende a ser desimportante.	Não estritamente físico-territorial.	Grande.	Potencialmente grande.	Ambiguidade (tolerância com formas simples de pseudoparticipação).	Oscila entre uma postura bastante crítica e moderadamente crítica.	Transitam entre uma espécie de “socialismo democrático” e formas de social-democracia.
<b>Planejamento e gestão urbanos autonomistas</b>	Autonomia individual e coletiva.	Problema estético é secundário, mas recusam receitas apriorísticas.	Não estritamente físico-territorial.	Muito grande.	Abordagem radicalmente reconstrutivista.	A legitimidade do planejamento está atrelada à participação.	Crítica forte.	Sociedade autônoma.

Fonte: Souza (2002)

Passando por quase dois séculos de história desde o pré-urbanismo até as tipologias mais recentes dos tipos de planejamento urbano, é necessário retomar a relevância desse debate para o trabalho em construção. Em primeiro lugar, para uma análise crítica e fundamentada de instrumentos de planejamento urbano, é imprescindível conhecer as lentes teóricas e as tendências que influenciam e em que se inspiram suas ideias. Ainda que em um mesmo plano, um mesmo órgão ou um mesmo espaço possam disputar, se sobrepor e mesmo entrelaçar ideias diversas sobre a organização da cidade, mostra-se relevante identificar essas influências e suas forças na prática. Além disso, uma visão panorâmica do campo permite a entrada em linhas críticas, que se desdobram no tópico seguinte, chegando finalmente ao viés feminista adotado no trabalho.

## **5.2. Direito à cidade: uma perspectiva crítica do planejamento urbano**

Retomando a ideia proposta na introdução ao capítulo, este tópico pretende desenvolver o conceito do direito à cidade a partir da perspectiva crítica ao planejamento urbano sob a qual este conceito nasce. Como mostra Marcelo Lopes de Souza (2002), uma das obras que inaugura a perspectiva crítica ao planejamento urbano escalada a partir dos anos 1970 é “O direito à cidade”, de Henri Lefebvre (2008 [1968]), seguido por autores como David Harvey (1980) e Manuel Castells (1983).

O esforço de Lefebvre (2008) vai no sentido de trazer uma perspectiva marxista ao estudo da cidade e do fenômeno urbano (TAVOLARI, 2016), como um retorno, visto que Engels (1872) já havia formulado sobre os problemas da cidade capitalista (CHOAY, 1979), ainda que de forma menos expressiva. Mais que isso, a contribuição de Lefebvre (2008) está em demonstrar a tendência de um fenômeno urbano global, a urbanização completa da sociedade, que se impõe como marca da modernidade (SOUZA, 2002; TAVOLARI; 2016).

Dessa perspectiva, a cidade capitalista, para além de ser determinada pela lógica e pelas demandas da produção capitalista, é resultado, em especial na sua versão contemporânea, da produção e da necessidade de aplicação de excedente de capital e, portanto, construída a partir dos interesses dos grupos detentores desse excedente:

A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade. (HARVEY, 2012, p. 85)

O direito à cidade é proposto por Lefebvre (2008) como um horizonte de emancipação, na medida em que a luta de classes e a alienação ultrapassam os limites da fábrica e da produção, pensando sobre a reificação na vida cotidiana (TAVOLARI, 2016). Em sua formulação inicial, esse direito se apresenta como coletivo, inscrito nas perspectivas de uma revolução da classe operária, visto que não pode ser dissociado do domínio econômico das relações sociais, ou estaria limitado a transformações meramente simbólicas. Para a classe operária, o direito à cidade representa

ao mesmo tempo um meio e um objetivo, um caminho e um horizonte; mas essa ação virtual da classe operária representa também os interesses gerais da civilização e os interesses particulares de todas as camadas sociais de 'habitantes', para os quais a integração e a participação se tornam obsessivas sem que cheguem a tornar eficazes essas obsessões (LEFEBVRE, 2008, p. 139).

Dessa forma, o que o direito à cidade propõe é a utilização democrática dos recursos excedentes para a construção da cidade, criando espaços que correspondam também ao interesse da classe trabalhadora. É redefinido por Harvey (2012), preocupado com a cidade no interior do funcionamento do capitalismo, como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (p. 74), argumentando sobre a preciosidade da “liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos” (HARVEY, 2012, p. 74), negligenciada à classe trabalhadora. Ainda, Harvey (2012) afirma que não basta transferir mais desse excedente para o Estado, na medida em que isso só garantiria o controle democrático caso o Estado fosse submetido ao controle democrático efetivamente. Um Estado que coloca à frente do direito coletivo os interesses corporativos, favorecendo grupos restritos na construção do ambiente urbano, não é capaz de promover o direito à cidade.

Sobre a questão da moradia, um dos tópicos centrais nas primeiras formulações sobre o direito à cidade, Lefebvre (2008) apresenta uma postura crítica em relação aos movimentos por habitação, quando “ocultam” outros problemas da cidade ao destacar apenas a questão da moradia. Entendendo a ação do Estado

como eminentemente com um viés conservador, Castells (1983), por sua vez, confere centralidade à luta de movimentos sociais, na medida em que acredita que eles poderiam subverter a ordem estabelecida a partir de contradições e conflitos inerentes à produção da cidade capitalista (TAVOLARI, 2016). De forma mais específica, Harvey (2012) discute a questão da habitação no contexto do crescimento das grandes cidades modernas: a valorização das terras nas áreas centrais dificulta as construções para moradia nesses locais (principalmente aquelas destinadas à classe trabalhadora), sendo substituídas por outras de uso comercial. Com isso, os trabalhadores são obrigados a se afastar cada vez mais das áreas centrais em direção às periferias.

Dado o contexto conceitual na perspectiva teórica, é necessário voltar o olhar à apropriação do direito à cidade no discurso dos movimentos sociais. Harvey (2012) apontou a adoção do direito à cidade como lema operacional e ideal político no sentido da construção de um movimento social amplo, alinhando-se com Lefebvre (2008) na defesa de uma revolução urbana. A ideia de direito à cidade surge, portanto, interligada aos movimentos sociais, de modo que sua mobilização teórica não pode ser separada de sua mobilização na prática.

Já em sua origem, o conceito foi produzido num contexto bastante particular de encontro entre a universidade e as manifestações populares, em que a academia foi às ruas e o protesto ocupou a universidade. Se a gênese é marcada por um duplo registro — uma faceta teórico-conceitual e outra prática-reivindicativa —, essa configuração não foi perdida na atual retomada do conceito. (TAVOLARI, 2016, p. 94)

O que Bianca Tavorari (2016) aponta como uma proximidade entre os contextos em que o conceito foi criado e retomado está relacionado às movimentações sociais que tomaram proporções e reconfigurações marcantes nos dois períodos, em 1968, sua origem, e em 2013, a retomada descrita pela autora. Apesar do Brasil se destacar pela série de manifestações e protestos que se iniciaram em 2013, a retomada do direito à cidade como mote de movimentos sociais, principalmente aqueles ligados ao transporte público e à habitação, insere-se em um contexto global mais amplo, com organizações que articulam a reivindicação por tal direito internacionalmente.

Tavorari (2016) destaca movimentos que mobilizam internacionalmente a pauta do direito à cidade, como a *Right to the City Alliance* em Nova York, a rede

*Recht auf Stadt* em Hamburgo e o movimento *Pravo na grad* em Zagreb. Nesse contexto, os encontros do Fórum Urbano Mundial e do Fórum Social Mundial tornaram-se arenas de articulação sobre esse tema, como mostra a autora. A emergência da pauta fica ainda mais evidente nos processos que envolveram a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), que ocorreu em Quito (Equador) em outubro de 2016. Apesar das reivindicações para a incorporação do direito à cidade à Nova Agenda Urbana, que resultou da conferência, ele é citado apenas no sentido de reconhecimento dos esforços de governos nacionais e locais sobre o tema, sem uma defesa clara ao direito: “Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como ‘direito à cidade’, em suas legislações, declarações políticas e estatutos” (ONU, 2017, p. 5).

A Plataforma Global pelo Direito à Cidade, uma rede que articula organizações da sociedade civil e governos locais engajados na defesa do direito à cidade, construiu um guia com esclarecimentos teóricos e diretrizes práticas para a promoção de políticas públicas para as cidades como esforço de síntese do debate internacional sobre o tema, incluindo a ocasião da Habitat III (CHUECA, 2019). Ainda que o documento retome as origens do conceito formulado por Henri Lefebvre (2008), apresenta proposições que o traduzem de forma concreta para as políticas públicas, diferentemente da proposição de uma revolução urbana e da crítica ao Estado desenvolvidas pelos autores marxistas pioneiros no tema. Sob esse viés, o guia propõe a seguinte definição, reconhecendo o direito à cidade como um direito difuso e coletivo, de responsabilidade dos governos e dos habitantes:

O direito à cidade é o direito de tod@s @s habitantes (presentes e futuros; permanentes e temporários) a usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar cidades, vilas e assentamentos juntos, inclusivos, seguros e sustentáveis, entendidos como bens comuns. (CHUECA, 2019, p. 13, tradução nossa<sup>23</sup>)

Eva Garcia Chueca (2019) aponta ainda três pilares e nove componentes do direito à cidade. Os pilares são a agência política por meio da participação cidadã de atores sociais e políticos, a distribuição espacialmente justa dos recursos, para

---

<sup>23</sup> “*El derecho a la ciudad es el derecho de tod@s l@s habitantes (presentes y futuro; permanentes y temporales) a usar, ocupar, producir, gobernar y disfrutar ciudades, pueblos y asentamientos juntos, inclusivos, seguros y sostenibles entendidos como bienes comunes.*” (CHUECA, 2019, p. 13)

assegurar boas condições de vida em todos os espaços, e a diversidade cultural, no sentido de tornar a cidade um lugar de encontros, interações e conexões. Já os nove componentes são: função social; espaços públicos de qualidade; vínculos urbano-rurais sustentáveis inclusivos; economias inclusivas; cidadania inclusiva; melhor e maior participação política; não discriminação; igualdade de gênero; e diversidade cultural.

Passando do contexto internacional à incorporação do direito à cidade pela academia e pelos movimentos sociais no Brasil, deve-se mencionar o destaque que recebem práticas brasileiras no contexto internacional, como o próprio Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), citado por Chueca (2019). Entretanto, em um passo anterior, é fundamental compreender o contexto político e social em que foram recepcionadas as ideias de Lefebvre (2008 [1968]), Harvey (1980) e Castells (1983): a tensão em oposição à ditadura civil-militar conferia um peso maior às noções de justiça, direito e democracia. Com isso, houve uma generalização de conceitos que envolvem o direito à cidade, com uma introdução que ultrapassava a academia em direção aos movimentos sociais, principalmente a partir da mediação de intelectuais militantes (TAVOLARI, 2016).

Nesse período, autoras e autores brasileiros, como Ermínia Maricato (1979) e Pedro Jacobi (1986) difundiram suas leituras e reformulações do direito à cidade, com vistas ao contexto de redemocratização e à Assembleia Nacional Constituinte. Jacobi (1986), inspirado por tais ideias, apresenta o seguinte conceito: “Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro” (JACOBI, 1986, p. 22 *apud* TAVOLARI, 2016, p. 99).

Em uma retomada mais recente da força do discurso pelo direito à cidade, Bianca Tavorari (2016) traz os discursos de movimentos sociais que se organizam em torno da pauta do transporte público e da tarifa zero, mobilizados com maior força a partir de 2013, ampliando a projeção social dessa ideia. O argumento central era de que o acesso ao transporte público e à moradia estaria relacionado ao direito à cidade, como formas de permitir ao coletivo de habitantes da cidade que o espaço urbano fosse democrático e acessível. Nesse contexto, de forma semelhante à sua gênese, porém com novas formulações, apropriações e interpretações, o direito à cidade é tomado como um mote de mobilização que ultrapassa os limites de

formulações acadêmicas e teóricas, rompe as barreiras entre a universidade e a rua, agregando atores sociais em torno de objetivos coletivos.

Como conclusão, não se pode perder de vista as formulações iniciais sobre o direito à cidade, uma perspectiva crítica ao planejamento urbano e ao domínio das elites sobre o espaço urbano. Somada a essa, está a dominação masculina sobre a cidade, a exclusão das mulheres, especialmente as mulheres negras e LBT+, e as desigualdades de gênero que se manifestam no espaço. Tal tema, de fundamental importância para a construção desta pesquisa, está detalhado a seguir.

### **5.3. Espaço, gênero e planejamento urbano: o direito das mulheres à cidade**

O olhar para o planejamento urbano do ponto de vista de gênero vem em contraposição a uma visão homogênea da cidade, que pressupõe os interesses do capital e, mais especificamente, de homens brancos cis como os de toda a sociedade (SARAIVA, 2017). Na pretensão do urbanismo progressista - ainda expressivo no planejamento urbano - por um modelo de cidade ideal, pensado para um cidadão-tipo, está implícita a negação da diversidade, de uma cidade para todas e todos, que promova igualdade e direitos plenos. Não só no planejamento urbano, tendo em vista aquela tendência apontada deste privilegiar as questões físico-territoriais, abandonando seu caráter de integração das diversas políticas setoriais, mas nas ciências sociais como um todo, as pautas feministas e as manifestações urbanas produzidas por mulheres são invisibilizadas pela tradição de estudos que não levam em conta o caráter generificado das relações sociais urbanas (FREITAS, 2021). Dessa forma, a cidade é construída como o lugar dos homens, pensada para eles como se o masculino fosse o neutro, o universal.

Isso reflete a segregação de papéis masculinos e femininos em uma sociedade patriarcal, em que a mulher pertence ao espaço privado, à casa, enquanto o espaço público está reservado aos homens. Os papéis não são apenas segregados, mas também hierarquizados em uma lógica que sobrepõe as atividades dos homens às das mulheres, as atividades produtivas às reprodutivas. Assim, àquilo produzido pelo homem é atribuído valor, enquanto o trabalho da mulher é desvalorizado (FEDERICI, 2019).

Na cidade, essa lógica é transposta ao espaço a partir da pressuposição de que ela é ocupada por um sujeito universal masculino (SARAIVA, 2017). Como evidencia Doreen Massey (1994), a ideia do universal é associada ao masculino, como o local ou particular está para o feminino, de modo que há espaços específicos para as mulheres em oposição aos espaços gerais (implicitamente masculinos). Massey (1994) também argumenta que os espaços e os lugares ao mesmo tempo refletem as relações de gênero e têm efeitos sobre elas, de modo que não é apenas a estrutura econômica que produz o espaço e o lugar de forma hegemônica, mas também outras características das relações sociais, como gênero. Segundo a autora, a expressão de gênero no espaço vai desde os significados simbólicos e as mensagens implicitamente transmitidas até a segregação e a violência explícita de gênero. Tal violência acentua a limitação da mobilidade das mulheres, embora atinja toda a população mais pobre, e é entendida por Massey (1994) com um significado de subordinação, que é combinada à tentativa de confinamento ou atribuição de lugares particulares às mulheres.

A segregação espacial é ainda mais violenta para as mulheres negras, Patrícia Hill Collins (1991 *apud* FREITAS, 2021) descreve a experiência delas na cidade como a de *outsider*, de não pertencimento. No Brasil, a desigualdade racial é expressa na segregação espacial desde o passado colonial em lógicas semelhantes:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Da casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (...) No caso do grupo dominado, o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. (GONZALEZ, 2019, p. 234)

Dessa forma, as mulheres (especialmente as mulheres negras), sequer reconhecidas como sujeito quanto mais como sujeito com direito à cidade, apresentam-se sob os olhos dos homens no máximo como objetos para satisfação de seus desejos sexuais. Os assédios vivenciados por meninas e mulheres nas

ruas, a insegurança em ocupar a cidade e a violência e a falta de direitos enfrentada pelas mulheres na prostituição são apenas alguns exemplos da lógica da cidade patriarcal.

Para além, Saraiva (2017) mostra que a invisibilização das mulheres no espaço urbano está associada ao não reconhecimento da cidade sexista em um planejamento urbano que abandonou seu caráter de integração de políticas públicas e permaneceu falsamente neutro em relação ao gênero. Dessa forma, o planejamento reforça (mesmo que implicitamente) a dominação de gênero, e as necessidades e anseios das mulheres não são incorporados ao planejamento urbano, notadamente no que diz respeito ao espaço público, à mobilidade e à segurança pública. A violência sexual e o assédio, o transporte público incompatível à rotina de cuidadoras e trabalhadoras e a falta de acesso à moradia digna, que atinge o conjunto das famílias pobres, são algumas das pautas invisibilizadas no planejamento urbano convencional.

Observando essa realidade, a partir da década de 1960 começaram a ser formuladas críticas às falhas do modelo progressista masculinizado, questionando os impactos dos projetos sobre a desigualdade de gênero. Com o ingresso cada vez maior de mulheres na profissão de urbanista e planejador urbano, a visão sobre os problemas da cidade é impactada, de modo que a questão de gênero começa a ser incorporada aos debates sobre a cidade no fim do século XX. A proposta de um planejamento urbano feminista, como prognóstico a tal situação, se propõe a incorporar o gênero em todas as etapas da elaboração das políticas e do planejamento, garantindo uma participação efetiva das mulheres e uma perspectiva interseccional (SARAIVA, 2017).

A crítica feminista coloca no centro a dimensão do corpo e da estética, reivindicando o direito ao corpo, o direito de que corpos de mulheres ocupem a cidade sem serem entendidos como objetos, como públicos, ou como de direito de outro. Esse é um elemento fundamental para a construção da identidade política de movimentos urbanos atuais (FREITAS, 2021). Retomando a ideia de Harvey (2008 *apud* FREITAS, 2021) de que as relações sociais incluem estilos de vida e valores estéticos, Freitas (2021) agrega uma reflexão sobre “como movimentos que reivindicam direito ao corpo e/ou a certos modos de vida e estéticas alternativas (movimento negro, feminista, LGBTQIA+, hippie, ecologista etc.) constituem lutas por um projeto de cidade outra” (p. 5). Essa ideia se conecta à noção de

enquadramentos interpretativos, na medida em que “a estética e os modos de vida dissidentes, contra hegemônicos, se tornam *frames* de protesto na contemporaneidade” (FREITAS, 2021, p. 6).

Nesse contexto, de crítica feminista ao planejamento urbano vigente, o conceito de direito à cidade é mobilizado para as reivindicações das mulheres sobre o espaço urbano, denunciando que a burguesia que define a construção da cidade é intrinsecamente patriarcal (CASIMIRO, 2017; PASSOS, 2018). Na Carta Mundial pelo Direito à Cidade (Fórum Social Mundial, 2005), a preocupação com a questão das mulheres na cidade e a incorporação de pautas feministas já aparecia como uma prioridade, ainda que esses esforços ainda estivessem muito longe de se traduzir em políticas efetivas. Na mesma época, houve movimentações de feministas brasileiras para reivindicar a efetivação do direito à cidade para as mulheres, como a “Plataforma feminista para a reforma urbana”, construída pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana em 2003, e a iniciativa de mulheres paraenses que prepararam uma “Agenda feminista” para a II Conferência Nacional das Cidades em 2005.

Nessa linha, Casimiro (2017) defende que “para que a cidade seja funcional à mulher é preciso que ela perceba a presença feminina, o que envolve permitir sua participação nos espaços decisórios sobre o desenho, o uso e ocupação da cidade” (p. 9). A Plataforma Global pelo Direito à Cidade (2019), por sua vez, elaborou um manifesto contendo onze diretrizes para que o direito das mulheres à cidade seja efetivado. Em primeiro lugar, o manifesto defende uma cidade que adote todas as medidas urbanísticas, sociais e econômicas contra a discriminação de gênero e, em seguida, defende a participação política plena e efetiva para elas. O combate à violência de gênero também é levantado como um pilar fundamental, sendo que o terceiro tópico pede uma cidade livre de violências físicas, psicológicas, verbais, materiais e simbólicas contra mulheres. Em adição, o quarto pede a garantia da proteção às mulheres, incluindo as refugiadas, em tempos de conflito. A habitação adequada, o acesso equitativo a bens e serviços públicos, a promoção da autonomia econômica e a voz ativa das mulheres no processo de planejamento urbano são outros pontos defendidos pelo manifesto. Uma cidade que valorize, reconheça e distribua o trabalho de cuidado também é uma diretriz apontada pela plataforma. O manifesto reconhece ainda a necessidade de levar em consideração a diversidade de mulheres, de modo que sejam fortalecidos os vínculos e identidades

comunitárias. Por fim, defende uma cidade que elimine as desigualdades entre o rural e o urbano, reconhecendo as ligações entre eles.

Com uma visão ampliada à discussão sobre urbanismo, planejamento urbano e direito à cidade em um nível global, incluindo suas relações com gênero, o olhar para o desenvolvimento das políticas no nível local se torna mais crítico e embasado, a partir das conexões com tendências e teorias influentes. É nesse sentido que este capítulo segue no próximo tópico, focalizando as lentes no Brasil.

#### **5.4. O planejamento urbano no Brasil: breve contextualização sobre sua trajetória**

A revisão sobre a gênese do urbanismo e do planejamento urbano e a evolução de suas abordagens ao longo da história não podem ser compreendidas de uma forma universal, na medida em que estão centradas - em sua maioria - nos contextos de países centrais europeus e norte-americanos - ainda que sua influência seja notável em todo o mundo e, sobretudo, no Brasil. Sob esse olhar, este tópico pretende contextualizar de forma sucinta o planejamento urbano no país, passando por um breve histórico da apreensão de teorias sobre o tema e de marcos e instrumentos normativos que exerceram papel importante no planejamento das cidades brasileiras.

Na linha defendida por João Sette Ferreira (2022), a compreensão do planejamento urbano não pode se afastar da compreensão do Estado capitalista em si, na medida em que, ao longo da história, foi este que protagonizou e orientou a forma como é produzido o espaço urbano. Dessa forma, as teorias sobre o planejamento urbano produzidas em países centrais consideram processos específicos destes países que não correspondem ao desenvolvimento das cidades brasileiras. Nesses países, a consolidação do planejamento urbano ocorreu em um contexto de relativa autonomia da esfera política (Estado) em relação à econômica (mercado), de modo que o Estado precisou se colocar acima de interesses capitalistas particulares para alavancar o desenvolvimento do capitalismo como um todo. Tal lógica não pode ser transportada para o Brasil sem considerar o caráter patrimonialista que molda as relações entre interesses públicos e privados na atuação do Estado (FERREIRA, 2022). Com isso,

Se entendermos o Estado como forma-política derivada de determinada sociabilidade, na mesma lógica proposta pelo debate da derivação do Estado, podemos assumir que o Estado que deriva do capitalismo keynesiano não é o mesmo daquele que deriva do capitalismo periférico dependente, um outro capitalismo dentro do capitalismo. Da mesma maneira, podemos dizer que a forma-urbana também deriva de determinada sociabilidade e que, assim, as cidades no capitalismo desenvolvido são a forma urbana que deriva de uma sociabilidade completamente diferente da nossa, não podendo ser transferida para o Brasil. (FERREIRA, 2022, p. 14)

Em primeiro plano, a forma social patrimonialista refere-se, conforme o autor, à captura do aparelho estatal para a efetivação de interesses privados, ou seja, uma confusão entre interesses públicos e privados. Essa lógica tem origem no processo colonial, na medida em que a monarquia portuguesa estava orientada por valores patrimonialistas. Como consequência, a forma urbana patrimonialista reforça e legitima a segregação socioespacial, em uma dinâmica que se estrutura em dois aspectos: “o da produção em si do espaço desigual e o da manutenção da desigualdade funcional, por meios permanentes e institucionalizados de coação” (FERREIRA, 2022, p. 18).

Dada tal característica mais ampla que permite interpretar as condições específicas do contexto brasileiro, torna-se desejável conhecer o histórico das teorias e práticas do planejamento urbano no país. Roberto Monte-Mór (2006) cita o plano de Aarão Reis para Belo Horizonte, no final do século XIX, como um primeiro projeto urbanístico com inspirações nas teorias desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos. Em seguida, ao longo do século XX, fica evidente a prevalência da vertente progressista (CHOAY, 1979), sob influência de Le Corbusier (1933) nos grandes projetos urbanos, como obras públicas no Rio de Janeiro na década de 1930 e a própria construção de Brasília, fortemente marcada por uma arquitetura modernista.

Enquanto as periferias cresciam em torno das grandes cidades com condições de habitação e acesso a serviços muito precárias - concentrando a população pobre em determinados espaços e não a integrando completamente à dinâmica urbana -, prevaleciam os princípios progressistas na organização da lógica urbana, inspirados pela racionalidade e a técnica, apartada de questões sociais. Os pressupostos dessa linha se materializam no zoneamento e na regulação do uso do solo, que pretende mediar o conflito entre a propriedade privada e os interesses coletivos de integração. Nesse contexto, o concurso para o projeto e a construção

da nova capital na década de 1950 reflete a problemática de um planejamento urbano-regional que considera as cidades apenas grandes projetos públicos (CARTY; COSTA, 2014; MONTE-MÓR, 2006).

Nas décadas de 1960 e 1970, principalmente a partir do golpe militar de 1964, o planejamento estatal apresentou-se sob o papel de promotor de grandes obras urbanas e políticas habitacionais (FERREIRA, 2022). Em 1963, ocorreu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana em Petrópolis (RJ), que apresentou proposições sobre política habitacional e reforma urbana em formato de projeto de lei, contudo não se efetivou. Se efetivaram, de fato, com a ditadura instaurada nos anos seguintes, políticas de desenvolvimento que acentuaram as desigualdades sociais e esvaziaram qualquer forma de participação, afastando o planejamento urbano da questão social e o aproximando de um discurso supostamente técnico, que mascarava a apropriação do investimento público pela iniciativa privada (CARTY; COSTA, 2014).

Na prática, esse processo ocorreu por meio da promoção de projetos de habitação por meio do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhou). Os investimentos eram concentrados nas áreas centrais de grandes cidades e principalmente no Sudeste, deixando de lado o crescimento das periferias e das cidades médias no período. Essa lógica de planejamento de cima para baixo em nível nacional se chocava às necessidades dos sistemas de planejamento locais (em uma lógica de baixo para cima), na medida em que os projetos promovidos pela ditadura não correspondiam necessariamente às realidades locais, além de serem excludentes e reforçarem desigualdades (MONTE-MÓR, 2006).

A partir da década de 1970, inseridos em um contexto social mais amplo de contestação à ditadura e de movimentações em favor da democracia, os estudos críticos aos modelos vigentes de planejamento urbano e ao Estado em si ganharam força sob influência das ideias de urbanistas que estavam se desenvolvendo na Europa e nos Estados Unidos, como Henri Lefebvre (2008), David Harvey (1980) e Manuel Castells (1983), cujas formulações foram apresentadas com maior ênfase no tópico anterior. Ermínia Maricato (1996), por exemplo, “relacionou as lógicas desiguais e segregadoras que conduziam o crescimento espraiado das cidades com as contradições e especificidades da nossa sociedade e as formas de dominação política e social das elites.” (FERREIRA, 2022, p. 5). Carolina Carty e Luiz Augusto

Costa (2014) mostram como nesse contexto os movimentos sociais em favor da reforma urbana e do direito à cidade começam a ganhar força, em uma luta ligada à defesa da democracia e à oposição ao regime vigente (MONTE-MÓR, 2006; FERREIRA, 2022; CARTY; COSTA, 2014).

Com a redemocratização, esses movimentos se fortaleceram tanto no nível local, ao influenciar governos mais progressistas a adotarem formas mais participativas e democráticas de planejamento urbano, quanto no nível nacional, por meio da pressão à Assembleia Constituinte para a incorporação de pautas da reforma urbana. Carty e Costa (2014) descrevem uma ampliação do debate para além da questão da moradia, a partir da defesa do direito à cidade e da demanda por participação social, com protagonismo do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Dessa forma, mais de 30 mil pessoas apoiaram a Emenda Popular da Reforma Urbana, um documento composto por 23 artigos sobre temas relacionados ao acesso à terra urbana, à proteção do meio ambiente, do patrimônio e da cultura; à regularização de áreas ocupadas; à política habitacional social; ao acesso ao transporte e a serviços públicos; e à gestão democrática da cidade (FERREIRA, 2022; CARTY; COSTA, 2014). Parte das demandas foram incorporadas nos artigos 182 e 183 da Constituição da República (BRASIL, 1988), no capítulo da política urbana, que trata da função social da propriedade urbana e de instrumentos urbanísticos.

No ano seguinte à promulgação da Constituição, foi proposto pela primeira vez o projeto de lei que deu origem ao Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), que tramitou desde 1989 até sua aprovação em 2001. O documento foi reconhecido até mesmo em nível internacional como uma iniciativa de promoção do direito à cidade e democratização do planejamento urbano para o enfrentamento às desigualdades (HARVEY, 2012; CHUECA, 2019). Outros avanços foram a criação do Ministério das Cidades pelo Governo Lula em 2003 e a implementação dos Conselhos da Cidade, além de iniciativas de governos locais no sentido de ampliar a participação nas decisões e na formulação do planejamento (CARTY; COSTA, 2014; FERREIRA, 2022).

Ainda que a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade tenham representado avanços significativos no âmbito da reforma urbana, Ferreira (2022) aponta para a dificuldade de implementação dos instrumentos estabelecidos por eles, na medida em que muitos foram criados com inspiração em modelos europeus

que não olham para questões marcantes da sociedade e do Estado brasileiro, em especial o problema do patrimonialismo. Os planos diretores, as zonas especiais de interesse social, as operações urbanas consorciadas e a outorga onerosa do direito de construir, por exemplo, foram inspirados no direito urbanístico francês, sem a devida reflexão sobre os problemas a serem enfrentados na constituição do poder público, conforme a crítica do autor (FERREIRA, 2022). Além disso, as operações urbanas tenderam a ser apropriadas e dominadas pelos interesses imobiliários privados, e a outorga onerosa do direito de construir, importante instrumento para enfrentar e diminuir as enormes desigualdades urbanísticas das cidades, vem sofrendo grande resistência dos setores da produção imobiliária para sua efetiva implementação.

É importante ressaltar ainda que o planejamento urbano, desde a década de 1980, vem tendendo cada vez mais a perder sua característica original de englobar as diversas políticas setoriais para as cidades, passando a privilegiar o planejamento físico-territorial, notadamente as políticas de uso e ocupação do solo e aquelas que lhes são imediatamente ligadas: a mobilidade, o patrimônio cultural e ambiental e a habitação de interesse social.

Em dinâmicas mais recentes, entre o final dos anos 1990 e o início dos 2000, Monte-Mór (2006) destaca discursos no sentido da compreensão das cidades em um contexto de articulação mundial, principalmente as chamadas cidades globais. No Brasil destacam-se o Rio de Janeiro e São Paulo como cidades com potencial de serem analisadas dentro desse contexto. Além disso, o autor destaca as dinâmicas de fragmentação das metrópoles a partir da emergência de subúrbios autônomos:

Nas metrópoles, a periferização da pobreza nas décadas anteriores dá lugar a uma periferização crescente das populações ricas e médias, fechando-se em condomínios, buscando simulacros do campo e mesmo da cidade, em unidades semi-autônomas. (MONTE-MÓR, 2006, p. 80)

Já na década de 2010, em nível nacional, o financiamento de grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, retoma um planejamento fragmentado e segmentado, apoiado pelos interesses do capital privado. A reação a essas medidas, somadas à falta de solução a problemas urbanos reclamados desde o período da redemocratização, leva ao resgate do conceito de direito à cidade no

contexto das manifestações de 2013, principalmente associadas aos movimentos pelo transporte público, reivindicando uma cidade mais democrática, conforme abordado no tópico anterior (CARTY; COSTA, 2014; TAVOLARI, 2016).

Após 2016, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, ocorreu um desmonte da política urbana do Governo Federal, impactando diretamente as cidades, como denuncia o Fórum Nacional pela Reforma Urbana (JUNIOR; DINIZ; JUNIOR, 2020). Os retrocessos relatados passam por diversas áreas, como a gestão democrática das cidades, a política habitacional, os conflitos fundiários, o saneamento, a mobilidade urbana e a desigualdade de renda. Nessa linha, denunciam o fechamento de espaços de participação, incluindo o Conselho das Cidades, a perseguição a movimentos sociais e as violações causadas pela política de austeridade fiscal. A descontinuidade de políticas habitacionais, de saneamento e mobilidade urbana e o desmonte da legislação fundiária também eram preocupações nesse contexto.

O governo Lula, por sua vez, a partir de 2023 começou a dar sinais de uma retomada da agenda da reforma urbana, a partir do retorno do Programa Minha Casa Minha Vida, da retomada das políticas urbanas e da reconstrução democrática, especialmente por meio do fortalecimento da participação social. A partir dessa breve trajetória, é possível focalizar a discussão para compreender o contexto local do planejamento urbano em Belo Horizonte, que se desdobra nas análises propostas nos capítulos seguintes.

## **6. UM HORIZONTE FEMINISTA: O HIPERCENTRO DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES**

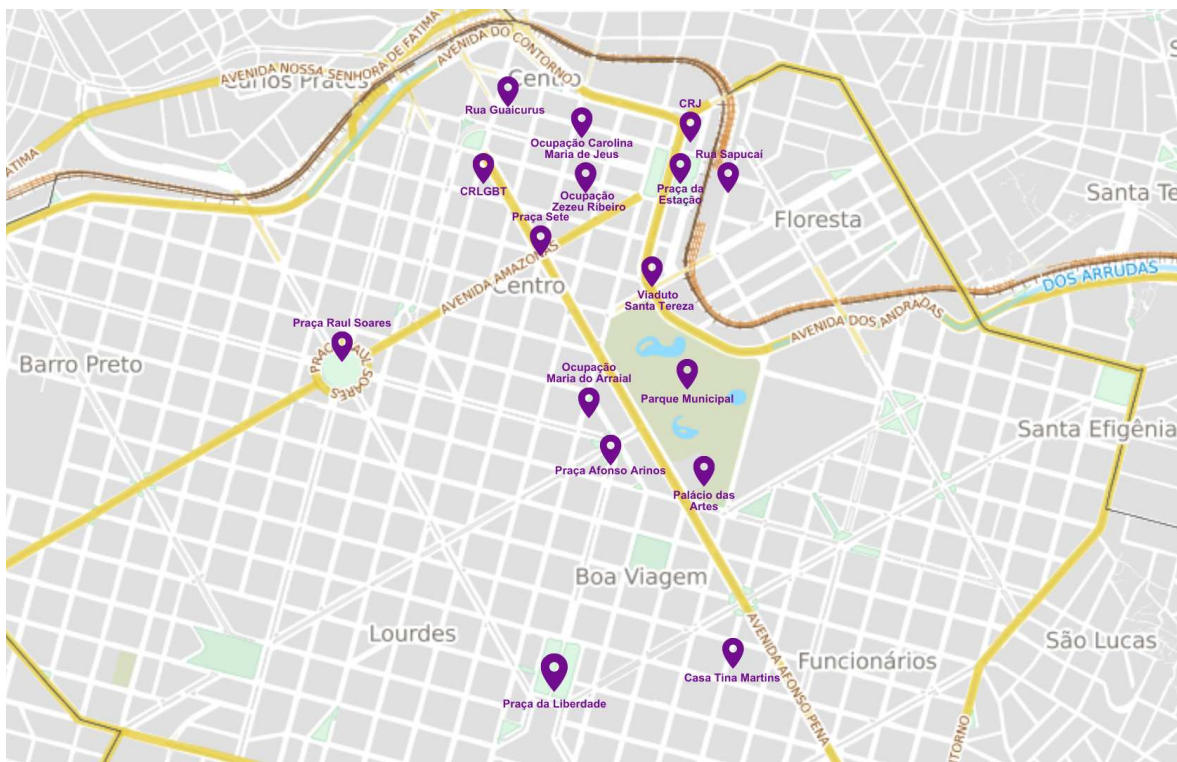
Antes de abordar as intervenções e dinâmicas urbanas no Hipercentro de Belo Horizonte, seguindo a abordagem sobre o planejamento urbano desenhada no capítulo anterior, é necessário conhecer este local do ponto de vista de um espaço de efervescência de movimentos sociais e coletivos, ocupado de forma heterogênea a cada momento por grupos diversos e desiguais. A apropriação dele pelas mulheres ocorre desde o protagonismo feminino nas lutas por moradia e nas ocupações urbanas até a construção de um espaço de convivência na Feira Híppie, passando pelas prostitutas na Rua Guaicurus e os atos realizados pelo movimento feminista na Praça Sete.

Com um olhar que parte dessas formas de apropriação em direção ao planejamento urbano proposto institucionalmente, este tópico volta-se aos enquadramentos interpretativos compartilhados por movimentos e organizações de mulheres sobre o espaço do hipercentro. O conteúdo da análise foi obtido a partir das seis entrevistas semiestruturadas realizadas com lideranças, bem como de trabalhos acadêmicos disponíveis sobre o tema e documentos institucionais, materiais de divulgação e redes sociais dos grupos estudados, como exposto no capítulo metodológico. A sistematização dessa análise foi consolidada no Apêndice B, que sintetiza os elementos dos enquadramentos interpretativos propostos na metodologia do trabalho, desdobrados na análise que segue.

No sentido de ilustrar os espaços citados ao longo do texto, foram elaborados mapas utilizando a base BH Map (s.d.), sobre que foram marcados os principais pontos de destaque para os movimentos e organizações na região central (Figura 1). Além disso, foram elaborados mapas específicos para cada grupo estudado, mostrando suas dinâmicas particulares no hipercentro. Esses espaços podem ser considerados pedaços (MAGNANI, 1992), locais de apropriação social e simbólica pelos grupos estudados. O conceito de pedaço de Magnani (1992), inicialmente voltado para as periferias, estendeu-se à análise das formas de apropriação do espaço e das relações interpessoais em determinadas áreas centrais, densas e não raro deterioradas. O pedaço remete à apropriação dos espaços da cidade mediante suas relações de sociabilidade, encampando um componente espacial e um componente simbólico. Conforme Magnani (1992, p. 195)

no caso dos pedaços do centro, “os freqüentadores não necessariamente se conhecem - ao menos não por intermédio de vínculos construídos no dia-a-dia -, mas sim se reconhecem enquanto portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo ou modos de vida semelhantes”.

Figura 1 - Mapa dos “pedaços” do hipercentro de Belo Horizonte destacados por movimentos e organizações de mulheres



Fonte: Elaboração própria.

### 6.1. Movimentos feministas e o 8 de março

Retomando o capítulo que discutiu o movimento feminista desde seu contexto global até a atuação local nas ruas de Belo Horizonte, compreende-se que não há definições únicas sobre a opressão sofrida pelas mulheres e sua forma de superação, na medida em que a multiplicidade de experiências de ser mulher - atravessadas por questões de classe, raça, região, sexualidade, religião e outras - cria também múltiplos feminismos, que se encontram em diálogos ou se diferem em disputas teóricas, políticas e práticas. Essa lógica é refletida na forma de organização dos diversos movimentos feministas em Belo Horizonte e, mais especificamente, na dinâmica dos atos e intervenções realizadas por elas no hipercentro da cidade.

Voltando a atenção para o principal ato do feminismo, o do Dia Internacional da Mulher, que ocorre tradicionalmente entre as praças da região central, é possível observar as divergências entre os movimentos na cidade, que se desvelam na apropriação do espaço nos trajetos dos dois atos que articulam movimentos sociais do campo da esquerda nesta data: o 8M Unificado e o 8M Popular. O primeiro é formado por movimentos sociais próximos a partidos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Unidade Popular (UP). Por outro lado, o 8M Popular é composto por movimentos que formam a base do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) (MATTOS *et al.*, 2024).

De acordo com a Entrevistada 2, coordenadora da MMM, a realização de um ato feminista de rua no 8 de março em Belo Horizonte pelo movimento ocorreu pela primeira vez em 2007, sendo que, no período anterior, a data era marcada por atividades dispersas. O ato de 2007 envolveu não apenas a marcha na rua, mas uma série de formações com mulheres vindas do interior do estado na semana que antecedeu a manifestação, além da ocupação de uma mineradora como forma de protesto. Naquele ano, “a gente faz um caminho inverso do que atualmente a gente faz. A gente sai da praça da estação, vai subindo ali toda a rua da Bahia e vai terminar o nosso ato lá na Praça da Liberdade” (Entrevistada 2). No percurso deste ato e dos que ocorreram nos anos seguintes, o movimento dialogava com o espaço da cidade para demarcar suas pautas, como a oposição às privatizações, a defesa da saúde e do meio ambiente e a própria apropriação das mulheres dos lugares do centro.

Uma dessas intervenções propôs a renomeação de praças do centro de Belo Horizonte designando mulheres. Segundo a entrevistada, o movimento se dividiu em grupos de mulheres que partiram de diferentes pontos, como a Praça Afonso Arinos, a Praça Raul Soares e a Praça da Estação, e se encontraram na Praça Sete. Elas levaram adesivos que imitavam as placas de sinalização para trocar simbolicamente o nome masculinos das praças por nomes de mulheres e, por fim, o nome da Praça Sete de Setembro para Praça Oito de Março. O ato revela como a desigualdade de gênero se reflete na própria nomeação de praças e avenidas no centro da cidade. Entre todas as praças citadas pelas entrevistadas, as

principais da região central, nenhuma é batizada com o nome de uma mulher. Rui Barbosa (Praça da Estação), Raul Soares, Afonso Arinos, Tiradentes, Barão do Rio Branco (Praça da Rodoviária), Américo Renné Giannetti (Parque Municipal) são os homens nominados e homenageados nos principais espaços abertos de convivência do centro.

A divisão em dois movimentos ocorreu no início da década de 2010, por desentendimentos relacionados ao apoio ao Governo Dilma no contexto das movimentações opostas à presidenta. De acordo com a Entrevistada 3, organizadora do 8M Unificado, o grupo surgiu em 2011, unificando a maior parte do movimento feminista da cidade, porém sem sucesso em agregar as mulheres próximas ao PT. Por outro lado, a coordenadora da MMM apresenta uma narrativa mais detalhada, relatando que o desentendimento principal ocorreu em 2013, no contexto das grandes manifestações populares contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e das discussões sobre o Plebiscito Popular pela Constituinte. A defesa do plebiscito era uma pauta central para os movimentos que hoje compõem o 8M Popular, de modo que, no planejamento do ato de 2014 (iniciado em 2013), propuseram essa defesa em tal contexto. Contudo, segundo a entrevistada, ficaram em uma “saia justa” na primeira reunião organizativa, quando “as companheiras do outro campo dizem que a ação que elas queriam fazer no final seria para denunciar o plebiscito da Dilma” (Entrevistada 2). Com isso, elas resolveram se retirar da construção conjunta, resultando na realização de dois atos separados.

Para organizar a análise, apresento primeiro a construção do enquadramento da Marcha Mundial das Mulheres<sup>24</sup>, como um dos movimentos protagonistas de articulação do 8M Popular, utilizando como fonte principal a Entrevista 2. O primeiro aspecto do *frame* do movimento analisado foi o perfil do movimento, descrito nas palavras da entrevistada da seguinte forma:

Atualmente, por exemplo, a gente tem 3 núcleos da marcha em Belo Horizonte. Um que é mais a região Venda Nova, mais territorial. Um que nasce mais estudantil, que era na UFMG, e tinha meninas da

---

<sup>24</sup> A Marcha Mundial das Mulheres (MMM) surgiu inspirada na manifestação realizada por mulheres em 1995, no Quebec (Canadá), sob o lema “Pão e Rosas”. Nos anos seguintes, essas mulheres buscaram articular o movimento feminista internacionalmente, convidando diversas representantes de todo o mundo, incluindo as brasileiras da Central Única dos Trabalhadores (CUT), para um encontro internacional com mulheres de 65 países. Atualmente, a Marcha se organiza em núcleos em 20 estados do Brasil, organizadas em torno de quatro campos de ação: autonomia econômica das mulheres; bem comum e serviços públicos; paz e desmilitarização; fim da violência contra as mulheres (MMM, 2024).

PUC também, com a característica mais estudante. Depois que as que construíram inicialmente se formaram, foram para outros cantos, ele permaneceu, mas com outras características. E um outro, que é o núcleo Cidona, que eu participo, que é um núcleo mais diverso. A gente costuma se encontrar muito na região central mesmo, que é onde que facilita para várias. (Entrevistada 2)

O perfil do movimento, portanto, varia de acordo com os núcleos em que se organiza, com mulheres universitárias, trabalhadoras e lideranças locais. Um aspecto importante ressaltado por Mattos *et al.* (2023) é que apesar de grande parte das participantes da MMM serem filiadas ou estarem ligadas de alguma forma ao PT, o movimento não apresenta nenhum tipo de vinculação institucional com o partido.

Quanto ao perfil de interação com o Estado, a Marcha em geral se mostra aberta à participação em espaços institucionais quando o governo é considerado um aliado. No âmbito do Governo Federal, durante os mandatos do PT, o movimento participou e participa amplamente de conferências, diálogos e até mesmo a ocupação de cargos na burocracia. Por outro lado, no governo Bolsonaro, por exemplo, foram protagonistas de protestos como o “Fora Bolsonaro” e, anteriormente, o “Ele não” (MATTOS *et al.*, 2023). Além disso, nos últimos anos vem ocorrendo uma forte mobilização da MMM e do 8M Popular contra o governador de Minas Gerais Romeu Zema, sendo uma das principais pautas do ato em 2024, com o mote “mulheres em defesa dos bens comuns contra as privatizações” e discursos de oposição do Governo Estadual (8MPOPULAR, 2024).

Quando questionada sobre como o movimento avalia a atuação da prefeitura no hipercentro, inclusive em relação às ações de reformas e revitalização, a coordenadora do movimento respondeu reconhecendo a importância dessas ações para tornar os ambientes mais propícios ao lazer e à utilização pública. Entretanto, questionou a falta de participação e diálogo com a sociedade nesse processo.

Porque embelezar a cidade, revitalizar, tipo assim, tem que passar também por cuidar das pessoas, cuidar de quem é a população da cidade. E as pessoas em situação de rua também são parte dessa população. Mas a gente quer também que a cidade seja pensada com essa perspectiva, olhando para as mulheres, que as mulheres querem se ver representadas, querem poder circular com segurança, querem poder se ver visibilizadas ali nas intervenções. E a gente infelizmente não vê muito isso na construção dessas políticas de intervenção. Então são poucos os lugares assim atualmente, por

exemplo, a gente não vê a prefeitura chamando esses movimentos, escutando, para ver qual é a melhor intervenção, essa coisa para a gente fazer ou até pensar junto. E a gente não percebe, não vê esse tipo de ação. Então, muitas das vezes, as intervenções são até contraditórias àquilo que a gente reivindica mesmo. (Entrevistada 2)

Passando ao aspecto diagnóstico do enquadramento interpretativo, conforme a literatura desenvolvida por Benford e Snow (2000) apresentada no capítulo 3, foram identificados os problemas enquadrados pelo movimento no hipercentro, os protagonistas dessa questão e os antagonistas. Em primeiro lugar, a entrevistada ressaltou a prostituição na região da Rua dos Guaicurus<sup>25</sup> como um problema em si:

Nós da Marcha defendemos que não tem que haver prostituição. Não que a gente é contra as mulheres que estão em situação de prostituição, né? Mas a gente entende que a prostituição é um instrumento, é uma coisa do patriarcado, que inclusive molda a nossa sexualidade. (Entrevistada 2)

Segundo ela, a prostituição no centro da cidade é marcada por uma série de violências contra as mulheres, que se iniciam ainda na infância para muitas delas. São mulheres pobres e vulneráveis que não recebem a devida atenção do poder público. A entrevistada ainda argumentou que as políticas públicas direcionadas às prostitutas estão, na maioria das vezes, relacionadas à saúde, deixando de lado intervenções para as situações de violência e de precariedade a que estão expostas estas mulheres.

O número de moradores em situação de rua também é uma preocupação para o movimento, de acordo com a entrevistada, que relata um aumento da presença de mulheres e crianças nas ruas durante o governo Bolsonaro. Ela argumenta que esse problema vai muito além da questão da moradia em si, também envolve o sofrimento mental e o uso prejudicial de álcool e outras drogas, além de questões de transporte e emprego, com o exemplo de pessoas que têm casas afastadas e precisam dormir no centro para trabalhar. Dessa forma, o acesso ao centro da cidade, tanto por meio do transporte, quanto da moradia, seria ainda um problema a ser superado.

Outro problema identificado no centro da cidade é violência contra as mulheres e a insegurança nos espaços públicos. A violência sexual e física nesse

---

<sup>25</sup> A Rua dos Guaicurus é um espaço marcado pela presença de motéis e prostituição, tema abordado com mais detalhes no tópico 6.5.

espaço ainda é marcante, segundo a entrevistada, mesmo que seja um local de grande circulação. Além disso, a infraestrutura urbana muitas vezes torna a cidade menos segura, quando a iluminação pública é inadequada. O transporte público também foi apontado como um espaço recorrente de violências contra mulheres, principalmente pelos casos de assédio sexual. Esse problema já foi alvo de intervenções do grupo, por meio de protestos dentro do metrô.

Como antagonistas desses problemas, a entrevistada ressaltou muito enfaticamente os governos conservadores, principalmente nos níveis estadual e federal. Além disso, atribuiu a responsabilidade pela falta de políticas públicas em alguns casos, como o da prostituição, ao poder público de forma mais ampla. De acordo com as manifestações do grupo no 8 de março, fica evidente o antagonismo do Governo Zema, de forma que o movimento se mostra combativo às medidas neoliberais e conservadoras em Minas Gerais. Para além do Estado, a cultura patriarcal e a reação machista de homens às ações do movimento feminista também foram citadas pela entrevistada. Do lado oposto, como protagonista, está a coletividade de mulheres que protagonizam o movimento feminista. A entrevistada relatou o protagonismo das mulheres na mobilização política na cidade, inclusive em protestos como o “Ele não” e o “Fora Bolsonaro”.

Passando ao aspecto prognóstico do enquadramento interpretativo, o ato mais ressaltado pela entrevistada foi o de ocupar as ruas e reivindicá-las como espaço das mulheres:

As ruas ainda, por mais que a gente avance nos processos, as ruas, o público, ainda são ditos como espaços em que as mulheres não tem que estar. Então, quando a gente faz ações de mulheres e a gente marca essas intervenções nas ruas, a gente está dizendo que sim, esse é nosso espaço também, a gente quer estar e a gente vai estar pelos nossos processos de luta. (Entrevistada 2)

Essa ideia de que o público não seria pertencente às mulheres está associada à segregação de espaços masculinos e femininos, debatida pela teoria feminista, que mostra como o patriarcado exclui as mulheres da vida pública e da política, deixando-as restritas ao ambiente privado por meio da exclusão em espaços com marcas de gênero e até mesmo da violência direta (MASSEY, 1994). Nessa linha, a entrevistada mostra a importância da ocupação das ruas da cidade no Dia Internacional da Mulher como uma forma de dar visibilidade às pautas feministas. O centro da cidade entra na construção como o espaço ideal para atingir

o maior número de pessoas, na medida em que a grande circulação permite a expansão do impacto para outras mulheres. Como exemplo, citou casos de mulheres que conheceram a MMM pela primeira vez durante o ato ou que estavam passando pela rua e resolveram se somar à mobilização.

Para além da atuação coletiva das mulheres organizadas no movimento feminista, a entrevistada sugere a necessidade de políticas públicas no âmbito do acesso ao centro, da segurança e infraestrutura urbana e a utilização de imóveis desocupados para habitação social. Sobre o transporte público, foi citado o exemplo de Porto Alegre, no período da administração do PT, em que houve isenção da tarifa do transporte público aos domingos para permitir o acesso ao lazer e à cultura pela população. Nesse sentido, a entrevistada defende o transporte público como uma forma de promover o acesso a equipamentos públicos do centro que não são utilizados por moradores dos bairros e periferias pela dificuldade de acesso. Para ampliar a segurança, a narrativa construída vai no sentido de pensar a projeção de uma cidade acolhedora, com iluminação adequada, transporte inclusivo e de qualidade e locais de passagem seguros para as mulheres.

Por fim, a representante da MMM defende a utilização de imóveis desocupados no centro da cidade para moradia popular. Como exemplo de política que poderia ser seguida pela prefeitura, ela apresenta o caso da ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, localizada na rua dos Caetés, no Centro, que será transformada em moradia pelo programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal. Com isso, mostra a importância dessas políticas para uma habitação que possibilite o acesso a outros recursos da cidade.

Muitas vezes, quando vai fazer a moradia popular vai para os bairros mais distantes, sem nada de infraestrutura, escola, saúde e tal. Aí colocam as pessoas lá e querem que as pessoas fiquem, sendo que às vezes tem prédios inteiros ali no Centro de BH completamente fechados e que poderiam estar servindo de moradia e, inclusive, propiciando que as pessoas tivessem acesso mais adequado a essas outras questões também. (Entrevistada 2)

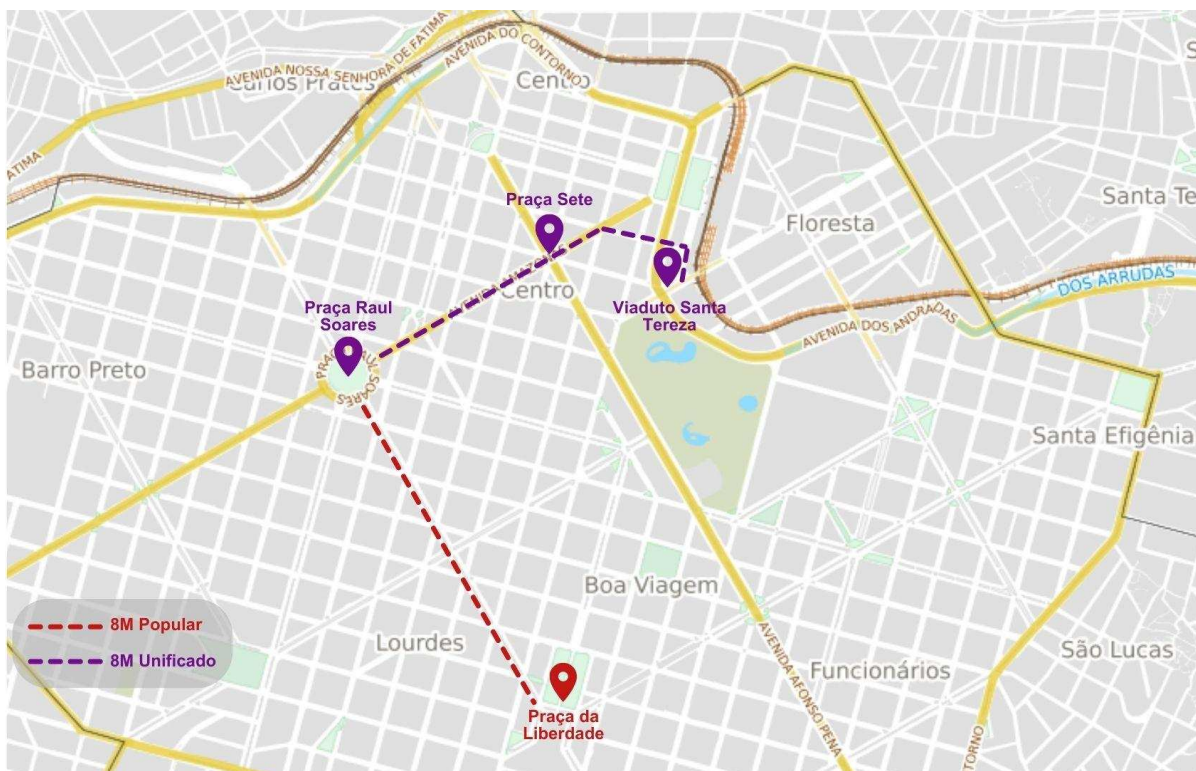
Como responsáveis pela linha de prognóstico proposta, a entrevistada cita o papel do Estado, como no caso das políticas citadas, mas sem deixar de lado a importância da ação coletiva e auto-organizada das mulheres. Esse tipo de organização ocorre, por exemplo, nas ações de solidariedade promovidas pelos movimentos, com força ainda maior durante a pandemia. Em adição, a interlocutora

ressaltou aspectos de interseccionalidade que, além de passar por questões de raça, classe e gênero defendidas pelo movimento, mostra um olhar também para as desigualdades entre urbano e rural.

Por fim, o último aspecto para a construção do enquadramento interpretativo do movimento foi a identificação de espaços relevantes para as mulheres no centro da cidade. Em primeiro lugar, a Praça Sete foi mencionada como um espaço histórico de luta dos movimentos sociais, de modo que os atos do Dia Internacional da Mulher sempre passam por esse ponto, na medida em que permite visibilidade em função do grande fluxo de pessoas. Além disso, a Praça da Liberdade é citada como um lugar relevante tendo em vista a característica estadual do movimento, que agrega muitas mulheres do interior. As demais praças do centro, apesar de carregarem nomes masculinos como denunciou o próprio movimento, foram também citadas como locais de encontro para as mobilizações. Cabe notar que as praças mencionadas, que demarcam o trajeto do movimento 8M Popular, para além das citadas, constituem centralidades, referências histórico-culturais e marcos simbólicos da cidade, condensando múltiplos significados. Dentre elas, ambas se configuram historicamente como espaços de ativismo e contestação, nos quais ocorrem manifestações.

Esses locais são também relevantes para o 8M Unificado, o outro ato que ocorre anualmente agregando movimentos feministas no Dia Internacional da Mulher. De acordo com a entrevistada 3, organizadora do movimento, o primeiro ato do grupo, que hoje reúne mais de 50 movimentos, ocorreu por volta de 2011 e desde então a mobilização ocorre todos os anos no centro da cidade, visto que este espaço permite agregar mulheres de diferentes regiões. Apesar de não conseguirem chegar a consensos para realizar um ato único, o 8M Popular e o 8M Unificado dialogam no sentido de unificar as manifestações em determinado ponto da cidade, compartilhando parte do trajeto. Em 2024, o percurso do 8M Unificado partiu da Praça Raul Soares - onde uniu-se ao ato o 8M Popular, que teve como ponto de encontro a Praça da Liberdade - em direção à Praça Sete, com intervenções ao longo da Avenida Amazonas, chegando, por fim, ao Viaduto Santa Tereza, conforme representado na Figura 2.

Figura 2 - Percurso dos atos do Dia Internacional da Mulher do 8M Unificado e do 8M Popular (2024)



Fonte: Elaboração própria.

O perfil do grupo é muito diverso, principalmente por ser formado por movimentos com diferentes pautas e formas de organização, apresentando também uma perspectiva sobre a desigualdade de gênero muito marcada pela lente da interseccionalidade. A militante do 8M destacou o feminismo negro, coletivos LGBTQIA+, as prostitutas e mulheres da igreja. Além desses grupos, destacaram-se no ato de 2024 as divulgações gravadas por grupos artísticos e culturais, como o Coletivo Calcinha de Palhaça, o Coletivo Família de Rua, coletivos, como o Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (CFCAM) e o Movimento de Mulheres Olga Benário, movimentos como o Comitê Mineiro de Solidariedade ao Povo Palestino, o Coletivo Mães pela Liberdade e a Frente Mineira Drogas e Direitos Humanos (FMDDH). Além disso, contou com a participação de OSCs, como o Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS), grupos religiosos, como a Igreja Evangélica Comuna do Reino e do Grupo RUM, de religiões de matrizes afro-indígenas. Até mesmo a torcida organizada Resistência Alvinegra compôs as chamadas para o ato. Essa diversidade foi avaliada como positiva para agregar mais mulheres:

Então, é uma diversidade muito grande, o que é algo difícil de trabalhar, mas ao mesmo tempo muito rico. Exatamente por causa da diferença. Porque a diferença é que vai possibilitar a gente crescer e a gente construir ideias novas. E pensando que o movimento de mulheres não é o único movimento, o feminismo tem uma diversidade muito grande e nós temos que levar isso em conta. (Entrevistada 3)

Agregando todas essas mulheres, o movimento inicia a discussão sobre o eixo direcionador do ato de cada ano por volta de 45 dias antes do 8 de março, buscando construir coletivamente o processo de discussão, de modo que 15 a 20 dias antes da manifestação tal direção esteja definida para o início da divulgação. Em 2024, o mote escolhido foi “Parem de nos matar! Diversidade, solidariedade e vida digna a todas as mulheres do mundo”. Nesse processo, a entrevistada comentou sobre a importância de levar as reuniões até os espaços em que essas mulheres atuam, descentralizando as atividades e diversificando os locais em que elas ocorrem.

Sobre a interação com o Estado, a organizadora do ato destacou a conquista do direito dos movimentos sociais de apenas informar ao poder público a realização de manifestações, de modo que não é mais necessário obter autorização. Isso mostra a relevância da autogestão e da atuação independente ao Estado para elas. De modo mais próximo à institucionalidade, pode-se observar o apoio de deputadas estaduais e vereadoras à ação, ainda que o ato não esteja centrado em torno dessas figuras. A própria discordância entre o 8M Unificado e o 8M Popular mostra uma diferença na forma como esses grupos se colocam frente ao Estado. A postura de enfrentamento e combate ao poder do Estado, principalmente por princípios anticapitalistas que orientam vários dos movimentos que o compõem, transparece ao não apoiarem os governos petistas com tanta ênfase quanto o 8M Popular.

Além disso, quando questionada sobre as intervenções realizadas pela prefeitura no hipercentro, a interlocutora mostrou desconfiança, argumentando que o poder público “não está preocupado com o povo, não está preocupado se as mulheres têm dificuldade de acesso a determinados setores, a determinados equipamentos públicos, que são necessários” (Entrevistada 3). Dessa forma, é necessária uma postura de constante pressão e cobrança para que os direitos das mulheres sejam efetivados na cidade.

Você já deve ter visto isso, mas sempre que o poder público entra falando em revitalização, ele sempre está pensando na limpeza, né? A limpeza significa tornar o centro bonito, arrumadinho e, portanto, não ter formas de pobreza e nem ter movimentos que possam atrapalhar essa visão (Entrevistada 3).

Nesse sentido, tratando-se do componente diagnóstico do enquadramento interpretativo do movimento, o centro da cidade é visto pela entrevistada como um local que não é muito indicado para as mulheres, apesar de o movimento feminista buscar mudar isso, ressignificando a área com seus atos e demandas. De acordo com ela, “o risco de violação do seu corpo de diversas formas é muito grande, muito intenso” (Entrevistada 3), ainda mais para mulheres negras, trans e lésbicas. O assédio e as violações ao corpo das mulheres são formas de agressão relatadas nesse espaço. Como fundamento dessas violências, o machismo, o racismo e a LGBTfobia internalizados pela população são também identificados como problemas refletidos na cidade.

Dentro dessa lógica da violação ao corpo das mulheres, tomado como público pelo Estado e pelos homens, a falta de acesso a equipamentos de aborto legal, a serviços de apoio à mulher em situação de vulnerabilidade e a ausência do Estado na intervenção sobre a desigualdade de gênero são discutidas pelo movimento, representado pela militante entrevistada, como questões importantes para o movimento de mulheres nesse espaço. Como antagonista nesse cenário está posto o Estado, considerado representante dos interesses do capital, na medida em que internaliza a lógica de construção da cidade a partir do objetivo do lucro. Essa ideia vai na linha do pensamento sobre o direito à cidade de pensadores marxistas, como Harvey (2012) e Lefebvre (1968).

A cidade vai ser construída com o objetivo do lucro. Então todo o centro representa um pouco isso. Toda a cidade tem essa lógica, né? E para a gente poder construir uma cidade ou um centro mais coletivo, você também tem que repensar todo esse significado do que é uma cidade voltada para o lucro, para o privado, para a exclusão daqueles que não garantem esse processo de aumento da lucratividade, etc. Por isso é que está a cidade. Eles procuram, né? O estado que cumpre esse papel, o estado representa o capital nesse sentido, né? Ele vai ter pensado todos esses espaços urbanos com essa perspectiva. (Entrevistada 3)

Por outro lado, o papel de protagonistas é atribuído aos movimentos sociais, também confluindo com os autores mencionados, com destaque para as mulheres em sua diversidade, por meio da auto-organização e da ação coletiva. No

sentido prognóstico, portanto, a primeira ação de enfrentamento às violências sofridas pelas mulheres na cidade é a ocupação das ruas e dos espaços públicos: “é um problema coletivo que nós temos que enfrentar coletivamente” (Entrevistada 3). Ela destaca o carnaval como uma dessas ações de ocupação do centro: “todo o Carnaval de Belo Horizonte foi um Carnaval surgido a partir desta reação dos movimentos à privatização do centro da cidade” (Entrevistada 3). Desse modo, as mulheres se colocam na rua afirmando que o espaço da cidade é público, mas seus corpos não.

Como responsabilidades do Estado, a organizadora citou direitos das mulheres que são negligenciados no espaço, principalmente direitos relacionados ao direito ao próprio corpo. O acesso a equipamentos do aborto legal foi uma questão muito reforçada, argumentando que é fundamental que o Estado deixe esses espaços acessíveis, que sejam divulgados e estejam disponíveis para todas as mulheres. Além disso, a criação de casas de referência à mulher e locais de acolhimento às vítimas de violência ou mulheres em situação de vulnerabilidade foram destacadas como ações necessárias pelo poder público.

A entrevistada falou também sobre o anseio por uma transformação cultural e espacial na cidade para enfrentar as desigualdades e opressões. As ações educativas de combate aos pensamentos LGBTfóbicos, machistas e racistas entram com esse objetivo. Dessa forma, apresenta a seguinte visão do movimento para a cidade:

O movimento 8M se caracteriza como feminista e anticapitalista, porque a gente procura é intervir pensando todo esse processo coletivo de transformação. Então, se você vai mudando pequenas coisas, mas tendo uma perspectiva muito maior, que a gente quer pensar um processo de urbanização onde as relações sociais, as relações humanas, etc., se deem com mais facilidade, o que implica em todo um processo educacional, em todo um processo de repensar as construções, os espaços. (Entrevistada 3)

Por fim, os espaços marcados pela entrevistada como os mais relevantes para o movimento vão na mesma linha do 8M Popular. A Praça da Estação, com

destaque para a Praia da Estação<sup>26</sup>, a Praça Raul Soares<sup>27</sup>, em uma intersecção com o movimento LGBTQIA+, a Praça Sete, como uma referência simbólica, centralidade e local de grande circulação e encontro, são todos espaços apropriados pelo grupo. O Viaduto Santa Tereza<sup>28</sup> também foi mencionado como um importante espaço cultural, que inclusive foi o ponto de dispersão do ato de 2024. Como o 8 de março deste ano ocorreu em uma sexta-feira, dia em que acontecem as batalhas de MCs no viaduto, a organização aproveitou para finalizar o ato neste local, em que foram recebidas no momento da chegada. Além destes, o Centro de Referência da Juventude (CRJ)<sup>29</sup>, localizado ao lado da Praça da Estação, foi caracterizado pela militante como “um espaço absolutamente democrático”, muito utilizado pelo 8M Unificado para atividades.

Em síntese, o movimento feminista se mobiliza no centro da cidade de forma coletiva, por meio da apropriação de espaços públicos para denunciar a opressão à mulher e garantir seu direito à cidade. Apesar das divergências, os dois principais atos agregadores das mulheres no 8 de março apresentam visões muito próximas sobre a desigualdade de gênero e a necessidade de uma atuação coletiva para transformar a sociedade e os espaços da cidade em locais mais inclusivos e acolhedores para todas.

## 6.2. Ocupações urbanas

Em um contexto mais geral de déficits multidimensionais relativos à urbanização e à habitação, as ocupações urbanas vêm ganhando espaço nas dinâmicas territoriais de Belo Horizonte nos últimos anos, caracterizadas como “assentamentos urbanos constituídos a partir da ocupação coletiva não consentida

<sup>26</sup> A Praia da Estação surgiu como uma reação política da população à proibição pelo prefeito Márcio Lacerda em 2009 da realização de eventos na Praça da Estação, anunciando ainda a intenção de conceder o espaço da praça para a iniciativa privada, com a imposição de tarifas para utilização. Sob o lema “a praça é nossa”, a população ocupou a praça aproveitando o espaço livre e as fontes para aliviar o calor da cidade (JAYME; TREVISAN, 2020). Acontecendo no local nos fins de semana, a Praia mobiliza e aglutina atores individuais e coletivos (DOMINGUES, 2019; BRASIL *et al*, 2020) na conjunção entre cultura, arte e festa com protesto e política (Oliveira, 2012).

<sup>27</sup> A Praça Raul Soares tornou-se um espaço apropriado pela comunidade LGBTQIA+ para convivência e lazer no hipercentro de Belo Horizonte (PASSOS, 2018), espaço mencionado também pelas representantes de movimentos LGBTQIA+ entrevistadas.

<sup>28</sup> A ocupação do Viaduto Santa Tereza pelos movimentos de hip-hop e batalhas de MC's pode ser compreendida como um movimento cultural que passou a ocorrer a partir de 2007, com eventos semanais às sextas-feiras debaixo do viaduto, tornando-se o principal espaço da cultura hip-hop em Belo Horizonte (SILVA, 2022; ALMEIDA, LEAL, 2023).

<sup>29</sup> Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Belo Horizonte, localizado na Praça da Estação, decorre de mobilizações das juventudes por sua criação, notadamente nos anos 2010, destacando-se a ocupação do espaço pelos jovens em 2016.

de imóveis (sobretudo de terrenos) urbanos vazios de terceiros por famílias de baixa renda para fins de moradia, estruturada previamente por movimentos sociais” (LELIS, 2016, p. 429).

Discutindo a habitação popular no centro da cidade como uma forma de garantir o direito à cidade, Carina Castro Pedro (2019) argumenta que a “questão da habitação popular é, além de tudo, um problema que reflete no território os séculos de segregação violenta de grupos sociais, étnicos e culturais e a negligência do Estado diante da necessidade de uma reparação histórica” (p. 23). Tal linha vai de encontro à desigualdade racial refletida na ocupação do espaço, conforme apresentado por Lélia Gonzalez (2019).

As ocupações verticais nos centros das cidades brasileiras se iniciaram, notadamente, por volta de 1997, principalmente em São Paulo, como uma forma de ação política organizada de forma coletiva em defesa da habitação digna e do direito à cidade, na medida em que o centro “é o ponto de acessibilidade máxima para o conjunto (ricos e pobres) da população [...]” (VILLAÇA, 2011, p. 95 *apud* PEDRO, 2019, p. 31). Os movimentos por moradia, portanto, buscam combater e enfrentar a profunda desigualdade presente nas cidades brasileiras, marcadas por milhares de domicílios precários ou coabitados e, ao mesmo tempo, diversos imóveis abandonados nas regiões centrais. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, há um déficit habitacional<sup>30</sup> de 101.252 imóveis, de acordo com os dados mais recentes da Fundação João Pinheiro (2024).

Em Belo Horizonte, a primeira ocupação de prédio ocioso na região central foi a do Cardiominas, em 2002, no espaço de uma obra inacabada de um hospital. Foram aproximadamente 442 pessoas organizadas por diversos movimentos sociais, como a Central de Movimentos Populares (CMP), o Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), a Federação das Associações de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH) e núcleos de bairro do CASA. Apesar de ter durado entre 4 e 5 meses, teve um papel muito importante na visibilidade da luta dos movimentos sociais, ainda que sua pauta principal estivesse focada na denúncia à obra inacabada de um hospital que deveria atender à população. O término da ocupação se deu com a conquista de moradia para 79 das famílias

---

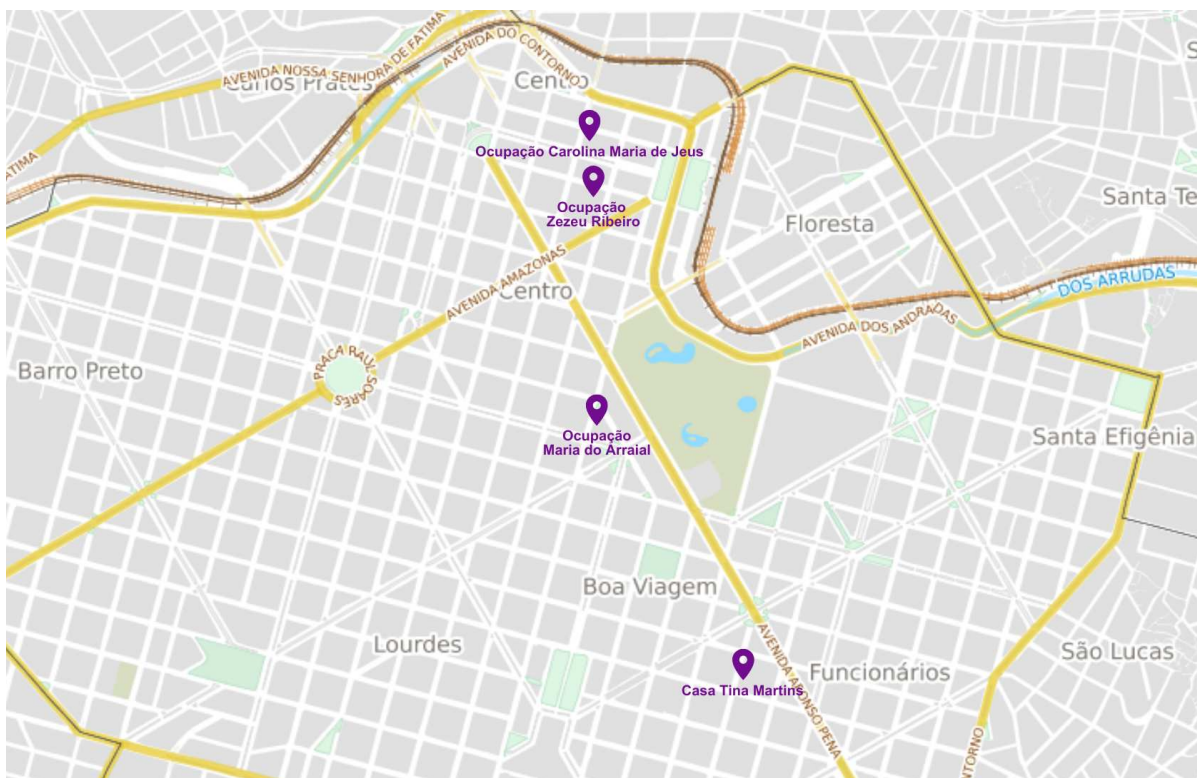
<sup>30</sup> O indicador geral do déficit habitacional é a soma do total de domicílios em situação de habitação precária, coabitação e ônus excessivo com o aluguel urbano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2022).

ocupantes em Caetés e Santa Luzia, negociadas com a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG) (PEDRO, 2019).

Entre 2006 e 2008, foram realizadas quatro novas ocupações com protagonismo das Brigadas Populares: Ocupação Caracol (2006), João de Barro I (2007), João de Barro II (2007) e João de Barro III (2008). A última foi realizada em uma casa abandonada na Avenida Amazonas, no Centro, contudo acabou desmobilizada, segundo Pedro (2019). Segundo a autora, até 2015 foram realizadas 24 ocupações urbanas na RMBH, com protagonismo também do MLB. Após esse período, os movimentos por habitação atuaram na conquista de novas ocupações no centro da cidade: Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia, realizada pela CMP, Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e União Nacional por Moradia Popular (UNMP) em 2015, Carolina Maria de Jesus, pelo MLB em 2017, Pátria Livre, pelo MTB em 2017, e Vicentão, pelas Brigadas Populares em 2018 (PEDRO, 2019). Além destas, vale destacar a mais recente ocupação do MLB no centro da cidade, a Maria do Arraial, que nasceu da mobilização de 250 famílias em 2023 (A VERDADE, 2023).

Uma ocupação que atualmente não está mais no Hipercentro, mas que surgiu neste local, é a Casa Tina Martins, que funciona por meio da autogestão do Movimento de Mulheres Olga Benário, grupo que também apoia as atividades de formação das ocupações do MLB, como relatou a Entrevistada 1. A Casa Tina Martins surgiu no dia 8 de março de 2016, a partir da ocupação do prédio da Faculdade de Engenharia da UFMG para denunciar a violência contra as mulheres. Desde então, a ocupação se tornou permanentemente uma casa de acolhimento a mulheres em situação de violência, atualmente localizada no bairro Funcionários em imóvel disponibilizado pelo poder público. Como a primeira ocupação feminista da América Latina, é reconhecida em nível nacional e internacional como referência do movimento feminista e das ocupações urbanas (MATTOS *et al.*, 2023). Com esta, a Figura 3 apresenta uma perspectiva espacial sobre os espaços apropriados pelos movimentos por habitação, conforme relatado ao longo do tópico.

Figura 3 - Ocupações destacadas na região central de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria.

A investigação recaiu principalmente sobre as ocupações do MLB, que mobilizou e coordena duas das três ocupações que permanecem no hipercentro. Conforme a Entrevistada 1, coordenadora e moradora da Ocupação Carolina Maria de Jesus, o perfil dos moradores das ocupações na época em que foram realizadas era formado principalmente por famílias, tanto na Carolina quanto na Maria do Arraial, sendo que algumas delas passavam por situações de vulnerabilidade extrema na época, estavam morando na rua ou que não tinham acesso à alimentação mínima. Nesse processo, a coordenadora da ocupação relatou os desafios da convivência de pessoas com origens, culturas, religiões e hábitos diferentes no cotidiano coletivo da ocupação. Dessa forma, foi necessário desconstruir preconceitos para garantir a convivência e a colaboração de todos.

Em relação ao gênero, as mulheres assumem um papel de liderança dentro da ocupação, destacando-se que quase todos os coordenadores são mulheres. Outra questão muito relevante sobre o perfil, levantada pela entrevistada em suas análises dos moradores, foi que entraram muitos casais formados por homem e mulher nas ocupações, mas ao longo do tempo vários se separaram e as mulheres permaneceram. Ela associa essa dinâmica à confiança das mulheres para sair de relacionamentos abusivos ao conquistarem a moradia:

Olha, em 2017, quando a gente entrou, entrou muito casal. Porque é isso, né? A família que está na necessidade. Mas desses muitos casais que entraram, as mulheres se separaram. Porque sentiu a segurança no movimento, que o movimento colocava o cadastro no nome da mulher, ou seja, muitas mulheres entravam no movimento com situações de violência. Não saía do relacionamento abusivo porque não tinha onde ficar. (Entrevistada 1)

A interação do movimento com o Estado em diálogos e negociações foi relatada como necessária para garantir conquistas da ocupação, contudo a entrevistada afirmou que a prefeitura só está disposta a cumprir com seu papel quando é de interesse próprio, de modo que as conquistas são fruto de muito enfrentamento e muita pressão. De forma mais ampla, a partir de uma fundamentação marxista, o MLB enquadra o Estado como representante dos interesses dos grandes empresários, de modo que as cidades são planejadas para garantir a prevalência dos anseios pelo lucro no espaço urbano. Nessa lógica, propõem como uma questão central para o movimento “preparar e garantir a defesa e resistência da ocupação, de forma massiva, organizada e com capacidade para enfrentar e vencer os órgãos de repressão do Estado” (MLB, 2019, p. 22), evidenciando uma postura de enfrentamento ao Estado.

Da definição dos problemas que compõem o diagnóstico do movimento sobre a situação social, fica evidente em primeiro plano as profundas desigualdades sociais das cidades brasileiras que refletem a divisão de classes da sociedade. Nessa linha, de forma mais direta, identificam o problema da precariedade, da falta de habitação e dos aluguéis abusivos a que está refém a população mais pobre, afastada do centro em direção à periferia. Quando questionada sobre a desigualdade de gênero no centro da cidade, a entrevistada respondeu “não tem como dizer que é um lugar justo. O mundo não é justo para as mulheres” (Entrevistada 1), lembrando de uma companheira que planejava participar da Ocupação Maria do Arraial, mas foi assassinada poucos dias antes pelo ex-companheiro dentro de um prédio no centro da cidade, em um quarto cujo aluguel ela pagava somando o valor do Bolsa Família ao restante que ganhava vendendo água na rua. Dessa forma, a partir de situações reais, a entrevistada evidenciou o problema da violência contra a mulher e a falta de alternativas para que elas saiam de relacionamentos abusivos como uma questão a ser combatida pelo movimento.

Por outro lado, ressaltou os aspectos positivos de morar no centro da cidade no que diz respeito ao acesso ao trabalho e aos serviços, definindo a situação das mulheres no centro como “muito melhor do que em um bairro” (Entrevistada 1) para quem mora na ocupação. Segundo ela, na região é muito mais fácil acessar o transporte público e se deslocar para o trabalho, além de que a disponibilidade e a qualidade dos serviços de educação e de saúde são superiores. Além disso, o compartilhamento de responsabilidades e a coletividade da vida dentro da ocupação também foram citados como elementos que retiram das mulheres um pouco da carga enfrentada quando estão sozinhas. Como exemplo, relatou que as mulheres na ocupação se dispõem a cuidar dos filhos de outras quando precisam, permitindo não apenas que trabalhem fora de casa, mas que tenham momentos de lazer. Dessa forma, o problema não estaria na condição de habitação no centro em si - apesar das ainda necessárias conquistas de regulação, segurança e melhoria da qualidade da moradia -, e sim na falta de acesso das pessoas que vivem nos bairros e favelas aos recursos disponíveis na região central.

Dentro desse contexto, a população articulada por meio do movimento social - com destaque para as mulheres - é vista como protagonista dessa situação, na medida em que o movimento reconhece que é a população mais pobre que sofre com as desigualdades presentes na cidade. Por outro lado, os antagonistas são os grandes empresários, responsáveis pela especulação imobiliária, e o interesse privado defendido, muitas vezes, pelo Estado. O poder público, portanto, se coloca como um obstáculo às conquistas, que só são possíveis por meio da pressão e do enfrentamento direto.

A partir daí, o elemento prognóstico do enquadramento interpretativo do movimento pode ser construído observando as linhas de ação propostas. Primeiramente, o MLB propõe a superação do sistema capitalista por meio da luta organizada da classe trabalhadora como forma de eliminar as opressões em suas diversas formas. Mais diretamente, defendem “ocupar, ocupar e ocupar” (Entrevistada 1), enquanto ainda houver prédios desocupados sem função social, como forma de luta pela reforma urbana. Como fica evidente na fala da entrevistada, a ocupação e o direito à moradia são vistos também como uma forma de emancipação da mulher, na medida em que permitem a saída de situações de violência, o compartilhamento de responsabilidades pelo cuidado e o acesso ao trabalho e a serviços. A preocupação com a formação política também transparece

nas falas da entrevistada, que afirmou que são realizadas formações feministas com apoio do Olga Benário e da Casa Tina Martins, além das atividades políticas do movimento dentro das ocupações.

Orientado para a reforma urbana, o MLB apresenta objetivos e linhas de ação que passam pela autogestão, a gestão democrática das cidades, a produção social da moradia e a autoconstrução, frisando o poder da coletividade na transformação social e espacial. Nessa linha, enumeram as seguintes propostas:

1. Garantir condições dignas de vida para toda a população trabalhadora: direito à moradia, emprego, alimentação, saúde, saneamento, educação, transporte, cultura e lazer.
2. Democratizar a propriedade da terra, pondo fim as grandes propriedades ociosas e desapropriando as áreas privadas que sejam de interesse social.
3. Garantir a função social da propriedade, priorizando o interesse coletivo de toda a população.
4. Destinar imóveis vazios para fins de moradia popular.
5. Implementar tarifas sociais para os serviços públicos essenciais, garantindo acesso universal ao abastecimento d'água, coleta de esgoto e energia elétrica.
6. Investir em obras de infraestrutura urbana que visem a maior integração da cidade, acabando com a divisão entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres.
7. Priorizar o transporte coletivo público e a melhoria das condições de mobilidade urbana da população.
8. Garantir a gestão democrática e o controle social da cidade como formas de planejar, produzir e governar coletivamente o espaço urbano.
9. Incentivar e apoiar práticas de autogestão e produção social da cidade.
10. Preservar e recuperar o patrimônio histórico, artístico, cultural e ambiental. (MLB, 2019, p. 11)

Ao longo dessa narrativa, o olhar interseccional, passando por questões regionais, de raça, de gênero e de classe, se apresenta em vários momentos da fala da entrevistada, principalmente na valorização da diversidade. Por fim, ela destaca alguns espaços na região central, além das ocupações, que são importantes para as mulheres, como as creches públicas (Escolas Municipais de Educação Infantil - EMEI), a Casa Tina Martins, o Palácio das Artes, os teatros e espaços culturais, que segundo ela precisam se tornar mais acessíveis para a população.

De modo geral, o que a atuação e a narrativa construída pelo MLB evidenciam em relação ao Hipercentro de Belo Horizonte é um anseio pela reforma urbana e pelo direito à cidade por meio da ocupação do espaço urbano,

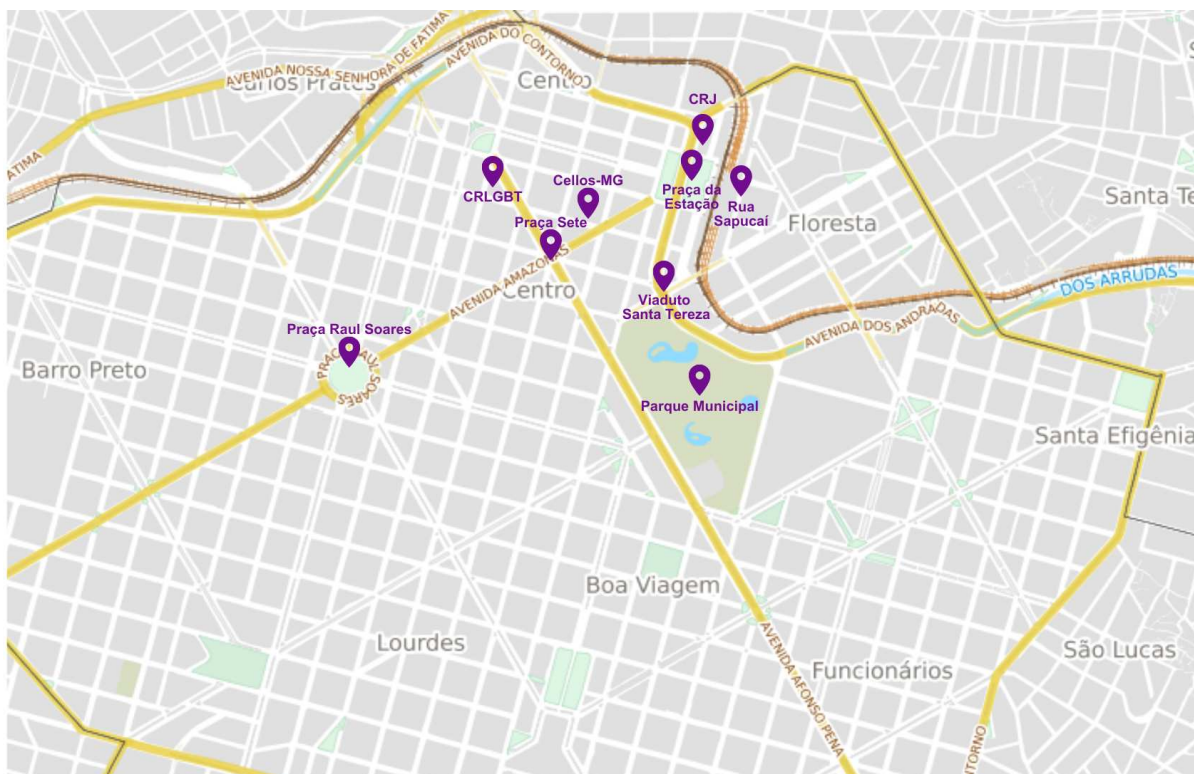
reivindicando a moradia como um aspecto fundamental para a dignidade e o combate às opressões, incluindo a opressão às mulheres.

### **6.3. Movimentos de mulheres LBT+**

Outra linha de movimentos sociais que possuem representações de mulheres em sua diversidade é o LGBTQIAPN+, em que se organizam mulheres lésbicas, bissexuais, trans e com sexualidades e identidades diversas. Esse movimento também protagoniza eventos culturais, manifestações políticas e atos no hipercentro de Belo Horizonte, além da presença na ocupação de espaços e na reivindicação por respeito à diversidade. A Parada LGBTQIAPN+, que ocorre há 25 anos na capital, a Caminhada pelas Vidas T, já em sua sétima edição, e a Caminhada Lésbica de Belo Horizonte são alguns dos atos que mobilizam a comunidade no hipercentro, ocupando as ruas com orgulho.

Observando a relevância das questões de identidade e sexualidade para as experiências de ser mulher na cidade, foram realizadas duas entrevistas com representantes de movimentos que atuam nessa pauta: a Entrevistada 4, que participa da organização da Caminhada pelas Vidas T como membra do MovAT, e a Entrevistada 6, que trabalha no Cellos-MG, Organização da Sociedade Civil (OSC) que busca combater o preconceito e promover a cidadania da população LGBTQIA+ em Minas Gerais. No sentido de orientar a leitura e situar no espaço os locais destacados pelas entrevistadas, foi elaborado um mapa a partir dos “pedaços” apropriados pelo movimento LGBTQIA+ no hipercentro (Figura 4).

Figura 4 - Locais destacados pelas representantes LGBTQIA+ no hipercentro de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria.

O MovAT funciona como uma união de diferentes movimentos, coletivos e organizações para o desenvolvimento da Semana da Visibilidade Trans e Travesti e da Caminhada pelas Vidas T, que ocorrem em datas próximas ao Dia Nacional da Visibilidade Trans, 29 de janeiro. De acordo com a entrevistada, essa articulação ocorre por meio de uma construção aberta, contando com a participação de parte da população trans e LGBTQIA+ em geral. Ao longo da semana de visibilidade, o movimento promove uma série de ações, como palestras, eventos e rodas de conversa, sobre direitos da população trans e travestis. Em 2024, os temas envolveram saúde, educação, família, cidadania e memória da luta por direitos, ocupando espaços por toda a cidade.

Nesse processo, a interação com o Estado é necessária para garantir o espaço dos eventos. Sobre esse momento, a entrevistada contou que adotam a estratégia de realizar a caminhada no formato de bloco de pré-carnaval, aproveitando que existe um canal mais fácil de inserção da pauta na dinâmica institucional, além de aproveitar as movimentações que já ocorrem nas ruas nesse período: “é uma maneira de dialogar com a estrutura que a cidade estava oferecendo” (Entrevistada 4). Para além desse momento, a perspectiva das pessoas

trans e travestis sobre o Estado, conforme a organizadora, é de que existe uma necessidade constante de lutar pela efetivação de direitos, observando os ataques constantes à comunidade LGBTQIA+. Sobre isso, afirma que “tem hora que parece que tem certas coisas que estão sendo estruturadas, mas aí ao mesmo tempo temos movimentos contrários. Então parece que a gente sempre tem que construir coisas que pareciam já colocadas, já superadas” (Entrevistada 4).

Como exemplo desses retrocessos e ataques constantes, citou a retirada dos símbolos do Centro de Referência LGBT (CRLGBT) de Belo Horizonte, localizado no centro. Segundo ela, essa é uma forma de inviabilizar ao máximo o acesso dessa parcela da população a seus direitos, visto que o CRLGBT oferece assistência à saúde, questões jurídicas, serviços de retificação do nome e outros serviços públicos fundamentais. Segundo ela, isso mostra que a cidadania de pessoas trans é interpretada como uma ofensa aos demais, de modo que o poder público tenta apagar ou minimizar os direitos LGBTQIA+ na cidade.

A gente ter cidadania no centro é como se fosse uma ofensa para todos os cidadãos. [...] Tem algumas garantias da lei que não pode tirar, certas coisas, só que ela tem que ficar sempre escondida, entendeu? Se a gente vira cidadã de primeira classe, tipo cidadã, como qualquer outro cidadão, que goza dos seus direitos na legislação, é como se fosse uma ofensa. (Entrevistada 4)

A proibição de bandeiras e símbolos LGBTQIAPN+ no Centro de Referência também foi um tema abordado pela Entrevistada 6, que faz parte do Cellos-MG. Segundo ela, a importância de o CRLGBT ser visto no espaço da cidade é porque “estar ali, estar no centro, ser da prefeitura, as pessoas poderem saber é um marco importante para o nosso movimento, porque é uma luta e mostra que nessa cidade tem LGBT. E eles são atendidos, eles são vistos, eles são acolhidos” (Entrevistada 6). Dessa forma, tirando as bandeiras e fechando as portas, a população LGBTQIA+ tem seus direitos limitados, e a prefeitura invisibiliza a cidadania dessas pessoas na cidade.

Além dos problemas já identificados na interação com o Estado, foram levantadas algumas questões pela representante do MovAT que podem ajudar a desenhar o elemento diagnóstico do enquadramento interpretativo do movimento. De acordo com ela, as opressões são constantes, com conquistas e retrocessos que não permitem que a luta por direitos pare. Em suas palavras, “nosso ir e vir no centro da cidade não é um jogo que está ganho” (Entrevistada 4). Primeiramente,

aponta a questão da empregabilidade das pessoas trans, revelada na dificuldade de ocupação de postos de trabalho no comércio, um problema da sociedade em geral que é refletido no espaço do Hipercentro. O emprego formal - entendido como um primeiro passo para o acesso à renda e, conseqüentemente, ao direito de ir e vir na cidade, à moradia, ao lazer e a serviços - é negado a grande parte da população trans e travesti, de modo que são aceitas apenas na prostituição.

O espaço público, o espaço do centro, revela onde estão as pessoas trans trabalhando em postos oficiais de trabalho. Aí temos os lugares conhecidos e históricos em que os nossos corpos são aceitos muito bem para um trabalho específico historicamente, que é o da prostituição, então são aqueles pontos históricos conhecidos que lá a gente cabe. (Entrevistada 4)

Outra questão que a entrevistada associa diretamente ao direito à cidade, retomando o conceito de Lefebvre (1968) incorporado pelos movimentos sociais, é o direito à retificação do nome ou ao nome social. Segundo ela, a cidadania é limitada quando esse direito é reprimido, na medida em que ter um nome é necessário para acessar qualquer espaço ou serviço, desde um posto de saúde até a escola. Quando o nome não é garantido, todas as interações com espaços públicos se tornam experiências de opressão e constrangimento, além de que mesmo aquelas que têm o nome social encaram a transfobia de pessoas que se recusam a respeitá-lo. Dessa forma, “a Cidade começa a ser uma negação, um lugar de negação da existência do corpo dela” (Entrevistada 4), na medida em que os trâmites cotidianos da vida na cidade passam a ser uma opressão às pessoas trans. Ela entende, portanto, que essas duas questões, o direito ao nome e a empregabilidade, são fundamentais para efetivar a cidadania desse grupo, segundo ela, “porque a gente sempre vai ser um corpo à margem, a gente sempre vai ficar marginalizada no cotidiano dessa cidade. Se a gente não tem direito à renda, não tem direito ao nome, a gente fica sempre nessas brechas da cidadania” (Entrevistada 4).

Como linhas de ação propostas, protagonizadas pela população LGBTQIA+, mas reconhecendo o papel da institucionalidade, o movimento defende a garantia do direito à retificação do nome para todas as pessoas trans e não binárias. Além disso, apresenta uma demanda por ações que ampliem as possibilidades de trabalho formal para este grupo. De modo complementar, ressalta a urgência de ocupar os espaços da cidade, dando visibilidade às vidas trans e

travestis, evidenciando a cidadania dessas pessoas. A entrevistada menciona, inclusive, a importância da eleição de representantes trans para o Poder Legislativo, como forma de levar essa luta para os espaços institucionais. Nas ações do movimento orientadas em tal sentido, principalmente aquelas veiculadas nas redes sociais, transparece uma perspectiva interseccional, na linha da interação com pautas raciais e movimentos periféricos.

Questionada sobre os espaços do centro de Belo Horizonte importantes para o movimento, a representante do MovAT respondeu que “todo o centro está sempre em disputa” (Entrevistada 4), destacando alguns espaços em que essa disputa é mais visível. Em primeiro lugar, há os locais ocupados pela Caminhada pelas Vidas T, que ocorre entre a Praça Sete e o Viaduto Santa Tereza. Além disso, outros lugares são utilizados para as atividades da semana de visibilidade, como o CRJ e o Parque Municipal. Ela também destacou a Praça Raul Soares:

Eu sei que a Raul Soares, ela tinha boates LGBTQA+ e de travestis há um tempo atrás, então ela virou um lugar em que as travestis circulavam mais. Tem um restaurante que ficava aberto até mais tarde, que era um lugar que elas conseguiam comer depois do trabalho, depois de tudo, e que virou um lugar que ainda lê a gente como um corpo possível, um corpo consumidor, um corpo que come. (Entrevistada 4)

Em linhas gerais, o que o MovAT mostra é que ser uma mulher trans na cidade é encarar uma série de agressões, negações da cidadania e opressões que se impõem a elas nos espaços públicos. Com isso, a luta desse movimento pela visibilidade, pelo respeito e pelo fim da violência é constante. Em comum, o Cellos-MG destaca a luta da comunidade LGBTQIAPN+ pela própria existência na cidade:

[...] quando a gente está no movimento feminista, no movimento sindical, a gente ocupa a praça pública para chamar a atenção da população para algo que estamos reivindicando. O movimento LGBTQIAPN+ faz isso também, mas para além disso, ocupar os espaços dizendo “eu existo e a minha existência precisa ser respeitada”. Então, para além de ocupar os espaços e falar de reivindicações, às vezes é uma questão também a gente estar nos espaços.

Com esse mote, o Cellos-MG é uma OSC nascida em 2002 e afiliada à Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). O Cellos é a instituição responsável pela organização da

Parada LGBT de Belo Horizonte, agregando diversos coletivos, organizações e lideranças no mais importante momento de mobilização do movimento durante o ano. O perfil dos participantes da OSC envolve militantes e funcionários, que trabalham em articulação com coletivos LGBTQIAPN+ de todo o estado de Minas Gerais.

Quanto à interação com o Estado, a entrevistada ressaltou muito o diálogo com representantes eleitos do Poder Legislativo. Segundo ela, a relação depende sempre da forma como o parlamentar se posiciona diante da pauta, visto que muitas vezes as demandas LGBTQIA+ são apoiadas apenas em momentos de conveniência. A Entrevistada 6 contou que “hoje ficou muito pop você ser aliado à luta LGBT, isso é muito legal”, mas nem sempre foi assim: há algum tempo, lideranças da comunidade precisavam “bater na porta dos gabinetes dos vereadores” (Entrevistada 6). Além dessa interação com parlamentares, a interlocução também acontece por meio das conferências e espaços institucionais de participação, valorizados pela OSC.

Entrando no elemento diagnóstico, a entrevistada mencionou problemas que vão desde apagamentos simbólicos até a violência direta contra mulheres LBT+. Com exemplos reais, incluindo sua própria experiência na cidade, contou sobre a violência enfrentada pelas mulheres LBT+ na cidade pelo simples fato de existir: “hoje a gente tem mulheres lésbicas morrendo simplesmente por serem lésbicas desfem. A gente tem hoje mulheres trans morrendo simplesmente por serem mulheres trans” (Entrevistada 6).

Além de terem que enfrentar a LGBTfobia de grupos conservadores e de instituições públicas, a representante do Cellos demonstrou ainda a preocupação com a transfobia dentro do próprio movimento feminista. Mulheres identificadas como feministas radicais, principalmente mulheres lésbicas, apresentam posturas transfóbicas e excludentes em relação à participação de pessoas trans e travestis no movimento feminista, criando disputas que desgastam ainda mais a luta LGBTQIA+, na perspectiva da entrevistada. Na linha da compreensão sobre sexo, gênero e sexualidade abordada neste trabalho (BUTLER, 2023), a entrevistada argumenta que “ser mulher é muita coisa, não é simplesmente um órgão que se faça a mulher” (Entrevistada 6), em oposição às feministas radicais que reduzem ser mulher a uma questão biológica.

Como forma de enfrentamento aos problemas levantados, a linha de prognóstico desenhada envolve como responsáveis não apenas as lideranças políticas, mas toda a comunidade LGBTQIA+: “é sempre lembrar que ocupar os espaços é muito mais do que as lideranças políticas ocupando o espaço, as pessoas ocupando o espaço” (Entrevistada 6). Nesse sentido, propõe a ocupação de espaços da cidade como forma de mostrar a existência e exigir respeito de forma coletiva. Essa coletividade é fundamental para a própria segurança, tendo em vista os ataques e as violências constantes nas ruas:

Mas quando a gente está em grupo, naquele espaço, a gente fica mais seguro, porque quando a gente está em grupo as pessoas passam xingando, e passam. Ninguém para pra bater, entende? Se tiver sozinho, principalmente de noite, alguma coisa pode acontecer. (Entrevistada 6)

As ações da OSC também vão no sentido da realização de projetos que promovam a diversidade e a cidadania LGBTQIA+, buscando a conscientização e a defesa dos direitos dessa parcela da população. Além disso, atua no apoio a coletivos por todo o estado, auxiliando no diálogo com os equipamentos públicos, no *advocacy* e na própria articulação do movimento. Nesses processos, o Cellos-MG demonstra uma perspectiva interseccional ao tratar de sexualidade, gênero, raça e classe como opressões que se misturam, sendo questões relevantes para a construção da visão compartilhada pelo movimento LGBTQIA+.

Por fim, foram destacados espaços ocupados pela população LGBTQIA+ no hipercentro de Belo Horizonte, de modo que a entrevistada conta que houve uma evolução muito grande nessa apropriação da cidade, visto que “há 15/10 anos atrás a gente não via pessoas assim de mãos dadas na rua, não existiam muitos lugares, muitos bares que pessoas LGBTs poderiam sentar pra beber, então não é uma coisa tão longe” (Entrevistada 6). Nessa linha, ela destaca a ocupação das praças pelo movimento, como a Praça da Estação, a Praça Raul Soares e a Praça Sete. Como espaços de lazer, cita com orgulho a liberdade vivida nos bares da Rua Sapucaí e os casais de lésbicas passeando pela Feira Hippie. Menciona também as *ballrooms*, espaços de eventos, de expressão e de reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidades, por meio da dança, da caracterização e da performance.

A ocupação desses espaços representa os avanços de uma longa história de luta pelo direito à cidade e o direito a existir pela comunidade LGBTQIAPN+,

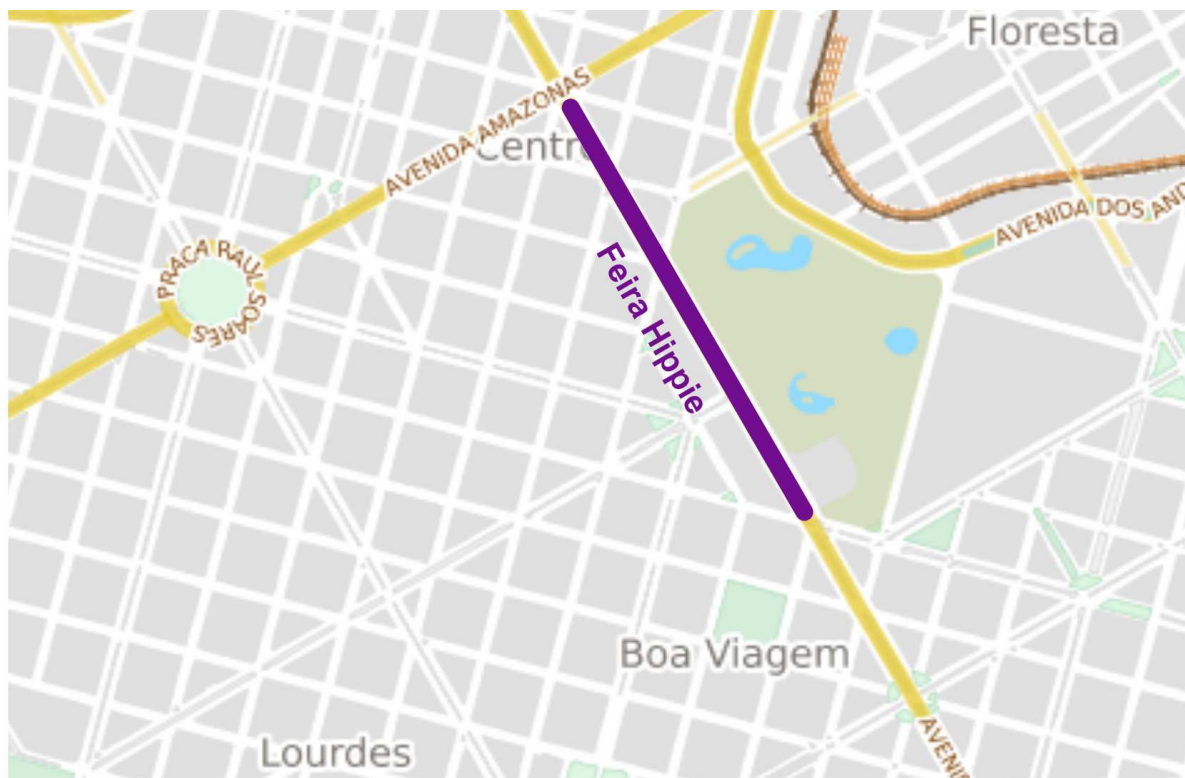
mostrando como é necessário olhar para diferentes mulheridades que estão nos espaços do centro, incluindo mulheres lésbicas, trans e bissexuais.

#### **6.4. Comerciantes e artesãs**

A atuação das mulheres no centro de Belo Horizonte não é representada apenas pelos movimentos sociais: em um espaço marcado pela presença de comércio e serviços, é necessário conhecer a perspectiva de mulheres que trabalham no hipercentro. Nesse sentido, apesar da dificuldade de reconhecer lideranças femininas neste âmbito, visto que a maioria das associações de comerciantes e trabalhadores não tem marcadores claros de gênero, foi realizado o contato com uma representante da Comissão Paritária da Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte (Feira Hippie), a Entrevistada 5. Antes desse contato, conforme descrito na metodologia, ocorreram conversas informais com artesãs que atuam na feira há mais de 30 anos, em uma visita ao espaço.

A Feira Hippie surgiu a partir da idealização de artistas mineiros em 1969, inicialmente na Praça da Liberdade, com 465 expositores, sendo reconhecida pela prefeitura em 1973. A partir de 1991, somada a outras feiras de artesanato que ocorriam pela cidade, foi transferida para a Avenida Afonso Pena, onde permanece até os dias atuais, conforme representado na Figura 5. Atualmente, a feira é dividida em 15 setores e possui cerca de 1600 expositores (PBH, 2023b). A representação dos feirantes ocorre por meio da Comissão Paritária, instituída pela Lei nº 8616/2003 (BELO HORIZONTE, 2003), que é formada por seis representantes eleitos diretamente pelos feirantes e seis da prefeitura, sendo a presidência do Poder Executivo.

Figura 5 - Local da Feira de Artesanato da Afonso Pena (Feira Híppie)



Fonte: Elaboração própria.

Para traçar o perfil e as ideias compartilhadas pelas participantes da feira, há um desafio do reconhecimento de uma identidade comum, na medida em que, segundo a representante entrevistada e as conversas informais, não há lideranças fortes entre os expositores, apenas a representação formal da Comissão Paritária. Além disso, uma pesquisa realizada em 2010, por Freire (2015), mostrou que 70% dos expositores não estavam filiados a nenhuma instituição ou associação. Mesmo neste cenário, a investigação sobre o enquadramento interpretativo é uma ferramenta de análise que permite a identificação de perspectivas compartilhadas e narrativas comuns entre o grupo, como uma forma de apreender fenômenos sociais que são complexos para uma tradução em outras linguagens.

Nesse sentido, a Entrevistada 5 descreveu um perfil de expositoras e frequentadoras da Feira Híppie composto majoritariamente por mulheres: “eu diria que nós mulheres movimentamos a feira, movimentamos o mundo”. Disse também que há mulheres mais velhas e mulheres mais jovens, muitas vezes apoiadas por homens, mas com protagonismo delas. A questão da idade foi levantada em uma entrevista realizada por Costa *et al.* (2023) com Zenith Araújo, artesã que participa há 42 anos do evento. Segundo a entrevistada, é um desafio para as pessoas mais

velhas se manterem na feira, tendo em vista a pressão pelo espaço de expositores mais jovens.

Sobre a relação com a prefeitura, a entrevistada contou que o nível de abertura para o diálogo varia conforme o governo, mas sempre acontece por meio da Comissão Paritária. Ainda que ocorra esse diálogo e que a Comissão Paritária seja responsável pela gestão do evento, ela afirmou que a representação acontece ainda muito no sentido da informação, não efetivamente da tomada de decisão pelos representantes, visto que o voto de minerva é do presidente, que representa a prefeitura. Recentemente, na discussão sobre a mudança do layout da feira, no âmbito do Programa “Centro de Todo Mundo”, houve uma aproximação do diálogo entre os feirantes e a prefeitura, de modo que, nas palavras da entrevistada, “pela primeira vez nós participamos ativamente em alguma questão crucial para a feira” (Entrevistada 5).

Em relação ao diagnóstico que compõe o enquadramento interpretativo, a entrevistada apontou alguns problemas que carecem de atenção pela prefeitura, mesmo sendo reconhecidos pela maior parte dos expositores. A necessidade de olhar para a feira como o maior evento cultural da cidade, capaz de agregar no potencial turístico de Belo Horizonte, foi reforçada como uma questão muito importante. Segundo ela, “há uma coisa que nós temos pedido desde sempre e ainda não recebemos com a necessidade que sentimos é a publicidade, é o engajamento da Belotur a ver a feira como um evento turístico, porque é o maior evento turístico de Belo Horizonte” (Entrevistada 5). Na fala, transparece o antagonismo da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), identificada como a responsável por tal divulgação, mas que não está cumprindo com as demandas dos feirantes.

Dessa forma, foram levantadas como prognóstico para essas questões algumas linhas de ação, que têm como responsáveis a prefeitura e a Belotur, em diálogo com os feirantes por meio da Comissão Paritária. A primeira é a divulgação da Feira Hippie como o maior evento de Belo Horizonte em potencial econômico e turístico, reconhecendo seu potencial para a atração de pessoas à cidade. Nessa linha, a representante destacou a necessidade de olhar para a feira não apenas como uma forma de assistência social, como ocorre muitas vezes, mas como um espaço com potencial para a inovação. Como uma ação mais direta, destaca a

demanda por transporte de outras regiões da cidade e de municípios vizinhos para a feira, melhorando o acesso ao evento.

Os problemas enfrentados especificamente pelas mulheres, conforme a representante, estão relacionados à falta de segurança e ao tratamento desigual em relação aos homens, que não é diferente do machismo presenciado na sociedade como um todo. Com essa breve colocação, percebe-se que não há uma ideia fortemente compartilhada entre os participantes sobre a questão de gênero, ainda que reconheçam o protagonismo feminino e a importância deste espaço para as mulheres. Sobre isso,

Bom, a feira para as mulheres da feira é a vida. É onde elas criaram suas famílias ou estão criando suas famílias, é o trabalho, é a interação com o mundo, porque assim você para criar uma peça, para ir vender na feira ou mesmo se você vai comprar ou vai em busca de fornecedor para matéria prima e tudo mais, você está interagindo com o mundo. Então a feira para nós, expositoras, é o nosso mundo, a nossa rotina é tudo. [...] Então, tanto as mulheres que estão trabalhando quanto as mulheres que chegam ou que passam, elas sempre levam alguma coisa e trazem alguma coisa, então há uma interação cultural muito boa. Há um lazer, um ponto de conversa, um ponto de encontro, é um espaço de entretenimento e lazer e cultura. Ali tem o cantor, ali tem a estátua viva, ali tem de tudo assim. De manhã passam os bêbados e as bêbadas. É o pessoal saindo de uma festa ou voltando para a rua para trabalhar. É um palco, a feira é um palco, é um espaço que merece ser cultivado pelo poder público e ampliado. (Entrevistada 5)

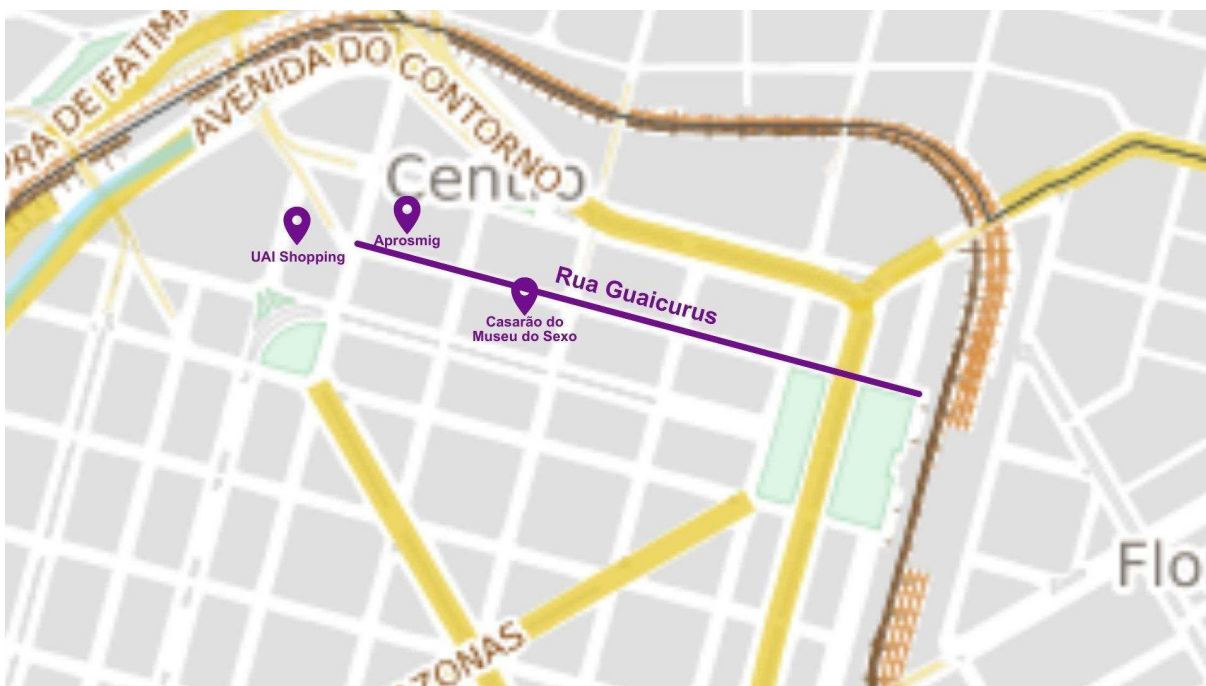
Com isso, evidencia-se a importância do espaço da Feira Hippie para as mulheres, tanto as expositoras e artesãs que respiram o evento em seu dia a dia, quanto as frequentadoras que têm este como um local de encontro, troca e lazer.

De modo complementar, para ampliar a abordagem da participação das mulheres no comércio de Belo Horizonte, o material produzido pelo Mercado Central no contexto do Dia Internacional da Mulher por meio da campanha #MulheresDoMercado compartilhou a trajetória de vida de mulheres que atuam neste local (MERCADO CENTRAL, [s.d.]). A construção da visão sobre as mulheres incorporada à narrativa da instituição apresenta uma valorização da tradição passada entre diferentes gerações de mulheres, destacando o protagonismo delas na preservação da cultura mineira. Entretanto, a campanha se desenvolve mais no sentido de uma homenagem do que uma reflexão sobre desigualdades de gênero e a condição das mulheres no espaço do comércio.

## 6.5. Trabalhadoras sexuais e prostitutas

Um grupo de mulheres que ocupa o hipercentro de Belo Horizonte há mais de um século é o das prostitutas<sup>31</sup>, de forma que o espaço da Rua Guaicurus (destacada na Figura 6) está fortemente associado aos hotéis em que atendem trabalhadoras sexuais. Desde a década de 1920, a região é marcada pela boemia e pela prostituição, tendo passado por processos de desvalorização e intervenções no sentido da higienização desde então. Atualmente, há 24 hotéis na região, 22 de mulheres cisgêneras e 2 de mulheres transgêneras e travestis, localizados nos pisos superiores dos sobrados de dois ou três andares, de modo que o acesso ocorre por meio de escadas estreitas entre o comércio que ocupa o nível térreo. Além dos hotéis, há também a Cabine São Paulo, de prostituição masculina (SAADALLAH, 2024).

Figura 6 - Rua Guaicurus (Belo Horizonte)



Fonte: Elaboração própria.

A análise sobre o enquadramento interpretativo desse grupo, representado pela Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig)<sup>32</sup>, ocorreu

<sup>31</sup> Os termos trabalhadora sexual e prostituta são utilizados como sinônimos, conforme a própria denominação da Aprosmig.

<sup>32</sup> A Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig) é um grupo de representação e apoio às prostitutas de Minas Gerais que surgiu em 2009, definindo-se como “uma agente de direitos ao trabalho, promoção da cidadania e de combate à violência de gênero, putafobia, exploração sexual de

a partir de três fontes principais: duas entrevistas oferecidas pela presidenta da organização, Cida Vieira, em conjunto com outras colaboradoras, sendo uma para o Podcast das Gerais (2023) e outra para o BHAZ (2024); e a pesquisa Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus (SAADALLAH, 2024). Além disso, como exposto na metodologia, foi realizado um contato inicial com uma representante da Aprosmig, mas a entrevista não ocorreu devido às limitações de agenda. Apesar disso, o conteúdo das entrevistas e da pesquisa que embasam a análise são atuais e completos, contemplando todas as dimensões propostas nesta investigação.

Desse modo, entrando no primeiro elemento analisado, o perfil das prostitutas das Guaicurus foi identificado pela pesquisa coordenada por Márcia Saadallah (2024), em que foram entrevistadas 360 prostitutas da região. Em linhas gerais, o perfil identificado foi de uma maioria de mulheres negras (76,6%), com idade entre 18 e 70 anos, e ampla presença de mulheres trans e travestis (14,7% das entrevistadas). Em entrevista, elas afirmam que muitas das mulheres trans vão para as ruas por falta de apoio das famílias e encontram na prostituição a única forma de sobrevivência, por não terem outra opção (PODCAST DAS GERAIS, 2023). Um dado muito relevante levantado é que 78,3% das trabalhadoras são migrantes, vindas do interior de Minas Gerais e de outros estados, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. Como motivos por optar pela prostituição nos hotéis, muitas levantaram questões relacionadas à falta de oportunidades, dificuldades financeiras e necessidade de sustentar a família. A pesquisa também aponta para um número expressivo de mães solo, observando que 63,6% delas têm filhos e 81,7% estão solteiras.

A relação dessas mulheres com o Estado é marcada pela negligência, violações de direitos e agressões, ampliando a marginalização e as vulnerabilidades. Segundo as representantes, as agressões eram ainda mais frequentes até 2002, quando a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) incluiu a prostituição como ocupação, descriminalizando a prática, após a mobilização da categoria liderada pela ativista Gabriela Leite. Antes disso, a prostituição era entendida como “vadiagem”, portanto as prostitutas eram frequentemente presas e agredidas pela polícia (BHAZ, 2024). Ainda hoje são relatados episódios frequentes de agressão e

---

crianças e adolescentes, violência contra a mulher e ao tráfico de pessoas; com uma importante atuação como agente de saúde e segurança públicas, além de agente cultural” (APROSMIG, [s.d.]).

violências institucionais no atendimento por organizações estatais, como condução por homens no contato com a polícia, agressores e vítimas transportados na mesma viatura e dificuldades de atendimento em delegacias especializadas para mulheres. Segundo a pesquisa da PUC Minas, “trabalhadoras sexuais, ativistas e pesquisadoras destacaram que o atendimento oferecido às trabalhadoras sexuais na capital é marcado por diversas formas de violência institucional” (SAADALLAH, 2024, p. 16).

Por outro lado, a Aprosmig também realiza trabalhos em colaboração com o poder público, por meio de capacitações oferecidas pela associação à Polícia Militar, além do encaminhamento de mulheres que as procuram para órgãos especializados. Cida Vieira também reconheceu a importância de ocupar espaços de participação e representação institucionais, como os conselhos de políticas públicas e as casas legislativas. Apesar de todo esse esforço demonstrado pela Aprosmig, Cida afirma que “não há política pública para trabalhadora sexual em nível federal, estadual e municipal” (PODCAST DAS GERAIS, 2023).

Para a construção da dimensão do diagnóstico, foram identificados nas entrevistas os principais problemas apontados pela Aprosmig, detalhados a partir das experiências relatadas no diagnóstico pelas participantes. O problema mais ressaltado durante as duas entrevistas é a falta de regulamentação da profissão e a criminalização de todas as atividades que estão no entorno dela, o que impede a fiscalização dos espaços, no sentido de evitar os abusos e o machismo. Corroborando para tal posicionamento, o diagnóstico da Guaicurus mostra que 69,4% das participantes gostariam de ter a ocupação regulamentada como profissão (SAADALLAH, 2024). Segundo a presidenta, existe uma lacuna de políticas públicas que olhem para as trabalhadoras sexuais e as violências sofridas por elas. Nessa linha, há ainda a questão do abuso de adolescentes, que, de acordo com ela, ocorre principalmente nas estradas, enquanto o governo não realiza campanhas para evitar esses crimes (PODCAST DAS GERAIS, 2023).

Outra questão marcante para a articulação é a violência enfrentada pelas prostitutas: a pesquisa de Saadallah (2024) revela que 74,2% das participantes passaram por alguma situação de discriminação ou algum tipo de violência, e mesmo as que responderam que não passaram por nenhuma acabaram citando alguma situação violenta em outra questão. De acordo com as entrevistadas no Podcast das Gerais (2023), essas violências muitas vezes não são reconhecidas ou

são menosprezadas por se tratar de um grupo marginalizado. Como exemplo, citaram situações de estupro que não são reconhecidas quando denunciadas por se tratar de uma mulher que atua em atividades sexuais. O que a Aprosmig busca evidenciar e combater ao longo de suas exposições é a violência, o preconceito e a desvalorização das prostitutas, realidade que transparece nas narrativas dessas mulheres, como o trecho abaixo, retirado do livro “A voz das putas”, produzido pela associação (APROSMIG, 2018).

Quatro anos se passaram desde que coloquei pela primeira vez meu pé em um bordel. Hoje vejo o quanto amadureci nesse tempo. Vi e vivi coisas que uma pessoa com 50 anos não viu. Vi garotas machucadas, estupradas, viciadas em drogas, humilhadas e penso no porquê de nós garotas termos que passar por essas situações. É só um trabalho e um trabalho muito difícil, mas é só um trabalho. Quase nenhuma garota está ali dentro com aquele sorriso falso porque gosta, e sim por necessidade. Além de sofrer com trabalho ainda sofremos com o preconceito, tanto da sociedade como dos próprios homens que frequentam os hotéis. Das religiões nem se fala! É um caso à parte, até porque se existe um céu chegaríamos primeiro, como diz a bíblia. Alguns deles têm coragem de entrar, transar e, depois, dizer que se continuarmos com esse trabalho iremos para o inferno, pois Deus não aceita um pecado como esse. Sério? (APROSMIG, 2018, pp. 88-89)

Tais violências, somadas à falta de políticas públicas, à ausência de fiscalização e à insalubridade das condições de trabalho, incluindo as instalações físicas dos hotéis, criam uma esfera de vulnerabilidade que é negligenciada pelo poder público, na visão da associação. Nesse contexto, identifica-se como antagonista o Estado, apesar de ser reconhecido como responsável por promover as transformações propostas, e, de modo mais abstrato, o preconceito e o machismo presentes na sociedade, principalmente em instituições religiosas. As trabalhadoras sexuais, por sua vez, se colocam como protagonistas dessa situação, na medida em que se articulam contra as violações e se apoiam para enfrentar a violência no cotidiano.

[...] as prostitutas, mesmo enquanto enfrentam estigmas sociais e negligência institucional, protagonizam a função de criar espaços de resistência e desenvolver estratégias de sobrevivência, laços de apoio mútuo e formas de enfrentamento, transformando a “zona” em um lugar de (r)existências. (SAADALLAH, 2024, p. 12)

Diante desses problemas, a Aprosmig propõe linhas de ação tanto no sentido de realização própria e por meio de parcerias, focadas no apoio às

prostitutas, quanto orientadas à reivindicação por regulamentação da profissão, criação de políticas públicas e combate ao preconceito e à discriminação. Em relação às políticas públicas, as propostas vão muito além das políticas de saúde frequentemente associadas a este público. Elas envolvem a assistência social, com ampliação do atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) às trabalhadoras sexuais; as políticas de educação e formação; o fomento à cultura; e a questão do patrimônio imobiliário e urbanístico na região da Guaicurus (BHAZ, 2024).

Dentre as ações executadas sob a coordenação da própria Aprosmig, destacam-se as atividades de formação, o apoio psicológico às trabalhadoras sexuais e a promoção de eventos e atividades de visibilidade e combate ao preconceito. Uma parceria mencionada foi o atendimento psicológico oferecido em parceria com a PUC Minas, instituição que atua de forma próxima à Aprosmig. Além disso, existe uma parceria com o shopping UAI, localizado próximo à rua Guaicurus, onde são disponibilizadas três salas, sendo que uma delas funciona como sala de aula utilizada para Educação de Jovens e Adultos (EJA) e cursos de idiomas no contexto da Copa do Mundo de 2014, por exemplo.

A interseccionalidade foi mencionada nas entrevistas e no diagnóstico como uma lente fundamental para olhar para a prostituição na Guaicurus, na medida em que as violências são ainda maiores para mulheres negras (a maioria) e mulheres trans e travestis, como relataram as entrevistadas no Podcast das Gerais (2023). Inclusive, o documentário “Prostituição e interseccionalidades: retrato das vozes da Guaicurus”, produzido pela Aprosmig (2021), ressalta a diversidade e a interseccionalidade que marcam as experiências nesse espaço. Sobre isso, o documentário narra principalmente a discriminação sofrida por mulheres trans e travestis, que muitas vezes encontram na prostituição a única forma de sobrevivência.

Finalmente, sobre o espaço do Hipercentro, a Aprosmig se opõe às ações de gentrificação e repressão impostas às prostitutas nesse local:

A região do hipercentro de Belo Horizonte persiste sendo um local dinâmico e vital para a cidade, apesar da falta de capacidade histórica do poder público em apresentar propostas para gerir o espaço com ações contínuas que não se restrinjam à repressão e à gentrificação com interesses à especulação imobiliária. (APROSMIG, [s.d.])

Nesse sentido, foram destacados alguns espaços importantes para as prostitutas no hipercentro, principalmente a rua Guaicurus, incluindo a sede a Aprosmig que se localiza lá, a avenida Afonso Pena e os espaços ocupados pelas atividades de prostituição, como os hotéis e bares. Cida Vieira destaca nas duas entrevistas analisadas a importância da criação do Museu do Sexo das Putas, que, segundo ela, já reúne um acervo que conta a história das prostitutas da região e está em processo de autorização para o funcionamento em um casarão histórico na rua Guaicurus. Contudo, mencionou que a Secretaria Municipal de Educação tentou barrar o projeto, apresentando uma proposta de criação de uma EMEI no local, o que levou a Aprosmig a questionar sobre a segurança das crianças nesse local e se a escola atenderia os filhos das prostitutas, sugerindo que essa seria uma tentativa de inviabilizar o museu.

Além disso, existe uma demanda por tornar a história da Guaicurus patrimônio imaterial, de modo que em 2016 foi promovido um abaixo-assinado para demandar o reconhecimento. Essa ação ocorreu no contexto das atividades do Museu do Sexo das Putas, projeto contemplado com recursos do 12º Programa Funarte de Artes Visuais, que promoveu intervenções artísticas e culturais na região da Guaicurus entre os dias 7 e 12 de outubro de 2016. Essas intervenções dialogaram com o espaço na medida em que ocuparam as ruas e promoveram transformações visíveis para todos que passavam, como a obra “Na Calada” do artista Bruno Faria, que colocou filtros vermelhos nos postes de luz para refletir simbolicamente sobre o espaço destinado ao sexo (MUSEU DAS PUTAS, 2016).

Com essa reflexão sobre a prostituição e a diversidade de mulheres que ocupam o centro da cidade - desde as prostitutas da Guaicurus até as artesãs da Afonso Pena, passando pelas feministas que ocupam a Praça Sete e as mulheres LBT+ que reivindicam o orgulho no centro da cidade - é aberto o caminho para um olhar crítico às marcas (ou ausências) de gênero nas ações institucionais que intervêm neste espaço.

## **7. CIDADE SEM GÊNERO OU GÊNERO SEM CIDADE: O APAGAMENTO DAS MULHERES NO PLANEJAMENTO URBANO**

Enfim chegando ao recorte espacial do trabalho, o hipercentro de Belo Horizonte, após a discussão sobre as linhas gerais do planejamento urbano desde sua concepção até seu desenvolvimento em nível nacional, o presente capítulo apresenta os resultados obtidos da análise proposta na metodologia do trabalho à luz da revisão bibliográfica da literatura feminista, do planejamento urbano e, como ferramenta central, do conceito de enquadramentos interpretativos.

Contudo, antes de partir para a análise do cenário atual, é necessário entender que o Plano de Requalificação do Hipercentro “Centro de Todo Mundo” não é uma iniciativa isolada sem precedentes. Pelo contrário, historicamente, a preocupação com o planejamento da região central de Belo Horizonte nasce junto com a ideia de criação de uma nova capital para Minas Gerais. Dessa forma, proponho uma breve contextualização histórica do planejamento urbano no espaço recortado por esta investigação, com foco nos planos, programas e projetos de requalificação e revitalização do centro.

### **7.1. De Aarão Reis ao “Centro de Todo Mundo”: o planejamento urbano dentro das linhas da Avenida do Contorno**

A cidade de Belo Horizonte surgiu de um plano com um propósito específico: constituir uma nova capital para Minas Gerais. Em 1895, foi concluído o projeto do engenheiro Aarão Reis para tal e, dois anos mais tarde, em 1897, foi inaugurada a capital do estado, cuja zona urbana era limitada ao traçado da Avenida do Contorno, cercada por uma zona suburbana e uma zona rural. As inspirações claramente positivistas, pautadas na ideia de modernidade, como o projeto de Paris de Haussman, se traduzem em ruas e avenidas largas e retas, segregando a cidade em áreas destinadas a cada grupo e a cada atividade (JAYME; TREVISAN, 2020; VILELA, 2006).

Mendonça *et al.* (2022) mostra que tal concepção original foi marcada pela segregação espacial e, conseqüentemente, pela ocupação periférica, agravada pelo processo especulativo. Citando o poema “Ruas”, de Carlos Drummond de Andrade, Juliana Jayme e Eveline Trevisan (2020) apresentam a tradução subjetiva

dessa disposição espacial, causando um sentimento de vigilância combinado à modernização:

Por que ruas tão largas?  
 Por que ruas tão retas?  
 Meu passo torto  
 foi regulado pelos becos tortos  
 de onde venho.  
 Não sei andar na vastidão simétrica  
 implacável.  
 Cidade grande é isso?  
 Cidades são passagens sinuosas  
 de esconde-esconde  
 em que as casas aparecem-desaparecem  
 quando bem entendem  
 e todo mundo acha normal.  
 Aqui tudo é exposto  
 evidente  
 cintilante. Aqui  
 obrigam-me a nascer de novo, desarmado.

Nas décadas seguintes à ocupação inicial de Belo Horizonte, o crescimento da cidade, que não se conteve ao espaço planejado, foi ditado pelo desenvolvimento econômico, acompanhado da intensificação da urbanização da região central. Entre as décadas de 1930 e 1950, a verticalização tornou-se cada vez mais presente, principalmente a partir da Lei nº 363 de 1930, que instituiu uma nova forma de cálculo da altura dos edifícios, criando locais mais valorizados e, portanto, intensificando a utilização de imóveis para atividades comerciais e de serviços na área central (VILELA, 2006).

A partir da segunda metade do século, como descreve Nice Vilela (2006), parte da população de classe média e alta começou a se deslocar do centro em direção ao vetor sul da cidade. Na década de 1960, com as intervenções urbanas orientadas ao interesse do automóvel e do capital, o centro da cidade se torna cada vez mais um espaço de passagem e circulação. Esse movimento se intensificou nas décadas seguintes com as alterações nas dinâmicas do comércio e serviços, de modo que o comércio voltado às classes mais altas se direciona à porção sul da região central, enquanto o segmento oposto passou a ser ocupado por atividades voltadas às camadas populares, ficando conhecido como baixo centro. Nas décadas de 1970 e 1980, com a construção de *shoppings centers* e redução dos espaços de convivência, há um relativo processo de esvaziamento do centro de Belo Horizonte,

tratado por parte da literatura como um processo de “decadência” (JAYME; TREVISAN, 2020).

Observando essa questão, a Prefeitura começou a direcionar esforços à revitalização<sup>33</sup> da região central nesse período. O primeiro deles foi o Projeto da Área Central (PACE), implementado em 1980 com o objetivo de revitalização e recuperação da qualidade ambiental da área central, além de promover mudanças na estrutura de transportes da metrópole. O projeto, contudo, não foi implantado integralmente, além de que a desaceleração do crescimento populacional (com taxas negativas na região do hipercentro) não foi previsto inicialmente, gerando resultados pautados em expectativas que não condiziam com a realidade em que foram entregues as intervenções.

Em 1989, foi lançado em Belo Horizonte o Concurso Nacional para a Reestruturação do Centro de Belo Horizonte (BH-Centro), que tinha o objetivo de captar soluções voltadas à “[...] recuperação do patrimônio cultural e arquitetônico, na ampliação de áreas verdes, redução da poluição sonora, atmosférica e visual, além da dinamização dos espaços e melhoria das condições de transporte [...]” (VILELA, 2006, p. 107). As três equipes que venceram o concurso trabalharam em projetos de mobiliário urbano, recuperação de passeios e restauração de imóveis, como formas de melhoria da qualidade do espaço.

Na década de 1990, além do Plano Diretor de 1996 (BELO HORIZONTE, 1996), foi realizada uma nova edição do PACE, com o objetivo de reestruturação do transporte na área central em função da implantação do Plano de Reestruturação do Transporte Coletivo de Belo Horizonte (BHBUS). Concebido a partir de um olhar metropolitano, o PACE buscava a desconcentração da ocupação, a priorização do transporte coletivo e a restrição ao tráfego de passagem, priorizando áreas para pedestres, a criação de rotas alternativas e o tratamento de áreas ambientais. No mesmo ano, foi realizado o Concurso Público Nacional Ruas da Cidade, que selecionou equipes para a elaboração de trabalhos desenvolvidos no contexto do PACE e do BHBUS. O resultado do concurso deu origem ao Projeto Quatro

---

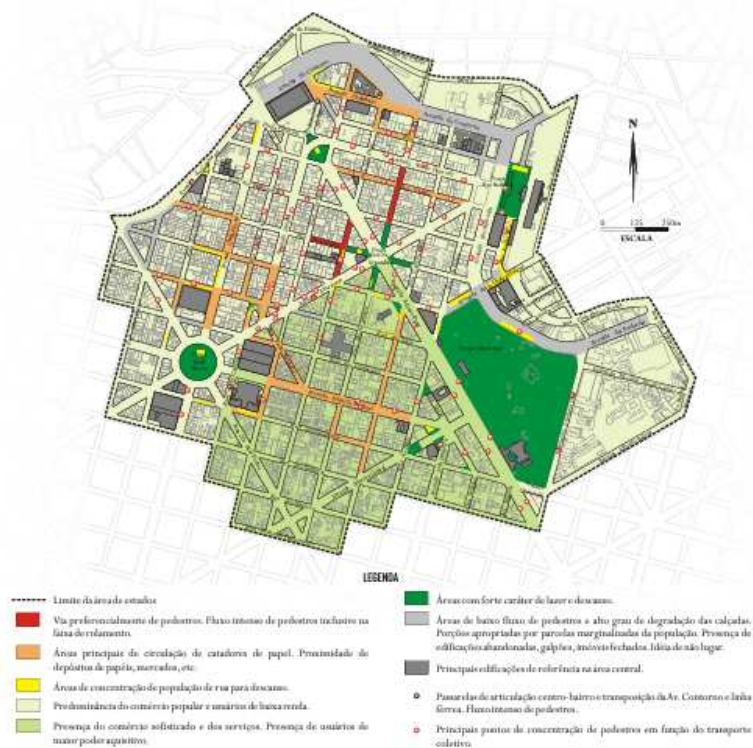
<sup>33</sup> O termo revitalização é utilizado para designar processos de intervenções urbanas no sentido de recuperação ou renovação de determinadas áreas. De forma semelhante, são utilizados os conceitos de renovação urbana (tipicamente modernista), reabilitação ou requalificação (que se referem à valorização das potencialidades sociais, econômicas e funcionais). Todos os termos estão relacionados à lógica neoliberal de apropriação das áreas pelo capital privado (VILELA, 2006).

Estações, implementado em 2000, tendo como pontos de intervenção fundamentais a Praça Sete e a Praça da Estação (VILELA, 2006).

Em 2004, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou o Programa Centro Vivo, reconhecendo a necessidade de requalificação dos espaços coletivos da região central, como uma iniciativa de reforço do “centro como região simbólica da cidade, valorizando a diversidade de suas atividades e consolidando-o como local de encontro de todos” (JAYME; TREVISAN, 2020, p. 363). O programa se desenvolveu em três eixos: inclusão social e econômica, requalificação urbanística e ambiental e segurança. Uma das principais ações do programa foi a retirada dos camelôs das ruas e remanejamento desse comércio para os shoppings populares. Além disso, foram propostas ações relacionadas à criação de restaurantes populares e de moradia no hipercentro. A requalificação urbanística e ambiental contou com propostas voltadas aos espaços centrais, como a Praça da Estação, a Praça Sete e a Praça Raul Soares. Em relação à segurança, destacam-se a criação da Guarda Municipal e do Olho Vivo, que contribuíram para a aceitação das intervenções pela mídia e pela população (VILELA, 2006).

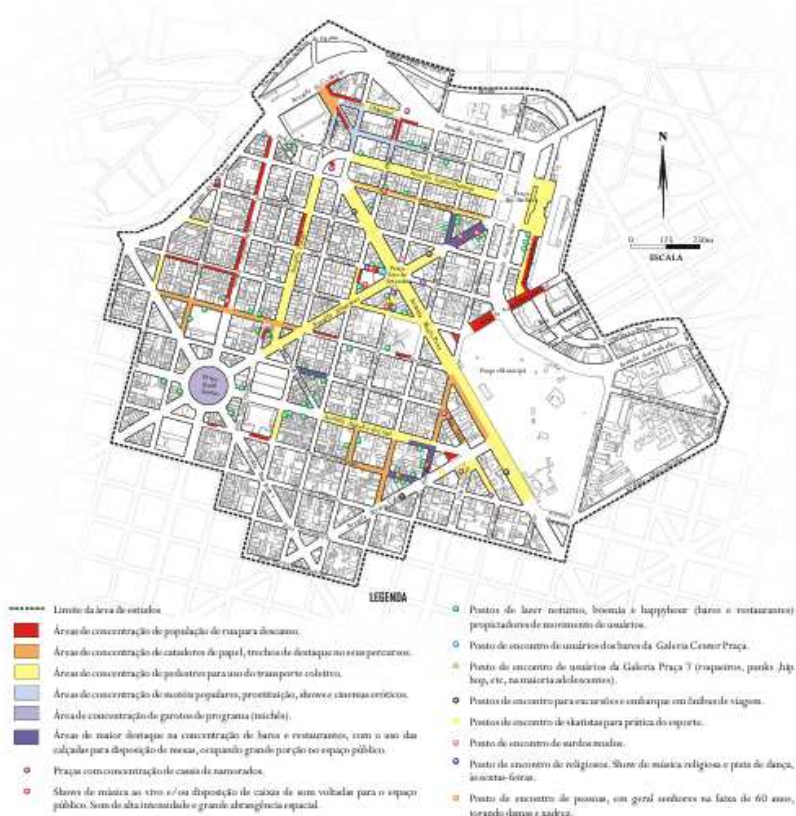
Em 2007, foi lançado o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte, que tinha como objetivo “apontar soluções de planejamento, desenho urbano e paisagismo que permitissem dinamizar o uso e ocupação da área” (PASSOS, 2018, p. 17), contando com intenções de uma construção participativa. Apesar de se apresentar como uma proposta inclusiva e aberta à comunidade, Rogério Passos (2018) critica o caráter supostamente neutro das intervenções do plano, na medida em que apaga aspectos de gênero e de sexualidade das apropriações dos espaços do centro. Apesar desse apagamento, o plano apresentou uma fase de pesquisa e diagnóstico que, ainda que não se traduza em ações concretas de inclusão e diversidade, geraram sistematizações importantes para a compreensão de dinâmicas de ocupação e apropriação do espaço do hipercentro. As Figuras 7 e 8, elaboradas nesse contexto, apresentam a dinâmica urbana diurna e noturna na área central de Belo Horizonte, permitindo uma apreensão das principais atividades desenvolvidas no espaço.

Figura 7 - Síntese da dinâmica urbana diurna



Fonte: PBH e PRÁXIS (2006)

Figura 8 - Síntese da dinâmica urbana noturna



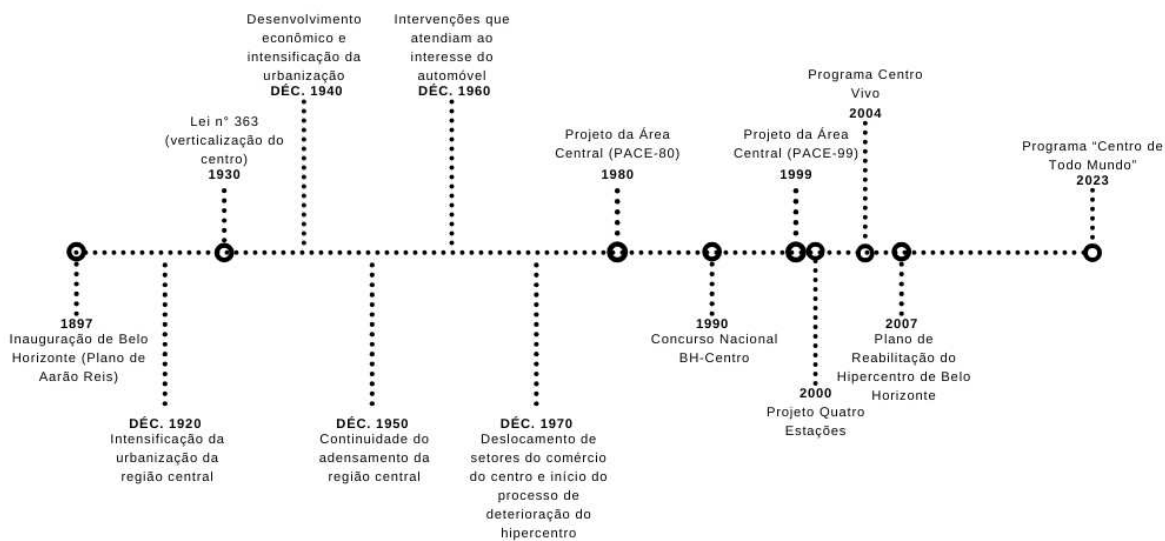
Fonte: PBH e PRÁXIS (2006)

Recentemente, em 2019, foi aprovado o novo Plano Diretor do município de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 2019a). Com origem nos debates da IV Conferência Municipal de Política Urbana (2014), que contou com ampla participação de movimentos sociais, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Vereadores em 2015 e permaneceu em tramitação até 2016, período em que movimentos sociais realizaram atos para pressionar os representantes para a aprovação do plano. Contudo, em 2017 a proposta foi devolvida para um processo de revisão da nova gestão da prefeitura, que foi realizado, segundo Mendonça *et al.* (2022), de portas fechadas, sem participação e transparência. Em 2018, o Plano Diretor foi devolvido à Câmara Municipal e, com um grande processo de mobilização e pressão pela aprovação, apesar da reação conservadora do setor imobiliário, foi aprovado em 2019.

Chegando ao momento atual, foi proposto em março de 2023 pelo prefeito Fuad Noman o Programa de Requalificação do Centro “Centro de Todo Mundo”, que tem o objetivo anunciado de “tornar o centro da cidade mais bonito, amigável e aprazível. Aumentar e qualificar as oportunidades de moradia, trabalho e lazer. Melhorar a acessibilidade e as opções de mobilidade.” (PBH, 2023a). O referido programa está constituído em dez eixos de atuação - cultura, turismo e lazer; mobilidade; requalificação urbana; mobiliário urbano; parques e arborização; manutenção e zeladoria; população em situação de rua; ocupação de prédios ociosos e subutilizados; segurança; e inclusão produtiva – que se desdobram em três ações registradas em sua página no site da PBH. Ao contrário do plano de 2007, o atual não apresenta um diagnóstico público fundamentado em pesquisas e dados, mas apenas documentos que introduzem as ações, divulgadas em audiências públicas e no site da prefeitura.

Enfim, a linha do tempo apresentada na Figura 9 busca resumir os marcos do planejamento urbano e as transformações no hipercentro de Belo Horizonte desde a fundação da cidade até o momento atual.

Figura 9 - Linha do tempo do planejamento urbano no hipercentro de Belo Horizonte



Fonte: Elaboração própria.

Observando o contexto do planejamento urbano em Belo Horizonte e a trajetória das intervenções no hipercentro até o momento do Programa “Centro de Todo Mundo”, os tópicos seguintes apresentam a análise dos resultados obtidos na pesquisa sobre os enquadramentos interpretativos incorporados ao plano, em perspectiva aos enquadramentos interpretativos de organizações e movimentos de mulheres que atuam nesse espaço, apresentados no capítulo anterior.

## 7.2. “Centro de Todo Mundo”? O programa de uma perspectiva crítica

Como já mencionado, o Programa “Centro de Todo Mundo” foi lançado pela Prefeitura de Belo Horizonte em março de 2023, com os objetivos de tornar a cidade mais bonita, amigável e aprazível, aumentar e qualificar as oportunidades de moradia, trabalho e lazer e melhorar a acessibilidade e as opções de mobilidade (PBH, 2023a). Apesar de apresentar em seus resultados, por meio do site do programa, ações que foram realizadas na região central de forma mais ampla, a proposta original tem foco sobre o setor hipercentro localizado na área de diretrizes especiais (ADE) Avenida do Contorno, definida pelo plano diretor de Belo Horizonte (2019), representado na Figura 10.

Figura 10 - Perímetro contemplado pelo Programa de Requalificação do Hipercentro



Fonte: PBH (2023)

O Plano Diretor postula sobre esse setor, reconhecendo sua importância para a capital mineira no artigo 220, citado a seguir:

Art. 220 - O setor Hipercentro constitui área caracterizada pela intensa circulação de pessoas e pela presença marcante de comércio e serviços.

Parágrafo único - No setor Hipercentro deve ser incentivada a ampliação da oferta de moradias, com o objetivo de estimular a vivacidade da área em todos os períodos do dia, e ampliar o acesso a comércio, serviços e equipamentos existentes na área por modos coletivos ou não motorizados de transporte. (BELO HORIZONTE, 2019a)

Partindo dessa definição espacial, as informações analisadas sobre o programa estão disponíveis nos registros das três audiências públicas realizadas sobre o tema, nas publicações da página do programa no site da prefeitura e no Projeto de Lei 551/2023, que trata da utilização de prédios ociosos na região central. Dessa forma, de acordo com os esclarecimentos presentes na seção metodológica, os resultados da análise documental estão organizados em dois momentos: a identificação de possíveis marcadores de gênero nos textos e discursos institucionais sobre o programa, seguida pela análise crítica de enquadramentos interpretativos incorporados por tais discursos e textos de publicidade institucional.

### 7.2.1. Marcas e ausências de gênero

Retomando a metodologia do trabalho, a primeira etapa da análise crítica dos enquadramentos interpretativos incorporados pelo programa foi a identificação de marcadores de gênero. Nesse sentido, foi elaborada uma planilha composta para cada uma das 103 ações, categorizadas de acordo com os eixos de atuação, e cinco perguntas de respostas “sim” ou “não” organizadas nas colunas, sendo elas: “Apresenta medidas de inclusão às mulheres em sua diversidade?”; “Explicita a desigualdade de gênero?”; “Apresenta abordagem interseccional?”; “Pode contribuir para a equidade de gênero?”; “Contempla espaços relevantes para as mulheres?”. A planilha completa está no Apêndice C, contendo a análise de cada ação, realizada a partir da consulta ao conteúdo de publicidade institucional do programa.

Antes de voltar a atenção a cada um dos tópicos especificamente, há duas ações que merecem destaque por terem respostas positivas para todas as questões propostas: a realização da 8ª edição da Virada Cultural, em 2023, e a instalação de esculturas das escritoras Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus no Parque Municipal. A Virada Cultural é um evento que ocorre anualmente em Belo Horizonte com 24 horas de programação de manifestações artísticas abertas ao público. Em 2023, ocorreu entre os dias 19 e 20 de agosto e contou com 260 atrações em diversos pontos do centro da cidade (PBH, 2024). Conforme o Edital de Chamamento Público nº 003/2022 da Fundação Municipal de Cultura (FMC),

A Virada Cultural de Belo Horizonte convida a população a experimentar, descobrir e redescobrir ambientes, texturas e vivências no cenário urbano da capital mineira. O evento reúne uma programação plural, extensa e diversa, com atrações de artes cênicas, artes visuais, artes plásticas, cultura popular, literatura, moda, design, música, games, gastronomia, performance, intervenções e instalações urbanas, lazer, tecnologia, bem-estar, saúde e outras experiências, durante um período de 24h ininterruptas.

Além de proporcionar um contato mais próximo entre a população e a cidade, a Virada Cultural de Belo Horizonte busca revelar a pulsão da produção cultural, nas suas mais diversas linguagens e manifestações. É também uma experiência singular de apropriação do espaço público, fomentando discussões importantes para a vida urbana, tais como, a possibilidade de utilização deste espaço, acessibilidade e diversidade. As atrações contemplam artistas locais, nacionais e uma programação associada e parceira que movimenta os espaços culturais do Município. Toda a programação é gratuita. (FMC, 2022, p. 02).

Desse modo, a própria concepção do evento olha para a cidade como um espaço de interação, encontro e diversidade, se opondo à concepção da cidade neutra, simétrica e impessoal do urbanismo progressista e de suas ressonâncias contemporâneas. Respondendo à primeira pergunta, o edital, que busca selecionar uma OSC para realizar a 7ª e a 8ª edição do evento, apresenta medidas de inclusão para as mulheres em sua diversidade. A FMC exige que a proposta selecionada promova a inclusão, abordando explicitamente o caso das mulheres:

As atividades deverão alcançar os mais diversos públicos, sendo consideradas as faixas etárias (infantil, juvenil, adulto, idoso); as pautas identitárias (**mulheres**, pessoas com deficiência, periféricos entre outros); garantida a acessibilidade às pessoas com deficiência (impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial), de modo a propiciar que todos tenham garantida a participação, plena e efetiva nas atividades. (FMC, 2022, p. 18, grifo próprio).

Na mesma linha, a desigualdade de gênero é explicitada nos elementos essenciais da programação, em que é estabelecido que a OSC deve “[...] garantir a inexistência de propostas/atrações [...] que promovam ou incitem o preconceito (inclusive de origem, raça, etnia, cor, gênero identidade sexual e geracional) ou qualquer forma de discriminação” (FMC, 2022, p. 18). Além disso, a diversidade, a transversalidade e a acessibilidade da programação, contra qualquer forma de exclusão ou discriminação, são pontos ressaltados no edital, evidenciando uma aproximação à interseccionalidade.

Fica evidente, portanto, que a ação da Virada Cultural está comprometida com o combate aos preconceitos de gênero e com a inclusão das mulheres em atividades culturais, de modo que pode se apresentar como uma ação que contribui para a equidade de gênero. Em relação aos espaços, o edital coloca como objetivo “prospectar e realizar atrações de médio e/ou longo impacto e com capacidade ampliada para mobilização de público para espaços, tais como, Praça da Estação, Praça Sete, Viaduto de Santa Tereza, Rua Guaicurus, dentre outros” (FMC, 2022, p. 03), coincidindo com as áreas destacadas pelos movimentos e organizações de mulheres nas entrevistas.

A segunda ação que apresentou resposta positiva para todas as questões foi a instalação de esculturas das escritoras Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus no Parque Municipal. Segundo Cassese (2024), a ideia dos

monumentos foi proposta pela jornalista Etiene Martins e apoiada pela deputada estadual Bella Gonçalves, que destinou a emenda parlamentar à Secretaria Municipal de Cultura para a execução do projeto, realizado pelo artista Léo Santana. A ação é em si uma medida de inclusão das mulheres em sua diversidade, visto que homenageia duas autoras negras nascidas em Minas Gerais, valorizando o conhecimento produzido por mulheres. Além disso, explicita a desigualdade de gênero ao se apresentar sob a justificativa de que a maioria das esculturas da cidade representa homens brancos, de acordo com o levantamento da idealizadora Etilene Martins (CASSESE, 2024).

Quanto à dimensão da interseccionalidade, a proposta nasce justamente da ideia de que é necessário valorizar a produção de mulheres negras que abordam em sua obra os entrelaçamentos entre as opressões de gênero e raça, promovendo a difusão da perspectiva interseccional. De tal forma, a proposta pode contribuir para a equidade de gênero, além de permitir o acesso dos visitantes às obras das autoras por meio de QR codes instalados nas esculturas, promovendo o acesso ao conhecimento produzido por Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus, autoras engajadas no combate às desigualdades. Somando a todos esses aspectos a dimensão espacial, o Parque Municipal, local escolhido para a instalação, é justamente um dos espaços destacados nas entrevistas como local de lazer, encontro e atividades políticas realizadas pelas mulheres dos movimentos e organizações estudados.

Enfim, passando à análise geral das questões propostas sobre as ações, os resultados da mostraram que 49 das 103 obtiveram a resposta “sim” para pelo menos uma das perguntas. Apesar do aparente resultado positivo, 26 ações se enquadram nessa categoria exclusivamente por se referirem a espaços citados nas entrevistas como relevantes para as mulheres, de forma que não apresentam nenhum potencial de reflexão ou ação sobre as desigualdades de gênero.

No primeiro tópico examinado, referente às medidas de inclusão às mulheres em sua diversidade, foram identificadas apenas cinco ações do programa, sendo duas as já apresentadas. Além delas, há mais uma ação do eixo de cultura e duas voltadas à população em situação de rua. A ação cultural foi o Festival BH Hip-Hop 40 anos, que incluiu shows, oficinas, exposições e batalhas de MC no viaduto Santa Tereza, no Teatro Espanca, no Centro de Referência da Juventude e na Praça da Estação. A medida de inclusão identificada foi a programação para

atender crianças acompanhadas dos responsáveis (BELOTUR, 2024), o que possibilitaria que mulheres, que na maioria das vezes são as responsáveis pelo cuidado das crianças, participassem do festival.

Para a população em situação de rua, foram identificadas ações de inclusão às mulheres no novo conjunto de ações de cuidados e no Programa Estamos Juntos, voltado para a reinserção no mercado de trabalho. A primeira propõe ações em diversas especialidades de saúde, incluindo 1657 atendimentos em saúde da mulher e promoção à saúde. A segunda considera ser do gênero feminino um critério de prioridade para participação do programa, promovendo assim uma medida de inclusão às mulheres. Além disso, o Programa Estamos Juntos é a única ação, além das destacadas no início deste tópico, que explicita a desigualdade de gênero, na medida em que reconhece que o gênero é um agravante na situação de rua, priorizando o público feminino (BELO HORIZONTE, 2023b).

Em seguida, a análise da abordagem interseccional evidenciou apenas quatro ações do programa, todas no âmbito da cultura, turismo e lazer. De modo semelhante ao caso da Virada Cultura, a perspectiva interseccional aparece de forma implícita na criação do Centro de Referência das Culturas Urbanas no viaduto Santa Tereza, na medida em que se sustenta na necessidade de valorizar culturas negras, periféricas e protagonizadas por grupos muitas vezes marginalizados. De forma mais direta, a II Jornada Cultaa, que integra o Programa CULTAA - Cultura e Articulação de Aprendizagens, apresenta uma perspectiva interseccional ao abordar direitos sociais por meio do resgate a sabedorias afro-indígenas, combatendo as opressões que se sobrepõem na construção do conhecimento (FUNARTE, 2023).

A quarta questão, sobre a possibilidade de promoção da equidade de gênero, apresentou uma quantidade mais expressiva de ações (21), o que pode se justificar pelo critério de análise que não considerou apenas a intenção expressa de combater a desigualdade, mas também aquelas que se enquadram na linha defendida pelas abordagens feministas do planejamento urbano e nas propostas das lideranças entrevistadas. Dessa forma, foram identificadas sete ações no eixo de cultura, duas de inclusão produtiva, uma de mobilidade, duas de ocupação de prédios ociosos, três para população em situação de rua, duas de requalificação urbana e quatro de segurança pública.

Dentre as ações de cultura, turismo e lazer, três se referem ao Parque Municipal Américo Renné Giannetti, local apontado na análise das entrevistas como um espaço de diversão, encontro e atividade política para as mulheres no hipercentro. Além das duas esculturas de grandes autoras instaladas neste espaço, o programa “Centro de Todo Mundo” ampliou o horário de funcionamento e retomou atividades de entretenimento para as famílias, mantendo o acesso gratuito ao parque, o que pode contribuir para ampliar as possibilidades de realização de atividades culturais e políticas por movimentos que já se apropriam desse espaço.

Outras duas ações no âmbito da cultura se referem à Rua Sapucaí, espaço mencionado como importante principalmente para a comunidade LGBTQIA+, incluindo as diversas mulheridades que ocupam a cidade. Uma delas é o fechamento da rua aos domingos, com o objetivo de promover um espaço de convivência para a população. A convivência na cidade é um aspecto valorizado pelas defensoras do direito à cidade (TAVOLARI, 2016; CHUECA, 2019), ainda mais para as mulheres, na medida em que permite a subversão do isolamento do lar por meio do encontro nas ruas. A mesma lógica justifica o enquadramento do Movimento Belo Horizonte Mais Feliz, que ocorre uma vez por mês na rua Sapucaí e em espaços nas outras regionais da cidade, como uma atividade com potencial de promover uma cidade com mais equidade de gênero, apresentando como proposta “criar ambientes de diversão e convivência, com atrações gratuitas, de diferentes linguagens, para diferentes faixas etárias, que possam estimular o senso de comunidade e o desenvolvimento da cidadania” (PBH, 2024).

Foram identificadas ainda outras duas ações nesse âmbito, que consistem em eventos já mencionados, o Festival Belo Horizonte Hip-Hop 40 anos e a Virada Cultural. A contribuição da Virada Cultural para o combate à desigualdade de gênero é mais explícita, como mencionado anteriormente, na medida em que evoca diretamente o compromisso de se opor a qualquer forma de discriminação e preconceito contra as mulheres. Já a proposta do festival vai na linha das demais ações, de modo que contribui para a ocupação da cidade por atividades culturais diversas, promovendo o encontro e a convivência, permitindo ainda a participação de mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças por meio de atrações voltadas a este público.

De forma semelhante, as duas ações de inclusão produtiva se referem à Feira Hippie, um evento indicado pelas mulheres como local de encontro, trocas e

interação, tanto para as artesãs e comerciantes, quanto para as frequentadoras. Nesse sentido, a criação do mapa interativo “Vem pra Feira”, tem o potencial de reforçar ainda mais a atração de pessoas para esse ambiente, fortalecendo a cidade como um local de convivência. Em adição, a alteração do layout do evento vem com o objetivo de ampliar o espaço para circulação e proporcionar “mais uma alternativa de encontro dos belorizontinos e visitantes nesta feira tão diversa” (PBH, 2023b). Também na linha da convivência e interação, a ação de mobilidade diz respeito ao tratamento de rotas de caminhamento de pedestres em diversas ruas do hipercentro, sendo uma delas a Guaicurus. Essa medida condiz com uma das demandas da Aprosmig, o aumento da circulação de pessoas na rua, para combater os preconceitos que motivam muitas pessoas a evitarem a região.

No âmbito da ocupação de prédios ociosos, foram realizadas duas ações de aquisição de unidades habitacionais. A primeira consiste no Chamamento Público - URBEL CHM 001/2023, que tem o objetivo de cadastrar imóveis para os programas da Política Municipal de Habitação. Ainda que o edital não mencione diretamente ações que promovam a equidade de gênero, a Política Municipal de Habitação (CMH, 2019) define como o público-alvo dos programas famílias em situação de vulnerabilidade social, incluindo nesta definição mulheres vítimas de violência doméstica e vítimas de discriminação de gênero. Dessa forma, ainda que de forma muito limitada, por não explorar as possibilidades de promoção da equidade de gênero por meio da habitação social, a ação tem potencial de atuar sobre esse ponto. O mesmo ocorre no caso do Decreto nº 18.266/2023 (BELO HORIZONTE, 2023c), que trata da aquisição e destinação de unidades habitacionais de interesse social, atendendo à Política Municipal de Habitação, e do Chamamento Público - URBEL 002/2023, que cadastra imóveis indicados por OSCs para locação a famílias em vulnerabilidade social.

Ainda na dimensão de políticas voltadas à população em situação de rua, o Programa Estamos Juntos pode promover a equidade de gênero, na medida em que as mulheres estão entre o público prioritário do programa, evidenciando uma preocupação com o combate às desigualdades. O novo conjunto de ações de cuidados, ao oferecer atendimentos voltados à saúde da mulher, também mostra uma preocupação com essa questão.

Pensar em uma cidade que seja acolhedora para as mulheres passa por garantir as condições de segurança, combatendo a violência que as afasta do

espaço público (MASSEY, 1994). Nessa linha, há ainda uma ação de revitalização urbana e quatro de segurança que podem contribuir para a equidade de gênero no sentido do combate à violência e ao assédio contra as mulheres, ainda que não se voltem especificamente a este objetivo. Dessa forma, a iluminação pública é fundamental para tornar os ambientes da cidade mais seguros, de modo que foram realizadas medidas no sentido de melhorar esse aspecto na Praça Raul Soares, na Praça Sete e no Boulevard Arrudas como parte das ações de revitalização. Outra medida de segurança foi a instalação de câmeras de monitoramento, como a primeira etapa da instalação de um novo sistema na região central. Uma observação necessária sobre essa questão é que apesar de muitas das ações possuírem potencial de promover a equidade de gênero, pode-se considerar que esse potencial não é explorado integralmente, na medida em que em nenhum texto de publicidade do site do programa “Centro de Todo Mundo” são destacadas medidas para as mulheres ou para o combate às desigualdades. Dessa forma, a perspectiva de equidade de gênero comparece de forma indireta e marginal na análise, uma vez que não se destaca na narrativa construída pela Prefeitura de Belo Horizonte sobre o programa de requalificação do hipercentro.

Por fim, a última questão da primeira etapa de análise diz respeito aos espaços contemplados pelas ações, em comparação aos espaços levantados como relevantes para as mulheres. O espaço com maior destaque foi o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, com nove ações, sendo oito delas no eixo de cultura, turismo e lazer e uma no eixo de mobiliário urbano, que se refere à instalação de banheiros públicos. Em seguida, vem a Praça Sete de Setembro, em que foram realizadas oito intervenções, sendo uma de mobilidade, uma de segurança e seis de zeladoria. A Praça Raul Soares também se destaca com seis ações no âmbito do programa “Centro de Todo Mundo”, uma no eixo de cultura, uma no de mobilidade, uma no de segurança e três no de zeladoria.

Com menor ênfase, outros seis espaços mencionados pelas lideranças entrevistadas como importantes para as mulheres foram contemplados com ações do programa. O Viaduto Santa Tereza recebeu três intervenções, duas de cultura, turismo e lazer e uma de requalificação urbana, ainda que esta também esteja relacionada à dimensão cultural, na medida em que diz respeito ao Centro de Referência das Culturas Urbanas. Também com três ações, a Rua Guaicurus aparece no plano, porém, ao contrário do caso do viaduto, nenhuma delas se refere

ao valor cultural associado a esse espaço, mas sim intervenções pontuais de mobiliário urbano (sinalização vertical), mobilidade (rotas de caminhamento de pedestres) e zeladoria (recapeamento de vias), de modo que é citada entre listas de espaços contemplados, sem qualquer ação pensada especificamente para a região.

As duas únicas ações de inclusão produtiva do programa dizem respeito à Feira Hippie, que não é contemplada por nenhuma outra ação nos demais eixos. A Praça da Estação também recebe duas ações, sendo uma mais pontual (instalação de estação de bicicletas elétricas) e outra de maior destaque (a reforma da praça como um todo). A finalização do projeto de revitalização da Praça da Rodoviária também foi uma das intervenções destacadas. Além disso, outras ações incorporaram espaços relevantes para as mulheres, porém de forma mais abrangente, na medida em que tratam da região central como um todo.

De modo geral, a primeira etapa da análise documental, focada na publicidade institucional das ações do programa “Centro de Todo Mundo”, mostrou que grande parte dos espaços contemplados correspondem àqueles importantes para as mulheres que ocupam o hipercentro. Contudo, as ações quase nunca explicitam a desigualdade de gênero presente nesse espaço e não demonstram esforços do poder público no sentido da promoção da equidade de gênero. Assim, pode-se concluir, de forma preliminar, que há um apagamento das mulheres e das mulheridades nas intervenções propostas pelo programa, na medida em que os documentos analisados em nenhum momento sequer referenciam esse grupo ou qualquer tema relacionado a elas, sendo que as ações em que o tema aparece fazem isso de forma indireta e não explícita no material principal de divulgação da PBH.

#### 7.2.2. Enquadramentos interpretativos na narrativa do programa “Centro de Todo Mundo”

Após a primeira etapa de análise, em que foi possível observar um apagamento das mulheres nas ações do programa, dedicou-se o segundo momento à apreensão dos enquadramentos interpretativos na narrativa da prefeitura sobre o programa “Centro de Todo Mundo”, somando aos resultados iniciais a análise das atas das três audiências públicas realizadas na Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre o tema. Com isso, este tópico apresenta uma síntese da análise crítica dos

enquadramentos interpretativos incorporados ao programa, construídos a partir da narrativa proposta para cada um dos eixos, conforme organizado no Apêndice D. O desdobramento dos *frames* seguiu a mesma lógica da análise proposta para os movimentos e organizações de mulheres. Ou seja, retomando a metodologia, a análise se desenvolve a partir das dimensões das vozes, do diagnóstico, do prognóstico, da interseccionalidade e dos espaços.

A primeira audiência ocorreu no dia 03 de abril de 2023, no âmbito da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, com ênfase nos eixos de mobilidade urbana, mobiliário urbano, parques e arborização e inclusão produtiva. Coordenada pelo vereador Pedro Patrus, esta contou com a participação de representantes do poder público<sup>34</sup> e da sociedade civil, como o movimento Tarifa Zero e Nossa BH, o movimento Economia Popular Solidária, o Viaduto Santa Tereza Skate Plaza, o Coletivo Família de Rua, o Clã das Lobas, a Ocupação Carolina Maria de Jesus e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL-BH).

A segunda audiência pública ocorreu no dia 11 de abril de 2023, também sob a presidência do vereador Pedro Patrus, na Comissão Permanente de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor, com o objetivo de discutir os eixos de população em situação de rua e ocupação de prédios ociosos e subutilizados. Participaram da reunião representantes do executivo municipal<sup>35</sup> e da sociedade civil, como o Fórum Municipal dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte, o Movimento Nacional da População de Rua, o Movimento Nacional da População de Rua, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e o MLB.

---

<sup>34</sup> A subsecretária de relações intergovernamentais da PBH, o coordenador de atendimento da Secretaria de Administração Municipal Regional Centro-Sul, o subsecretário de Planejamento Urbano da PBH, a subsecretaria de Regulação Urbana da Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU), o secretário adjunto de governo da PBH, o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), a presidenta da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), além de representantes da representante da Superintendência de Mobilidade Urbana (Sumob) e da Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros (Sufis).

<sup>35</sup> A subsecretária de Relações Intragovernamentais da SMGO, o subsecretário de Planejamento Urbano da (SMPU), o coordenador da Regional Centro-Sul, o assessor especial da SMGO, a subsecretária de Atenção à Saúde da Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), o presidente do Conselho Municipal de Habitação (CMH), o subsecretário de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (Smasac) e o comandante da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte (GCMBH).

A terceira audiência foi realizada apenas quatro meses depois (30 de agosto de 2023), na Comissão Permanente de Administração Pública, sob a presidência da vereadora Marcela Trópia, no sentido de discutir a implementação do programa. Nessa ocasião, foi realizada a apresentação das principais ações pela subsecretária de Relações Intragovernamentais, acompanhada do subsecretário de Planejamento Urbano e do diretor-presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel). Não foi registrada a participação de movimentos sociais, apenas de associações de comerciantes, sendo elas a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio/MG), a Associação de Comerciantes do Hipercentro e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel/MG).

A partir dessas três audiências e da etapa anterior, é possível realizar uma análise dos enquadramentos interpretativos incorporados pelo programa em cada um dos seus eixos. Para todos os eixos foram identificados alguns pontos em comum. Primeiramente, a Secretaria Municipal de Governo foi entendida como pelo menos uma das responsáveis, na medida em que é este o órgão que coordena o programa. Além disso, na terceira audiência pública a subsecretária de Relações Intragovernamentais levantou como diagnóstico principal que orienta todo o plano a necessidade de revitalização do hipercentro após a pandemia. Outro aspecto do diagnóstico de todos os eixos é que não foi possível identificar antagonistas nos discursos dos representantes da PBH, o que pode estar relacionado ao ambiente da audiência pública, em que há participação de parlamentares de diferentes grupos políticos e de diversos setores da sociedade, de modo que atribuir responsabilidades por problemas públicos pode não ser politicamente interessante para o governo.

No primeiro eixo, cultura, turismo e lazer, além da SMGO, a Fundação Municipal de Cultura, a Secretaria de Cultura, a Belotur e o Conselho do Patrimônio Histórico aparecem como atores responsáveis pela implementação das ações propostas. A Fundação Municipal de Cultura e a Secretaria de Cultura estão envolvidas em várias das ações deste eixo, como a Virada Cultural e a execução das estátuas de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus no Parque Municipal. Vale reiterar que, no caso do projeto das estátuas, a responsabilidade da proposição e destinação dos recursos foi da deputada Bella Gonçalves. A Belotur aparece no edital de patrocínio Belo Horizonte Cidade dos Eventos, como entidade responsável

por tal incentivo. O Conselho do Patrimônio Histórico, por sua vez, aparece na divulgação das ações como responsável pela aprovação do projeto do Centro de Atendimento ao Turista do Mercado das Flores, na Avenida Afonso Pena.

Em relação à participação e ao diálogo com a sociedade civil, associando à escala de graus de participação proposta por Souza (2002)<sup>36</sup>, pode-se considerar que para a maior parte das ações do eixo de cultura, houve apenas formas de pseudoparticipação, principalmente por meio da informação à população das medidas. Outra forma de pseudoparticipação observada foi a consulta, na medida em que na primeira audiência pública realizada sobre o tema foi sugerido por representante do Coletivo Família de Rua a criação de um centro cultural no Viaduto Santa Tereza e, em dezembro de 2023 foi criado o Centro de Referência das Culturas Urbanas neste espaço, ainda que não seja explícita a atribuição dessa ação à proposta da reunião. Por outro lado, foi identificado o primeiro grau de participação autêntica, por meio de parcerias tanto com OSCs, como na Virada Cultural, quanto por atores individuais, no caso das esculturas do Parque Municipal, de modo que a ideia foi proposta por uma jornalista e acatada pela deputada estadual.

A dimensão do diagnóstico dos enquadramentos, no âmbito das ações de cultura, pode ser composta por alguns problemas centrais: a necessidade de revitalização (como os demais eixos), a demanda por aumentar a atratividade de pessoas ao hipercentro e os preconceitos e desigualdades que envolvem as manifestações culturais. Esta última questão aparece de forma marginal em algumas ações, de modo que não aparece na orientação central da visão da prefeitura.

Mirando tais questões, são propostas linhas de ação que se traduzem em intervenções da PBH no espaço. No sentido da revitalização e da atratividade, foram realizadas medidas de recuperação e ampliação do funcionamento e das possibilidades de uso do Parque Municipal Américo Renné Giannetti. Na mesma linha, a promoção de eventos gratuitos no hipercentro se soma aos esforços, como no caso da realização da Virada Cultural e do BH + Feliz. Vale mencionar que a Virada Cultural não é proposta pelo plano “Centro de Todo Mundo”, mas incorporada

---

<sup>36</sup> Retomando a escala proposta por Marcelo Lopes de Souza (2002), apresentada anteriormente, o autor propõe categorias de não participação (coerção e manipulação), pseudoparticipação (informação, consulta e cooptação) e participação autêntica (parceria, delegação de poder e autogestão).

por ele, na medida em que já está em sua 9ª edição em 2024. Além disso, foram propostas intervenções físicas no patrimônio, como iluminação especial e instalação e restauração de monumentos. Outras ações no âmbito do turismo também se destacam, como a instalação do letreiro Belo Horizonte e o mapa digital de atrativos. A principal responsável por essas ações é a prefeitura, porém contando com parcerias com OSCs e artistas individuais para a realização dos projetos.

Por fim, os dois últimos elementos analisados foram a interseccionalidade e os espaços relevantes para a política. A interseccionalidade aparece como uma lente marginal no enquadramento interpretativo da política como um todo. Especificamente no eixo da cultura, ela aparece no caso das esculturas de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus, como explicado no tópico anterior, e em medidas pontuais de combate a múltiplas formas de discriminação nos eventos promovidos. Quanto aos espaços, foram ressaltados alguns em comum às organizações de mulheres, como o Parque Municipal, a Avenida Afonso Pena, o Viaduto Santa Tereza, a Rua Sapucaí, a Praça da Estação e a Praça Raul Soares. Foram mencionados ainda outros locais, com destaque para a Praça do Papa, o Largo do Rosário, a Praça João Pessoa, o Mercado das Flores e o Teatro Marília.

O eixo de inclusão produtiva é composto por apenas duas ações, ambas a respeito da Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte (Feira Hippie), apesar de que outros possíveis projetos relacionados ao tema tenham aparecido nas discussões da primeira audiência pública, como a flexibilização do comércio nas ruas. Como responsáveis, aparecem também a Secretaria Municipal de Política Urbana (SMPU) e a Comissão Paritária da Feira Hippie, sendo que a última participou ativamente em colaboração com a prefeitura, mas sem poder de decisão. Nesse sentido, sobre a participação, há o momento de diálogo com os expositores da feira por meio da comissão. Contudo, ainda que seja uma instância participativa, com representação igualitária do poder público e dos feirantes, a decisão final é da prefeitura, que preside a Comissão Paritária. Além disso, houve momentos de escuta a artesãos, ambulantes e movimentos que atuam no âmbito da economia solidária na cidade. Dessa forma, pode-se enquadrar esses processos como pseudoparticipativos, não passando do nível de consulta a alguns setores da população.

Passando das vozes ao diagnóstico, o problema que transparece no discurso adotado pela PBH é a necessidade que havia de um melhor

aproveitamento do espaço da Feira Hippie, alterando a organização dos expositores e tornando a localização mais acessível. Também foi apontado como um problema a ser combatido a presença de produtos não artesanais na feira. Sobre essa questão, os protagonistas seriam a própria prefeitura e os expositores, representados pela Comissão Paritária. Nesse sentido, o elemento prognóstico transparece nas linhas de ação desenvolvidas, que envolvem o novo layout da Feira Hippie, com a retirada de produtos não artesanais e mudanças na disposição das barracas, acompanhado do mapa digital para localização de setores e barracas. Ainda foi mencionado na audiência pública a intenção de intervir sobre a questão dos ambulantes e do comércio na rua, possivelmente alterando normas sobre tal, contudo nenhuma ação nessa linha foi de fato incorporada ao programa.

No eixo da inclusão produtiva, não houve qualquer discurso nas audiências analisadas ou abordagem na publicidade institucional em que transpareça uma visão interseccional, sequer mencionando a relevância das mulheres para o setor do artesanato. Em adição, o único espaço destacado foi a Feira Hippie, que ocorre na Avenida Afonso Pena, ainda que houvesse menções à expansão das ações a outras feiras, que não foram nominadas.

Sobre o eixo de mobiliário urbano, não foram mencionados órgãos responsáveis pelos projetos além da Secretaria Municipal de Governo, ainda que o representante da Subsecretaria de Planejamento Urbano tenha sido porta-voz dos projetos em determinados momentos da primeira audiência. De forma ainda mais limitada em relação aos tópicos anteriores, não foi identificado diálogo com a sociedade, restringindo-se à informação das ações na ocasião da reunião na Câmara Municipal e por meio do site do programa, o que na classificação de Souza (2002), é o primeiro nível da pseudoparticipação. Por outro lado, houve consulta ao mercado quanto à possibilidade de implantação de quiosques concedidos junto aos banheiros públicos e foi ouvida a sugestão dos comerciantes para que a prefeitura não implantasse a ideia.

O diagnóstico presente na construção das ideias da prefeitura pairou sobre o problema da sujeira dos ambientes no hipercentro, por exemplo os banheiros públicos, as paradas de ônibus e as placas. Dessa forma, tendo como responsável a Prefeitura de Belo Horizonte, as propostas de intervenção passaram pela manutenção e implantação de placas, a manutenção e limpeza de pontos de ônibus e a instalação de banheiros públicos, sendo esta em parceria com o setor

privado. Tanto no diagnóstico, quanto no prognóstico não são apresentadas perspectivas interseccionais, deixando de lado as diferentes formas de utilização do mobiliário urbano por públicos que encaram múltiplas opressões na cidade. Enfim, essas ações contemplaram os seguintes espaços: Parque Municipal; ruas e avenidas da região central; Praça Afonso Arinos; Praça Eng. José Nogueira de Sá; Praça Primeiro de Maio; Praça Cel. Guilherme Vaz de Mello.

No eixo de mobilidade, as representantes da SMGO e da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) se responsabilizaram por comunicar os feitos do programa. O diálogo com outros atores foi relatado durante a primeira audiência pública, por representante do Tarifa Zero, que afirmou que, “após bastante pressão, foi procurado pela BHTrans e pela Sumob para dialogar sobre as ciclovias e faixas exclusivas na Avenida Afonso Pena” (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2023, p. 78). Dessa forma, percebe-se um movimento consultivo, ainda que motivado pela pressão dos movimentos sociais, caracterizando uma pseudoparticipação.

O diagnóstico da mobilidade passa por três tipos de transporte, o caminhar de pedestres, as ciclovias e os veículos de transporte público, identificando a necessidade de melhoria das condições de circulação no hipercentro, que envolve, inclusive, a redução do transporte por veículos individuais. Nessa linha, a PBH e a BHTrans propõem como prognóstico a implantação de faixas exclusivas de ônibus, ações de sinalização, o tratamento de rotas e o fechamento de ruas para pedestres e a implantação de ciclovias e instalação de pontos de bicicletas elétricas. A defesa desta última linha de ação argumenta que “a implantação da ciclovia cria uma alternativa para deslocamentos ao longo da avenida, trazendo ainda benefícios para a economia local (entregadores), para o meio ambiente e para a saúde da população” (PBH, 2024). Os espaços contemplados nessas ações correspondem às principais avenidas e ruas da região central, com destaque para a ciclovia na Avenida Afonso Pena e o fechamento da Rua Sapucaí. As ações desenvolvidas nesse espaço, contudo, não apresentam perspectiva interseccional, ou sequer um olhar atento às desigualdades.

A ocupação de prédios ociosos e subutilizados foi alvo de debates na segunda audiência pública realizada na Câmara Municipal, principalmente tratando

sobre o projeto do *retrofit*<sup>37</sup>. A SMGO e a Urbel foram as responsáveis por comunicar as ações desse eixo nas audiências públicas, mas as ações envolvem também projeto de lei proposto pelo prefeito Fuad Noman, emendado pelos vereadores Pedro Patrus e Gabriel Azevedo, o que mostra a relevância da pauta no cenário político municipal. A única forma de participação identificada foi a própria audiência pública, realizada no dia 11 de abril, em que movimentos sociais, coletivos e organizações se manifestaram sobre as ações do programa, enquanto a PBH informou sobre o andamento delas. Nesse sentido, limita-se à pseudoparticipação, na classificação de Souza (2002), por meio da informação e da consulta.

Os problemas traçados como pontos de partida para a fundamentação das propostas passam por dinâmicas identificadas neste trabalho que marcaram a deterioração do hipercentro a partir da saída dos habitantes, principalmente das camadas médias e altas, esvaziando este local como espaço de moradia. Com isso, a PBH atua sobre a necessidade de melhoria da qualidade de vida na região central e a dificuldade de utilização de imóveis ociosos para moradia. Como protagonistas, ficam de lado os movimentos por habitação e as ocupações urbanas, transparecendo a relevância conferida ao mercado imobiliário, incentivado pelo poder público.

Observando tal situação, as linhas de ação propostas passam pela aquisição de unidades habitacionais para atender à Política Municipal de Habitação (PMH), porém o projeto de destaque é o *retrofit*. O Projeto de Lei 551/23 (BELO HORIZONTE, 2023a), proposto pelo prefeito Fuad Noman e aprovado em segundo turno na Câmara dos Vereadores, busca fomentar a produção de unidades habitacionais no hipercentro a partir da ocupação de prédios ociosos e subutilizados. Apesar de a norma prever incentivos à habitação de interesse social, elemento muito reforçado no discurso da prefeitura, os próprios representantes do poder público afirmaram que não existe nenhuma obrigatoriedade de que as unidades habitacionais contempladas pelo projeto sejam destinadas à população mais pobre. Olhando para a necessidade de direcionar essa política às famílias que mais precisam de habitação, o vereador Pedro Patrus propôs uma série de emendas ao projeto, abarcando questões discutidas na audiência pública pelos movimentos sociais, como o combate aos processos de gentrificação. De modo

---

<sup>37</sup> O termo *retrofit* é utilizado nesse contexto para designar a renovação de construções antigas adaptando-as para novas formas de utilização.

geral, o projeto, conforme o padrão dos demais eixos, não apresenta abordagem interseccional e contempla todo o perímetro do hipercentro.

Um eixo que se relaciona ao anterior, que inclusive foi discutido na mesma audiência pública, é o de população em situação de rua. Além dos órgãos citados no eixo de ocupação de prédios, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) também foi indicada como uma das responsáveis pelas ações. Sobre a participação, foi levantada durante a audiência pública a urgência de retomar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua (CIAMP), que foi instituído pelo prefeito no Decreto nº 18690/2024 (BELO HORIZONTE, 2024). Com isso, observa-se um potencial de ampliação das formas de participação por meio do comitê, apesar de que até então não foram indicados processos para além da informação e da consulta à população.

Como principal fonte do diagnóstico que orienta este eixo, foi apontado pelos representantes da PBH o Censo Pop Rua de 2022, realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (GARCIA *et al.*, 2023). Conforme a ata da audiência pública, sem entrar em detalhes sobre a pesquisa, os representantes da prefeitura apontam que houve falhas em políticas públicas anteriores à gestão atual no que diz respeito a este público, exigindo correções e mudanças. Nesse sentido, foram identificadas três linhas de ação: a reinserção no mercado de trabalho, o acolhimento em abrigos e a atenção à saúde. A primeira ação é realizada em parceria com a OSC Rede Cidadã, no programa Estamos Juntos, que oferece cursos de qualificação profissional para pessoas com trajetórias nas ruas. De forma semelhante, o acolhimento em abrigos também ocorre por meio de parceria com OSCs, que podem cadastrar imóveis para acolhimento desse público.

Apesar de tais ações apresentarem medidas pontuais de inclusão, como a priorização de mulheres no público do programa Estamos Juntos e a atenção a pessoas com deficiência (PCD), gestantes, puérperas e LGBTQIA+ em alguns abrigos, o enquadramento interpretativo que transparece no eixo do programa não possui uma leitura interseccional, na medida em que não considera as opressões sobrepostas enfrentadas pela população em situação de rua em suas linhas de ações, apenas de forma marginal. Da dimensão espacial, por sua vez, são destacados como pontos específicos os Centros de Referência da População de Rua (Centros Pop), com unidades no Barro Preto, na Lagoinha e no Floresta.

Representado pela SMMA e pela SMGO, o eixo de parques e arborização foi abordado na primeira audiência pública, que foi o único espaço de participação identificado no âmbito desta linha, por meio da disponibilização de informação e da consulta à população. Como problema específico do tema, os representantes da prefeitura citaram a pressão popular contra o corte de árvores, que foi acatado pelo poder público, segundo eles. Além disso, foram propostas duas ações, compondo a dimensão do prognóstico do enquadramento interpretativo: a criação de refúgios climáticos e o plantio de árvores na região central. A primeira contemplou até então a Rua dos Carijós e a segunda elegeu locais de plantio espalhados por todo o perímetro do hipercentro. Como último elemento, não foi identificada perspectiva interseccional no *frame* da política de parques e arborização.

Os eixos de requalificação urbana, manutenção e zeladoria e segurança não foram discutidos em audiências públicas próprias, mas sim na última audiência que discutiu o “Centro de Todo Mundo”, em agosto de 2023, em uma abordagem de apresentação das ações realizadas. Como mencionado, esta reunião não contou com participação da sociedade civil, apenas de associações comerciais. Dessa forma, não foi identificado diálogo com a sociedade na construção das ações, caracterizando uma situação de informação (por meio das divulgações da PBH), o primeiro nível de pseudoparticipação (SOUZA, 2002). Como responsáveis por esses eixos, além da Secretaria de Governo, se manifestou sobre a requalificação urbana o subsecretário de Planejamento Urbano e a Guarda Municipal sobre a segurança.

Os problemas que busca combater o eixo de requalificação urbana estão relacionados à necessidade de revitalização e de preservação do patrimônio no hipercentro. Para isso, a linha de prognóstico desenhada envolve a revitalização de baixios de viadutos, de praças e de patrimônios públicos e a criação do Centro de Referência das Culturas Urbanas. As ações de revitalização contam com parcerias público-privadas para realização das obras. Em sequência, os problemas identificados e as ações propostas dizem respeito aos seguintes espaços: Viaduto Santa Tereza, baixio de viadutos, Praça do Papa, Praça da Rodoviária, Lagoinha, Praça da Independência e Avenida Bernardo Monteiro. Como em quase todos os eixos, o *frame* da política pública não incorpora perspectivas interseccionais.

No eixo de manutenção e zeladoria, são destacados os problemas relacionados à sujeira e à necessidade de limpeza constante dos espaços públicos

no hipercentro. As pichações também são entendidas como um problema público, de modo que a PBH identifica a necessidade de retirá-las. Dessa visão sobre os problemas, foram traçadas linhas de ação por meio da limpeza urbana e remoção de pichações, além da manutenção de calçadas, vias e praças. Novamente, não foi identificada perspectiva interseccional ou qualquer olhar para as desigualdades no hipercentro. Os espaços em que se desdobram tais ações são algumas das praças reivindicadas por movimentos sociais, como a Praça da Estação, a Praça Sete e a Praça Raul Soares, além de outros como a Praça Primeiro de Maio, a Avenida dos Andradas, a Praça Levi Coelho da Rocha, a Praça Boa Viagem e viadutos, vias, ruas e avenidas do hipercentro em geral.

Por fim, o último eixo do programa, de segurança pública, incorpora uma perspectiva sobre os problemas de insegurança na circulação pelo hipercentro e a necessidade de tornar esse espaço mais seguro. Nesse sentido, é destacado o papel da Guarda Civil Municipal, que é fortalecida nas linhas de ação propostas. Além disso, o elemento prognóstico envolve o aumento da iluminação e os investimentos em videomonitoramento para tornar mais seguro o hipercentro. Os principais locais contemplados com as ações de iluminação são a Praça Sete, a Praça Raul Soares e o Boulevard Arrudas.

Sintetizando os enquadramentos interpretativos incorporados pelas narrativas do programa “Centro de Todo Mundo”, percebe-se, primeiramente, que a responsabilidade da prefeitura é frequentemente compartilhada com o setor privado e algumas vezes com OSCs, mas nunca com movimentos sociais. Além disso, com apenas uma exceção, a participação social não passou do nível da pseudoparticipação, por meio da informação e da consulta à população. Em relação à dimensão do diagnóstico, as desigualdades de gênero são quase totalmente excluídas da narrativa, com menções pontuais em algumas ações. Os problemas identificados estão relacionados à degradação do espaço e à necessidade de revitalizar o hipercentro.

Dessa forma, o elemento prognóstico se constrói sob uma perspectiva da limpeza, higienização e, na maioria dos casos, não olha para o combate às desigualdades. De modo geral, também não é apresentada uma leitura interseccional da realidade. Sobre os espaços, por fim, percebe-se muita ênfase em locais de convivência, como parques e praças, além das principais vias da região. Contudo, a PBH deixa quase completamente excluída das ações a rua dos

Guaicurus, espaço tão relevante para as mulheres que nela atuam. Mesmo com os questionamentos de representantes das prostitutas, do Clã das Lobas, e do presidente da reunião durante a primeira audiência pública, não foi registrada nenhuma resposta dos representantes da PBH sobre este espaço. Com essa reflexão, o próximo tópico discute as divergências e as convergências entre os enquadramentos interpretativos analisados no capítulo 6 e os da política pública analisados neste capítulo.

### **7.3. Divergências e convergências entre as narrativas das mulheres e as da política pública**

Concluídas as análises dos enquadramentos interpretativos de organizações e movimentos de mulheres e os incorporados pela narrativa do programa “Centro de Todo Mundo”, foi possível cotejá-los, com o objetivo de evidenciar as divergências e as convergências entre as formas como os problemas públicos do hipercentro de Belo Horizonte são enquadrados pelas mulheres e pelo poder público. Para isso, buscou-se responder a três perguntas, já mencionadas na metodologia:

- A. Para cada problema identificado, há enunciados na política urbana que busquem enfrentá-los? Esses enunciados abordam gênero? Como eles abordam a questão de gênero?
- B. Para cada ação proposta, há dispositivos correlatos na política urbana? Esses dispositivos abordam gênero? Como eles abordam a questão de gênero?
- C. Para cada espaço considerado importante para as mulheres, há enunciados ou propostas que contemplem esse espaço? Eles abordam gênero? Como elas abordam a questão de gênero?

Para responder a tais questões, os elementos foram agrupados e analisados por meio de três quadros, um com os problemas identificados, um com as ações propostas e outro com os espaços destacados. A primeira coluna identifica os movimentos ou organizações que identificam o problema ou ação ou espaço, que é indicado na seguinte, então a terceira coluna traz a presença ou ausência de enunciados sobre tal na política pública e, por fim, a quarta apresenta se há abordagens de gênero para as linhas em que foi indicada presença.

Na sistematização proposta pela primeira pergunta, foram resumidos 21 problemas identificados pelos movimentos e organizações de mulheres estudados, sendo que alguns deles foram citados por mais de uma entrevistada. Dentre todas as questões, apenas quatro são abordadas de alguma forma pelo programa, sendo elas os imóveis vazios enquanto há pessoas sem habitação, a vulnerabilidade de mulheres vítimas de violência que não têm onde morar, a falta de investimento na Feira Hippie como evento turístico e o olhar para a Feira Hippie como assistencialismo. Tais apontamentos estão representados no Quadro 10.

Quadro 10 - Resultado da análise comparativa dos problemas enquadrados pelos movimentos e organizações de mulheres aos incorporados pelo programa “Centro de Todo Mundo”

Movimento/Organização	Problemas identificados	Há enunciados na política pública?	Os enunciados abordam gênero?
MMM/8M Popular; MLB	Imóveis vazios enquanto há pessoas sem habitação.	Sim	Não
MMM/8M Popular; 8M Unificado	Assédio e violência contra as mulheres e insegurança nos espaços públicos.	Não	
8M Unificado	Exploração sexual na prostituição	Não	
8M Unificado; MLB	Limitação de acesso da população periférica ao centro.	Não	
8M Unificado	Limitação do acesso a serviços públicos para as mulheres.	Não	
8M Unificado	Machismo, racismo e LGBTfobia internalizados na população	Não	
MLB	Desigualdades sociais manifestas na cidade.	Não	
MLB	Vulnerabilidade de mulheres vítimas de violência que não têm onde morar.	Sim	Sim
MovAT	Empregabilidade precária de pessoas trans e travestis.	Não	
MovAT	Dificuldade na efetivação do nome social como negação do direito à cidade.	Não	
MovAT; Cellos	Necessidade de luta constante para barrar retrocessos na cidadania LGBTQIA+.	Não	
Cellos	Violência, assédios e agressões à população LGBTQIA+ pela simples existência.	Não	
MovAT; Cellos	Apagamento de símbolos e equipamentos voltados ao público LGBTQIA+.	Não	
Cellos	Transfobia promovida por segmentos do movimento feminista na cidade.	Não	

Comissão Paritária da Feira Hippie	Falta de investimento na Feira Hippie como maior evento turístico de Belo Horizonte.	Sim	Não
Comissão Paritária da Feira Hippie	Baixa disponibilidade de transporte para a Feira Hippie.	Não	
Comissão Paritária da Feira Hippie	Olhar para a feira como assistencialismo, deixando de lado o potencial econômico e turístico que ela tem.	Sim	Não
Aprosmig	Criminalização das atividades em torno da prostituição.	Não	
Aprosmig	Locais de trabalho precários e insalubres, falta de direitos trabalhistas e de regulamentação da prostituição.	Não	
Aprosmig	Violências físicas, psicológicas e sexuais motivadas pelo preconceito e pela discriminação contra prostitutas.	Não	
Aprosmig	Ausência de políticas públicas para a categoria e violências institucionais no contato com o Estado.	Não	

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à questão da habitação e ocupação de imóveis subutilizados e ociosos na região central, observa-se uma aproximação superficial entre as perspectivas comparadas, na medida em que, ao mesmo tempo que é reivindicada pelos movimentos sociais, dá razão a todo um eixo do programa. Contudo, a semelhança não resiste ao olhar mais profundo: enquanto para os movimentos sociais o problema está na utilização de imóveis para especulação imobiliária, preocupando-se com os indivíduos e famílias que não têm ou têm acesso precário à habitação, o poder público não demonstra uma preocupação com a desigualdade a ser enfrentada.

Ainda no âmbito da habitação, a vulnerabilidade de mulheres que permanecem submetidas a relacionamentos abusivos e violência doméstica por não terem outro lugar para morar, denunciada pelo MLB, aparece de forma indireta como uma questão encarada pelo poder público, na medida em que a Política Municipal de Habitação inclui mulheres vítimas de violência e de discriminação de gênero em seu público-alvo. Esse é o único enunciado em que a questão de gênero está explícita. Contudo, o critério não é destacado em nenhum texto de publicidade institucional ou das audiências públicas realizadas, mostrando que, apesar de ser um problema reconhecido, não está entre as questões relevantes para o programa.

Os outros dois pontos dos diagnósticos que correspondem aos enunciados do programa dizem respeito à Feira Hippie. A falta de investimento na

feira como evento turístico é uma preocupação que transparece nas ações de atração promovidas pela PBH, como o mapa interativo divulgado com a chamada “Vem pra Feira!”. Por outro lado, o que é cobrado pela Comissão Paritária é um engajamento da Belotur na divulgação e no reconhecimento como o maior evento turístico da cidade, de modo que essa dimensão do problema não é abordada pelo programa. Em relação ao potencial econômico, o olhar para a inclusão produtiva e da manutenção da característica do comércio artesanal indicam a atenção da prefeitura à questão, embora isso não seja traduzido em ações de ampliação desse potencial junto aos feirantes.

Os pontos de encontro dos diagnósticos apresentados até então, são, todavia, a exceção, o padrão evidente é o desencontro. A disjunção está principalmente para as mulheres LBT+ e as trabalhadoras do sexo, na medida em que nenhum dos problemas apontados por estes grupos é alvo do “Centro de Todo Mundo”. O assédio e a violência contra as mulheres nas ruas da cidade também parecem ser pouco relevantes para o poder público, sendo que nenhum dos materiais analisados sequer menciona algo relacionado ao tema. Outro ponto evidenciado, é que o programa olha para o hipercentro de forma segregada da periferia, de forma que o eixo da mobilidade foca na circulação dentro da região central, não no acesso da maior parte população a este espaço.

O apagamento dos problemas enfrentados diariamente pelas prostitutas no hipercentro de Belo Horizonte é marcante na visão adotada pela PBH para o programa, na medida em que, apesar da participação de representantes delas em audiência pública e a visibilidade por meio da pesquisa realizada em parceria com órgãos da própria prefeitura (SAADALLAH, 2024), em nenhum momento a categoria foi mencionada nas ações do programa. Embora não seja possível atuar na esfera municipal no âmbito da regulamentação da prostituição, as questões levantadas pela Aprosmig vão muito além, passando pela insalubridade dos locais de trabalho, as violências institucionais enfrentadas no contato com equipamentos públicos, a discriminação enfrentada pelas trabalhadoras sexuais - principalmente as trans e travestis - e a violência física, sexual e psicológica enfrentada por elas no cotidiano. Assim, o poder público fecha os olhos para milhares de mulheres vulneráveis que ocupam a Guaicurus e outros espaços do hipercentro em mercados pela prostituição.

A população LGBTQIA+, da mesma forma, é invisibilizada diretamente pela prefeitura, sendo que os problemas apontados passam inclusive pela própria postura desta ao proibir símbolos que identifiquem o CRLGBT. As políticas de inclusão produtiva e de capacitação profissional, não estão atentas ao preconceito do mercado de trabalho formal contra pessoas trans e travestis. Assim como no caso da violência e do assédio contra mulheres em geral, as agressões enfrentadas por esse grupo não são mencionadas no programa. Ao fechar os olhos para as questões que afligem as mulheres LBT+, o hipercentro é negado a elas, deixando evidente que o “Centro de Todo Mundo” não está comprometido com todas.

Se na dimensão do diagnóstico a invisibilização das mulheres já sobressai, é no prognóstico que ela se transforma em exclusão. O Quadro 11 sintetiza as ações propostas pelos movimentos sociais e organizações de mulheres para o enfrentamento aos problemas mencionados. Das 22 levantadas, apenas quatro possuem correspondências nas ações do programa “Centro de Todo Mundo”, e destas nenhuma explicita desigualdades de gênero.

Quadro 11 - Resultado da análise comparativa das linhas de ação propostas pelos movimentos e organizações de mulheres às incorporados pelo programa “Centro de Todo Mundo”

Movimento/Organização	Ações propostas	Há dispositivos na política pública?	Os dispositivos abordam gênero?
MMM/8M Popular; 8M Unificado; MovAT; Cellos	Ocupação das ruas pelas mulheres de forma coletiva.	Não	
MMM/8M Popular; Cellos	Ações de solidariedade e auto organização.	Não	
MMM/8M Popular	Políticas de transporte público que permitam acesso ao centro.	Não	
MMM/8M Popular; 8M Unificado	Aspectos de infraestrutura (iluminação, passarelas e vias) que pensem na segurança das mulheres.	Sim	Não
MMM/8M Popular; MLB	Ocupação de imóveis desocupados com fim de habitação social.	Sim	Não
8M Unificado	Ações educativas contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia.	Não	
8M Unificado	Processo de urbanização que fortaleça as relações humanas.	Sim	Não
8M Unificado	Criação de equipamentos públicos de atendimento à mulheres, principalmente referentes ao direito legal ao aborto.	Não	

MLB	Implementação de uma reforma urbana que promova o direito à cidade.	Não	
MLB	Políticas de habitação como forma de emancipação da mulher.	Não	
MovAT	Garantia do direito ao nome social para todas as pessoas, inclusive não binárias.	Não	
MovAT	Políticas de empregabilidade formal para pessoas trans e travestis.	Não	
MovAT; Cellos	Visibilidade à cidadania da população LGBTQIA+ em equipamentos públicos.	Não	
Cellos	Organização e articulação dos movimentos sociais e coletivos LGBTQIA+.	Não	
Comissão Paritária da Feira Hippie	Divulgação da Feira Hippie para estimular seu potencial econômico e turístico.	Sim	Não
Comissão Paritária da Feira Hippie	Oxigenação da Feira Hippie com novos editais.	Não	
Comissão Paritária da Feira Hippie	Transporte de municípios vizinhos para a Feira Hippie.	Não	
Aprosmig	Regulamentação do trabalho sexual como profissão.	Não	
Aprosmig	Combate a todas as formas de violência contra as trabalhadoras sexuais.	Não	
Aprosmig	Oferecimento de formações e de oportunidades educacionais.	Não	
Aprosmig	Apoio à saúde mental e política de assistência social para prostitutas.	Não	
Aprosmig	Capacitação do poder público para lidar com a prostituição.	Não	

Fonte: Elaboração própria.

A iluminação como medida de segurança nas vias e espaços públicos foi uma questão abordada pelas representantes dos dois movimentos feministas entrevistadas, correspondendo às ações de melhoria desse aspecto propostas no programa. Todavia, a forma como a política incorpora essa perspectiva não é sensível às desigualdades de gênero e à insegurança vivenciada pelas mulheres nas ruas, especialmente em locais mal iluminados. Não considera as rotas realizadas por elas no hipercentro à noite, por exemplo as mulheres que saem da Guaicurus após o fechamento dos hotéis.

A ocupação de imóveis ociosos para fins de habitação social é também uma linha de ação defendida por movimentos sociais, em especial o MLB, que tem esta como sua pauta central. Como mencionado na análise do diagnóstico, este

também é um tema fundamental para a política da prefeitura, porém ela deixa em segundo plano a questão da habitação social. No projeto aprovado do *Retrofit*, não existe nenhum elemento que obrigue a destinação de parte dos imóveis desocupados a tal tipo de moradia, havendo apenas incentivos aos empreendimentos que optem por unidades de habitação social. O que foi apontado por representantes de movimentos sociais durante a discussão do projeto é que essa ausência de mecanismos mais fortes pode levar a um processo de gentrificação do hipercentro, na medida em que a população mais pobre seria afastada pelos altos valores dos imóveis.

Ainda sobre o *Retrofit*, uma linha de ação proposta pelo MLB que poderia ser incorporada ao projeto é o fortalecimento de políticas habitacionais como forma de emancipação da mulher. O PL 551/2023 não menciona nenhuma vez as mulheres em situação de vulnerabilidade social e violência doméstica, ou qualquer questão relacionada a gênero, enquanto o acesso à moradia é essencial para que elas consigam deixar relacionamentos abusivos e viver em segurança. A destinação da habitação social para tais mulheres é mais uma pauta esquecida pelo “Centro de Todo Mundo”.

O 8M Unificado, por sua vez, propõe um planejamento urbano que valorize as relações humanas no espaço, ampliando as possibilidades de encontro e convivência na cidade. A ênfase conferida pela PBH na reforma de praças, na revitalização do Parque Municipal e na realização de eventos gratuitos no hipercentro pode ser entendida como uma linha de ação em direção a essa ideia de cidade. Contudo, não há dispositivos para a inclusão das mulheres nesses espaços de convivência, apenas ações pontuais que poderiam impactar sobre a questão, como as atividades para crianças no Festival BH Hip-Hop 40 anos. Dessa forma, as ações continuam orientadas por uma linha supostamente neutra, mas que na verdade mascara as desigualdades de gênero manifestas no espaço urbano.

A última ação proposta pelas mulheres, mais especificamente pela representante da Comissão Paritária da Feira Hippie, é a melhoria da divulgação da feira como evento turístico. O mapa “Vem pra Feira!” é uma proposta da prefeitura, construída em diálogo com a comissão, que pode ser vista como uma forma de atração de turismo. No entanto, como já apontado, a proposta dos feirantes é de um maior engajamento da Belotur na promoção do evento, o que não é incorporado pelas ações do programa.

O padrão observado no elemento diagnóstico é novamente comprovado no prognóstico dos enquadramentos interpretativos incorporados pela política pública: a população LGBTQIA+ e as prostitutas não têm nenhuma de suas propostas representada no programa “Centro de Todo Mundo”. Ao contrário, o que estes grupos relatam é uma negligência completa a esses dois públicos, que além de terem seu acesso aos serviços públicos limitados, ainda enfrentam uma série de violências no contato com o Estado.

Para as mulheres LBT+ entrevistadas, a garantia do direito ao nome social para todas as pessoas, inclusive não binárias, as políticas de empregabilidade formal para pessoas trans e travestis e a visibilidade à cidadania da população LGBTQIA+ em equipamentos públicos são algumas das linhas de ação que poderiam ser adotadas pela prefeitura. Já para as prostitutas, são caros o combate a todas as formas de violência contra as trabalhadoras sexuais, o oferecimento de formações e de oportunidades educacionais, o apoio à saúde mental e política de assistência social para este público e a capacitação do poder público para lidar com a prostituição. Nenhuma dessas medidas parece ser importante para o programa.

Excluídas da narrativa do diagnóstico e do prognóstico, na dimensão espacial não ocorre outra coisa. Dos 16 espaços considerados importantes para as mulheres no hipercentro de Belo Horizonte, 9 são contemplados por alguma intervenção do programa, porém nenhuma dessas intervenções mostra-se atenta às desigualdades de gênero.

Quadro 12 - Resultado da análise comparativa dos espaços do hipercentro de Belo Horizonte destacados pelos movimentos e organizações de mulheres aos contemplados pelo programa “Centro de Todo Mundo”

Movimento/Organização	Espaços destacados	Há enunciados na política pública?	Os enunciados abordam gênero?
MMM/8M Popular; 8M Unificado; MovAT; Cellos	Praça Sete	Sim	Não
MMM/8M Popular; 8M Unificado	Praça da Liberdade	Não	
MMM/8M Popular; 8M Unificado; Cellos	Praça da Estação	Sim	Não
MMM/8M Popular	Praça Afonso Arinos	Sim	Não
MMM/8M Popular; 8M Unificado; MovAT; Cellos	Praça Raul Soares	Sim	Não

MMM/8M Popular; MovAT	Parque Municipal	Sim	Não
MMM/8M Popular; MLB	Palácio das Artes	Sim	Não
MMM/8M Popular; 8M Unificado; MLB	Ocupações urbanas	Não	
8M Unificado; MovAT	Centro de Referência da Juventude (CRJ)	Não	
8M Unificado; MovAT	Viaduto Santa Tereza	Sim	Não
MLB	Creches públicas (EMEIs)	Não	
MLB	Casa Tina Martins	Não	
Cellos	Rua Sapucaí	Sim	Não
Cellos; Comissão Paritária da Feira Hippie	Feira Hippie (Avenida Afonso Pena)	Sim	Não
Cellos	<i>Ballrooms</i>	Não	
Aprosmig	Rua Guaicurus	Não	

Fonte: Elaboração própria.

A Praça Sete, a Praça da Estação, a Praça Raul Soares, a Praça Afonso Arinos, o Parque Municipal, o Palácio das Artes, o Viaduto Santa Tereza, a Rua Sapucaí e a Feira Hippie representam encontros entre a perspectiva dos movimentos e organizações de mulheres e os espaços destacados no programa “Centro de Todo Mundo”. Por outro lado, como é esperado ao observar os resultados já apresentados, nenhuma das intervenções nesses locais possui enfoque de gênero, omitindo a apropriação desses espaços pela diversidade de mulheres que ocupam o hipercentro da cidade.

Por outro lado, alguns locais são completamente esquecidos pelo programa: as ocupações urbanas, o CRJ, as EMEIs, as *Ballrooms* e a Rua Guaicurus. A Casa Tina Martins e a Praça da Liberdade, por sua vez, estão fora do perímetro delimitado pelo programa, mas também são apontadas como espaços importantes na região central. O que salta aos olhos é a negligência completa à região da Guaicurus, na medida em que em nenhum dos textos e documentos analisados é ressaltada qualquer política para as mulheres que ocupam este espaço. Evidentemente não é um esquecimento inocente, tendo em vista que intervenções na Guaicurus foram cobradas diretamente na primeira audiência pública realizada no âmbito do programa. A única menção à rua é em uma ação de tratamento das rotas de caminhada de pedestres, de modo que a Guaicurus tem sua importância no cenário do hipercentro apagada, aparecendo como apenas uma das vias em uma lista das que recebem a intervenção.

Enfim, a palavra que sintetiza os resultados apresentados neste capítulo é apagamento. Apagamento das desigualdades de gênero e suas interseções no espaço da cidade; apagamento do assédio e da violência contra as mulheres; apagamento da cidadania LGBTQIA+; apagamento do trabalho das mulheres; apagamento das apropriações do espaço pelo movimento feminista; apagamento das mulheridades. Sob a ilusão de um planejamento urbano neutro ou universal, o que o programa “Centro de Todo Mundo” de fato propõe é uma cidade excludente, que não reconhece a diversidade que a ocupa. Como visto, a neutralidade é um disfarce à ideia de que o espaço público é o espaço dos homens (SARAIVA, 2017; CASIMIRO, 2017; FREITAS, 2021), visão que tentam subverter os movimentos feministas que contribuíram para a pesquisa. Dessa forma, o horizonte feminista proposto pelas mulheres está ainda muito distante da Belo Horizonte proposta pela institucionalidade.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou identificar os contrastes e as convergências entre os enquadramentos interpretativos compartilhados por movimentos, coletivos e organizações de mulheres e o planejamento urbano proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte para o hipercentro da cidade. Nesse sentido, entende-se que os processos de políticas públicas, desde sua formulação, são argumentativos, de modo que a linguagem é tomada como um sistema de significados envolto em relações de poder (MARCONDES, 2019). A análise crítica dos *frames* da política, portanto, consiste em uma forma de apreender tais relações de poder por meio das narrativas construídas em torno dos problemas públicos e das soluções propostas para eles, ou seja, a forma como é enquadrada a realidade na orientação da ação do poder público.

A escolha por essa abordagem se deve justamente à possibilidade de revelar a forma como estão enquadradas as desigualdades de gênero pelas políticas públicas (LOMBARDO; MEIER; VERLOO, 2013), até mesmo pela pressuposição de neutralidade nesse processo. Como mencionado, foram conquistados diversos avanços nas políticas para as mulheres a partir da mobilização feminista e da pressão popular. Contudo, ainda existe uma longa distância a ser percorrida - e que está sendo percorrida - em direção à construção de uma política urbana efetivamente voltada à equidade de gênero, que envolva as mulheres no planejamento por meio da participação real e do reconhecimento das opressões que se sobrepõe na experiência das mulheres negras, trans, lésbicas, prostitutas e todos os grupos marginalizados na cidade.

Com isso, buscou-se olhar criticamente para a invisibilização das pautas feministas e das manifestações urbanas produzidas por mulheres pela tradição de estudos que desconsidera o caráter generificado das relações sociais urbanas (FREITAS, 2021), incorporando a perspectiva do planejamento urbano feminista e do direito das mulheres à cidade para compreender a forma como as desigualdades de gênero são lidas, reforçadas, criadas ou combatidas pela política pública. Somadas a isso, as referências críticas ao planejamento (ou do planejamento urbano crítico) foram fundamentais para a compreensão das relações de poder envolvidas nas disputas sobre a cidade, que refletem relações econômicas que moldam a sociedade como um todo (SOUZA, 2002; HARVEY, 2012; LEFEBVRE, 1968).

O que mostrou a análise da relação entre os movimentos e organizações com o Estado, bem como do silenciamento do poder público sobre a questão de gênero, foi a forma como os espaços e lugares possuem significados generificados, em concordância com a teoria de Massey (1994). Não se limitando à exclusão simbólica, a violência também é utilizada como forma de segregação direta segundo Massey (1994), o que se comprovou na realidade a partir dos relatos de assédios e agressões às mulheres no centro da cidade, especialmente contra mulheres LBT+. No caso das prostitutas (grupo formado majoritariamente por mulheres negras) a violência é explicitada até mesmo no contato com as instituições públicas, limitando o acesso a direitos básicos e ao próprio corpo.

A pretensão de neutralidade do planejamento urbano, portanto, ao não explicitar nenhuma formulação a respeito das desigualdades de gênero, não é apenas uma falta de atenção à diversidade de mulheres que ocupa a região central, mas uma negligência a estes grupos. Em relação ao público LGBTQIA+, o que as entrevistadas mostraram é que ocorrem ataques constantes do poder público à efetivação de seus direitos, ao reconhecimento de sua cidadania e à visibilidade de suas pautas na cidade. Isso se evidencia, principalmente, no caso das pessoas trans e travestis, que têm o direito à cidade negado pela falta de oportunidades de educação e trabalho, de modo que muitas encontram na prostituição (inclusive no próprio hipercentro, na Guaicurus) a única forma de sobrevivência. Além disso, fica evidente a urgência de que o direito ao nome social seja efetivado e respeitado para garantir o direito à cidade, na medida em que, sem ele, “a cidade começa a ser uma negação, um lugar de negação da existência do corpo dela” (Entrevistada 4).

As mulheres trans e cis que encontram na Rua Guaicurus uma forma de sobrevivência e sustento de suas famílias precisam enfrentar ainda a constante violência e marginalização, questão que não é mencionada em nenhum momento no programa “Centro de Todo Mundo”. É importante destacar que não se trata de um pequeno grupo com demandas específicas, mas de milhares de mulheres que habitam ou se deslocam diariamente para o hipercentro de Belo Horizonte para as atividades de prostituição nos hotéis da Guaicurus e nas ruas da região. Apesar de terem recebido cobranças sobre ações para este grupo durante a primeira audiência pública sobre o programa, em abril de 2023, passado mais de um ano nenhuma proposta para as prostitutas foi divulgada no âmbito do “Centro de Todo Mundo”. As demandas por ampliação dos equipamentos da assistência social, por melhores

condições de trabalho e fiscalização das condições dos hotéis, pelo combate à violência e à estigmatização, pela valorização cultural da região da Guaicurus, preservando a história das mulheres que lutaram por seus direitos nesse espaço, são todas negligenciadas pelo programa.

Sobre habitar o hipercentro - uma questão que pode ser vista como central no programa de requalificação - foi ressaltada a importância da moradia para as famílias de baixa renda, e mais especificamente para mulheres vítimas de violência doméstica e de relacionamentos abusivos. Por outro lado, no projeto do *Retrofit* proposto pela prefeitura não há um direcionamento claro para a habitação de interesse social no centro, apenas incentivos que podem se mostrar insuficientes para o combate à gentrificação.

A participação também é uma questão relevante para as mulheres, conforme a pesquisa evidenciou, na medida em que foram apresentadas posturas de questionamento ao Estado quanto ao seu interesse em dialogar com a sociedade. Além disso, a autogestão e a autonomia dos movimentos sociais na articulação de suas ações para a transformação da realidade foram aspectos comuns à maioria dos grupos abordados. Com base na formulação de Souza (2002), entende-se que a forma como se desenvolve o programa não conta com meios de participação autêntica, limitando-se à informação da população sobre as ações realizadas pela prefeitura. Nessa linha, a autogestão é compreendida como o maior grau de participação da população no planejamento urbano, convergindo às proposições das mulheres para a efetivação de suas pautas na cidade.

Em síntese, o que mostrou a análise comparativa é que as mulheres são apagadas do programa “Centro de Todo Mundo”, seus problemas são negligenciados e suas propostas são invisibilizadas. No âmbito do programa, nenhuma das demandas das milhares de trabalhadoras sexuais da Guaicurus é atendida (elas sequer são mencionadas nas ações do programa), nenhuma medida para a efetivação do direito de mulheres LBT à cidade, por meio do emprego, da segurança e do nome social, é efetivada, nenhuma atitude explícita é tomada em relação aos assédios e agressões enfrentados pelas mulheres no hipercentro. Além das mulheres que vivenciam esse espaço, também foram levantadas questões sobre aquelas que deixam de acessar a região central, em função de uma configuração urbana que marginaliza a população pobre e negra nas periferias, onde

o direito aos serviços, ao lazer e aos espaços públicos de convivência é também limitado.

A partir de tais conclusões, o presente trabalho tem o potencial de contribuir para a orientação do planejamento urbano proposto para o hipercentro de Belo Horizonte no sentido da equidade de gênero, evidenciando as pautas levantadas pelas mulheres para este espaço. Evidencia também a necessidade de construir processos participativos voltados à autonomia e à coletividade, aproximando as instituições à sociedade. Além disso, possibilita a fundamentação das reivindicações de movimentos sociais, coletivos e organizações protagonizadas por mulheres neste espaço, na medida em que evidencia as lacunas da política pública no que diz respeito às ações voltadas a elas.

Por se tratar de um trabalho de conclusão de curso desenvolvido no período de um semestre, uma das limitações do trabalho diz respeito à exploração de metodologias participativas, de modo que, em um período mais extenso, poderia haver uma dedicação maior à imersão no campo. Além disso, foi realizada uma escolha por entrevistas e contato direto apenas com sujeitos da sociedade, não com entidades estatais. Dessa forma, a perspectiva adotada se limita no que diz respeito a retratar as intenções e os processos que envolvem o programa “Centro de Todo Mundo” no funcionamento interior dos órgãos da prefeitura.

A respeito da agenda de pesquisa, para além do aprofundamento do trabalho de campo mediante metodologias participativas e/ou etnográficas, uma possível linha de desenvolvimento futuro é o aprofundamento na abordagem cartográfica, explorando métodos de cartografia participativa para representar de forma visual a forma como o hipercentro de Belo Horizonte é apropriado pelos diversos grupos de mulheres. Outra abordagem que não foi o foco do trabalho, mas que pode ser explorada a partir dos apontamentos iniciais apresentados, é o acesso (ou a falta de acesso) de mulheres negras e periféricas à região central, evidenciando exclusões na interseção entre o racismo, o machismo e a exclusão espacial. Por fim, a agenda de pesquisa pode avançar no sentido da proposição de políticas públicas para os públicos LGBTQIA+ e para as prostitutas, desafios evidenciados no trabalho pela negligência do poder público.

O que tais conclusões mostram, para além de apontamentos sobre falhas e negligências do Poder Público, são urgências de ação, caminhos possíveis e espaços abertos para a construção de um hipercentro de forma colaborativa,

chamando as mulheres e toda a diversidade que compõe a população de Belo Horizonte para a participação do planejamento urbano da capital. A apropriação da região central por grupos historicamente marginalizados é fruto de disputas contra o machismo, o racismo, a gentrificação e a LGBTfobia, refletindo nos avanços demonstrados. Contudo, percebe-se no Programa “Centro de Todo Mundo” que existe uma lacuna no combate à desigualdade de gênero, uma necessidade de olhar para as mulheres, incluindo as prostitutas, as lésbicas, as trans, as periféricas e todas que ocupam ou têm o direito de ocupar o hipercentro, para que, assim, seja possível promover de fato o direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

- 8M POPULAR (@8MPOPULAR). **Mulheres de pé, Zema no chão!** Instagram, 09 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/8mpopular/>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- 8M UNIFICADO RMBH (@8MUNIFICADORMBH). **Parem de nos matar!** Instagram, 05 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.instagram.com/8munificadormbh/>>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- ALMEIDA, Gabriel Henrique Cunha de; LEAL, Luiz Felipe Velloso. A caminhada do duelo de MC's em Belo Horizonte: o outro lado do balcão como parte da rede de movimentos hip-hop. **Anais do XII ENAPEGS**, 2023. Disponível em: <<https://pepedt.ufrj.br/enapegs/>>. Acesso em: 08 nov. 2024.
- ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49–86, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXxz/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- ALVAREZ, Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 13–56, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw>>. Acesso em: 04 nov. 2024.
- APROSMIG. **Guaicurus**: a voz das putas. Belo Horizonte: Aprosmig, 2018.
- APROSMIG. **Documentário prostituição e interseccionalidades**: retrato das vozes da Guaicurus. Youtube, 22 set. 2021. 50min27s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ddXSVpHs1Lo>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- APROSMIG. **Museu do Sexo das Putas**. Aprosmig, [s.d.]. Disponível em: <<https://aprosmig.org.br/museu>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- A VERDADE. Ocupação Maria do Arraial, mais uma luta do MLB em BH. **Jornal A Verdade**, n. 276, 22 ago. 2023. Disponível em: <<https://averdade.org.br/2023/08/ocupacao-maria-do-arraial-mais-uma-luta-do-mlb-e-m-bh/>>. Acesso em: 29 out. 2024.
- BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista de face a face. *In.*: PAUGAM, Serge *org. A pesquisa sociológica*. Editora Vozes, 2015.
- BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. *In.*: RIBEIRO, Branca Telles Ribeiro e GARCEZ, Pedro (org.). **Sociolinguística interacional**, 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.
- \_\_\_\_\_. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida, vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.
- BEBEL, August. **Woman and Socialism**. Paris: Foreign Languages Press, [1910] 2022.

BELO HORIZONTE. **Lei Nº 7.165, de 27 de agosto de 1996**. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1996. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/7165/199>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8616, de 14 de julho de 2003. **Código de Posturas do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/8616/2003>>. Acesso em: 29 out. 2024.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 11.181, de 8 de agosto de 2019**. Aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências. Belo Horizonte, 2019a. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. **Resolução CMDM nº 03/2019**. Plano Municipal de Equidade de Gênero. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, 2019b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/politica-municipal-de-equidade>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei nº 551/2023**. Dispõe sobre regras de licenciamento, regularização, modificação e reconversão de edificações e de projetos e institui medidas de incentivo fiscal com o objetivo de fomento ao fortalecimento do Hipercentro e adjacências como centralidade principal do Município. Belo Horizonte, 2023a. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/551/2023>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. **Edital De Chamamento Público SMDE/SMASAC Nº 001/2023**. Belo Horizonte, 2023b. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/desenvolvimento/licitacao/chamamento-publico-001-2023>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 18.266/2023**. Dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diária no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo. Belo Horizonte, 2023c. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/18253/2023#:~:text=Altera%20o%20Decreto%20n%C2%BA%2018.253,o%20%C2%A7%203%C2%BA%20ao%20art.>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BELO HORIZONTE. **Decreto Nº 18690/2024**. Regulamenta a Lei federal nº 13.116, de 20 de abril de 2015, quanto às atribuições municipais, e dá outras providências. Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/decreto/18649/2024>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BELOTUR. **Festival BH Hip Hop "40 anos"**. Belotur, 2024. Disponível em: <<https://portalbelohorizonte.com.br/eventos/festival/danca/festival-bh-hip-hop-40-anos>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

BENFORD, Robert; SNOW, David. Framing processes and social movements: An Overview and Assessment. **Annual Reviews**, 2000.

BHAZ. **Cida Vieira, Presidente da Aprosmig – Arreda pra cá #EP20**. Youtube, 11 jun. 2024. 1h10min34s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DNlIBkt1lZA&t=567s>>. Acesso em: 29 out. 2024.

BHMAP. **BH Map - Visualizador**. [s.d.]. Disponível em: <<https://bhmap.pbh.gov.br/v2/mapa/idebhgeo#zoom=4&lat=7796893.0925&lon=609250.9075&baselayer=base>>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Leis\\_2001/l10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 7 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2024. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2012**. Altera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/109761>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

BRASIL, Flavia de Paula Duque; MAIA, Peter Isackson; ANELLI, Fernando Resende; RESENDE, Letícia Amédée Péret. Política de habitação social e movimentos de moradia: participação, inclusão e novos repertórios de ação coletiva em Belo Horizonte. **Contemporânea Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 10, n. 3, 2020., pp. 1377-1402, Disponível em <<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/822/pdf>> Acesso em: 08 nov. 2023.

BRUGUE, Joaquim, GOMÀ, Ricard. **Gobiernos locales y políticas públicas: bienestar social, promoción económica y territorio**. Ariel España, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Escola Nacional de Administração Pública - Enap, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In.: HOLANDA, Heloisa Buarque de. *org. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto***. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CARTY, Carolina Gabriel; COSTA, Luiz Augusto Maia. Dos Movimentos Sociais ao Estatuto da Cidade: breve histórico do processo de fomentação de uma nova concepção de planejamento urbano no Brasil. **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**, p. 01-11, 2014. Disponível em: <<https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/XFramesSumarioSC.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CASIMIRO, L. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. **IBDU**, 2017. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/livro-direito-cidade-uma-visao-por-genero/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CASSESE, Patrícia. **Um viva a Carolina Maria de Jesus e a Lélia Gonzalez**. Culturadoria, 09 jul. 2024. Disponível em: <<https://culturadoria.com.br/carolina-3/>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CERDÁ, Ildelfonso. **Teoría General de la Urbanización**. Madrid: Imprenta Española, 1867 [1859].

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. Editora Perspectiva, 1979.

CHUECA, Eva Garcia. El derecho a la ciudad: construyendo otro mundo posible. **Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad**, 2019. Disponível em: <[https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/R3.1\\_el-derecho-a-la-ciudad\\_construyendo-otro-mundo-posible-1.pdf](https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/R3.1_el-derecho-a-la-ciudad_construyendo-otro-mundo-posible-1.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2024.

CMBH. **Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana**. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2023a. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/audiencias-publicas-visitas-tecnicas-seminarios/2c907f76865ece25018680267d200d08>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CMBH. **Ata da 8ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos, Habitação, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor**. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2023b. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/audiencias-publicas-visitas-tecnicas-seminarios/2c907f76865ece2501868037d1e80d91>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

CMBH. **Ata da 29ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Administração Pública**. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2023c. Disponível em:

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/audiencias-publicas-visitas-tecnicas-seminarios/2c907f76884811b3018854494bcb1682>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *In*: FONOW, Mary Margaret; COOK, Judith A. **Beyond methodology, feminist scholarship as live research**. Indiana University Press, 1991.

COLLINS, Patricia Hill; CHEPP, Valerie. Intersectionality. *In*: **The Oxford Handbook of Gender and Politics**. Oxford University Press, 2013.

COSTA, Júlia *et al.* Zenith Araújo: “A Feira Hippie é uma terapia”. **Conecta**, 2023. Disponível em: <<https://conectabh.fumec.br/?p=2338>>. Acesso em: 29 out. 2024.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, p. 219-250, 2010.

DOMBOS, Tamas *et al.* Critical Frame Analysis: A Comparative Methodology for the ‘Quality in Gender+ Equality Policies’ (QUING) project. **Center for Policy Studies Working Papers**, 2012. Disponível em: <<https://cps.ceu.edu/publications/working-papers/critical-frame-analysis-quiring>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

DOMINGUES, Letícia Birchal. **Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - UFMG. Belo Horizonte, 2019.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. *In*: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **org. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

DUHL, Leonard. **The urban condition**. New York: Basic Books, 1963.

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015 [1872].

ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado. Aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. **Nueva Sociedad**, mar./abr. 2015. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/economia-feminista-y-economia-del-cuidado-aportes-conceptuales-para-el-estudio-de-la-desigualdad/>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47–71, jan. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/T3X8zdDGn5DZbcjxTLjcyKM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

\_\_\_\_\_. Teoria de políticas públicas. *In*: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando (org.). **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero a revolução: trabalho doméstico, revolução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker. A forma urbana patrimonialista: limites da ação estatal na produção do espaço urbano no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 24, p. e202228pt, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeur/a/yqcGgmQRnwptZWNJtbyFb5f/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

FISCHER, Frank; FORESTER, John *ed.* **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. Duke University Press, 1993.

FJP. **Tabela de Dados do Déficit Habitacional – Estados e Regiões Metropolitanas**. Fundação João Pinheiro – FJP, 2024. Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

FMC. **Editais de Chamamento Público nº 003/2022**. Fundação Municipal de Cultura, 2022. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/chamamentos-publicos/termo-de-colaboracao-003-2022>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **VI SOPCOM**, Lisboa, 2009. Disponível em: <<https://research.ulusofona.pt/pt/publications/o-crime-e-o-trabalho-de-individua%C3%A7%C3%A3o-do-acontecimento-no-espao%C3%A7o-m-8>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

FREIRE, Denilson Aparecida Leite. Questões identitárias na feira "Hippie" de Belo Horizonte: artesanato ou industrialização? **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 206, 2015. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/a/erv/observ/y2015i20602.html>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

FREITAS, Lídia dos Santos Ferreira de; GONÇALVES, Eliane. Corpos urbanos: direito à cidade como plataforma feminista. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216210, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/tMmD83gYPTXFNdjM4hzHkQH/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2021.

FUNARTE. **Complexo Cultural Funarte MG recebe II Jornada CULTAA**. Funarte, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/funarte/pt-br/assuntos/noticias/todas-noticias/complexo-cultural-funarte-mg-recebe-ii-jornada-cultaa>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge/Nova York/Melbourne: Cambridge University Press, 1992.

GARCIA, Frederico Duarte *et al.* **Censo de população em situação de rua de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Itrium Consultoria, 2023. Disponível em: <<https://www.medicina.ufmg.br/confira-o-relatorio-final-do-censo-de-populacao-de-rua-de-bh/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,em%20m%C3%A9dia%2038%2C9%20anos>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

GEDDES, Patrick. **Cities in evolution**: an introduction to the town planning movement and to the study of civics. London: Williams & Norgate, 1915.

GÊNERO E NÚMERO. 5 ataques de Bolsonaro às mulheres. **Gênero e Número**, 21 de out. de 2022. Disponível em:  
<<https://www.generonumero.media/reportagens/bolsonaro-ataca-mulheres-2/>>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. Boston: Northeastern University Press, 1986.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In.*: HOLANDA, H. org. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GUARANHA, Olívia Landi Corrales. **Disputas legislativas e escolhas políticas para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres**: um estudo sobre a formulação de políticas públicas pela Câmara dos Deputados. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - EAESP, FGV. São Paulo, 2021. Disponível em:  
<<https://repositorio.fgv.br/items/01fd6cae-85b8-4601-bf7c-dff5adb444b0>>. Acesso em: 12 de ago. de 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, 2004, pp. 201-246. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/cpa/a/cVkJRgkCBftnpY7qgHmzYCgd/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

\_\_\_\_\_. O Direito à Cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

HEILBORN, Maria Luiza. ARAÚJO, Leila. BARRETO, Andreia. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**: políticas públicas e promoção da igualdade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, set. 2007. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/cp/a/cZztcWVvvtWGDvFqRmndsBWQ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2021.

IBGE. **Criando Sinergias entre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o G20**: caderno desigualdades primeiras análises. IBGE, 2024. Disponível em:

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102080>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

IPEA. **Atlas do Estado Brasileiro**. IPEA, 2017. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>>. Acesso em: 11 de ago. de 2024.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, 1986. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/n4c8N3vHX8QLRyvYK75fC7P/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Vintage Books, 1992 [1961].

JAYME, Juliana Gonzaga; TREVISAN, Eveline. Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 12, p. 359-377, 2020.

JUNIOR, Orlando Alves dos Santos; DINIZ, Tânia Maria Ramos; JUNIOR, Nelson Saule. **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**. Fórum Nacional de Reforma Urbana, 2020. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetroles.net.br/wp-content/uploads/2020/02/Dossi%C3%AA-FNRU-2020-Final.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2024.

KETZER, Partícia. Epistemologia Feminista. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 1 - 27. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/epistemologia-feminista/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

KOLLONTAI, Alexandra. Conferências sobre a libertação das mulheres abr.-jun. 1921. *In*: **\_\_\_A revolução socialista e as mulheres**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. Assembleia do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna - CIAM, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Editora Centauro, 2008.

LELIS, Natália. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, p. 428-444, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeur/a/QvDwHw63BnmmMr85xYzsrkk/?lang=pt>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

LOMBARDO, E; MEIER, P; VERLOO, M. Policy Making. *In*: **The Oxford Handbook of Gender and Politics**. Oxford University Press, 2013.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. The M.I.T. Press, 1960.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. **Revista de Antropologia**, p. 191-203, 1992. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/41616106>>. Acesso em:

MARCONDES, Mariana Mazzini. **Transversalidade de gênero em políticas de cuidado**: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no Brasil, Argentina e Uruguai durante o giro à esquerda. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - EAESP, FGV. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/f36626e5-977c-45fe-bf44-33cb518153d9>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1994.

MATTOS, Anna Clara Ferreira; BRASIL, Flávia de Paula Duque; DIAS, Maria Aline; CARNEIRO, Ricardo. Perspectivas, Ações Coletivas e Interações de Movimentos Feministas com o Estado em Belo Horizonte. **Anais do XII ENPAEGS**, 2023a. Disponível em: <<https://pepedt.ufrj.br/enapegs/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MATTOS, Anna Clara Ferreira *et al.* Conflitos, diálogos e ausências: uma abordagem do Movimento Olga Benário e suas interações com o Estado na trajetória da Casa Tina Martins. **ANAIIS do V ENEPCP**, Belo Horizonte, 2023b. Disponível em: <<https://anepecp.org/ojs/index.php/br/article/view/199>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

MATTOS, Anna Clara Ferreira; BRASIL, Flávia de Paula Duque; DIAS, Maria Aline; CARNEIRO, Ricardo. 8 de março: da luta internacional das mulheres às ruas de Belo Horizonte. **Anais do XLVIII Encontro da ANPAD**, 2024.

MC ADAM, Doug; MC CARTHY, Jhon; ZALD, Mayer. Opportunities, mobilizing structures and framing processes – toward a synthetic, comparative perspective on social movements. *In*: \_\_\_\_\_ **Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings**. Cambridge: Cambridge University, [1996] 1999. p.1-40.

MELUCCI, Alberto. The new social movements: a theoretical approach. **Social Science Information**, vol. 19, no 2, 1980.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187–201, jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

MENDONÇA, Jupira *et al.* **Reforma Urbana e Direito à Cidade**: Belo Horizonte. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2022.

MERCADO CENTRAL. **Especial #MulheresDoMercado**. Belo Horizonte, Mercado Central, [s.d.]. Disponível em: <<https://mercadocentral.com.br/blog/page/20/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MLB. **Cadernos de formação política**: as propostas do MLB para a reforma urbana. Recife: MLB, 2019. Disponível em: <<https://www.mlbbrazil.org/formacao>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MMM. **Mulheres em marcha**. Marcha Mundial das Mulheres – MMM, 2024.

Disponível em:

<<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

WITTIG, Monique. One is not Born a Woman. **Feminist Issues**, 2, 1981.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. *In.*: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco org. **Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

MULLER, Pierre. L'analyse cognitive des politiques publiques: vers une sociologie politique de l'action publique. **Revue française de science politique**, 50(2), pp. 189-208, 2000.

MUMFORD, Lewis. **The Culture of Cities**. New York: Harcourt, 1938.

MUSEU DAS PUTAS. **Museu do Sexo das Putas**. Museu das Putas, 2016.

Disponível em: <<https://museudasputas.wixsite.com/museu>>. Acesso em: 29 out. 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica**: um manual para a realização de pesquisas em administração. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Igor. **Uma 'Praia' nas alterosas, uma 'antena parabólica' ativista**: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMG. Belo Horizonte, 2012.

ONU. **Nova Agenda Urbana**. ONU Habitat, 2016. Disponível em:

<<https://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Brazil.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

PASSOS, R. **Cadê a minoria que estava aqui?** Estudo sobre o apagamento dos atores relacionados a gênero e sexualidade no plano de reabilitação do hipercentro de Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design, Belo Horizonte, 2018.

PBH. Centro de Todo Mundo. **Prefeitura de Belo Horizonte**, 2023a. Disponível em:

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/programa-requalificacao-centro?page=3>>. Acesso em: 12 maio 2024.

PBH. **Feira da Afonso Pena – 50 anos de oficialização**. Prefeitura de Belo Horizonte – PBH, 26 out. 2023b. Disponível em:

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/informes-tecnicos/feira-da-afonso-pena-50-anos-de-oficializacao#:~:text=Oficializada%20pela%20Prefeitura%20de%20Belo,contava%20com%20aproximadamente%20465%20expositores>>. Acesso em: 29 out. 2024.

PBH. **Programa de requalificação do centro**: Audiência Pública CMBH. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 2023c. Disponível em:

<<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/audiencias-publicas-visitas-tecnica-s-seminarios/2c907f76884811b3018854494bcb1682>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PBH. **Feira da Av. Afonso Pena passa a contar com área reservada para mesas e cadeiras no setor de alimentação.** Prefeitura de Belo Horizonte, 2023d.

Disponível em:

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/informes-tecnicos/feira-afonso-pena-pas-sa-contar-com-area-reservada-mesas-e-cadeiras-no-setor-de-alimentacao>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

PBH. **Centro de Todo Mundo.** Prefeitura de Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/programa-requalificacao-centro>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

PBH. **Ciclistas declaram apoio à ciclovia na Afonso Pena em reunião com prefeito.** Prefeitura de Belo Horizonte, 2024. Disponível em:

<<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/ciclistas-declaram-apoio-ciclovia-na-afonso-pena-em-reuniao-com-prefeito>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

PEDRO, Carina Castro. **Reabilitação de edifícios ociosos e a moradia popular no centro da cidade.** Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura/UFMG. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/38473?mode=full>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

PÉRET, Letícia Amédée; GODINHO, Letícia; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Minas Gerais no contexto contemporâneo do feminismo brasileiro. **Caderno Espaço Feminino**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 140–163, 2022. Disponível em:

<<https://seer.ufu.br/index.php/nequem/article/view/58736>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, p. e83260, 2023.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. **Diferenças, igualdade.** São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad. **Manifiesto por El Derecho a la Ciudad de las Mujeres.** Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad, 2019.

Disponível em:

<[https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A9.1\\_Manifiesto-por-El-Derecho-a-la-Ciudad-de-las-Mujeres.pdf](https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/A9.1_Manifiesto-por-El-Derecho-a-la-Ciudad-de-las-Mujeres.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE; PRÁXIS Projetos e Consultoria Ltda. **Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte – Diagnóstico.** Belo Horizonte, 2006.

PODCAST DAS GERAIS. **Episódio 03 - APROSMIG / Podcast das Gerais.**

Youtube, 13 mar. 2023. 1h27min05s. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=21mh242wCOK>>. Acesso em: 29 out. 2024.

PONTES, Denyse; DAMASCENO, Patrícia. As políticas públicas para mulheres no brasil: avanços, conquistas e desafios contemporâneos. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 11, p. 1-11, 2017.

REIN, Martin; SHÖN, Donald. Fame-Critical Policy Analysis and Frame-Reflective Policy Practice. **Knowledge and Policy**, 1996.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs**, 5 (4), 1980.

RUBIN, Gayle. The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex. **Toward an Anthropology of Woman/Monthly Review**, 1975.

SAADALLAH, Márcia Mansur *coord.* **Diagnóstico Socioterritorial e Assessoramento às Redes de Trabalhadoras Sexuais da Guaicurus**. PUC Minas, 2024. Disponível em: <<https://aprosmig.org.br/diagnostico-socioterritorial.html>>. Acesso em: 29 out. 2024.

SARAIVA, Ágar. Gênero e Planejamento Urbano: trajetória recente da literatura sobre essa temática. **Encontro Nacional da ANPUR**, v. 17, p. 1-19, 2017. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenapur/article/view/2169>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SERVA, Maurício; JÚNIOR, Pedro Jaime. Observação participante e pesquisa em administração: uma postura antropológica. **Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração**, v. 18, p. 153-170, 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/SqcgJvLpdHDS5VHx3XNq9Sy/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 143–164, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hVvv5JGFRbMgw9wLt6GF6cM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

SILVA, Mônica de Cássia Costa; BRONZO, Carla; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Movimento feminista negro, ação coletiva e incidência em políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 32, n. 2, p. e90114, 2024.

SITTE, Camillo. **L'art de bâtir des villes**. Paris: H. Laurens, 2ª ed., 1928 [1889]).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Bertrand Brasil, 2002.

TABUCHI, Mariana Garcia; ROSSI, Amélia do Carmo Sampaio. Construindo uma epistemologia feminista decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 3, p. e86106, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/MN9FqyQ3TZ4qbSNvfDgxnVm/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 93-109, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/hdLsr4FXMpVZWPJ7XswRRbj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. New York: Random House, 1978.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, n. 17, pp. 5-18, jun. 1989. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/tTnhY6qvJhHxBQLxpZzLS8f/>>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ULTRAMARI, Clovis; DOS SANTOS DAHER, Ariadne; MACHADO, Marcio. Rediscutindo os significados do urbanismo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6459>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

URBEL. **Chamamento Público URBEL 002/2023**. Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/licitacao/chamamento-publico-002-2023#:~:text=INFORMA%C3%87%C3%95ES%20COMPLEMENTARES%3A,a%20data%20do%20seu%20encerramento.>>. Acesso em: 08 nov. 2024.

VALLADARES, Licia. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, p. 153-155, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/H6CDBCRcfpPK3YmWcrrpw4K/?lang=pt>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

VERLOO, Mieke; LOMBARDO, Emanuela. Contested Gender Equality and Policy Variety in Europe: Introducing a Critical Frame Analysis Approach. *In*: VERLOO, Mieke (Ed.). **Multiple Meanings of Gender Equality: A Critical Frame Analysis of Gender Policies in Europe**. Central European University Press, 2007.

VILELA, Nice. **Hipercentro de Belo Horizonte: movimentos e transformações espaciais recentes**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFMG. Belo Horizonte, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2011.

WOLLTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021, p. 10 - 31. Disponível em: <<https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>>. Acesso em: 06 nov. 2024.

### **APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Conte-me um pouco sobre sua trajetória no movimento/organização. Como você o conheceu? Como se tornou uma liderança?
2. Como se dá a atuação do movimento/organização no hipercentro de Belo Horizonte? Como ele se organiza? Quem são suas participantes?
3. Como o movimento/organização vê a situação das mulheres no hipercentro de Belo Horizonte?
4. Vocês consideram que há desigualdade de gênero nesse espaço? Quais problemas relacionados a isso vocês identificam?
5. Qual é a visão do movimento para o hipercentro de Belo Horizonte, como propostas de mudanças e de ações?
6. Como você, representante do movimento/organização, vê a atuação do poder público em relação aos problemas levantados e às mudanças propostas?
7. Quais espaços do centro de Belo Horizonte você considera importantes para o movimento/organização de que faz parte e para as mulheres em geral?
8. Você gostaria de acrescentar alguma outra questão?

**APÊNDICE B - QUADRO DE RESULTADOS DA ANÁLISE DOS FRAMES DE MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES QUE ATUAM NO HIPERCENTRO DE BELO HORIZONTE**

Movimento/Organização	Vozes		Diagnóstico			Prognóstico		Interseccionalidade	Espaços
	Perfil do movimento	Interação com o Estado	Problemas identificados	Protagonistas	Antagonistas	Linhas de ação propostas	Responsáveis		
MMM/8M Popular	Há três núcleos na cidade, um com perfil de estudantes universitárias (que hoje já se formaram), outro mais regionalizado em Venda Nova e outro mais diverso.	Por um lado, mostram posturas de questionamento, com ocupação de órgãos públicos e protestos, e, por outro, não deixam de construir espaços de participação e diálogo, principalmente com o Governo Federal.	1. População em situação de rua e e habitação (prédios ociosos e especulação imobiliária); 2. Violência contra as mulheres e falta de segurança nos espaços públicos; 3. Exploração sexual na prostituição e negligência a este público; 4. Limitação do acesso ao centro (transporte público excludente; moradia afastada; falta de acesso a	Mulheres protagonizam toda a organização e mobilização dos atos.	Referências ao patriarcado e a reações negativas de homens às intervenções dos movimentos feministas; identificação do Governo Estadual como antagonista.	1. Ocupação das ruas, reivindicadas como espaços das mulheres; 2. Ações de solidariedade e de auto organização; 3. Políticas de transporte público que permitam o acesso aos espaços públicos; 4. Aspectos de infraestrutura (como passarelas, iluminação e ruas) pensados de forma inclusiva para as mulheres; 5. Ocupação de imóveis	Reconhecimento da importância das políticas públicas, não excluindo a auto organização e as ações dos movimentos sociais com protagonismo das mulheres.	Preocupação com as interseções entre gênero, raça e classe, com olhar também para as desigualdades entre urbano e rural.	Praça Sete; Praça da Liberdade; Praça da Estação; Praça Afonso Arinos; Praça Raul Soares; Parque Municipal; Palácio das Artes; Ocupação Zezeu Ribeiro e Norma Lúcia.

			serviços, cultura e lazer).			desocupados com fim de habitação social.			
8M Unificado	Composto por 54 movimentos, coletivos e organizações de mulheres diversas (LBT+, prostitutas, universitárias, religiosas e várias outras).	Assumem uma postura anticapitalista, reconhecendo o Estado como favorável aos interesses do capital. Apontam a necessidade de pressionar e cobrar o Estado a todo momento pela efetivação de direitos.	1. Violação ao corpo das mulheres, compreendido como público pelo Estado e pelos homens; 2. Assédio e violência contra as mulheres nos espaços públicos; 3. Limitação do acesso a serviços público, como equipamentos de aborto legal e serviços de atendimento à mulher; 4. Machismo, racismo e LGBTfobia internalizada pela população.	Mulheres em sua diversidade protagonizam as mobilizações de forma coletiva.	Estado como instituição a favor dos interesses do capital e contra os interesses do povo e das mulheres. Referência ao machismo, racismo e LGBTfobia internalizada por toda a população.	1. Ocupação dos espaços públicos de forma coletiva, perdendo o medo de se colocar nos lugares; 2. Ações educativas contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia, indo até as mulheres; 3. Pensar um processo de urbanização que fortaleça as relações humanas e a segurança das mulheres, repensando construções e espaços; 4. Criação de equipamentos públicos de atendimento à mulheres, principalmente referentes ao	Protagonismo dos movimentos sociais em realizar ações coletivas no sentido da efetivação das propostas e da pressão ao Estado por mudanças e garantia de direitos.	Preocupação central com as interseções entre gênero, raça, classe, LGBTfobia e outras opressões que enfrentam as mulheres em sua diversidade.	Praça Sete; Praça da Liberdade; Praça da Estação; Praça Raul Soares; Centro de Referência da Juventude (CRJ); ocupações; Viaduto Santa Tereza.

						direito legal ao aborto.			
MLB	Perfil muito diverso, sendo que as ocupações são feitas principalmente por famílias em situação de vulnerabilidade. Há pessoas de todas as religiões e perfis.	Repertórios de enfrentamento. Ao mesmo tempo que há momentos de necessário diálogo para conquistas no âmbito das ocupações. A pressão também é exercida por meio da ocupação de órgãos públicos para enfrentamento ao poder do Estado.	1. Problema da habitação: altos preços que deixam pessoas desabrigadas enquanto há imóveis vazios sem uso social; 2. Cidades profundamente e marcadas por desigualdades sociais; 3. Mulheres vulneráveis a situações de violência e relacionamentos abusivos por não terem onde morar; 4. Precariedade do acesso a serviços, emprego e lazer pela população pobre afastada do centro.	População vulnerável, sem acesso à moradia; classe trabalhadora.	"Burguesia", os ricos detentores da propriedade e o Estado.	1. "Ocupar, ocupar e ocupar"; 2. Superação do sistema capitalista e construção do socialismo; 3. Reforma urbana e direito à cidade; 4. Habitação como forma de emancipação da mulher.	Classe trabalhadora e a coletividade que constrói o movimento em conjunto, com protagonismo das mulheres na coordenação das ocupações.	Reconhecimento da importância de conviver com a diversidade na ocupação; interseccionalidade entre gênero e classe.	Creches públicas (EMEIs); Casa Tina Martins; Palácio das Artes e outros teatros (necessidade de democratização); Ocupações (Carolina Maria de Jesus; Maria do Arraial)
MovAT	Construção aberta à	Demanda por ocupar	1. Empregabilidade	Pessoas trans e travestis,	Movimentos conservadore	1. Garantia do direito ao	Reconhecimento do papel	Diálogo com pautas de	Praça Raul Soares; Praça

	população trans e LGBTQIA+ em geral.	espaços institucionais, como a Câmara dos Vereadores. Apontam um movimento constante de luta por direitos já conquistados, visto que o Estado muitas vezes tenta apagar e reduzir essas conquistas. A interação depende também do governo.	de precária, que impede o acesso ao transporte, a serviços e outras atividades fundamentais; 2. Dificuldade de efetivação do nome social, que constrange o acesso aos espaços da cidade; 3. Necessidade de luta constante pela cidadania e pela garantia de direitos básicos.	com expansão para a comunidade LGBTQIA+ como um todo.	s, incluindo a prefeitura (a depender do governo) e representantes do legislativo.	nome social para todas as pessoas, inclusive não binárias; 2. Demanda por empregabilidade formal; 3. Ocupação e disputa pelos espaços da cidade, com visibilidade às identidades T; 4. Visibilidade à cidadania de pessoas trans e travestis, inclusive em equipamentos públicos.	de espaços institucionais, tanto no legislativo quanto no executivo. Protagonismo da população LGBTQIA+ na luta constante por direitos.	movimentos periféricos e questões raciais.	Sete; Viaduto Santa Tereza; CRJ; Parque Municipal.
Cellos	Militantes LGBTQIA+ e funcionários da OSC, que articulam e apoiam diversos coletivos LGBTQIA+ em Minas Gerais.	A interação se associa muito à posição dos representantes em relação à pauta. Apoiam candidatos, parlamentares e representantes progressistas aliados na	1. Violência, assédio e agressões a pessoas LGBTQIA+ pela simples existência no espaço; 2. Apagamento de símbolos e equipamentos voltados ao	População LGBTQIA+, não se limitando às lideranças políticas.	Organizações de extrema direita e conservadores; parlamentares e governos que se opõem à pauta LGBTQIA+; feministas radicais ("radfem").	1. Ocupar os espaços para mostrar a existência LGBTQIA+ que deve ser respeitada; 2. Organização e articulação dos movimentos sociais e coletivos	Líderanças políticas LGBTQIA+, bem como toda a comunidade ao ocupar diferentes espaços.	Apresenta uma perspectiva interseccional sobre questões de raça, classe, gênero e sexualidade.	Praça Sete; Praça da Estação; Praça Raul Soares; Sede do Cellos; Rua Sapucaí; Feira Hippie; <i>ballrooms</i> .

		<p>pauta LGBTQIA+.</p> <p>Participação em conferências e espaços institucionais a depender do governo. Não aceitam realizar projetos para parlamentares e organizações opostas ao que defendem.</p>	<p>público LGBTQIA+;</p> <p>3. Transfobia promovida por um segmento do movimento feminista na cidade.</p>			<p>ligados à pauta;</p> <p>3.</p> <p>Coletividade como proteção contra a violência LGBTfóbica.</p>			
Feira Hippie	<p>Maioria de mulheres, principalmente idosas, com perspectivas variadas, mas com um objetivo comum de manter a feira.</p>	<p>Diálogo na comissão paritária, que varia no nível de participação de acordo com o governo.</p>	<p>1. Falta de investimento na feira como o maior evento cultural de Belo Horizonte;</p> <p>2. Baixa disponibilidade e de transporte para a feira, principalmente de cidades vizinhas;</p> <p>3. Olhar para a feira como assistencialismo, deixando de lado o</p>	<p>Artasãs, artesãos e expositores da feira, apesar do papel da prefeitura como palavra final nas decisões.</p>	<p>Não foram identificados necessariamente antagonistas, mas os problemas se relacionam à limitação dos esforços da prefeitura e, principalmente, da Belotur, no sentido de promoção da feira.</p>	<p>1. Divulgação da feira para estimular seu potencial econômico e turístico;</p> <p>2. Oxigenação da feira com novos editais;</p> <p>3. Demanda por transporte de municípios vizinhos para a feira.</p>	<p>Responsabilidade atribuída à prefeitura em diálogo com os expositores a partir da Comissão Paritária.</p>	<p>Não apresenta uma perspectiva propriamente interseccional.</p>	<p>Afonso Pena (quarteirões dedicados à Feira Hippie aos domingos).</p>

			potencial econômico e turístico que ela tem.						
Aprosmig	Mulheres cis, trans e travestis, majoritariamente negras, com idade entre 18 e 70 anos.	A interação com o Estado ocorre muitas vezes na situação de violências e agressões, com atendimento precário e ausência de políticas públicas. Reconhecem a importância de espaços institucionais, como os conselhos e a própria representação no legislativo, como lugares que devem ser ocupados pelas prostitutas.	1. Criminalização das atividades que estão em torno da prostituição, dificultando a fiscalização e a intervenção do poder público; 2. Locais de trabalho precários e insalubres, falta de direitos trabalhistas e de regulamentação da profissão; 3. Violências físicas, psicológicas e sexuais motivadas pelo preconceito e pela discriminação, agravadas ainda mais	Prostitutas/Trabalhadoras Sexuais que atuam nos hotéis da região da Guaicurus.	Preconceito motivado por questões morais e religiosas ainda difundido entre a população. O Estado, ao negligenciar as demandas e não regulamentar a atividade, se torna também um antagonista.	1. Regulamentação do trabalho sexual como profissão; 2. Combate a todas as formas de violência contra as trabalhadoras sexuais; 3. Oferecimento de formações e de oportunidades educacionais; 4. Apoio à saúde mental e política de assistência social; 5. Capacitação do poder público para lidar com a prostituição.	Ações promovidas pela Aprosmig com o apoio de parceiros, como a PUC Minas. Atribuição de responsabilidades ao Estado para a promoção de políticas públicas.	A interseccionalidade é muito ressaltada pela associação, com foco sobre as violências enfrentadas por mulheres negras e mulheres trans.	Rua Guaicurus, incluindo os 24 hotéis e o casarão destinado ao Museu das Putas; Avenida Afonso Pena.

			contra mulheres negras e trans; 4. Ausência de políticas públicas para a categoria e violências institucionais no contato com o Estado.						
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**APÊNDICE C - QUADRO DE RESULTADO DA PRIMEIRA ETAPA DE ANÁLISE DOS FRAMES INCORPORADOS PELO PROGRAMA “CENTRO DE TODO MUNDO”**

<b>Eixo</b>	<b>Ação</b>	<b>Apresenta medidas de inclusão às mulheres em sua diversidade?</b>	<b>Explicita a desigualdade de gênero?</b>	<b>Apresenta abordagem interseccional?</b>	<b>Pode contribuir para a equidade de gênero?</b>	<b>Contempla espaços relevantes para as mulheres?</b>
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Esculturas: Lélia Gonzalez e Carolina Maria De Jesus	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Cultura, turismo e lazer	Iluminação Cênica de Imóveis Tombados - Imóveis tombados da Av. Afonso Pena	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Lanchonete no Parque	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Viaduto Santa Tereza - Centro de Referência das Culturas Urbanas	Não	Não	Sim	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Praça Governador Israel Pinheiro - Letreiro Belo Horizonte	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Rua Sapucaí e Praças Rio Branco, Estação e Rui Barbosa - Disponibilização e modernização do sistema de Wi-Fi	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Edital de permissão de uso	Não	Não	Não	Sim	Sim

Cultura, turismo e lazer	Largo do Rosário - Instalação de sinalização indicativa	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Expansão do horário de funcionamento	Não	Não	Não	Sim	Sim
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Recuperação e pintura de gradil	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Rua Sapucaí - Fechamento da rua aos domingos	Não	Não	Não	Sim	Sim
Cultura, turismo e lazer	Rua Sapucaí - Edição especial do BH + Feliz	Não	Não	Não	Sim	Sim
Cultura, turismo e lazer	Monumento Artístico na Praça João Pessoa - "Memorial à Vida"	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Espaço Multiúso	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	CAT Mercado das Flores - Centro de Atendimento ao Turista	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Teatro Marília - Reativação da vitrine externa	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Circuito Literário - reinauguração e restauro das Estátuas	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Grafites no Parque	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Parque Municipal Américo Renné Giannetti - Obra - O Anel	Não	Não	Não	Não	Sim

Cultura, turismo e lazer	Praça Raul Soares - Iluminação Natalina	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Eventos - Jornada Cultaa	Não	Não	Sim	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Eventos - Belo Horizonte Hip-Hop 40 Anos	Sim	Não	Não	Sim	Sim
Cultura, turismo e lazer	Portal Belo Horizonte - Mapa de atrativos	Não	Não	Não	Não	Sim
Cultura, turismo e lazer	Eventos - Arraial de Belo Horizonte 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Edital de Patrocínio - Belo Horizonte - Cidade dos Eventos	Não	Não	Não	Não	Não
Cultura, turismo e lazer	Região Central - Virada Cultural 2023	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Inclusão produtiva	Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte - Vem pra Feira - Feira Afonso Pena	Não	Não	Não	Sim	Sim
Inclusão produtiva	Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte (Feira da Avenida Afonso Pena) - Implantação de novo layout	Não	Não	Não	Sim	Sim
Mobiliário urbano	Hipercentro - Sinalização Vertical - Manutenção e implantação de placas	Não	Não	Não	Não	Sim
Mobiliário urbano	Região Central - Manutenção e limpeza de abrigos e pontos de parada de ônibus	Não	Não	Não	Não	Não
Mobiliário urbano	Região Central - Instalação de novos banheiros públicos	Não	Não	Não	Não	Sim
Mobilidade	Estações de bicicletas elétricas - Bicicletas compartilhadas	Não	Não	Não	Não	Sim

Mobilidade	Avenida Augusto de Lima e entorno - Melhorias no trânsito	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Avenida Afonso Pena - Revitalização da Avenida Afonso Pena	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Avenida Amazonas - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Nova ciclovia da Avenida Augusto de Lima - Implantação de ciclovias	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Ruas 21 de Abril, Guaicurus, São Paulo, Curitiba, Saturnino de Brito e Oiapoque - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Sim	Sim
Mobilidade	Tratamento da passagem de pedestres na Avenida Augusto de Lima, entre Rua Rio	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Grande do Sul e Av do Contorno Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Rua Alvarenga Peixoto - Manutenção de ciclovias	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Praça Sete de Setembro - Campanha Educativa para Pedestres	Não	Não	Não	Não	Sim
Mobilidade	Avenida Augusto de Lima - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Avenida Oiapoque - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Não

Mobilidade	Avenida Bias Fortes com a Rua dos Guajaras e Praça Raul Soares - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Sim
Mobilidade	Avenida do Contorno, entre o Viaduto da Floresta e a Av. Francisco Sales - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Avenida do Contorno - Bairro Floresta - Tratamento das rotas de caminhamento de pedestres	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Avenida do Contorno, da av. Tereza Cristina até o Viaduto da Floresta - Implantação de faixas exclusivas	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Ciclovias - Manutenção	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Rua Padre Belchior - Manutenção em ciclovias	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Vias do hipercentro - Sinalização Horizontal - março a novembro de 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Vias do hipercentro - Sinalização Horizontal - março a maio de 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Vias do hipercentro - Sinalização Horizontal - julho de 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Mobilidade	Vias do hipercentro - Sinalização Horizontal - junho de 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Ocupação de prédios ociosos e subutilizados	Aquisição de Unidades Habitacionais prontas - Publicação do Chamamento	Não	Não	Não	Sim	Sim

	Público - URBEL CHM 001/2023					
Ocupação de prédios ociosos e subutilizados	Retrofit - Atualização da legislação do Retrofit	Não	Não	Não	Não	Sim
Ocupação de prédios ociosos e subutilizados	CEI Imaculada Conceição - Centro de Educação Integral Imaculada Conceição	Não	Não	Não	Não	Não
Ocupação de prédios ociosos e subutilizados	Aquisição de Unidades Habitacionais - Decreto nº 18.266, em 07/03/2023	Não	Não	Não	Sim	Sim
Parques e arborização	Rua Carijós - Refúgio Climático	Não	Não	Não	Não	Não
Parques e arborização	Arborização da cidade - Novos locais para plantio de árvores	Não	Não	Não	Não	Não
População em situação de rua	Reinserção ao mercado de trabalho - Programa Estamos Juntos	Sim	Sim	Não	Sim	Não
População em situação de rua	Residência Inclusiva - Assistência	Não	Não	Não	Não	Não
População em situação de rua	Moradias - Publicação de Chamamento Público	Não	Não	Não	Sim	Sim
População em situação de rua	Política para a População em Situação de Rua - Reativação do Comitê	Não	Não	Não	Não	Não
População em situação de rua	População em Situação de Rua - Novo conjunto de ações de cuidados	Sim	Não	Não	Sim	Não
Requalificação urbana	Viaduto Santa Tereza - CENTRO DE REFERÊNCIA DAS CULTURAS URBANAS	Não	Não	Não	Sim	Sim
Requalificação urbana	Baixio de viadutos - Publicação do PPMI no 001/2023	Não	Não	Não	Não	Não

Requalificação urbana	Praça Israel Pinheiro (Praça do Papa) - Projeto de revitalização da Praça do Papa	Não	Não	Não	Sim	Não
Requalificação urbana	Praça Rio Branco - Finalização do projeto	Não	Não	Não	Não	Sim
Requalificação urbana	Parque de Integração da Lagoinha - Início do projeto	Não	Não	Não	Não	Não
Requalificação urbana	Praça da Independência - Reconstituição	Não	Não	Não	Não	Não
Requalificação urbana	Avenida Bernardo Monteiro - Revitalização do Conjunto Histórico e Paisagístico	Não	Não	Não	Não	Não
Segurança	Praça Raul Soares - Iluminação Pública	Não	Não	Não	Sim	Sim
Segurança	Videomonitoramento - Perímetro Centro de Todo Mundo	Não	Não	Não	Sim	Sim
Segurança	Boulevard Arrudas - Iluminação Pública	Não	Não	Não	Sim	Não
Segurança	Praça Sete e entorno - Iluminação pública	Não	Não	Não	Sim	Sim
Segurança	Ações da Guarda Municipal - Aumento do número de guardas em atuação	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Raul Soares - Recapeamento de vias	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Região Central - Reforma das calçadas portuguesas	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Fachadas de prédios privados - Decreto 18.482	Não	Não	Não	Não	Não

Zeladoria	Praça Professor Alberto Deodato - Manutenção de praças	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Sete de Setembro e entorno - Manutenção de calçadas	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Praça da Estação - Manutenção de praças	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Praça Primeiro de Maio - Manutenção de praças	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Avenida dos Andradas, entre Alameda Ezequiel Dias e Praça da Estação - Manutenção de canteiros centrais	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Região Central - Remoção adesivos em postes	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Levi Coelho da Rocha - Manutenção de praças	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Boa Viagem - Manutenção de praças	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Raul Soares - Manutenção de praças	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Rua Bernardo Guimarães - Recomposição em paralelepípedo	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Sete de Setembro - Plantio de palmeiras areca	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Praça Sete - Campanha de Conscientização de Limpeza Urbana: Lixômetro	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Praça Sete - Ações de Zeladoria nos quarteirões fechados	Não	Não	Não	Não	Sim

Zeladoria	Praça Sete - Limpeza do Obelisco	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Recapeamento de vias - Segmentos viários são recapeados	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Viadutos Sarah Kubitschek e Nansen Araújo - Recapeamento de vias - Maio de 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Ruas Paracatu e Oiapoque - Recapeamento de vias - Junho de 2023	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Passarela da Lagoinha - Manutenção de obras de arte especial	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Ribeirão Arrudas - Avenida dos Andradas e Avenida do Contorno - Manutenção de obras de arte especial	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Viaduto Nansem Araújo - Manutenção de obras de arte especial	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Totem no Largo do Rosário - Limpeza Urbana - Remoção de pichação	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Praça Sete e entorno - Remoção de pichação	Não	Não	Não	Não	Sim
Zeladoria	Avenida Amazonas - Manutenção de calçadas	Não	Não	Não	Não	Não
Zeladoria	Totem na Praça Professor Alberto Deodato - Limpeza Urbana - Remoção de pichação	Não	Não	Não	Não	Não

**APÊNDICE D - QUADRO DE RESULTADO DA SEGUNDA ETAPA DE ANÁLISE DOS FRAMES INCORPORADOS PELO PROGRAMA “CENTRO DE TODO MUNDO”**

Eixo	Vozes		Diagnóstico			Prognóstico		Interseccionalidade	Espaços
	Responsáveis	Participação e diálogo com a sociedade	Problemas identificados	Protagonistas	Antagonistas	Linhas de ação propostas	Responsáveis		
Cultura, turismo e lazer	Secretaria Municipal de Governo; Fundação Municipal de Cultura; Secretaria Municipal de Cultura; Conselho do Patrimônio Histórico; Deputada Bella Gonçalves.	Diálogo com a sociedade civil mediado no âmbito do legislativo; parcerias com OSCs.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Demanda por aumentar a atratividade do Hipercentro; 3. Preconceitos e desigualdades em manifestações culturais.	Prefeitura de Belo Horizonte e seus órgãos.	Não são identificados antagonistas.	1. Ações de recuperação, ampliação do funcionamento e de possibilidades de uso do Parque Municipal; 2. Promoção e realização de eventos artísticos e culturais gratuitos no Hipercentro; 3. Intervenções físicas no patrimônio, como iluminação especial, restaurações e instalação de monumentos; 4. Ações de atração de	Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com OSCs e artistas individuais.	A perspectiva interseccional transparece em ações pontuais, como as esculturas de Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus, a Virada Cultural e outros pontos de valorização da diversidade cultural.	Parque Municipal; Avenida Afonso Pena; Praça do Papa; Viaduto Santa Tereza; Rua Sapucaí; Praça da Estação; Largo do Rosário; Praça João Pessoa; Mercado das Flores; Teatro Marília; Praça Raul Soares.

						turismo, como a instalação do letreiro Belo Horizonte e o mapa interativo de atrações.			
Inclusão produtiva	Secretaria Municipal de Governo; Secretaria Municipal de Política Urbana; Comissão Paritária da Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte (Feira Hippie).	Diálogo com os expositores da Feira Hippie por meio da Comissão Paritária.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Demanda por melhor aproveitamento do espaço da Feira Hippie; 3. Presença de produtos não artesanais e disposição espacial da Feira Hippie.	Prefeitura de Belo Horizonte e Comissão Paritária da Feira Hippie.	Não são identificados antagonistas.	1. Novo layout para a Feira Hippie, com a retirada de produtos não artesanais e mudanças na disposição das barracas; 2. Mapa digital com informações sobre a Feira Hippie; 3. Flexibilização do comércio nas ruas.	Prefeitura de Belo Horizonte	Não apresenta abordagem interseccional.	Afonso Pena (quarteirões dedicados à Feira Hippie aos domingos).
Mobiliário urbano	Secretaria Municipal de Governo	Não foi identificado diálogo com a sociedade. Consulta de mercado sobre a instalação de quiosques junto aos banheiros públicos.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Sujidade e precariedade de equipamentos como banheiros, paradas de	Prefeitura de Belo Horizonte	Não são identificados antagonistas.	1. Manutenção e implantação de placas; 2. Manutenção e limpeza de pontos de ônibus; 3. Instalação de banheiros públicos.	Prefeitura de Belo Horizonte e iniciativa privada (Parceria Público-Privada).	Não apresenta abordagem interseccional.	Parque Municipal; ruas e avenidas da região central; Praça Afonso Arinos; Praça Eng. José Nogueira de Sá; Praça Primeiro de Maio; Praça

			ônibus e placas.						Cel. Guilherme Vaz de Mello.
Mobilidade	Secretaria Municipal de Governo e BHTrans	Diálogo após pressão dos movimentos sociais.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Necessidade de melhoria do trânsito de veículos, pedestres e ciclistas.	Prefeitura de Belo Horizonte e BHTrans.	Não são identificados antagonistas.	1. Implantação de faixas exclusivas; 2. Ações de sinalização; 3. Tratamento de rotas de pedestres e fechamento de ruas; 4. Implantação de ciclovias.	Prefeitura de Belo Horizonte e BHTrans.	Não apresenta abordagem interseccional.	Principais avenidas e ruas da região central, com destaque para a ciclovia na Avenida Afonso Pena e o fechamento da Rua Sapucaí.
Ocupação de prédios ociosos e subutilizados	Secretaria Municipal de Governo; Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel); Vereador Pedro Patrus; Vereador Gabriel Azevedo.	Escuta da população em audiência pública apenas.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Esvaziamento do centro da cidade como espaço de moradia; 3. Necessidade de melhoria da qualidade de vida no centro; 4. Dificuldade de utilização de imóveis no centro da	Prefeitura de Belo Horizonte e mercado imobiliário.	Não foram identificados antagonistas.	1. Retrofit como alternativa para fomentar a produção habitacional no centro; 2. Programa "Minha Casa Minha Vida"; 3. Equilíbrio entre empreendimentos para diversos públicos, não apenas para habitação de interesse social;	Prefeitura de Belo Horizonte como incoativadora do mercado imobiliário.	Não apresenta abordagem interseccional.	Prédios ociosos da região central.

			cidade.						
População em situação de rua	Secretaria Municipal de Governo; Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC); Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel).	Retomada do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua (CIAMP).	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Diagnóstico do Censo sobre a população em situação de rua; 3. Falhas em políticas anteriores destinadas a este público.	Prefeitura de Belo Horizonte em colaboração com OSCs.	Não foram identificados antagonistas.	1. Programa de reinserção no mercado de trabalho por meio da capacitação; 2. Oferecimento de acolhimento em abrigos, com atenção especial para PCD, gestantes, puérperas, LGBTQIA+, famílias e população masculina em processo de envelhecimento, e locação social; 3. Ações de atenção à saúde e equipes especializadas nos Centros Pop.	Prefeitura de Belo Horizonte, contando com parcerias com OSCs e com o setor privado.	Não apresenta abordagem interseccional.	Centros de Referência da População de Rua (Centros Pop) unidades Barro Preto, Lagoinha e Floresta; prédios ociosos na região central.
Parques e arborização	Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Meio	Escuta da população em audiência pública apenas.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Pressão	Prefeitura de Belo Horizonte.	Não foram identificados antagonistas.	1. Criação de refúgios climáticos; 2. Plantio de árvores na região central.	Prefeitura de Belo Horizonte.	Não apresenta abordagem interseccional.	Rua dos Carijós (refúgio climático), hipercentro como um todo

	Ambiente		popular contra o corte de árvores.						(pontos de plantio).
Requalificação urbana	Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Política Urbana.	Não foi identificado diálogo com a sociedade.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Necessidade de preservação da cultura e do patrimônio.	Prefeitura de Belo Horizonte.	Não foram identificados antagonistas.	1. Revitalização de baixo de viadutos; 2. Revitalização de praças e patrimônios públicos; 3. Criação do Centro de Referência das Culturas Urbanas.	Prefeitura de Belo Horizonte, contando com parcerias com o setor privado.	Não apresenta abordagem interseccional.	Viaduto Santa Tereza; baixo de viadutos; Praça do papa; Praça da Rodoviária; Lagoinha; Praça da Independência; Avenida Bernardo Monteiro.
Manutenção e zeladoria	Secretaria Municipal de Governo	Não foi identificado diálogo com a sociedade.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Problema da sujeira e necessidade de limpeza diária de vias públicas; 3. Pichações como problema.	Prefeitura de Belo Horizonte.	Não foram identificados antagonistas.	1. Recapeamento de vias; 2. Manutenção de calçadas e praças; 3. Limpeza urbana e remoção de pichação.	Prefeitura de Belo Horizonte.	Não apresenta abordagem interseccional.	Praça Raul Soares; Praça da Estação; Praça Professor Alberto Deodato; Praça Sete; Praça Primeiro de Maio; Avenida dos Andradas; Praça Levi Coelho da Rocha; Praça Boa Viagem; viadutos, vias, ruas e avenidas do hipercentro em geral.

Segurança	Secretaria Municipal de Governo e Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte.	Não foi identificado diálogo com a sociedade.	1. Necessidade de revitalizar o centro após a pandemia; 2. Insegurança para a circulação no Hipercentro.	Prefeitura de Belo Horizonte e Guarda Municipal.	Não foram identificados antagonistas.	1. Aumento da iluminação para melhorar a segurança; 2. Investimento em videomonitoramento; 3. Fortalecimento de Guarda Municipal.	Prefeitura de Belo Horizonte e Guarda Municipal.	Não apresenta abordagem interseccional.	Praça Sete; Praça Raul Soares; Boulevard Arrudas.
-----------	---	---	---	--	---------------------------------------	---	--	---	---